



Plural

Planeamento Urbano, Regional
e de Transportes, Lda.



1ª REVISÃO DO
**PLANO DIRECTOR MUNICIPAL
DE VINHAIS**

ANÁLISE E DIAGNÓSTICO
Volume 1

SETEMBRO 2004
(corrigido em Janeiro de 2009)

CÂMARA MUNICIPAL DE VINHAIS

1ª REVISÃO DO
**PLANO DIRECTOR MUNICIPAL
DE VINHAIS**

ANÁLISE E DIAGNÓSTICO

Volume 1

SETEMBRO 2004
(corrigido em Janeiro de 2009)

CÂMARA MUNICIPAL DE VINHAIS

Na capa: (1) Igreja de S. Facundo; (2) Edifício em Pedras Juntas; (3) Solar da Quinta da Família Sarmento Pimentel ; (4) Solar dos Condes de Vinhais; (5) Vista Panorâmica de Vinhais ; (6) Cidadelha ; (7) Lameiro (8) Fachada da Igreja de S. Facundo; (9) Ponte da Gestosa ; (10) Represa (11) Fornos de Cal de Dine (12) Rio Rabaçal na Gestosa; (13) Vista Panorâmica de Nunes e (14) Vaca



Rua Paulo Jorge, 6
2775-613 CARCAVELOS
PORTUGAL

T 21 456 98 70
F 21 456 98 79

plural@plural-planeamento.pt www.plural-
planeamento.pt

ÍNDICE:

1. INTRODUÇÃO E ENQUADRAMENTO	1
1.1 APRESENTAÇÃO E JUSTIFICAÇÃO DA REVISÃO DO PLANO DIRECTOR MUNICIPAL	1
1.2 ENQUADRAMENTO LEGAL E ESTRUTURA DO PLANO	3
2. VINHAIS E O CONTEXTO REGIONAL	6
2.1 CONTEXTO TERRITORIAL	6
2.2 O CONCELHO DE VINHAIS – CONSIDERAÇÕES GERAIS	7
2.2.1 ENQUADRAMENTO DEMOGRÁFICO E SÓCIO-ECONÓMICO	12
2.2.2 POVOAMENTO E ESTRUTURA URBANA.....	18
2.2.3 QUADRO DE ACESSIBILIDADES	19
2.2.4 MOBILIDADE E COMPLEMENTARIDADES ECONÓMICAS	20
3. CONDIÇÕES ECONÓMICAS E SOCIAIS	23
3.1 CARACTERIZAÇÃO DEMOGRÁFICA	23
3.1.1 INTRODUÇÃO.....	23
3.1.2 OCUPAÇÃO DO TERRITÓRIO – DISTRIBUIÇÃO GEOGRÁFICA DA POPULAÇÃO.....	23
3.1.3 EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO RESIDENTE	27
3.1.4 COMPONENTES DO CRESCIMENTO: CRESCIMENTO NATURAL E CRESCIMENTO MIGRATÓRIO	32
3.1.5 ESTRUTURA ETÁRIA DA POPULAÇÃO: GRUPOS FUNCIONAIS E ÍNDICES RESUMO	36
3.1.6 SÍNTESE CONCLUSIVA	42
3.2 ESTRUTURA ECONÓMICA	44
3.2.1 INTRODUÇÃO.....	44
3.2.2 CONDIÇÃO PERANTE A ACTIVIDADE ECONÓMICA, OCUPAÇÃO DOS ACTIVOS, EMPREGO E DESEMPREGO	45
3.2.3 MOBILIDADE E COMPLEMENTARIDADES INTER-CONCELHIAS	51
3.2.4 NÍVEL DE INSTRUÇÃO E OFERTA DE FORMAÇÃO.....	55
3.2.5 ESTRUTURA ECONÓMICA E EMPRESARIAL.....	58
3.2.6 SECTORES DE ACTIVIDADE ECONÓMICA	62
3.2.7 BREVE SÍNTESE CONCLUSIVA E PROSPECTIVA.....	70
4. CARACTERIZAÇÃO BIOFÍSICA	72
4.1 BREVE ENQUADRAMENTO BIOFÍSICO	72
4.2 OCUPAÇÃO DO SOLO	76
4.2.1 OCUPAÇÃO AGRÍCOLA.....	77
4.2.2 OCUPAÇÃO FLORESTAL	81
4.3 VALORES NATURAIS	84
4.3.1 PARQUE NATURAL DE MONTESINHO.....	84
4.3.2 REDE NATURA 2000	86
4.3.3 OUTROS VALORES NATURAIS	91
4.4 UNIDADES DE PAISAGEM.....	94
4.5 POTENCIAIS DISFUNÇÕES AMBIENTAIS	96
4.5.1 POLUIÇÃO EM ESPAÇO URBANO	96
4.5.2 POLUIÇÃO EM ESPAÇO RURAL.....	97
5. HISTÓRIA E PATRIMÓNIO	99
5.1 INTRODUÇÃO	99
5.2 BREVE PANORÂMICA HISTÓRICA	99
5.3 PATRIMÓNIO CULTURAL	102

5.3.1 CONSIDERAÇÕES GERAIS	102
5.3.2 IMÓVEIS CLASSIFICADOS	103
5.3.3 IMÓVEIS EM VIAS DE CLASSIFICAÇÃO	107
5.3.4 OUTROS IMÓVEIS COM INTERESSE	109
5.4 SÍTIOS E CONJUNTOS COM INTERESSE	117
5.5 PATRIMÓNIO ARQUEOLÓGICO	119
6. REDE URBANA	125
6.1 HIERARQUIA DOS AGLOMERADOS	125
6.1.1 INTRODUÇÃO	125
6.1.2 METODOLOGIA	126
6.1.3 DIMENSÃO DEMOGRÁFICA	127
6.1.4 FUNÇÕES CENTRAIS DO SECTOR PRIVADO	130
6.1.5 FUNÇÕES CENTRAIS DO SECTOR PÚBLICO	135
6.1.6 DEFINIÇÃO DOS NÍVEIS HIERÁRQUICOS	139
6.2 ANÁLISE DA EVOLUÇÃO DOS AGLOMERADOS URBANOS	142
6.2.1 CONSIDERAÇÕES GERAIS	142
6.2.2 DINÂMICA CONSTRUTIVA E ESTADO DE CONSERVAÇÃO	147
6.2.3 EVOLUÇÃO URBANÍSTICA DOS AGLOMERADOS E TIPOLOGIAS ARQUITECTÓNICAS	151
7. PLANOS, COMPROMISSOS E INTENÇÕES	177
7.1 INTRODUÇÃO	177
7.2 PLANOS E ESTUDOS EFICAZES OU EM ELABORAÇÃO NO CONCELHO DE VINHAIS	177
7.2.1 PLANO DE BACIA HIDROGRÁFICA DO DOURO	178
7.2.2 PLANO DIRECTOR MUNICIPAL DE VINHAIS	178
7.2.3 PLANO DE URBANIZAÇÃO DE VINHAIS	180
7.2.4 PLANO REGIONAL DE ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO DE TRÁS-OS-MONTES E ALTO DOURO	180
7.2.5 PLANO DE ORDENAMENTO DO PARQUE NATURAL DE MONTESINHO	182
7.2.6 PLANO DE SALVAGUARDA DO NÚCLEO HISTÓRICO DE VINHAIS	183
7.3 COMPROMISSOS E INTENÇÕES	183
7.4 PRETENSÕES RESULTANTES DA PRÉVIA CONSULTA PÚBLICA	184
7.5 SÍNTESE CONCLUSIVA	188
8. HABITAÇÃO	189
8.1 INTRODUÇÃO	189
8.2 O PARQUE HABITACIONAL: INDICADORES FUNDAMENTAIS DE DIAGNÓSTICO	191
8.2.1 POPULAÇÃO, ALOJAMENTOS, FAMÍLIAS, EDIFÍCIOS E INDICADORES MÉDIOS DE OCUPAÇÃO	191
8.2.2 ÉPOCAS DE CONSTRUÇÃO E DINÂMICAS DE CRESCIMENTO	196
8.2.3 TIPO DE ALOJAMENTOS, FORMAS DE OCUPAÇÃO E EDIFÍCIOS SEGUNDO O NÚMERO DE ALOJAMENTOS	199
8.2.4 CONDIÇÕES DE HABITABILIDADE	203
8.3 AVALIAÇÃO DAS CARÊNCIAS HABITACIONAIS	206
8.4 SÍNTESE CONCLUSIVA	211
9. EQUIPAMENTOS COLECTIVOS	213
9.1 INTRODUÇÃO	213
9.1.1 ENQUADRAMENTO GERAL	213
9.1.2 METODOLOGIA	213
9.1.3 CONSIDERAÇÕES DE DESTAQUE	215
9.2 EQUIPAMENTO ESCOLAR	216
9.2.1 INTRODUÇÃO	216

9.2.2 ENSINO PRÉ-ESCOLAR	218
9.2.3 ENSINO BÁSICO INTEGRADO E ENSINO SECUNDÁRIO	220
9.3 EQUIPAMENTO DE SEGURANÇA SOCIAL	224
9.3.1 INTRODUÇÃO	224
9.3.2 CRECHES	224
9.3.3 ACTIVIDADES DE TEMPOS LIVRES	225
9.3.4 LARES, CENTROS DE DIA E CENTROS DE CONVÍVIO	225
9.3.5 APOIO DOMICILIÁRIO	226
9.4 EQUIPAMENTO DE SAÚDE	227
9.4.1 INTRODUÇÃO	227
9.4.2 CENTROS DE SAÚDE E EXTENSÕES	227
9.4.3 FARMÁCIAS	228
9.5 EQUIPAMENTO DESPORTIVO	229
9.6 EQUIPAMENTO CULTURAL E RECREATIVO	231
9.7 PREVENÇÃO E SEGURANÇA	232
9.8 SÍNTESE CONCLUSIVA	233
10. REDE VIÁRIA E TRANSPORTES	235
10.1 INTRODUÇÃO	235
10.2 REDE VIÁRIA	236
10.2.1 INSERÇÃO NACIONAL, REGIONAL E LOCAL	236
10.2.2 REDE VIÁRIA CONCELHIA	240
10.2.3 PERSPECTIVAS DE EVOLUÇÃO	255
10.3 TRÁFEGO RODOVIÁRIO	257
10.4 TRANSPORTE PÚBLICO DE PASSAGEIROS	258
10.4.1 TRANSPORTE RODOVIÁRIO	258
11. INFRAESTRUTURAS URBANAS	260
11.1 INTRODUÇÃO	260
11.2 INFRAESTRUTURAS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA	263
11.2.1 CONSIDERAÇÕES GERAIS	263
11.2.2 SISTEMAS ACTUAIS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA	263
11.2.3 INTERVENÇÕES PREVISTAS	271
11.3 DRENAGEM E TRATAMENTO DE ÁGUAS RESIDUAIS	272
11.3.1 CONSIDERAÇÕES GERAIS	272
11.3.2 SISTEMAS ACTUAIS DE DRENAGEM E TRATAMENTO DE ÁGUAS RESIDUAIS	272
11.3.3 INTERVENÇÕES PREVISTAS	275
11.4 RECOLHA E TRATAMENTO DE RESÍDUOS SÓLIDOS	276
11.4.1 CONSIDERAÇÕES GERAIS	276
11.4.2 SISTEMA DE RECOLHA E TRATAMENTO DE RESÍDUOS SÓLIDOS	277
11.4.3 INTERVENÇÕES PREVISTAS	280
11.5 INFRAESTRUTURAS ELÉCTRICAS, DE COMUNICAÇÃO E GASISTAS	281
11.5.1 CONSIDERAÇÕES GERAIS	281
11.5.2 INFRAESTRUTURAS ELÉCTRICAS	282
11.5.3 INFRAESTRUTURAS DE COMUNICAÇÃO	283
11.5.4 INFRAESTRUTURAS GASISTAS	284
11.6 CONCLUSÃO	284
ANEXOS:	286

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1: O concelho de Vinhais na Região Norte e na sub-região	7
Figura 2: Distrito de Bragança	7
Figura 3: Freguesias do concelho de Vinhais	8
Figura 4: Freguesias de Vinhais, consoante a variação populacional entre 1981 e 2001	11
Figura 5: Densidade Populacional por concelho da Região Norte, em 2001	13
Figura 6: Densidade populacional nas freguesias de concelho de Vinhais	13
Figura 7: Sectores de actividade económica em Vinhais e na sub-região (2001)	16
Figura 8: População Residente por dimensão do lugar - sub-região e concelho de Vinhais (2001)	18
Figura 9: Plano Rodoviário Nacional 2000 (PRN2000)	19
Figura 10: Principais fluxos pendulares com origem no concelho de Vinhais	20
Figura 11: Principais fluxos pendulares com destino ao concelho de Vinhais	21
Figura 12: Movimentos pendulares no concelho de Vinhais	22
Figura 13: Evolução da população residente no concelho de Vinhais, entre 1940 e 2001	28
Figura 14: Evolução da Estrutura Etária, do concelho de Vinhais, entre 1981 e 2001	37
Figura 15: Evolução da população por sectores de actividade económica, em Vinhais e em Alto Trás-os-Montes, entre 1981 e 2001	47
Figura 16: Movimentos Pendulares de e para o Concelho de Vinhais, 2001	52
Figura 17: População Residente no concelho de Vinhais, segundo o nível de ensino atingido, em 2001	56
Figura 18: Estabelecimentos por Sectores de Actividade, segundo CAE-Rev.2, no concelho de Vinhais, em 2000	60
Figura 19: Utilização das Terras	63
Figura 20: Exploração dos recursos geológicos do concelho de Vinhais	74
Figura 21: Uso actual do solo na sub-região Alto Trás-os-Montes	77
Figura 22: Ocupação agrícola do concelho de Vinhais	78
Figura 23: Ocupação semi-natural do concelho de Vinhais	78
Figura 24: Efectivo animal no concelho de Vinhais	78
Figura 25: Evolução das áreas de cultivo das principais culturas arvenses no distrito de Bragança	80
Figura 26: Ocupação florestal do concelho de Vinhais	81
Figura 27: Sub-regiões homogéneas estipuladas pelo PROF-N para o concelho de Bragança	82
Figura 28: Unidades de Paisagem	95
Figura 29: Curva de Zipf - Escalonamento Urbano (Dimensão demográfica dos Centros Urbanos do concelho de Vinhais, em 2001)	129
Figura 30: Hierarquia dos Centros Urbanos, de acordo com as Funções Centrais do Sector Privado, em 2004	135
Figura 31: Hierarquia dos Centros Urbanos, de acordo com as Funções Centrais do Sector Público, em 2004	139
Figura 32: Rede Urbana do Concelho de Vinhais, 2004 (Hierarquia dos Centros Urbanos – Situação existente)	142
Figura 33: O concelho de Vinhais – hidrografia e orografia	144
Figura 34: Rede Urbana do Concelho de Vinhais	145
Figura 35: N.º Obras Concluídos, entre 1996 e 2003, no concelho de Vinhais	149

Figura 36: Peso de cada tipo de intervenção no total de intervenções ocorridas (1993-2003) _____	149
Figura 37: Pretensões e sugestões apresentadas na consulta pública, agrupadas por categorias _____	185
Figura 38: Distribuição das pretensões e sugestões, apresentadas na consulta pública, pelas freguesias do concelho ____	186
Figura 39 -: Evolução da população e dos alojamentos, por freguesia, entre 1981 e 2001 (%) _____	192
Figura 40: Edifícios segundo a época de construção, no concelho de Vinhais (em %) _____	197
Figura 41: Formas de Ocupação dos Alojamentos no Concelho de Vinhais, em 1991 e 2001 _____	200
Figura 42: Edifícios segundo o número de pisos, 2001 _____	202
Figura 43: Alojamentos familiares ocupados como residência habitual por existência de infraestruturas urbanas, em 2001 _____	204
Figura 44.: Carências habitacionais (em n.º de alojamentos), por freguesia, em 2001 _____	210
Figura 45: Distribuição da população por grupos etários entre 1981 e 2001 no Concelho de Vinhais e no Alto de Trás-os- Montes _____	215
Figura 46: Evolução do nº de alunos matriculados nas escolas do concelho de Vinhais, entre 2002/2003 e 2006/2007 ____	217
Figura 47: Evolução do nº de alunos matriculados nas escolas do concelho de Vinhais, por nível de ensino, entre 2002/2003 e 2006/2007 _____	218
Figura 48: Estrutura Administrativa da Rede Viária Concelhia _____	245
Figura 49: Concelhos abrangidos pelo sistema Multimunicipal de Abastecimento de Água e de Saneamento de Trás-os- Montes e Alto Douro _____	261
Figura 50: Concelhos integrantes do Sistema Intermunicipal de Gestão de Resíduos do Nordeste Transmontano _____	262
Figura 51: Evolução do número de postos telefónicos principais por 1000 habitantes _____	283

ÍNDICE DE FOTOGRAFIAS

Fotografia 1: Rio Mente - Sandim _____	76
Fotografia 2: Lameiro _____	79
Fotografia 3: Bosque de carvalho-negral (<i>Quercus pyrenaica</i>) _____	85
Fotografia 4: Vista serra da Coroa _____	91
Fotografia 5: Galeria ripícola do rio Rabaçal _____	93
Fotografia 6: Praia fluvial do rio Mente _____	93
Fotografia 7: Castelo de Vinhais _____	104
Fotografia 8: Edifício dos antigos Condes de Vinhais/Casas Novas _____	105
Fotografia 9: Gruta de Dine (Fresulfe) _____	105
Fotografia 10: Igreja de S. Facundo de Vinhais _____	106
Fotografia 11: Igreja de S. Pedro, Matriz de Moimenta _____	106
Fotografia 12: Pelourinho de Ervedosa _____	106
Fotografia 13: Pelourinho de Paçó _____	107
Fotografia 14: Pelourinho de Vilar Seco _____	107
Fotografia 15: Pelourinho de Vinhais _____	107
Fotografia 16: Casa da Corujeira, fachada principal _____	107
Fotografia 17: Casa da Corujeira, pormenor _____	107

Fotografia 18: Casa da Corujeira, anexos agrícolas _____	107
Fotografia 19: Conjunto da Igreja de S. Francisco e Seminário dos Missionários Apostólicos de Vinhais _____	108
Fotografia 20: Ruínas de Forte de Modorra _____	109
Fotografia 21: Capela de Nossa Senhora do Areal _____	110
Fotografia 22: Igreja Matriz de Vinhais _____	110
Fotografia 23: Igreja Matriz da Soeira _____	110
Fotografia 24: Igreja de Vilar de Ossos _____	110
Fotografia 27: Capela junto ao recinto das festas de Sr. Dos Passos, Edrosa _____	111
Fotografia 28: Igreja Matriz de Ervedosa _____	111
Fotografia 29: Igreja Matriz de Frades _____	111
Fotografia 30: Igreja Matriz de Quirás _____	111
Fotografia 31: Igreja Matriz de Vilar de Ossos _____	111
Fotografia 32: Igreja Matriz de Vilar Seco da Lomba _____	111
Fotografia 25: Igreja Matriz de Agrochão _____	111
Fotografia 26: Igreja Matriz de Candedo _____	111
Fotografia 33: Antigas Minas da Ervedosa _____	112
Fotografia 34: Solar dos Crespos _____	113
Fotografia 35: Solar da Praça do Arrabalde _____	113
Fotografia 36: Solar de Vilar dos Ossos _____	114
Fotografia 37: Solar dos Sarmentos _____	114
Fotografia 38: Palacete da Família Sá Morais _____	114
Fotografia 39: Ponte da Arranca _____	115
Fotografia 40: Ponte Velha da Soeira _____	115
Fotografia 41: Ponte das Vinhas _____	115
Fotografia 42: Ponte da Gestosa _____	115
Fotografia 43: Cruzeiro de Dine _____	116
Fotografia 44: Cruzeiro de Pinheiro Novo _____	116
Fotografia 45: Cruzeiro da Ervedosa _____	116
Fotografia 46: Edifício da Junta de Freguesia _____	116
Fotografia 47: Fonte das Nogueiras _____	116
Fotografia 48: Fonte de mergulho da Soeira) _____	116
Fotografia 49: Fonte do Cano (Vinhais) _____	116
Fotografia 50: Capela de N ^a Sra. da Piedade _____	117
Fotografia 51: S. Tiago de Ribas _____	117
Fotografia 52: Capela de S. Ana _____	117
Fotografia 53: Capela de S. Nicolau _____	117
Fotografia 54: Núcleo Antigo de Vinhais _____	118
Fotografia 55: Núcleo Antigo de Quintela _____	118
Fotografia 56: Núcleo Antigo de Pinheiro Velho _____	118



Fotografia 57: Fraga das Alma, Cigadonha, Moimenta	120
Fotografia 58: Vila de Souane, Cisterna, Quirás	120
Fotografia 59: Rio Tuela	143
Fotografia 60: Rua em Travanca	147
Fotografia 61: Casario tradicional abandonado (Fresulfe)	148
Fotografia 62: Casa típica recuperada (Moimenta)	148
Fotografia 63: Conjunto habitacional tradicional de 2 pisos e balcão alpendrado (Pinheiro Novo)	152
Fotografia 64: Exemplar de construção recente e descaracterizada (Soutilha)	153
Fotografia 65: Edifícios de habitação colectiva (Vinhais)	153
Fotografia 66: Edifícios de habitação colectiva (Rebordelo)	153
Fotografia 67: Vinhais – Vista Panorâmica	154
Fotografia 68: Vinhais – Cubelo responsável pela defesa da porta da muralha	155
Fotografia 69: o Núcleo Histórico. de Vinhais	156
Fotografia 70: Malha urbana do núcleo Medieval de Vinhais	156
Fotografia 71: Edifício de Habitação Colectiva na zona nordeste de Vinhais	157
Fotografia 72: Polo de Equipamentos de Vinhais (Sudoeste do núcleo histórico de Vinhais)	158
Fotografia 73: Rebordelo - Vista panorâmica	158
Fotografia 74: Núcleo antigo de Rebordelo.	159
Fotografia 75: Ocupação Linear ao longo da EN 103	159
Fotografia 76: Exemplar de qualidade arquitectónica	160
Fotografia 77 e 78: Agrochão – Vistas do arruamento principal	160
Fotografia 79: Igreja Matriz de Agrochão	161
Fotografia 80: Ervedosa - Vista aglomerado	162
Fotografia 81: Ervedosa Largo do Cruzeiro	162
Fotografia 82: Ervedosa – Fonte das Nogueiras	163
Fotografia 83: Espinhoso – Vista do Interior do aglomerado	164
Fotografia 84: Vale das Fontes- Vista do aglomerado	165
Fotografia 85: Vale das Fontes – Conjunto com interesse	165
Fotografia 86: Panorâmica de Moimenta	166
Fotografia 87: Moimenta – Interior do Aglomerado	167
Fotografia 88: Vila Verde - Panorâmica	168
Fotografia 89: Penhas Juntas - Rua	169
Fotografia 90: Edral - Rua	170
Fotografia 91: Gestosa – Vista Panorâmica	171
Fotografia 92: Gestosa – Rua	171
Fotografia 93: Brito de Baixo – Vista Panorâmica	172
Fotografia 94: Cabeço da Igreja – Vista Panorâmica	173
Fotografia 95: Curopos – Vista Panorâmica	173
Fotografia 96: Nuzedo de Baixo – Vista Panorâmica	174

Fotografia 97: Vale de Janeiro – Vista Panorâmica _____	174
Fotografia 98: Ousilhão– Vista Panorâmica _____	176
Fotografia 99: ETAR de Rebordelo _____	275
Fotografia 100: Ecocentro/Estação de Transferência de Vinhais _____	277
Fotografia 101: Ecoponto e contentor em Langarelo _____	279
Fotografia 102: Local de deposição clandestina de entulho no concelho de Vinhais _____	280

ÍNDICE DE QUADROS

Quadro 1: Freguesias do concelho de Vinhais _____	9
Quadro 2: Evolução da População Residente nas freguesias do concelho de Vinhais, entre 1981 e 2001 _____	10
Quadro 3: Densidade Populacional em 1981, 1991 e 2001 na sub-região do Alto Trás-os-Montes _____	12
Quadro 4: Evolução da população residente na sub-região do Alto Trás-os-Montes, entre 1981 e 2001 _____	14
Quadro 5: Índices de envelhecimento (2000), de dependência da jovens e de dependência de idosos (1999) _____	14
Quadro 6: Variação da estrutura etária da população residente em Alto Trás-os-Montes, entre 1991 e 2001 (%) _____	15
Quadro 7: Nível de escolaridade nos concelhos da sub-região do Alto Trás-os-Montes (2001) _____	17
Quadro 8: Movimentos pendulares originados em Vinhais, por sub-região de destino _____	21
Quadro 9: Movimentos pendulares com destino a Vinhais, por sub-região de origem _____	22
Quadro 10: Evolução da densidade populacional nos concelhos da sub-região Alto Trás-os-Montes, entre 1981 e 2001 _____	24
Quadro 11: Evolução da Densidade Populacional do concelho de Vinhais, por freguesias, entre 1940 e 2001 _____	24
Quadro 12: Evolução da população residente por dimensão dos lugares, no concelho de Vinhais, entre 1991 e 2001 _____	26
Quadro 13: Contribuição de cada freguesia para o total da população residente no concelho de Vinhais _____	27
Quadro 14: Evolução da população residente nos concelhos da sub-região do Alto de Trás-os-Montes, entre 1981 e 2001 _____	29
Quadro 15: Evolução do peso demográfico no concelho de Vinhais e no Alto de Trás-os-Montes _____	29
Quadro 16: Evolução da população residente no concelho de Vinhais, por freguesias, entre 1940 e 2001 _____	30
Quadro 17: Variação do número e da dimensão média das famílias entre 1981 e 2001 _____	31
Quadro 18: Indicadores demográficos no concelho de Vinhais e no Alto de Trás-os-Montes _____	33
Quadro 19: População Residente e Componentes do Crescimento Demográfico, 1981-2001 _____	35
Quadro 20: Variação da estrutura etária da população residente em Alto Trás-os-Montes, entre 1981 e 2001 (%) _____	38
Quadro 21: Estrutura Etária da População do concelho de Vinhais, por freguesia, em 2001 _____	39
Quadro 22: Índices de evolução da estrutura etária em Alto Trás-os-Montes (1981, 1991 e 2001) _____	40
Quadro 23: Índices de evolução da estrutura etária por freguesias, em 2001 _____	41
Quadro 24: População segundo a Condição perante a Actividade Económica, 1991 e 2001 _____	46
Quadro 25: Evolução dos indicadores do mercado de trabalho entre 1991 e 2001 _____	47
Quadro 26: População residente empregada segundo o sector de actividade económica, 2001 _____	48
Quadro 27: Evolução do Emprego (Pessoas ao serviço), no concelho, no período 1995-2000 _____	49
Quadro 28: Distribuição da população activa <i>versus</i> estrutura do emprego, por sectores de actividade económica, no concelho de Vinhais, em 2001 _____	50
Quadro 29: Características do Desemprego no concelho de Vinhais, em 2001 _____	51
Quadro 30: Movimentos pendulares de e para o concelho de Vinhais por motivos de trabalho e de estudo, em 2001 _____	52

Quadro 31: Entradas e Saídas diárias no concelho de Vinhais, por motivo de trabalho, por principais origens e destinos, em 2001 _____	53
Quadro 32: Entradas e Saídas diárias no concelho de Vinhais, por motivo de Estudo, por principais origens e destinos, em 2001 _____	53
Quadro 33: Estrutura do Emprego de Vinhais, em 2001 _____	55
Quadro 34: Variação da Taxa de Analfabetismo entre 1991 e 2001 _____	56
Quadro 35: Evolução das Habilitações Escolares do Pessoal ao Serviço no concelho de Vinhais, entre 1995 e 2000 _____	57
Quadro 36: Evolução do Emprego e do número de estabelecimentos, no concelho de Vinhais, no período 1995-1999 _____	59
Quadro 37: Evolução do número de estabelecimentos e do emprego no concelho de Vinhais, no período 1995-1999, por Actividades (CAE-Rev.2) _____	59
Quadro 38: Número de Empresas com sede na Região Centro, segundo CAE – Rev. 2, em 31.12.2002 _____	60
Quadro 39: N.º de Pessoas segundo a dimensão do Estabelecimento, por actividade, 2000 _____	62
Quadro 40: Variação do n.º de Pessoas segundo a dimensão do Estabelecimento, no período 1995-2000 _____	62
Quadro 41: Culturas permanentes, no concelho de Vinhais, em 1999 _____	64
Quadro 42: Culturas temporárias, no concelho Vinhais, em 1999 _____	65
Quadro 43: Efectivo Animal, no concelho de Vinhais em 1999 _____	65
Quadro 44: Evolução do número de estabelecimentos e do emprego, entre 1995 e 2000 – Sector Secundário _____	66
Quadro 45: Evolução do número de Estabelecimentos e do Pessoal ao Serviço, segundo a CAE Rev.2, entre 1995 e 2000 – Sector Terciário _____	68
Quadro 46: Sub-região homogénea do PROF N, hierarquia de funções e respectiva justificação e objectivos _____	82
Quadro 47: Funções e respectiva hierarquia dos perímetros florestais _____	83
Quadro 48: Património Arqueológico (Sítios) _____	120
Quadro 49: Evolução da População, por centro urbano, entre 1991 e 2001 _____	127
Quadro 50: Número de Ordem dos Centros Urbanos, de acordo com a sua Dimensão Demográfica, em 2001 _____	129
Quadro 51: Número de Unidades Funcionais por Função Central do sector privado e por centro urbano, em 2004 _____	131
Quadro 52: Número de Unidades Funcionais por Função Central do sector privado e por centro urbano, em 2004 (continuação) _____	131
Quadro 53: Número de Unidades Funcionais por Função Central do sector privado e por centro urbano, em 2004 (conclusão) _____	132
Quadro 54: Número de Ordem dos Centros Urbanos, de acordo com as Funções Centrais do Sector Privado, em 2004 _____	133
Quadro 55: Funções Centrais do Sector Público, por centro urbano, em 2004 _____	136
Quadro 56: Funções Centrais do Sector Público, por centro urbano, em 2004 (continuação) _____	137
Quadro 57: Funções Centrais do Sector Público, por centro urbano, em 2004 (conclusão) _____	137
Quadro 58: Número de ordem dos Centros Urbanos, de acordo com as Funções Centrais do Sector Público, em 2004 _____	138
Quadro 59: Licenciamento de Obras Particulares, por freguesia de 1993 a 2003 _____	150
Quadro 60: Espaços do PDM em vigor _____	179
Quadro 61: População e Alojamentos por freguesia, em 1981, 1991 e 2001 _____	193
Quadro 62: Variação da Dimensão Média das Famílias, por freguesia, no concelho de Vinhais, 1981 a 2001 _____	194
Quadro 63: Evolução dos Edifícios, por freguesia, no concelho de Vinhais, entre 1981 e 2001 _____	195

Quadro 64: Evolução dos Indicadores Médios de Ocupação, entre 1991 e 2001 _____	196
Quadro 65: Edifícios segundo a época de construção, por freguesia, no concelho de Vinhais (em %) _____	197
Quadro 66: Média de Edifícios por ano em Vinhais e em Alto Trás-os-Montes, entre 1919 e 2000 _____	198
Quadro 67: Tipo de Alojamentos no concelho de Vinhais, 1991 e 2001 _____	199
Quadro 68: Formas de Ocupação dos Alojamentos Clássicos, 1991 e 2001 (em %) _____	201
Quadro 69: Edifícios segundo o número de pisos, 2001 _____	202
Quadro 70: Alojamentos Familiares de Residência Habitual sem Infraestruturas Urbanas(%) _____	204
Quadro 71: Alojamentos familiares ocupados como residência habitual segundo a dotação infraestruturas urbanas, por freguesia (%) em 2001 _____	204
Quadro 72: Famílias que partilham o alojamento e famílias em alojamentos sobrelotados, 2001 _____	206
Quadro 73: Carências habitacionais, por freguesia, no concelho de Vinhais, em 2001 _____	210
Quadro 74: População em 1991 e 2001, por grupo etário, em função da tipologia do equipamento ou nível de ensino ____	216
Quadro 75: Educação pré-escolar (Jardins de Infância), no concelho de Vinhais, nos anos lectivos 2002/2003 e 2006/2007 _____	219
Quadro 76: 1º Ciclo do Ensino Básico, no concelho de Vinhais, no ano lectivo 2002/2003 _____	220
Quadro 77: EB1 e número de alunos respectivos, no concelho de Vinhais, no ano lectivo 2006/2007 _____	221
Quadro 78: 2º Ciclo do Ensino Básico, no concelho de Vinhais, no ano lectivo 2002/2003 _____	222
Quadro 79: 3º Ciclo do Ensino Básico, no concelho de Vinhais, no ano lectivo 2002/2003 _____	222
Quadro 80: Evolução do nº de alunos do 2º e 3º CEB e do Ensino Secundário, no concelho de Vinhais, entre 2002/2003 e 2006/2007 _____	223
Quadro 81: Lares e Centros de Dia, no Concelho de Vinhais, 2004 _____	226
Quadro 82: Apoio domiciliário no concelho de Vinhais, em 2004 _____	227
Quadro 83: Centro de Saúde e Extensões em 2004 _____	228
Quadro 84: Número e área (m ²) das instalações desportivas, por freguesia, em 2004 _____	229
Quadro 85: Área Desportiva Útil recomendada e existente, de acordo com tipologia, em 2004 _____	230
Quadro 86: Equipamento Cultural e de Recreio, em 2004 _____	231
Quadro 87: Associações culturais, recreativas e desportivas, em 2004 _____	231
Quadro 88: Equipamento de Prevenção e Segurança, em 2004 _____	232
Quadro 89: Principais Ligações à Rede Exterior _____	237
Quadro 90: Distâncias da Sede de Concelho aos Principais Pólos Geradores _____	238
Quadro 91: Extensões Viárias por Categoria Administrativa _____	244
Quadro 92: Rede Viária Concelhia - Inventário Físico e Acessibilidades _____	247
Quadro 93: Evolução do Tráfego nas Vias Nacionais (período 1990/2001) _____	257
Quadro 94: Características das captações e das condutas de adução dos sistemas de abastecimento de água municipais _____	264
Quadro 95: Características das condutas adutoras do Subsistema da Lomba _____	268
Quadro 96: Características dos reservatórios e das condutas de distribuição associadas dos sistemas municipais de abastecimento de água _____	269
Quadro 97: Subsistemas de saneamento e respectivos sistemas de tratamento _____	273

Quadro 98: Distribuição dos Ecopontos pelas freguesias do concelho de Vinhais de acordo com a sua capacidade _____	279
Quadro 99: Capacidade do Ecocentro de Vinhais _____	279
Quadro 100: Evolução do n.º de consumidores e do consumo de electricidade no período entre 1998 e 2000, no concelho da Vinhais _____	282
Quadro 101: Consumo de Energia Eléctrica no concelho de Vinhais em 2002 _____	282
Quadro 102: Parques de Telefones e acessos RDIS da Portugal Telecom em 1999, no concelho do Vinhais _____	283

1. INTRODUÇÃO E ENQUADRAMENTO

1.1 APRESENTAÇÃO E JUSTIFICAÇÃO DA REVISÃO DO PLANO DIRECTOR MUNICIPAL

Na sequência da metodologia acordada nas condições do contrato celebrado entre a Câmara Municipal de Vinhais e a Plural, Lda., este relatório é elaborado no âmbito da 1ª Fase (Estudo Prévio) da 1ª Revisão do Plano Director Municipal de Vinhais.

Decorridos, aproximadamente, nove anos após a entrada em vigor do actual Plano Director Municipal (ratificado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 56/95, publicada no Diário da República n.º 133, I Série B, de 8 de Junho de 1995) torna-se necessário proceder à sua revisão. Essencialmente, este processo terá por finalidade a supressão de deficiências e o agilizar da gestão do Plano, de modo a garantir um ordenamento do território mais adequado à realidade actual do concelho, em observação do art.º 3º do Decreto-lei n.º 380/99 de 22 de Setembro (alterado pelo D.L. n.º 310/2003 de 10 de Dezembro) que prevê a revisão dos planos municipais sempre que haja a necessidade de actualizar as disposições vinculativas dos particulares, contidas nos regulamentos e nas plantas que os representam, podendo a mesma ocorrer a partir dos 3 anos após a entrada em vigor do plano. No caso presente, o regulamento do PDM de Vinhais (rectificado em 1995) prevê no seu artigo 5º um prazo de vigência de 10 anos para o plano, devendo a sua implementação ser objecto de avaliação bienal. De acordo com o n.º 2 deste artigo, a Câmara Municipal deve proceder aos estudos necessários com antecedência suficiente para garantir que a revisão está em condições de ser aprovada logo que findo o prazo de vigência. Um outro factor de extrema importância consiste na necessidade de digitalização dos Planos Municipais de Ordenamento do Território, em especial dos PDM.

A 1ª revisão do PDM de Vinhais terá, então, por objectivos:

- Ajustar o Plano à realidade do concelho, nomeadamente através da correcção de situações desadequadas às necessidades e anseios da população;
- Agilizar a gestão do Plano Director Municipal e proceder à sua articulação com outros Planos Municipais de Ordenamento do Território em elaboração;
- Corrigir possíveis incongruências entre o Regulamento e as Peças Desenhadas;
- Criar novos espaços de urbanização programada na vila de Vinhais que constituam uma resposta adequada à actual procura de solo urbano e adequar a distribuição de categorias e subcategorias de espaço no interior do perímetro da vila à realidade;
- Delimitar perímetros urbanos nos aglomerados rurais, uma vez que a sua ausência em inúmeras aldeias do concelho tem suscitado algumas dúvidas quanto aos critérios a utilizar no licenciamento

- de novas construções, dificultando o desenvolvimento dos núcleos urbanos ou, até, em alguns casos, contribuindo para a sua regressão populacional;
- Estabelecer regras que obriguem as construções fora dos perímetros a situarem-se na sua periferia e junto de vias infraestruturadas, rentabilizando-as (aumentando, por exemplo, a área mínima das parcelas nas construções fora dos aglomerados);
 - Suprimir as deficiências e as desactualizações ao nível da representação, quer na Planta de Ordenamento, quer na de Condicionantes compatibilizando, inclusivamente, a escala destas Plantas;
 - Adequar a Reserva Agrícola Nacional e a Reserva Ecológica Nacional, à realidade do concelho e ao ordenamento em solo urbano, por forma a actualizar a RAN, uma vez que, foram autorizados posteriormente à entrada em vigor do PDM, desafecções para utilização não agrícola de solos integrados neste regime específico, bem como para que não subsistam situações de aglomerados que, não tendo definido um perímetro, estão integrados em REN. Com a actualização da Rede Viária, Linhas de Água e Zonas Sensíveis, será possível traçar novas cartas, ajustadas à realidade actual.
 - Proceder à Revisão do Regulamento designadamente no que diz respeito a:
 - Criar regras que permitam contrariar a proliferação de construções em área rural, quando a propriedade tem uma área igual ou superior a 5000 m², com todos os problemas que daí advêm em termos de ordenamento e de construção e manutenção de infraestruturas;
 - Alterar a tendência para construir em altura, quer na sede do Concelho, quer em espaços agrícolas ou florestais fora dos aglomerados urbanos, situação que tem promovido a desertificação de aldeias e o abandono das habitações mais antigas, algumas já em ruína;
 - Verificar e tratar a base cartográfica;
 - Especificar um modelo estratégico de actuação que estabeleça acções distintas para a promoção de um desenvolvimento equilibrado do concelho, tendo em atenção as suas particularidades e as mudanças operadas nos últimos anos;
 - Proceder à reestruturação da Rede Viária e considerar o traçado das novas infraestruturas viárias (novos caminhos florestais/rurais, beneficiação da rede viária, por exemplo) na definição de uma proposta de ordenamento, nomeadamente algumas intenções camarárias;
 - Considerar os PMOT em vigor ou em elaboração, designadamente o Plano de Urbanização de Vinhais;
 - Promover a requalificação de alguns aglomerados, através da criação de espaços verdes e da proposta de áreas para equipamentos colectivos;

- Promover a implementação de um conceito global e integrado no que diz respeito a ampliações/alterações das diversas redes de infraestruturas urbanas nomeadamente de distribuição e de abastecimento de água, de drenagem e tratamento das águas residuais, de distribuição de energia eléctrica e de transportes e comunicações;
- Fomentar medidas de incentivo à recuperação do edificado antigo, privilegiando intervenções de recuperação/reabilitação em detrimento de demolições para construção de novos edifícios;
- Delimitar um novo espaço industrial, uma vez que a Zona Industrial de Vinhais já se encontra relativamente ocupada;
- Delimitar espaços com vista à implementação de um Parque de Sucata e de um Parque de Depósito de Materiais provenientes de demolições de obra;
- Definir e disponibilizar um quadro normativo e um programa de investimentos públicos municipais e estatais, adequados ao desenvolvimento harmonioso do concelho, garantindo um melhor ordenamento, ajustado à realidade do concelho, entendendo as suas carências e canalizando recursos e meios disponíveis, com vista à sua supressão;
- Estabelecer um ordenamento adequado e equilibrado que seja articulado com os concelhos vizinhos evitando descontinuidades territoriais.

A 1ª Revisão do Plano Director Municipal de Vinhais deverá constituir, acima de tudo, uma oportunidade para pensar o concelho a longo prazo, de uma forma integrada e global face ao contexto regional. O processo de revisão deverá ser pautado por uma atitude participativa por parte dos intervenientes no processo de planeamento, permitindo que a procura de soluções, alicerçada em estudos de caracterização, seja, antes de mais, o estabelecimento de um compromisso entre as diversas visões sobre as *realidades-problema* do concelho.

1.2 ENQUADRAMENTO LEGAL E ESTRUTURA DO PLANO

O enquadramento jurídico para elaboração de Planos Municipais de Ordenamento do Território (PMOT's) é estabelecido no D.L. n.º 310/2003 de 10 de Dezembro, que veio introduzir alterações nos Decreto-Lei n.º 380/99 de 22 de Setembro e bem mais significativas no regime anterior estabelecido pelo Decreto-Lei n.º 69/90 de 2 de Março, nomeadamente em relação ao conteúdo dos PMOT's. Contudo, no artigo 86º do D.L. n.º 310/2003 está prevista a publicação de uma portaria onde serão especificados os “demais elementos que acompanham o Plano Director Municipal”, o que, até ao momento, não se verificou. Neste contexto, e nos casos em que a legislação em vigor se revele inconclusiva, continuará a considerar-se o D.L. n.º 69/90 como quadro de referência para a revisão do PDM.

De acordo com a legislação que actualmente regulamenta os Planos Municipais de Ordenamento do Território (PMOT's), o Plano Director Municipal “estabelece o modelo de estrutura espacial do território municipal, constituindo uma síntese da estratégia de desenvolvimento e ordenamento local prosseguida, integrando as opções de âmbito nacional e regional com incidência na respectiva área de intervenção” (artigo 84º do D.L. n.º 310/2003 de 10 de Dezembro).

Este Plano é de elaboração obrigatória e de acordo com o artigo 85º “define um modelo de organização municipal do território nomeadamente estabelecendo”:

- a) *A caracterização económica, social e biofísica, incluindo da estrutura fundiária da área de intervenção;*
- b) *A definição e caracterização da área de intervenção identificando as redes urbana, viária, de transportes e de equipamentos de educação, de saúde, de abastecimento público e de segurança, bem como os sistemas de telecomunicações, de abastecimento de energia, de captação, de tratamento e abastecimento de água, de drenagem e tratamento de efluentes e de recolha, depósito e tratamento de resíduos;*
- c) *A definição dos sistemas de protecção dos valores e recursos naturais, culturais, agrícolas e florestais, identificando a estrutura ecológica municipal;*
- d) *Os objectivos de desenvolvimento estratégicos a prosseguir e os critérios de sustentabilidade a adoptar, bem como os meios disponíveis e as acções propostas;*
- e) *A referenciação espacial dos usos e das actividades nomeadamente através da definição das classes e categorias de espaços;*
- f) *A identificação das áreas e a definição de estratégias de localização, distribuição e desenvolvimento das actividades industriais, turísticas, comerciais e de serviços;*
- g) *A definição de estratégias para o espaço rural, identificando aptidões, potencialidades e referências aos usos múltiplos possíveis;*
- h) *A identificação e a delimitação dos perímetros urbanos, com a definição do sistema urbano municipal;*
- i) *A definição de programas na área habitacional;*
- j) *A especificação qualitativa e quantitativa dos índices, indicadores e parâmetros de referência, urbanísticos ou de ordenamento, a estabelecer em plano de urbanização e plano de pormenor, bem como os de natureza supletiva aplicáveis na ausência destes;*
- l) *A definição de unidades operativas de planeamento e gestão, para efeitos de programação da execução do plano, estabelecendo para cada uma das mesmas os respectivos objectivos, bem*

como os termos de referência para a necessária elaboração de planos de urbanização e de pormenor;

- m) A programação da execução das opções de ordenamento estabelecidas;*
- n) A identificação de condicionantes, designadamente reservas e zonas de protecção, bem como das necessárias à concretização dos planos de protecção civil de carácter permanente;*
- o) As condições de actuação sobre áreas críticas, situações de emergência ou de excepção, bem como sobre áreas degradadas em geral;*
- p) As condições de reconversão das áreas urbanas de génese ilegal;*
- q) A identificação das áreas de interesse público para efeitos de expropriação, bem como a definição das respectivas regras de gestão;*
- r) Os critérios para a definição das áreas de cedência, bem como a definição das respectivas regras de gestão;*
- s) Os critérios de perequação compensatória de benefícios e encargos decorrentes da gestão urbanística a concretizar nos instrumentos de planeamento previstos nas unidades operativas de planeamento e gestão;*
- t) A articulação do modelo de organização municipal do território com a disciplina consagrada nos demais instrumentos de gestão territorial aplicáveis;*
- u) O prazo de vigência e as condições de revisão.”*

2. VINHAIS E O CONTEXTO REGIONAL

2.1 CONTEXTO TERRITORIAL

A avaliação do grau de integração de determinada parcela do território no contexto nacional e regional é um exercício essencial para a avaliação das reais possibilidades de desenvolvimento, bem como para a identificação das condicionantes externas. Com efeito, o conhecimento destes dois factores é indispensável à aplicação de estratégias de gestão e de intervenção no território regional que permitam o aproveitamento integrado das especificidades de cada território concelhio.

Esta análise assume uma importância decisiva no caso do concelho de Vinhais, em virtude da sua localização periférica face aos concelhos mais desenvolvidos do litoral, da debilidade do sistema económico, da perda de população que se tem verificado nos últimos anos, associada à tendência de envelhecimento e da falta de investimentos de monta, quer de públicos, quer privados, factores que assim condicionam sobremaneira o seu desenvolvimento. Vinhais sofre de algumas debilidades que podem condicionar o seu desenvolvimento, ainda que, nos últimos anos, tenham sido implementadas algumas melhorias em diversas áreas, como por exemplo ao nível dos equipamentos colectivos, da rede Viária e transportes e das infraestruturas urbanas.

Nos últimos anos, foram introduzidas algumas melhorias nas mais diversas áreas (acessibilidades, quer externas, quer internas, equipamentos, infraestruturas básicas, etc.) que constituem o sustentáculo para o desenvolvimento efectivo do concelho.

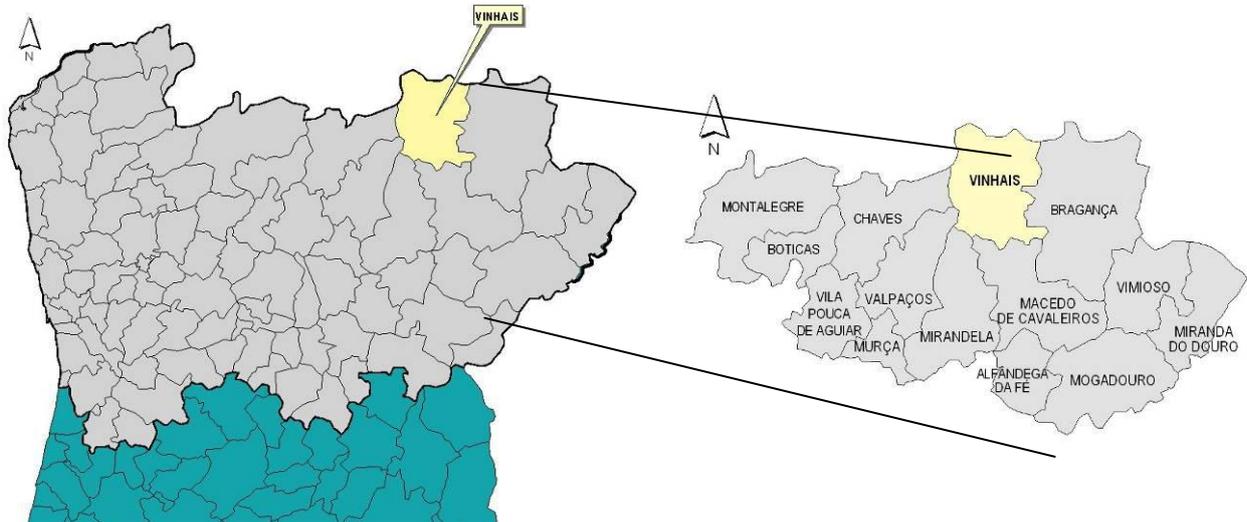
Ao nível das Infraestruturas Viárias, importa salientar a desclassificação de 3 troços da Rede Nacional bem como a beneficiação de 5 CM/EM.

Já no que se refere às Infraestruturas Urbanas, as melhorias introduzidas passam pela dotação de alguns aglomerados com rede de saneamento e sistema de tratamento das águas residuais domésticos e pelo encerramento da lixeira.

Nos últimos anos foram também construídos novos equipamentos, sendo de destacar as novas instalações do Parque Desportivo de Vinhais. Está prevista a implantação de uma Unidade de Cuidados Intensivos, a reabilitação do Centro de Saúde de Vinhais e a implementação de Centros de Noite na Ervedosa e em Vale das Fontes e de diversos Centros de Dia e Mini-Lares.

O concelho de Vinhais está integrado na Região Norte e na sub-região de Alto Trás-os-Montes, da qual fazem também parte: Alfândega da Fé, Boticas, Bragança, Chaves, Macedo de Cavaleiros, Miranda do Douro, Mirandela, Mogadouro, Montealegre, Murça, Valpaços, Vila Pouca de Aguiar e Vimoso. Os 223333 habitantes deste conjunto de concelhos distribuíam-se, em 2001, pelos 8170 Km², conduzindo a um valor de densidade populacional baixo (27.3 hab/km²) quando comparado com a média nacional (75.3 hab/km²).

Figura 1: O concelho de Vinhais na Região Norte e na sub-região



Fonte: Plural

O município de Vinhais pertence ao Distrito de Bragança, juntamente com os concelhos de Alfândega da Fé, Bragança, Carrazeda de Ansiães, Freixo de Espada à Cinta, Macedo de Cavaleiros, Miranda do Douro, Mirandela, Mogadouro, Vila Flor, Torre de Moncorvo e Vimoso.

Acresce referir que Vinhais pertence à Associação de Municípios da Terra Fria do Nordeste Transmontano, em conjunto com Bragança, Miranda do Douro e Vimoso. É também de salientar, a título de curiosidade, que parte do concelho de Vinhais (freguesias de Agrochão, Ervedosa, Rebordelo, Vale das Fontes e Vale de Janeiro) está integrada na Região Vitivinícola do Planalto Mirandês, enquadrada pelo Decreto-lei n.º 341/89, de 9 de Outubro, cujo principal objectivo é produzir e comercializar os vinhos produzidos na região.

Figura 2: Distrito de Bragança



Fonte: Plural

2.2 O CONCELHO DE VINHAIS – CONSIDERAÇÕES GERAIS

O concelho de Vinhais ocupa uma área de 694.68 Km², o que equivale a cerca de 8.5% da área total da sub-região de Alto Trás-os-Montes. Este município confina, a Norte, com a província espanhola da Galiza, a Sul com o concelho de Macedo de Cavaleiros, a Sudoeste com os concelhos de Valpaços e Mirandela, a Oeste com

Chaves e a Este com Bragança. É constituído por 35 freguesias, sendo Vinhais a única mediamente urbana e as restantes predominantemente rurais¹: Agrochão, Alvaredos, Candedo, Celas, Curopos, Edral, Edrosa, Ervedosa, Fresulfe, Mofreita, Moimenta Montouto, Nunes, Ousilhão, Paçó, Penhas Juntas, Pinheiro Novo, Quirás, Rebordelo, Santa Cruz, Santalha, São Jumil, Sobreiró de Baixo, Soeira, Travanca, Tuizelo, Vale das Fontes, Vale de Janeiro, Vila Boa de Ousilhão, Vila Verde, Vilar de Lomba, Vilar de Ossos, Vilar de Peregrinos e Vilar Seco de Lomba. Além da vila de Vinhais, são de destacar na rede urbana algumas sedes de freguesia com maior importância tais como Rebordelo, Moimenta, Agrochão e Vale das Fontes, já que as restantes povoações, são, na generalidade, de pequenas dimensões.

Figura 3: Freguesias do concelho de Vinhais



Fonte: Plural

¹ Tipologias das áreas urbana, www.dgotdu.pt

No quadro seguinte, apresentam-se as freguesias do concelho de Vinhais:

Quadro 1: Freguesias do concelho de Vinhais

Freguesias	Área (Km ²)	%	Pop. Residente	%	Freguesias	Área (Km ²)	%	Pop. Residente	%
Agrochão	18.1	2.6	293	2.8	Rebordelo	22.2	3.2	665	6.3
Alvaredos	6.4	0.9	83	0.8	Santa Cruz	10.5	1.5	72	0.7
Candedo	22.2	3.2	401	3.8	Santalha	27.7	4.0	312	2.9
Cela	36.8	5.3	365	3.4	São Jumil	8.0	1.2	62	0.6
Curopos	21.6	3.1	278	2.6	Sobreiró de Baixo	18.7	2.7	404	3.8
Edral	26.5	3.8	265	2.5	Soeira	14.0	2.0	120	1.1
Edrosa	22.6	3.3	184	1.7	Travanca	11.7	1.7	119	1.1
Ervedosa	31.0	4.5	445	4.2	Tuizelo	34.8	5.0	505	4.7
Fresulfe	18.2	2.6	100	0.9	Vale das Fontes	16.7	2.4	430	4.0
Mofreita	12.5	1.8	44	0.4	Vale de Janeiro	15.0	2.2	153	1.4
Moimenta	17.4	2.5	184	1.7	Vila Boa de Ousilhão	7.6	1.1	195	1.8
Montouto	27.8	4.0	165	1.6	Vila Verde	14.3	2.1	240	2.3
Nunes	8.5	1.2	187	1.8	Vilar de Lomba	22.0	3.2	205	1.9
Ousilhão	14.9	2.1	135	1.3	Vilar de Ossos	16.4	2.4	344	3.2
Paçó	16.9	2.4	236	2.2	Vilar de Peregrinos	12.5	1.8	164	1.5
Penhas Juntas	27.6	4.0	265	2.5	Vilar Seco de Lomba	20.2	2.9	292	2.7
Pinheiro Novo	32.9	4.7	127	1.2	Vinhais	33.8	4.9	2382	22.4
Quirás	27.2	3.9	225	2.1	Concelho de Vinhais	695.2	100.0	10646	100.0

Fonte: Instituto Nacional de Estatística (INE) – Portugal, Censos 2001

A análise do quadro anterior permite concluir que a freguesia de Vinhais representa 22.4% da população residente no concelho e ocupa 4.9% da sua área. As freguesias de Ervedosa, Rebordelo, Tuizelo e Vale das Fontes, concentram, no total, 19.2% dos habitantes do concelho. Existem cinco freguesias (Alvaredos, Fresulfe, Mofreita, Santa Cruz e São Jumil) que, individualmente, não representam sequer 1% da população do concelho de Vinhais. A vila de Vinhais constitui, como seria de esperar, o principal pólo aglutinador de população, uma vez que, sendo sede de concelho, concentra os serviços e equipamentos de maior importância.

Quadro 2: Evolução da População Residente nas freguesias do concelho de Vinhais, entre 1981 e 2001

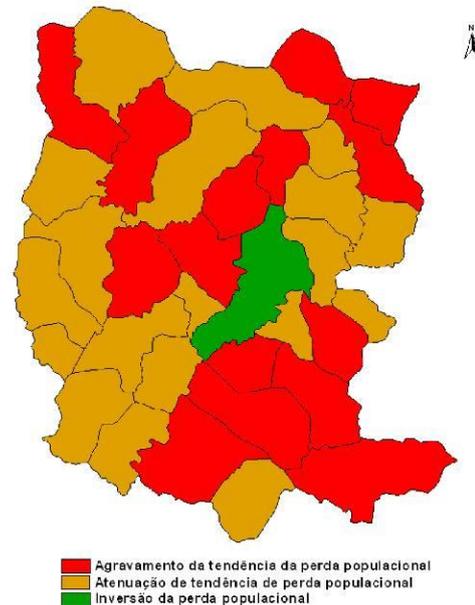
Freguesias	População Residente			Crescimento Pop.(%)		Freguesias	População Residente			Crescimento Pop.(%)	
	1981	1991	2001	81/91	91/01		1981	1991	2001	81/91	91/01
Agrochão	533	373	293	-30.0	-21.4	Santa Cruz	168	103	72	-38.7	-30.1
Alvaredos	175	117	83	-33.1	-29.1	Santalha	506	447	312	-11.7	-30.2
Candedo	629	525	401	-16.5	-23.6	São Jumil	126	88	62	-30.2	-29.5
Cela	541	470	365	-13.1	-22.3	Sobreiró de Baixo	461	446	404	-3.3	-9.4
Curopos	469	340	278	-27.5	-18.2	Soeira	212	148	121	-30.2	-18.2
Edral	461	314	265	-31.9	-15.6	Travanca	186	150	119	-19.4	-20.7
Edrosa	287	258	184	-10.1	-28.7	Tuizelo	806	617	505	-23.4	-18.2
Ervedosa	719	645	445	-10.3	-31.0	Vale das Fontes	686	522	430	-23.9	-17.2
Fresulfe	189	151	100	-20.1	-33.8	Vale de Janeiro	220	180	153	-18.2	-15.0
Mofreita	136	97	44	-28.7	-54.6	Vila Boa de Ousilhão	347	201	195	-42.1	-3.0
Moimenta	293	249	184	-15.0	-26.1	Vila Verde	344	281	240	-18.3	-14.6
Montouto	305	201	165	-34.1	-17.9	Vilar de Lomba	328	236	205	-28.0	-13.1
Nunes	277	208	187	-24.9	-10.1	Vilar de Ossos	533	431	344	-19.1	-20.2
Ousilhão	253	194	135	-23.3	-30.4	Vilar de Peregrinos	323	234	164	-27.6	-29.9
Paçó	396	255	236	-35.6	-7.5	Vilar Seco de Lomba	479	357	292	-25.5	-18.2
Penhas Juntas	492	382	265	-22.4	-30.6	Vinhais	2475	2172	2382	-12.2	9.7
Pinheiro Novo	281	170	127	-39.5	-25.3	Concelho de Vinhais	16142	12727	10646	-21.2	-16.3
Quirás	452	337	225	-25.4	-33.2						
Rebordelo	1054	828	665	-21.4	-19.7						

Fonte: Instituto Nacional de Estatística (INE)

A análise do Quadro 2 permite agrupar as freguesias do concelho em 3 tipos, consoante o seu comportamento populacional nas duas últimas décadas censitárias (1981/1991, 1991/2001):

- a) freguesias em que houve agravamento da tendência de perda populacional – Candedo, Cela, Edrosa, Ervedosa, Fresulfe; Mofreita, Moimenta, Ousilhão, Penhas Juntas, Quirás, Santalha, Sobreiró de Baixo, Travanca; Vilar de Ossos e Vilar de Peregrinos.
- b) freguesias em que houve atenuação da tendência de perda populacional – Agrochão; Alvaredos, Curopos, Edral, Montouto, Nunes, Paçó, Pinheiro Novo; Rebordelo, Santa Cruz, São Jumil, Soeira, Tuizelo, Vala das Fontes, Vale de Janeiro, Vila Boa de Ousilhão, Vila Verde, Vilar de Lomba, e Vilar Seco de Lomba.
- c) freguesia em que houve inversão da tendência de perda populacional – Vinhais

Figura 4: Freguesias de Vinhais, consoante a variação populacional entre 1981 e 2001



Fonte: Plural

Em conclusão, na última década censitária (1991-2001) o concelho de Vinhais registou um decréscimo populacional de 2081 habitantes (-16.3%), enquadrado na tendência generalizada de perda populacional na sub-região. A freguesia de Vinhais, foi a única a registar uma inversão da tendência de perda, observando-se um crescimento positivo de 9.7%, em consequência de a vila de Vinhais, assumir cada vez mais características polarizadoras no concelho.

Ao analisar a variação populacional desde 1960, observou-se um período de recuperação populacional, entre 1971 e 1981, que correspondeu ao regresso dos emigrantes que haviam deixado o concelho na década anterior. Neste período, em 6 freguesias (Agrochão, Candedo, Ervedosa, Ousilhão, Travanca e Vinhais) observou-se uma inversão da tendência de perda, sendo que apenas 3 freguesias registaram agravamento da tendência de perda (Montouto, Penhas Juntas e Sobreiró de Baixo) e uma (Vila Verde) assinalou uma inversão da tendência de ganho.

Na década seguinte, não se registam situações de ganho populacional. De facto, a tendência de perda foi generalizada (agravamento e inversão da tendência de ganho), sendo que, apenas em 7 freguesias se observou atenuação da tendência de perda (Edrosa, Moimenta, Penhas Juntas, Santalha, Sobreiró de Baixo, Vale de Janeiro e Vilar de Lomba).

2.2.1 Enquadramento Demográfico e Sócio-Económico

Esta análise será efectuada, sempre que possível a dois níveis: sub-regional (sub-região de Alto Trás-os-Montes) e regional (região Norte). Poderão, assim, ser estabelecidas comparações e identificados dinamismos e bloqueios, não só no domínio demográfico, mas também no plano sócio-económico.

Segundo os Resultados Definitivos do XIV Recenseamento Geral da População e da Habitação, a sub-região de Alto Trás-os-Montes representava, em 2001, aproximadamente, 6.1% da população da região Norte. No mesmo ano, Vinhais possuía um total de 10646 habitantes, isto é, 4.5% da população da sub-região a que pertence. Dos concelhos que mais contribuíam para o quantitativo populacional do Alto Trás-os-Montes são de destacar Chaves (19.6%), Bragança (15.6%) e Mirandela (11.6%). O quadro que se segue é representativo da pressão demográfica na região Norte e na sub-região do Alto Trás-os-Montes.

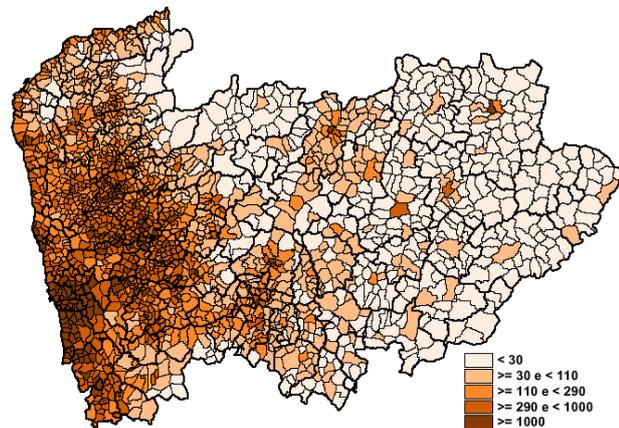
Quadro 3: Densidade Populacional em 1981, 1991 e 2001 na sub-região do Alto Trás-os-Montes

Unidade Territorial	Densidade Populacional (hab/Km ²)		
	1981	1991	2001
Região Norte	139.9	163.2	173.3
Sub-região de Alto Trás-os-Montes	33.4	28.8	27.3
Alfândega da Fé	24.6	20.9	18.5
Boticas	27.2	24.6	19.9
Bragança	30.1	28.1	29.6
Chaves	77.7	69.3	74.0
Macedo de Cavaleiros	30.9	27.1	25.0
Miranda do Douro	20.4	17.8	16.5
Mirandela	43.9	38.3	39.2
Mogadouro	20.2	16.1	14.8
Montalegre	24.7	19.2	15.8
Murça	45.0	38.9	35.7
Valpaços	47.1	40.8	35.3
Vila Pouca de Aguiar	46.5	39.5	34.7
Vimioso	17.7	13.1	11.0
Vinhais	23.2	18.3	15.3

Fonte: Instituto Nacional de Estatística (INE), Censos 1981, 1991 e 2001.

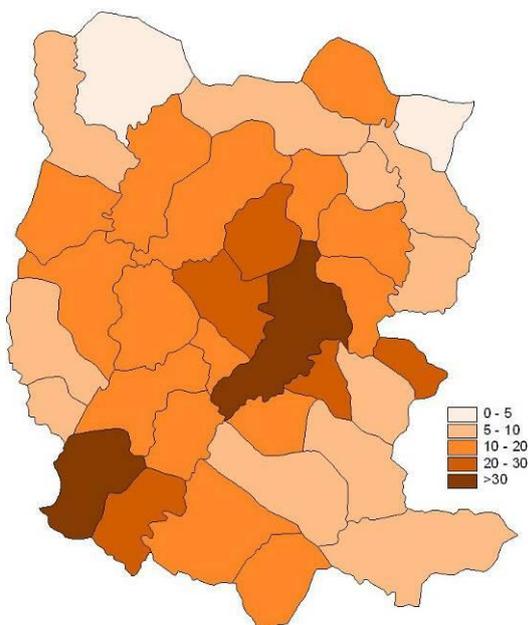
Na região Norte, a **densidade populacional** tem vindo a aumentar nos últimos anos em resultado do acréscimo de população nos núcleos urbanos de maior importância, particularmente sentido na faixa litoral. De facto, é por demais evidente a disparidade existente entre o litoral e o interior, com uma maior concentração populacional nas sub-regiões do Grande Porto, de Entre Douro e Vouga, do Tâmega e do Ave. A sub-região do Alto Trás-os-Montes possui uma densidade populacional de 27.3 hab/Km², valor bastante inferior à média regional (173.3 hab/Km²), sendo que este indicador assume valores mais altos nos concelhos de Chaves (74.0 hab/Km²), Mirandela (39.2 hab/Km²), Murça (35.7 hab/Km²) e Vila Pouca de Aguiar (35.3 hab/Km²).

Figura 5: Densidade Populacional por concelho da Região Norte, em 2001



Fonte: INE – Portugal

Figura 6: Densidade populacional nas freguesias de concelho de Vinhais



Fonte: Plural

No concelho de Vinhais a densidade populacional varia entre os 3.5 hab/Km², na freguesia de Mofreita, e os 70.6 hab/Km², na freguesia de Vinhais, podendo verificar-se que as freguesias mais próximas do limite sul do concelho, são as que assumem valores mais altos de densidade populacional.

O município de Vinhais registou, entre 1981 e 1991, um decréscimo de população de 21.2%, tendo atenuado esta tendência no intervalo entre as duas últimas acções censitárias (1991-2001) – **variação populacional** negativa de 16.4% (2081 habitantes).

A perda de população verificada em quase todas as freguesias é perfeitamente justificável e enquadrável no contexto sócio-económico da época e da parcela territorial em que o concelho se insere. Inicialmente associada a fenómenos de emigração, actualmente reside também nos valores assumidos pelo saldo fisiológico.

De acordo com os dados disponíveis no Instituto Nacional de Estatística, na última década censitária a perda de população no município de Vinhais ficou a dever-se quer ao saldo natural (-8.2%), quer ao saldo migratório (-8.3%).

Quadro 4: Evolução da população residente na sub-região do Alto Trás-os-Montes, entre 1981 e 2001

Concelhos	População Residente			Variação Populacional (%) ()	
	1981	1991	2001	81/91	91/01
Região Norte	2976658	3472715	3687293	16.7	6.2
Sub-região de Alto Trás-os-Montes	272486	235241	223333	-13.7	-5.1
Alfândega da Fé	7925	6734	5963	-15.0	-11.4
Boticas	8773	7936	6417	-9.5	-19.1
Bragança	35380	33055	34750	-6.6	5.1
Chaves	45883	40940	43667	-10.8	6.7
Macedo de Cavaleiros	21608	18930	17449	-12.4	-7.8
Miranda do Douro	9948	8697	8048	-12.6	-7.5
Mirandela	28879	25209	25819	-12.7	2.4
Mogadouro	15340	12188	11235	-20.5	-7.8
Montalegre	19403	15464	12762	-20.3	-17.5
Murça	8518	7371	6752	-13.5	-8.4
Valpaços	26066	22586	19512	-13.4	-13.6
Vila Pouca de Aguiar	20121	17081	14998	-15.1	-12.2
Vimioso	8500	6323	5315	-25.6	-15.9
Vinhais	16142	12727	10646	-21.2	-16.4

Fonte: INE, Censos 1981, 1991 e 2001.

Em 2002, a **taxa de natalidade** no concelho de Vinhais apresentava um valor relativamente baixo (5.5 ‰,) quando comparado com a média da sub-região (7.6 ‰). No que diz respeito à **taxa de mortalidade**, Vinhais apresentava, no mesmo ano 13.7‰., um valor 0.3‰., superior ao da sub-região.

Quadro 5: Índices de envelhecimento (2000), de dependência da jovens e de dependência de idosos (1999)

Unidade Territorial	Índice de Envelhecimento ()	Índice de Dependência de Idosos ()	Índice de Dependência de Jovens ()
Alto Trás-os-Montes	148.3	30.5	21.6
Alfândega da Fé	186.1	36.3	20
Boticas	168	33.4	19.3
Bragança	132	27.3	21.9
Chaves	127.3	26.9	22.6
Macedo de Cavaleiros	133.2	28.1	21.9
Miranda do Douro	220.4	37.3	17.7
Mirandela	122.5	26.8	23.5
Mogadouro	183.6	35.5	21.2
Montalegre	191.3	37.7	21.2

Unidade Territorial	Índice de Envelhecimento ()	Índice de Dependência de Idosos ()	Índice de Dependência de Jovens ()
Murça	136.6	28.8	22.2
Valpaços	165.2	32.2	20
Vila Pouca de Aguiar	113.6	26.3	23.9
Vimioso	236.2	42.1	20.5
Vinhais	253	41.2	17.4

Fonte: <http://infoline.ine.pt>

Ainda em 2001, o **índice de envelhecimento** de Vinhais situava-se nos 281.7%, o valor mais alto da sub-região, bastante acima do que se verificava para a globalidade dos concelhos do Alto de Trás-os-Montes. Juntamente com Vimioso e Miranda do Douro, são os concelhos que mais contribuem para um elevado índice de envelhecimento da sub-região. Nota-se assim que, em 2001, existiam 282 idosos aproximadamente, por cada 100 jovens.

Consequentemente, o **índice de dependência de idosos** assumia um valor (50.3%) bastante superior ao da sub-região, sendo apenas inferior ao de Vimioso. Relativamente ao **índice de dependência de jovens**, Vinhais apresentava o valor mais baixo da sub-região (17.9%), o que indicia um peso pouco relevante dos estratos de população jovem.

Ainda relativamente aos índices de estrutura apresentados, pode dizer-se que, em 1999, por cada 100 indivíduos activos, existiam 68 dependentes no concelho de Vinhais.

A evolução da distribuição e a própria distribuição da população por **grupos etários** no concelho de Vinhais acompanha estruturalmente a região em que este se insere, ainda que, o município seja “mais velho” do que a sub-região de Alto Trás-os-Montes. Com efeito, Vinhais, tem apresentado tendencialmente uma proporção de jovens inferior e uma maior proporção de idosos.

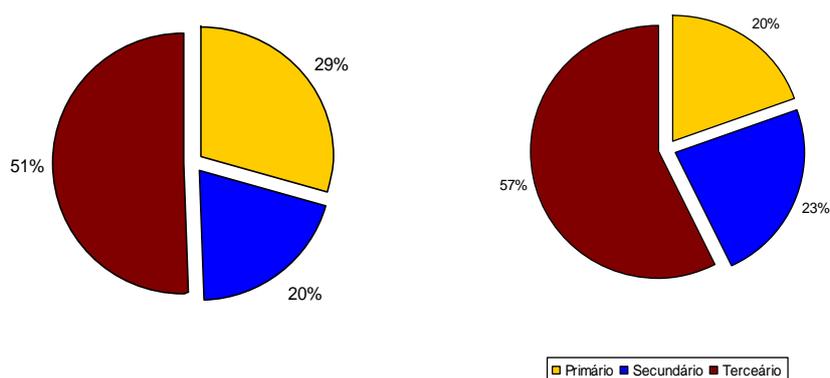
Quadro 6: Variação da estrutura etária da população residente em Alto Trás-os-Montes, entre 1991 e 2001 (%)

Unidade Territorial	1991			2001		
	0 -14	15-64	>65	0 -14	15-64	>65
Alto Trás-os-Montes	20,0	62,7	17,3	13,8	63,5	22,7
Alfândega da Fé	17,6	62,2	20,1	12,5	59,8	27,7
Boticas	19,7	61,2	19,1	12,8	60,2	27,0
Bragança	19,4	64,4	16,2	13,9	66,5	19,5
Chaves	20,1	64,2	15,6	14,4	65,9	19,8
Macedo de Cavaleiros	21,2	62,8	16,0	14,4	63,2	22,4
Miranda do Douro	16,1	64,1	19,9	11,4	61,8	26,8
Mirandela	21,0	63,4	15,6	15,3	64,7	20,0

Unidade Territorial	1991			2001		
	0 -14	15-64	>65	0 -14	15-64	>65
Mogadouro	18,3	61,8	19,9	12,5	61,6	25,9
Montalegre	20,2	59,3	20,6	13,1	59,6	27,3
Murça	22,2	61,3	16,6	14,1	62,6	23,3
Valpaços	20,0	62,8	17,2	13,6	61,6	24,8
Vila Pouca de Aguiar	23,1	61,9	15,0	15,2	64,2	20,7
Vimioso	18,6	60,3	21,1	11,1	57,9	31,0
Vinhais	17,6	60,4	22,0	10,6	59,4	29,9

Fonte: INE – Portugal, Recenseamentos Gerais da População, 1991 e 2001.

Figura 7: Sectores de actividade económica em Vinhais e na sub-região (2001)



Fonte: INE - Portugal

Nos últimos 20 anos, a estrutura económica do concelho de Vinhais tem sofrido algumas alterações, verificando-se uma clara diminuição de activos afectos ao sector primário e um contínuo reforço do sector terciário.

Nota-se que a estrutura económica de Vinhais, possui uma distribuição de activos diferente do que é habitual, já que é preponderante o sector terciário, seguido do primário e, só depois, do secundário.

Destaque-se ainda, em 1981, o sector primário era dominante na economia concelhia (67%), sendo que, em 2001, representava já 29,3%.

O sector secundário é o menos representativo com prejuízo claro no desenvolvimento e fortalecimento da estrutura económica. Esta situação fica a dever-se à reduzida mão-de-obra disponível, à fraca formação profissional nas actividades do sector e a carências ao nível dos serviços de apoio.

O tecido empresarial de Vinhais é constituído, maioritariamente, por pequenas empresas (1 a 4 trabalhadores), tal como acontece, de um modo geral, a nível regional e nacional. A evolução da **estrutura empresarial** do concelho evidencia um protagonismo crescente do emprego (segmento informal – INE) em empresas relacionadas com as “Actividades comerciais e de reparação de automóveis, motociclos e de bens de usos pessoal e doméstico” (34,8%). As “actividades agrícolas, de produção animal, caça, silvicultura e pesca” são o sector com o 2º maior peso de empresas no total concelhio (25,6) cujo valor é relativamente superior ao registado pelo Alto de Trás-os-Montes (22,2%) e bastante superior ao que é registado ao nível da região norte (6%). Em terceiro e quarto lugar surgem o “alojamento e restauração” e a “construção” (12,1%, 7,3%, respectivamente), possuindo uma importância relativa ligeiramente inferior à registada pelo Alto de Trás-os-Montes.

Das empresas existentes no concelho, só 12% laborava numa lógica empresarial, sendo que cerca de 88% são empresas em nome individual, sem registo de empregados.

O grau de **qualificação e as habilitações literárias** são um factor importantíssimo no arranque e na sustentação de processos de desenvolvimento. Entre 1991 e 2001, o concelho de Vinhais assistiu a uma leve diminuição da sua taxa de analfabetismo, que passou dos 22,9% para os 21,0%, sendo, no entanto, a quarta mais elevada da sub-região de Alto Trás-os-Montes, 3,3% acima da média regional.

Quadro 7: Nível de escolaridade nos concelhos da sub-região do Alto Trás-os-Montes (2001)

Unidade Territorial	População Residente (2001)	nenhum nível ensino	1º ciclo EB	2º ciclo EB	3º ciclo EB	Ens. Secundário	Ens. Médio	Ens. Superior	Analfabetos com 10 ou mais anos
ALTO TRÁS-OS-MONTES	235241	18.0%	38.6%	11.0%	8.8%	10.3%	0.4%	7.8%	13.8%
Alfândega da Fé	6734	18.3%	38.7%	9.7%	8.2%	8.1%	0.4%	5.2%	14.7%
Bragança	33055	16.7%	36.7%	10.8%	10.6%	14.6%	0.8%	15.0%	11.7%
Macedo de Cavaleiros	18930	17.8%	37.7%	11.2%	8.7%	9.0%	0.3%	7.4%	13.2%
Miranda do Douro	8697	19.5%	38.3%	10.6%	8.5%	8.6%	0.2%	6.8%	15.5%
Mirandela	25209	18.4%	38.5%	13.2%	9.4%	13.0%	0.5%	9.4%	13.0%
Mogadouro	12188	19.0%	39.1%	10.2%	8.2%	8.6%	0.4%	6.6%	15.2%
Vimoso	6323	21.6%	35.6%	9.9%	6.7%	5.6%	0.2%	4.5%	18.6%
Vinhais	12727	19.3%	36.9%	11.1%	6.4%	6.0%	0.3%	3.6%	16.5%
Boticas	7936	20.6%	36.4%	9.5%	5.9%	5.7%	0.1%	2.6%	18.0%
Chaves	40940	16.9%	41.4%	11.8%	10.9%	14.3%	0.7%	10.6%	12.2%
Montalegre	15464	21.2%	33.1%	9.5%	7.5%	6.9%	0.1%	4.2%	17.2%
Murça	7371	17.6%	40.3%	11.3%	8.8%	8.1%	0.3%	5.2%	13.5%
Valpaços	22586	18.1%	41.3%	9.4%	6.8%	6.9%	0.2%	3.7%	14.6%
Vila Pouca de Aguiar	17081	15.2%	40.6%	12.0%	7.5%	7.8%	0.2%	4.5%	11.4%

Fonte: INE – Portugal, Censos 2001.

Assim sendo, e como seria de esperar, o concelho de Vinhais é o que tem a quinta percentagem mais alta de população sem nenhum nível de ensino (19.3%, contra os 18.0% da sub-região) e a segunda mais baixa de população com curso superior (3.6%, face aos 7.8% assumidos pelo total da sub-região).

Desta análise, ressalta, ainda, a necessidade de que seja feito um investimento considerável em cursos médios e profissionalizantes, tão necessários à estrutura produtiva concelhia.

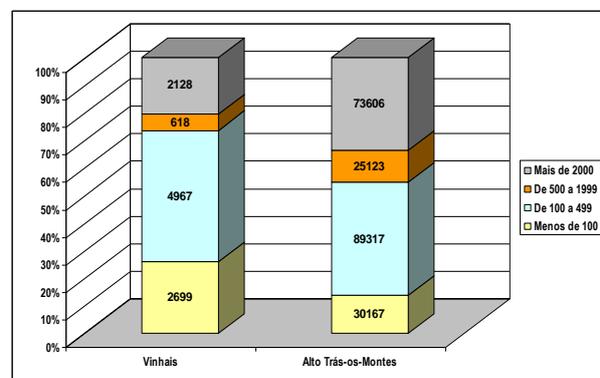
2.2.2 Povoamento e Estrutura Urbana

A forma como se processa a evolução da ocupação humana no território depende da influência das alterações que se vão operando aos níveis demográfico e sócio-económico.

No concelho de Vinhais, a população concentrava-se, maioritariamente (22.4%), e como já se teve oportunidade de referir, na Vila de Vinhais (2382 habitantes), sendo ainda de destacar que 48% da população residente habitava em lugares com uma população entre os 100 e os 499 habitantes.

No Alto de Trás-os-Montes, o grosso da população (54.7%) reside em aglomerados urbanos com menos de 500 habitantes, numa distribuição urbana menos polarizada. Destaque para as cidades de Chaves e Bragança, que, nesta sub-região, se assumem como grandes pólos urbanos.

Figura 8: População Residente por dimensão do lugar - sub-região e concelho de Vinhais (2001)

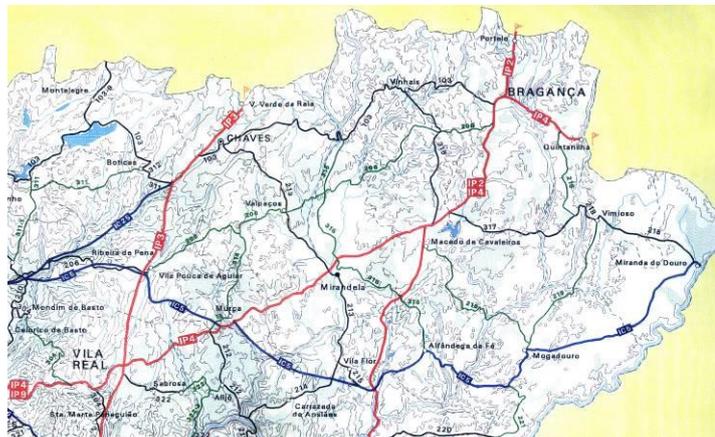


Fonte: INE - Portugal

2.2.3 Quadro de Acessibilidades

A questão das acessibilidades é fundamental para a integração do concelho ao nível supra local, já que constitui um factor que, tantas vezes, condiciona ou fomenta afinidades e complementaridades entre regiões, facilitando a sua afirmação regional. Esta só pode ser concretizada através do estabelecimento de uma rede de transportes e acessibilidades realmente eficaz, em que se proceda à articulação dos níveis regional e nacional.

Figura 9: Plano Rodoviário Nacional 2000 (PRN2000)



Fonte: Instituto de Estradas de Portugal

O território do concelho de Vinhais é atravessado por um eixo viário (EN 103) de muita importância no contexto concelhio, e com alguma importância regional. As ligações ao exterior do Concelho, são asseguradas por:

- EN 103, atravessa o concelho na direcção Este-Sudoeste (pelas freguesias de Soeira, Vila Verde, Vinhais, Sobreiró de Baixo, Curopos e Rebordelo), sendo através dela que se efectuam ligações ao IP4 e ao IP2, a Nascente, próximo de Bragança, e ao IP3, a Poente, junto da cidade de Chaves;
- EN 206, atravessa o concelho na direcção Sudeste-Sul, pelas freguesias de Edrosa, Penhas Juntas e Agrochão. Para além de efectuar a ligação ao IP4 (perto de Nogueira, em Bragança) é a via que liga o concelho de Vinhais a Valpaços;
- EN 316, desenvolve-se, aproximadamente, na área central do concelho, na direcção Norte-Sul. Liga a sede de concelho, a algumas freguesias do norte de Concelho: Vilar de Ossos, Tuizelo e à EN 308; e Vinhais ao concelho de Macedo de Cavaleiros, para Sul, pelas freguesias de Vila Boa de Ousilhão e Ousilhão. É no concelho de Macedo de Cavaleiros, junto a Podençe, que se pode aceder ao IP4;
- EN 315, junto de Rebordelo e da fronteira Sudoeste, é responsável pela ligação do concelho com Mirandela, sendo que, junto de V. N. de Patas, também pode aceder ao IP4.

Relativamente às principais ligações no interior do Concelho, para além das referidas EN 103, EN 316 e EN 206, a EN 308 que atravessa a parte Norte do concelho, no sentido Nordeste-Noroeste, e liga as freguesias de Moimenta, Tuizelo, Santalha e Penso.

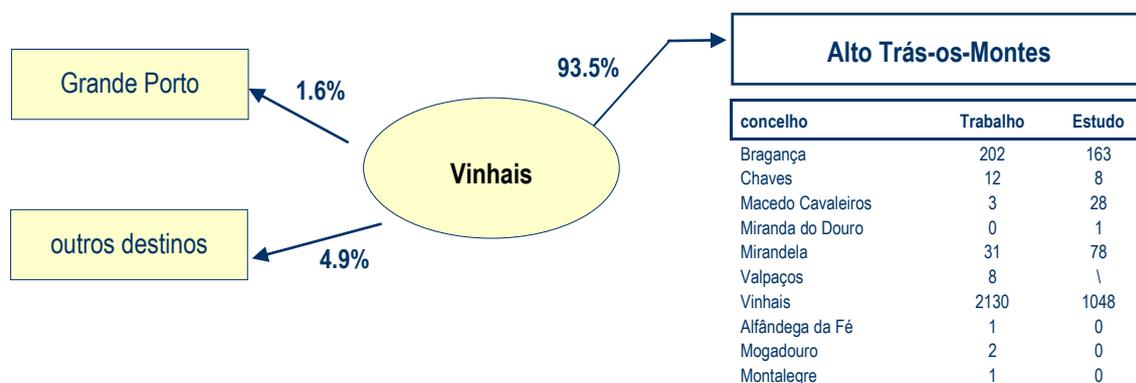
Ao nível rodoviário, o serviço de transporte colectivo rodoviário é bastante escasso, sendo assegurado por dois operadores (RodoNorte e Auto Viação do Tâmega), os quais asseguram 1 carreira regular lugar e 1 carreira interurbana.

2.2.4 Mobilidade e Complementaridades Económicas

A avaliação do grau de integração económica de um concelho no quadro regional, assim como as interdependências territoriais, passa pelo fluxo de pessoas, bens e capitais que se estabelecem entre o concelho e o exterior. Apesar da informação estatística disponível não permitir aferir das dinâmicas económicas inter-concelhias, será realizada uma breve análise dos movimentos pendulares casa/trabalho e casa/escola.

De acordo com os dados obtidos no Instituto Nacional de Estatística, referentes aos Censos de 2001, o concelho de Vinhais gerou um total de 3974 deslocações, sendo 2532 (63.7%) relacionadas com trabalho e 1442 (36.3%) por motivos de estudo. Refira-se ainda que, do total de deslocações, 93.5% tiveram como destino a sub-região de Alto Douro e Trás-os-Montes e 80.0% como origem e destino o concelho de Vinhais, 2130 – Trabalho, 1048 – Estudo. O esquema abaixo é representativo das deslocações geradas pelo concelho de Vinhais.

Figura 10: Principais fluxos pendulares com origem no concelho de Vinhais



Fonte: INE, Plural

Apresentam-se, de seguida, os dados relativos às deslocações efectuadas de forma mais pormenorizada de modo a facilitar a sua análise. Das deslocações efectuadas por motivos de estudo são de destacar as que têm por destino o próprio concelho e o de Bragança (Ensino Básico, Secundário e Superior), e as que têm por destino estabelecimentos de ensino universitário noutros concelhos (por exemplo, Grande Porto – Porto).

Quadro 8: Movimentos pendulares originados em Vinhais, por sub-região de destino

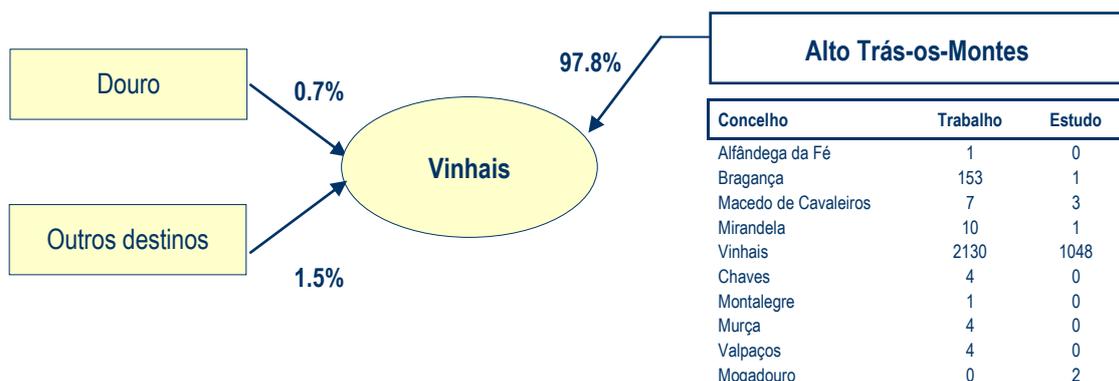
Sub-região	Trabalho	Estudo
Cávado	3	15
Ave	5	1
Grande Porto	30	33
Tâmega	18	2
Douro	20	20
Alto Trás-os-Montes	2390	1327
Baixo Vouga	11	3
Pinhal Interior Norte	1	-
Baixo Mondego	-	8
Dão-Lafões	6	2
Beira Interior Norte	3	5

Sub-região	Trabalho	Estudo
Beira Interior Sul	-	5
Cova da Beira	-	4
Grande Lisboa	29	12
Médio Tejo	7	-
Península de Setúbal	-	3
Lezíria do Tejo	4	1
Alentejo Litoral	2	-
Baixo Alentejo	1	1
Algarve	2	0
TOTAL	2532	1442

Fonte: INE – Portugal, Censos 2001

No que diz respeito aos movimentos pendulares com destino ao concelho de Vinhais, em 2001, foram contabilizadas um total de 3443 deslocações: 68.7% por razões profissionais e as restantes 31.3% relacionadas com a actividade escolar. Do total, 97.8% tiveram como origem concelhos da sub-região e 92.3% tiveram origem no concelho de Vinhais. Veja-se o esquema representativo dos principais fluxos pendulares, com destino a Vinhais:

Figura 11: Principais fluxos pendulares com destino ao concelho de Vinhais



Fonte: Fonte: INE, Plural

Os movimentos no interior do concelho são, uma vez mais, muito expressivos. O concelho de Vinhais manifesta pouca capacidade em atrair população na sua envolvente territorial, sendo polarizado pelos concelhos limítrofes.

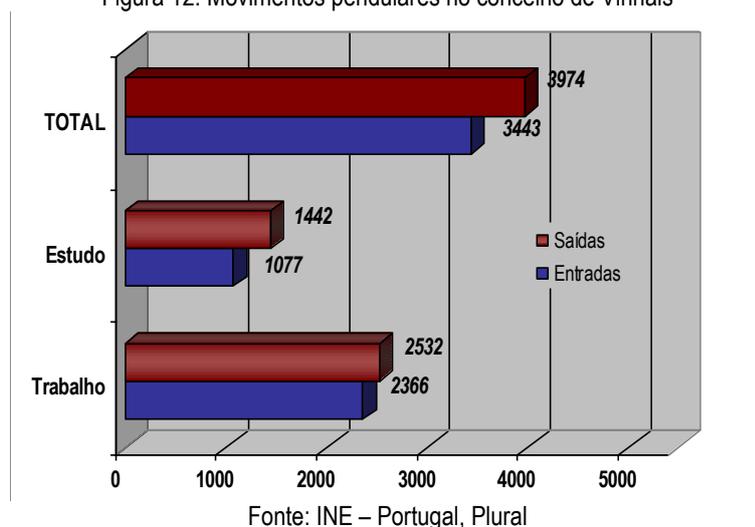
Quadro 9: Movimentos pendulares com destino a Vinhais, por sub-região de origem

Sub-região	Trabalho	Estudo	Sub-região	Trabalho	Estudo
Minho Lima	7	-	Pilhal Interior Norte	1	-
Cávado	4	-	Dão-Lafões	5	-
Ave	10	-	Beira Interior Norte	6	-
Grande Porto	3	1	Grande Lisboa	1	-
Tâmega	1	-	Médio Tejo	1	-
Douro	8	15	Lezíria do Tejo	0	6
Ato de Trás-os-Montes	2312	1055	R. A. Açores		
Baixo Vouga	4	-	TOTAL	2532	1442
Baixo Mondego	2	-			

Fonte: INE – Portugal, Censos 2001

Concluindo, em 2001, o concelho de Vinhais possuía um saldo pendular negativo em 166 postos de trabalho.

Figura 12: Movimentos pendulares no concelho de Vinhais



O saldo pendular negativo de 531, é indicativo de alguma dependência do concelho no que se refere à oferta de ensino e emprego na envolvente sendo particularmente polarizado pelo concelho de Bragança. Por sua vez, a capacidade atractiva de Vinhais é exercida com maior destaque sobre os residentes em Bragança, o que evidencia as fortes relações de vizinhança entre os dois concelhos.

3. CONDIÇÕES ECONÓMICAS E SOCIAIS

3.1 CARACTERIZAÇÃO DEMOGRÁFICA

3.1.1 Introdução

A caracterização demográfica no âmbito de um Plano Municipal de Ordenamento do Território é um contributo indispensável para o desenvolvimento de estratégias orientadas para uma melhor e mais ajustada intervenção territorial.

Mais do que conhecer os quantitativos demográficos ou as densidades populacionais ou, ainda, efectuar retrospectivas históricas recuadas, interessa sublinhar a qualidade da estrutura do conjunto dos indivíduos residentes no concelho, a respectiva distribuição por grupos etários e pelos índices resumo, construir cenários possíveis para estimar a população e as suas características para o horizonte de vigência do Plano Director Municipal.

A presente revisão do PDM de Vinhais integra os Resultados Definitivos do XIV Recenseamento Geral da População e IV da Habitação, embora ainda não permitam dar a conhecer a totalidade dos domínios da abordagem demográfica, como é o caso das componentes do crescimento demográfico. Assim, ressalva-se que estas (crescimento natural e crescimento migratório) reportam aos Resultados Preliminares do mesmo Recenseamento, os quais, para o concelho de Vinhais, em termos de população total, relativamente aos Resultados Definitivos, diferem em apenas 14 indivíduos.

A metodologia adoptada privilegiou as componentes comparativa, quantitativa e qualitativa. Sempre que se justificou, as comparações foram feitas com a sub-região de Alto de Trás-os-Montes (NUT III), que é composta por catorze municípios que, no seu conjunto, apresentam uma certa homogeneidade e identidade, ao contrário da Região Norte que já apresenta, no seu interior, concelhos com traços e comportamentos bastante distintos.

3.1.2 Ocupação do Território – Distribuição Geográfica da População

Com uma superfície de 695 Km² (cerca de 9 do total da superfície da NUT III – Alto Trás-os-Montes) e 10646 habitantes, o concelho de Vinhais insere-se numa sub-região pouco povoada onde a evolução demográfica tem sido marcada, desde 1960, pelo progressivo esvaziamento demográfico, o que se tem reflectido no mesmo sentido, na densidade populacional, que se situa actualmente nos 15 hab./Km² (Quadro 10)). Este valor confere-lhe um índice de ocupação inferior à média da sub-região em que se insere, que era, em Março de 2001, de 27 hab./Km².

Quadro 10: Evolução da densidade populacional nos concelhos da sub-região Alto Trás-os-Montes, entre 1981 e 2001

Unidade Territorial	População Residente			Área (Km ²)	Densidade Populacional		
	1981	1991	2001		1981	1991	2001
Sub-região de Alto Trás-os-Montes	272486	235241	223333	8.167,9	33,4	28,8	27,3
Alfândega da Fé	7925	6734	5963	321,9	24,6	20,9	18,5
Boticas	8773	7936	6417	322,0	27,2	24,6	19,9
Bragança	35380	33055	34750	1.173,6	30,1	28,2	29,6
Chaves	45883	40940	43667	591,3	77,6	69,2	73,8
Macedo de Cavaleiros	21608	18930	17449	699,2	30,9	27,1	25,0
Miranda do Douro	9948	8697	8048	488,0	20,4	17,8	16,5
Mirandela	28879	25209	25819	659,0	43,8	38,3	39,2
Mogadouro	15340	12188	11235	755,6	20,3	16,1	14,9
Montalegre	19403	15464	12762	805,8	24,1	19,2	15,8
Murça	8518	7371	6752	189,4	45,0	38,9	35,6
Valpaços	26066	22586	19512	548,8	47,5	41,2	35,6
Vila Pouca de Aguiar	20121	17081	14998	437,1	46,0	39,1	34,3
Vimioso	8500	6323	5315	481,5	17,7	13,1	11,0
Vinhais	16142	12727	10646	694,9	23,2	18,3	15,3

Fonte: INE-Portugal, Anuário Estatístico da Região Norte, 2003 e Censos 2001

Internamente, verificam-se algumas assimetrias na ocupação do espaço, destacando-se, segundo os Censos 2001, como as freguesias mais densamente povoadas: Vinhais (70,6 hab/Km²), Rebordelo (30 hab/km²), Vale das Fontes (25,8 hab/Km²) e Vila Boa de Ousilhão (25,6 hab/Km²). As freguesias menos povoadas são Mofreita (3,5 hab/Km²), Pinheiro Novo (3,9 hab/Km²), Fresulfe (5,5 hab/Km²) e Montouto (5,9 hab/Km²).

As alterações mais significativas ocorridas a este nível na década de 90, estão relacionadas com a diminuição generalizada das densidades populacionais em quase todas as freguesias, à excepção de Vinhais que passou de 64 hab/Km², em 1991 para 71 hab/Km², em 2001, sendo as mais afectadas por este fenómeno, as freguesias de Rebordelo, Ervedosa, Candedo, Vilar Peregrinos e Vale das Fontes (Quadro 11).

Quadro 11: Evolução da Densidade Populacional do concelho de Vinhais, por freguesias, entre 1940 e 2001

Freguesias	Área (Km ²)	Densidade Populacional (hab/Km ²)						
		1940	1950	1960	1970	1981	1991	2001
Agrochão	18,1	33,1	38,7	43,7	26,6	29,5	20,6	16,2
Alvaredos	6,4	36,8	34,9	45,4	30,0	27,5	18,4	13,1
Candedo	22,3	29,0	31,5	34,9	27,2	28,2	23,5	18,0
Celas	36,8	21,7	24,9	26,7	15,9	14,7	12,8	9,9
Curopos	21,6	26,6	30,0	34,2	24,5	21,8	15,8	12,9
Edral	26,5	27,3	28,1	32,5	19,9	17,4	11,9	10,0
Edrosa	22,6	20,8	23,3	27,9	14,9	12,7	11,4	8,1
Ervedosa	31,0	30,4	29,8	36,6	22,0	23,2	20,8	14,4
Fresulfe	18,2	20,7	20,2	21,5	12,7	10,4	8,3	5,5
Mofreita	12,5	19,0	19,2	24,4	12,3	10,9	7,8	3,5
Moimenta	17,4	32,6	31,4	36,9	22,1	16,9	14,4	10,6

Freguesias	Área (Km ²)	Densidade Populacional (hab/Km ²)						
		1940	1950	1960	1970	1981	1991	2001
Montouto	27,8	22,8	22,8	21,1	16,2	11,0	7,2	5,9
Nunes	8,5	42,2	40,7	51,2	31,4	32,5	24,4	21,9
Ousilhão	14,9	32,5	26,6	33,4	19,7	17,0	13,1	9,1
Paçó	16,9	29,7	34,6	33,5	24,6	23,4	15,1	13,9
Penhas Juntas	27,6	23,8	24,5	29,1	23,8	17,9	13,9	9,6
Pinheiro Novo	32,9	18,8	15,9	17,1	10,3	8,5	5,2	3,9
Quirás	27,2	29,6	33,5	36,5	21,3	16,6	12,4	8,3
Rebordelo	22,2	57,0	57,2	70,4	53,5	47,6	37,4	30,0
Santa Cruz	10,5	26,5	21,9	30,9	18,5	16,0	9,8	6,9
Santalha	27,7	28,2	29,2	35,2	20,6	18,3	16,2	11,3
São Jumil	8,0	28,3	28,3	29,6	19,8	15,8	11,1	7,8
Sobreiró de Baixo	18,7	33,8	36,0	41,9	32,9	24,7	23,9	21,6
Soeira	14,0	38,7	35,4	29,9	20,4	15,2	10,6	8,6
Travanca	11,7	28,7	23,6	26,0	13,8	16,0	12,9	10,2
Tuizelo	34,8	36,1	29,5	37,7	27,2	23,2	17,7	14,5
Vale das Fontes	16,7	73,0	59,6	76,2	44,4	41,2	31,4	25,8
Vale de Janeiro	15,0	24,0	28,7	25,2	18,7	14,7	12,0	10,2
Vila Boa de Ousilhão	7,6	64,0	62,9	70,1	47,7	45,5	26,3	25,6
Vila Verde	14,3	41,5	36,6	42,6	46,3	24,1	19,7	16,8
Vilar de Lomba	22,0	15,9	16,2	21,0	17,2	14,9	10,7	9,3
Vilar de Ossos	16,4	43,7	49,2	55,1	37,2	32,6	26,4	21,0
Vilar de Peregrinos	12,5	39,6	41,1	43,5	27,3	25,8	18,7	13,1
Vilar Seco de Lomba	20,2	37,3	37,8	40,0	29,0	23,7	17,6	14,4
Vinhais	33,8	80,7	86,2	94,2	68,4	73,3	64,3	70,6
Concelho de Vinhais	694,8	33,4	33,6	38,3	26,0	23,2	18,3	15,3

Fonte: PDM em vigor; INE- Portugal, Recenseamentos Gerais da População 1940-2001

A análise da estrutura do povoamento do concelho revela uma população concentrada em pequenos aglomerados dispersos no território concelhio. Em 2001, e como já acontecia em 1991, a maior parte da população (cerca de 72%) residia em lugares de dimensão inferior a 500 habitantes (Quadro 12), existindo, por outro lado, o aglomerado de Vinhais que representava 20 da população residente.

Não obstante, em apenas dez anos (1991/2001) emergiram duas tendências de assinalar, uma no sentido da disseminação da ocupação humana e outra no sentido do reforço da concentração populacional em torno de um aglomerado : (i) aumento do número de lugares de muito pequena dimensão (até 100 habitantes), em paralelo com o incremento da população isolada/residual (+50%); (ii) aumento da população no principal pólo demográfico (Vinhais).

De 1991 para 2001, destacam-se como principais alterações na estrutura do povoamento:

- aumento do número total de lugares do concelho (passa de 96, em 1991, para 102, em 2001), em paralelo com o aumento significativo da população isolada (de 182, pessoas em 1991, passam a 234 pessoas, em 2001);
- aumento dos lugares com menos de 100 pessoas, sendo estes os que existem em maior número. O incremento registado foi, não só em termos do número de lugares (44, em 1991, e 53, em 2001), como também em termos do peso populacional que estes lugares detêm a nível concelhio (em 1991, representavam 21,4% e, em 2001, passaram a representar 25,4%), embora o número de indivíduos nestes lugares tenha registado uma ligeira diminuição (de 2726 habitantes, em 1991, passaram a 2699 habitantes, em 2001);
- diminuição do número de lugares com entre 200 e 499 habitantes (em 1991, existiam 9 lugares com um total de 2533 residentes e, em 2001, os lugares passam a quatro, com 1074 indivíduos - menos 56%);
- o único lugar com população entre 1000 e 1999 habitantes, em 1991 – Vinhais - reforça a sua posição em 2001 (passando para o escalão de dimensão entre 2000 a 4999 habitantes), quer em termos de indivíduos (mais 236 habitantes), como do peso que este lugar detém nos quantitativos populacionais do concelho (em 1991, representava 14,9 % da população residente; em 2001, esse valor sobe para os 20,0 %).

Quadro 12: Evolução da população residente por dimensão dos lugares, no concelho de Vinhais, entre 1991 e 2001

Escalões de Dimensão	1991			2001		
	N.º de lugares	População Residente	%	N.º de lugares	População Residente	%
Menos de 100 hab.	44	2726	21,4	53	2699	25,4
De 100 a 199 hab.	31	4587	36,0	28	3893	36,6
De 200 a 499 hab.	9	2533	19,9	4	1074	10,1
De 500 a 999 hab.	1	807	6,3	1	618	5,8
De 1000 a 1999 hab.	1	1892	14,9	-	-	-
2000 a 4999 hab.	-	-	-	1	2128	20,0
Pop. Isolada/Residual	10	182	1,4	15	234	2,2
Total Concelho	96	12727	100,0	102	10646	100,0

Fonte: INE-Portugal, Recenseamentos Gerais da População, 1991 e 2001

A contribuição de cada uma das 35 freguesias do concelho é a que se apresenta no quadro seguinte, em que a freguesia que abrange a Vila de Vinhais (Vinhais) representa 22,4% do total do concelho, sendo seguida, mas já a uma distância considerável, pela freguesia de Rebordelo (6,2%). Os restantes contributos oscilam, indiscriminadamente, entre os 4,7% e os 0,4%. De um modo geral, entre 1981 e 2001, e em termos de volume

demográfico, a tendência desenhada é a da diminuição do peso da maioria das freguesias a favor do aumento de importância da freguesia que integra a vila de Vinhais.

Quadro 13: Contribuição de cada freguesia para o total da população residente no concelho de Vinhais

Freguesias	1981		1991		2001	
	Total	%	Total	%	Total	%
Agrochão	533	3,3	373	2,9	293	2,8
Alvaredos	175	1,1	117	0,9	83	0,8
Candedo	629	3,9	525	4,1	401	3,8
Celas	541	3,4	470	3,7	365	3,4
Curopos	469	2,9	340	2,7	278	2,6
Edral	461	2,9	314	2,5	265	2,5
Edrosa	287	1,8	258	2,0	184	1,7
Ervedosa	719	4,5	645	5,1	445	4,2
Fresulfe	189	1,2	151	1,2	100	0,9
Mofreita	136	0,8	97	0,8	44	0,4
Moimenta	293	1,8	249	2,0	184	1,7
Montouto	305	1,9	201	1,6	165	1,5
Nunes	277	1,7	208	1,6	187	1,8
Ousilhão	253	1,6	194	1,5	135	1,3
Paçó	396	2,5	255	2,0	236	2,2
Penhas Juntas	492	3,0	382	3,0	265	2,5
Pinheiro Novo	281	1,7	170	1,3	127	1,2
Quirás	452	2,8	337	2,6	225	2,1
Rebordelo	1054	6,5	828	6,5	665	6,2
Santa Cruz	168	1,0	103	0,8	72	0,7
Santalha	506	3,1	447	3,5	312	2,9
São Jumil	126	0,8	88	0,7	62	0,6
Sobreiró de Baixo	461	2,9	446	3,5	404	3,8
Soeira	212	1,3	148	1,2	120	1,1
Travanca	186	1,2	150	1,2	119	1,1
Tuizelo	806	5,0	617	4,8	505	4,7
Vale das Fontes	686	4,2	522	4,1	430	4,0
Vale de Janeiro	220	1,4	180	1,4	153	1,4
Vila Boa de Ousilhão	347	2,1	201	1,6	195	1,8
Vila Verde	344	2,1	281	2,2	240	2,3
Vilar de Lomba	328	2,0	236	1,9	205	1,9
Vilar de Ossos	533	3,3	431	3,4	344	3,2
Vilar de Peregrinos	323	2,0	234	1,8	164	1,5
Vilar Seco de Lomba	479	3,0	357	2,8	292	2,7
Vinhais	2475	15,3	2172	17,1	2382	22,4
Concelho de Vinhais	16142	100,0	12727	100,0	10646	100,0

Fonte: INE- Portugal, Recenseamentos Gerais da População 1981, 1991, 2001

3.1.3 Evolução da População Residente

O concelho de Vinhais, à semelhança da maioria dos concelhos do Alto de Trás-os-Montes, tem vindo, progressivamente, a perder população, segundo informação posterior a 1940. Efectivamente, Vinhais, entre

1940 e 2001, perdeu aproximadamente 12582 pessoas (de 23228 habitantes, em 1940, passou para 10646, em 2001).

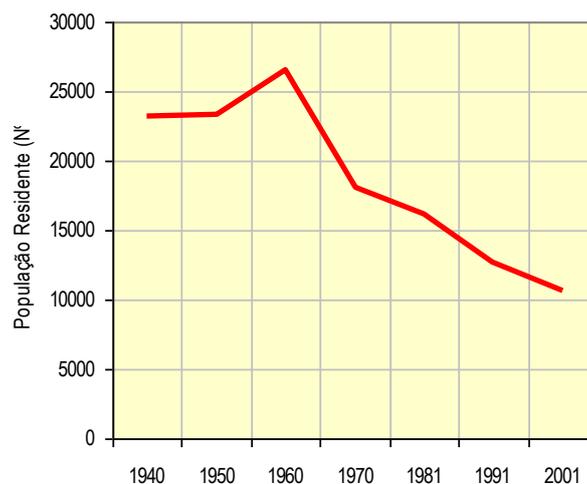
Depois de um máximo populacional de 26577 habitantes, atingido em 1960, a culminar um processo de crescimento populacional, o concelho de Vinhais entrou numa fase de progressivo decréscimo demográfico, que se mantém até hoje.

Efectivamente, na década 60, o concelho de Vinhais registou uma acentuada quebra demográfica da ordem dos 32% (menos 8482 habitantes), perfeitamente enquadrada no contexto sócio-económico da época, e parcialmente associada ao conflito colonial e à atracção crescente que vinham gerando as áreas metropolitanas de Porto e Lisboa e os países do centro da Europa. A incidência conjunta destes fenómenos levou a uma grande mobilização de emigrantes, incidindo, particularmente, sobre os concelhos rurais do interior, como Vinhais.

As décadas seguintes continuam a ser palco de sucessivos decréscimos demográficos, mas a ritmos inferiores do que o registado na década de 60. Com efeito, na década de 70, o concelho de Vinhais vê diminuir a sua população em cerca de 10,8% (menos 1953 habitantes), enquanto que na década seguinte, esse valor volta a subir, atingindo os 21,2%, o que significa que, entre 1981 e 1991, o concelho de Vinhais perdeu cerca de 3415 habitantes.

Na década de 90, o concelho de Vinhais vê, novamente, abrandar ligeiramente o ritmo de decréscimo populacional, perdendo cerca de 16,4% da população, o que, em termos absolutos, representou menos 2081 residentes.

Figura 13: Evolução da população residente no concelho de Vinhais, entre 1940 e 2001



Fonte: INE-Portugal, Recenseamentos Gerais da População, 1940 a 2001

Nas duas últimas décadas, o concelho de Vinhais acompanha a evolução tendencial do conjunto sub-regional em que se insere. Com efeito, quer na década de 80, quer na década de 90, Vinhais está entre os concelhos que

mais perderam população do Alto de Trás-os-Montes: na década de 80 é o segundo concelho que perde mais população na sub-região (-21,2%) contra -13,7% do Alto de Trás-os-Montes, enquanto que na década de 90 é o terceiro concelho com o maior decréscimo populacional na sub-região, registando uma quebra de, aproximadamente, 16,4% na sua população residente, valor superior ao registado em Alto Trás-os-Montes (-5,1%).

Quadro 14: Evolução da população residente nos concelhos da sub-região do Alto de Trás-os-Montes, entre 1981 e 2001

Unidade Territorial	População Residente			Variação Populacional (%)	
	1981	1991	2001	1981/91	91/2001
Sub-região de Alto Trás-os-Montes	272486	235241	223333	-13,7	-5,1
Alfândega da Fé	7925	6734	5963	-15,0	-11,4
Boticas	8773	7936	6417	-9,5	-19,1
Bragança	35380	33055	34750	-6,6	5,1
Chaves	45883	40940	43667	-10,8	6,7
Macedo de Cavaleiros	21608	18930	17449	-12,4	-7,8
Miranda do Douro	9948	8697	8048	-12,6	-7,5
Mirandela	28879	25209	25819	-12,7	2,4
Mogadouro	15340	12188	11235	-20,5	-7,8
Montalegre	19403	15464	12762	-20,3	-17,5
Murça	8518	7371	6752	-13,5	-8,4
Valpaços	26066	22586	19512	-13,4	-13,6
Vila Pouca de Aguiar	20121	17081	14998	-15,1	-12,2
Vimioso	8500	6323	5315	-25,6	-15,9
Vinhais	16142	12727	10646	-21,2	-16,4

Fonte: INE - Portugal, Recenseamentos Gerais da População, 1981, 1991 e 2001

Em termos relativos, esse decréscimo populacional reflecte-se igualmente no peso do concelho de Vinhais no total sub-regional: enquanto que, em 1991, cerca de 5,4% da população total de Alto Trás-os-Montes residia no concelho de Vinhais, em 2001, esse valor desce ligeiramente para os 4,8%, verificando um peso ainda inferior aos 5,9% registados duas décadas antes (1981).

Quadro 15: Evolução do peso demográfico no concelho de Vinhais e no Alto de Trás-os-Montes

Unidade Territorial	1981		1991		2001	
	População Residente	Peso (%)	População Residente	Peso (%)	População Residente	Peso (%)
Sub-região de Alto Trás-os-Montes	272486	-	235241	-	223333	-
Concelho de Vinhais	16142	5.9	12727	5.4	10646	4.8

Fonte: INE, Recenseamentos Gerais da População, 1991 e 2001

A análise da escala intra-concelhia permite identificar os grandes traços da evolução demográfica, por freguesias (Quadro 16).

O decréscimo populacional registado entre 1960 e 1970, ao nível concelhio, foi generalizável a todas as freguesias, exceptuando-se a freguesia de Vila Verde, que, no mesmo período, registou um incremento populacional de cerca de 8,7%. Na década seguinte, apesar da tendência de decréscimo populacional da maioria das freguesias, Travanca (15,5%), Agrochão (11,0%), Vinhais (7,1%), Ervedosa (5,3%), Candedo (3,8%) e Nunes (3,4%) registaram aumentos populacionais, alimentados, provavelmente, pelo retorno de alguns emigrantes e pela fixação de alguns retornados das ex-colónias².

Entre 1981 e 1991, todas as freguesias perderam população, sendo as freguesias de Vila Boa de Ousilhão (-42,1%), Pinheiro Novo (-39,5%), Santa Cruz (-38, %7), Paçó (-35,6%), Montouto (-34,1%) e Alvaredos (-33,1%) as mais atingidas pelo fenómeno da desertificação. Em 2001, verifica-se o reforço da tendência de decréscimo populacional generalizado em todas as freguesias, com excepção de Vinhais, que aumentou o seu número de efectivos em cerca de 9,7%. Entre 1991 e 2001, as freguesias que sofreram as maiores perdas populacionais foram Mofreita (-54,6%), Fresulfe (-33,8%), Quirás (-33,2%) e Ervedosa (-31,0%).

Veja-se o quadro seguinte:

Quadro 16: Evolução da população residente no concelho de Vinhais, por freguesias, entre 1940 e 2001

Freguesias	População Residente							Taxa de Variação (%)					
	1940	1950	1960	1970	1981	1991	2001	40/50	50/60	60/70	70/81	81/91	91/01
Agrochão	599	700	789	480	533	373	293	16,9	12,7	-39,2	11,0	-30,0	-21,4
Alvaredos	234	222	289	191	175	117	83	-5,1	30,2	-33,9	-8,4	-33,1	-29,1
Candedo	647	703	778	606	629	525	401	8,7	10,7	-22,1	3,8	-16,5	-23,6
Celas	798	914	983	584	541	470	365	14,5	7,5	-40,6	-7,4	-13,1	-22,3
Curopos	573	646	738	529	469	340	278	12,7	14,2	-28,3	-11,3	-27,5	-18,2
Edral	722	743	859	526	461	314	265	2,9	15,6	-38,8	-12,4	-31,9	-15,6
Edrosa	470	526	632	336	287	258	184	11,9	20,2	-46,8	-14,6	-10,1	-28,7
Ervedosa	941	923	1135	683	719	645	445	-1,9	23,0	-39,8	5,3	-10,3	-31,0
Fresulfe	376	367	390	231	189	151	100	-2,4	6,3	-40,8	-18,2	-20,1	-33,8
Mofreita	237	240	305	154	136	97	44	1,3	27,1	-49,5	-11,7	-28,7	-54,6
Moimenta	565	544	641	383	293	249	184	-3,7	17,8	-40,2	-23,5	-15,0	-26,1
Montouto	634	635	587	452	305	201	165	0,2	-7,6	-23,0	-32,5	-34,1	-17,9
Nunes	360	347	437	268	277	208	187	-3,6	25,9	-38,7	3,4	-24,9	-10,1
Ousilhão	483	396	496	292	253	194	135	-18,0	25,3	-41,1	-13,4	-23,3	-30,4
Paçó	503	586	566	416	396	255	236	16,5	-3,4	-26,5	-4,8	-35,6	-7,5
Penhas Juntas	655	674	801	655	492	382	265	2,9	18,8	-18,2	-24,9	-22,4	-30,6
Pinheiro Novo	619	525	564	340	281	170	127	-15,2	7,4	-39,7	-17,4	-39,5	-25,3
Quirás	805	911	993	580	452	337	225	13,2	9,0	-41,6	-22,1	-25,4	-33,2
Rebordelo	1262	1266	1559	1185	1054	828	665	0,3	23,1	-24,0	-11,1	-21,4	-19,7
Santa Cruz	278	229	324	194	168	103	72	-17,6	41,5	-40,1	-13,4	-38,7	-30,1
Santalha	779	807	973	571	506	447	312	3,6	20,6	-41,3	-11,4	-11,7	-30,2
São Jumil	225	225	236	158	126	88	62	0,0	4,9	-33,1	-20,3	-30,2	-29,5
Sobreiró de Baixo	631	673	782	615	461	446	404	6,7	16,2	-21,4	-25,0	-3,3	-9,4
Soeira	541	494	418	285	212	148	120	-8,7	-15,4	-31,8	-25,6	-30,2	-18,9
Travanca	335	275	303	161	186	150	119	-17,9	10,2	-46,9	15,5	-19,4	-20,7

² Fonte: Plano Director Municipal em Vigor

Freguesias	População Residente							Taxa de Variação (%)					
	1940	1950	1960	1970	1981	1991	2001	40/50	50/60	60/70	70/81	81/91	91/01
Tuizelo	1258	1025	1311	948	806	617	505	-18,5	27,9	-27,7	-15,0	-23,4	-18,2
Vale das Fontes	1216	993	1268	740	686	522	430	-18,3	27,7	-41,6	-7,3	-23,9	-17,6
Vale de Janeiro	359	430	378	280	220	180	153	19,8	-12,1	-25,9	-21,4	-18,2	-15,0
Vila Boa de Ousilhão	488	480	535	364	347	201	195	-1,6	11,5	-32,0	-4,7	-42,1	-3,0
Vila Verde	594	524	609	662	344	281	240	-11,8	16,2	8,7	-48,0	-18,3	-14,6
Vilar de Lomba	351	357	463	379	328	236	205	1,7	29,7	-18,1	-13,5	-28,0	-13,1
Vilar de Ossos	714	805	901	608	533	431	344	12,7	11,9	-32,5	-12,3	-19,1	-20,2
Vilar de Peregrinos	496	516	545	342	323	234	164	4,0	5,6	-37,2	-5,6	-27,6	-29,9
Vilar Seco de Lomba	754	766	810	587	479	357	292	1,6	5,7	-27,5	-18,4	-25,5	-18,2
Vinhais	2726	2911	3179	2310	2475	2172	2382	6,8	9,2	-27,3	7,1	-12,2	9,7
Concelho de Vinhais	23228	23378	26577	18095	16142	12727	10646	0,6	13,7	-31,9	-10,8	-21,2	-16,4

Fonte: INE-Portugal, Recenseamentos Gerais da População, 1940 a 2001

O número de famílias residentes em Vinhais diminuiu 3,6% no espaço de uma década, verificando-se um decréscimo de 154 famílias entre 1991 e 2001, situação diferente da registada na sub-região do Alto de Trás-os-Montes, onde, para o mesmo período, se verificou um aumento do número de famílias residentes (+7,2%).

Paralelamente a este decréscimo do número de famílias residentes, verificam-se igualmente alterações ao nível da estrutura familiar, que se traduzem numa diminuição da dimensão média das famílias. Em Vinhais, passou-se de uma dimensão média de 3,5 pessoas/família, em 1981, para 2,6 pessoas/família, em 2001 (Quadro 17).

Através de uma análise global das freguesias do concelho, encontram-se algumas discrepâncias na dimensão média das famílias, sendo que as freguesias que apresentam uma menor dimensão média são Fresulfe e Mofreita com uma dimensão média de 1,9 pessoas/família, e a que apresenta uma maior dimensão média é Travanca, com 3,4 pessoas /família.

Quadro 17: Variação do número e da dimensão média das famílias entre 1981 e 2001

Freguesias	Número de Famílias (*)			Taxa de Variação (%)		Pessoas/Família		
	1981	1991	2001	81/91	91/01	1981	1991	2001
Agrochão	162	143	118	-11,7	-17,5	3,3	2,6	2,5
Alvaredos	46	39	38	-15,2	-2,6	3,8	3,0	2,2
Candedo	170	170	161	0,0	-5,3	3,7	3,1	2,5
Celas	153	149	129	-2,6	-13,4	3,5	3,2	2,8
Curopos	137	119	104	-13,1	-12,6	3,4	2,9	2,7
Edral	138	113	112	-18,1	-0,9	3,3	2,8	2,4
Edrosa	76	87	72	14,5	-17,2	3,8	3,0	2,6
Ervedosa	202	204	182	1,0	-10,8	3,6	3,2	2,4
Fresulfe	61	57	53	-6,6	-7,0	3,1	2,6	1,9
Mofreita	38	32	23	-15,8	-28,1	3,6	3,0	1,9
Moimenta	108	87	71	-19,4	-18,4	2,7	2,9	2,6
Montouto	88	75	74	-14,8	-1,3	3,5	2,7	2,2
Nunes	74	67	73	-9,5	9,0	3,7	3,1	2,6
Ousilhão	76	72	59	-5,3	-18,1	3,3	2,7	2,3
Paçó	104	87	90	-16,3	3,4	3,8	2,9	2,6

Freguesias	Número de Famílias (*)			Taxa de Variação (%)		Pessoas/Família		
	1981	1991	2001	81/91	91/01	1981	1991	2001
Penhas Juntas	131	126	105	-3,8	-16,7	3,8	3,0	2,5
Pinheiro Novo	88	63	51	-28,4	-19,0	3,2	2,7	2,5
Quirás	155	132	99	-14,8	-25,0	2,9	2,6	2,3
Rebordelo	287	271	260	-5,6	-4,1	3,7	3,1	2,6
Santa Cruz	52	36	32	-30,8	-11,1	3,2	2,9	2,3
Santalha	154	153	132	-0,6	-13,7	3,3	2,9	2,4
São Jumil	40	38	31	-5,0	-18,4	3,2	2,3	2,0
Sobreiró de Baixo	127	131	127	3,1	-3,1	3,6	3,4	3,2
Soeira	71	55	48	-22,5	-12,7	3,0	2,7	2,5
Travanca	56	49	35	-12,5	-28,6	3,3	3,1	3,4
Tuizelo	232	221	214	-4,7	-3,2	3,5	2,8	2,4
Vale das Fontes	196	169	165	-13,8	-2,4	3,5	3,1	2,6
Vale de Janeiro	69	73	65	5,8	-11,0	3,2	2,5	2,4
Vila Boa de Ousilhão	102	82	80	-19,6	-2,4	3,4	2,5	2,4
Vila Verde	110	96	94	-12,7	-2,1	3,1	2,9	2,6
Vilar de Lomba	79	83	77	5,1	-7,2	4,2	2,8	2,7
Vilar de Ossos	150	146	138	-3,3	-4,8	3,6	3,0	2,5
Vilar de Peregrinos	77	79	72	2,6	-8,9	4,2	3,0	2,3
Vilar Seco de Lomba	142	134	124	-5,6	-7,5	3,4	2,7	2,4
Vinhais	689	679	855	-1,5	25,9	3,6	3,2	2,8
Concelho de Vinhais	4640	4317	4163	-7,0	-3,6	3,5	2,9	2,6
Alto Trás-os-Montes	77438	76431	81918	-1,3	7,2	3,5	3,1	2,7

(*) Famílias Clássicas + Famílias Institucionais

Fonte: INE-Portugal, Recenseamentos Gerais da População e da Habitação, 1981, 1991 e 2001

A referência à evolução do número de famílias é muito importante do ponto de vista, não só do seu significado puramente demográfico, mas também no âmbito da programação do parque habitacional, na medida em que esta evolução, no sentido da diminuição da dimensão das famílias, produzirá, ou não, uma importante pressão na produção habitacional e, conseqüentemente, na própria definição dos perímetros urbanos. Naturalmente que, no caso concreto de Vinhais, aquela evolução não produzirá uma significativa pressão sobre a produção habitacional concelhia.

3.1.4 Componentes do Crescimento: Crescimento Natural e Crescimento Migratório

A evolução dos movimentos natural e migratório determina o crescimento de uma população (crescimento efectivo) e provoca modificações nas respectivas estruturas etárias. A maior ou menor intensidade de actuação de cada uma das componentes do crescimento determina diferentes níveis de crescimento e, conseqüentemente, diferentes alterações na estrutura etária.

Se o crescimento natural mede a diferença entre o número de nascimentos e o número de óbitos, o saldo migratório mede a diferença entre o número de entradas e o número de saídas e indica até que ponto determinado concelho é ou não atractivo, ou repulsivo, do ponto de vista demográfico.

O tendencial declínio da taxa de natalidade (passou de 14,7‰, em 1981, para 5,5‰, em 2001), associado a uma taxa de mortalidade que tem oscilado em torno dos 14‰, tem tido repercussões no crescimento natural, que, desde a década de 80, se apresenta negativo. Sendo um dos elementos responsáveis pela variação demográfica, esta componente tem exercido uma certa influência na evolução populacional de Vinhais, com especial relevância na década de 90.

Quadro 18: Indicadores demográficos no concelho de Vinhais e no Alto de Trás-os-Montes

Taxas (‰)	1981	1989	1996	1999	2002
Taxa de Natalidade					
Vinhais	14.7	7.7	7.0	5.9	5.5
Alto Trás-os-Montes	-	11.3	8.5	8.1	7.6
Taxa de Mortalidade					
Vinhais	14.1	13.9	14.5	17.8	13.7
Alto Trás-os-Montes	-	11.8	13.0	13.4	13.4

Fonte: PDM em vigor, INE, Anuários Estatísticos, 1996, 2000 e 2003, INE, Estimativas da População Residente em 1990-1995

A emigração, constituindo o principal factor de evolução demográfica nos anos sessenta e princípios dos 70, contribuiu, inicialmente, para o declínio da população e, posteriormente, para a redução do saldo fisiológico, através de efeitos indirectos sobre a natalidade e a mortalidade. Os efeitos sobre a natalidade derivaram da ausência dos escalões etários potencialmente procriadores (os estratos populacionais emigrados). Os efeitos sobre a mortalidade traduziram-se em termos relativos, na medida em que aumentou a proporção de idosos no total (população que ficou) e, por inerência, os óbitos.

A emigração terá, contudo, diminuído substancialmente ou mesmo cessado nos finais dos anos 70 devido à conjugação de dois factores: alteração das condições de atracção exercidas pelo principal país de destino e desenvolvimento de factores de atracção local, o que, em conjunto com o retorno de residentes das ex-colónias, terão contribuído para uma regressão do factor migratório.

Contudo, esta regressão do factor migratório não foi particularmente relevante no concelho de Vinhais, pois conforme se pode observar no quadro seguinte, o saldo migratório é a principal componente na variação demográfica negativa de Vinhais.

Com efeito, na década de 80, o crescimento migratório foi o principal factor de evolução demográfica, apresentando um saldo negativo de cerca de 19,5%, enquanto o crescimento natural foi de -1,6%. O crescimento efectivo foi então de -26,1%.

Na década seguinte (1991/2001), verifica-se uma ligeira alteração no peso que cada uma das componentes assumiu na evolução demográfica de Vinhais, já que o crescimento natural adquiriu importância significativa no crescimento efectivo, apresentando um valor idêntico ao do crescimento migratório. Efectivamente, enquanto o

crescimento natural foi de -8,2%, o crescimento migratório foi de -8,3%, traduzindo-se num crescimento efectivo de -16,5%.

Interessando conhecer a evolução mais recente dos factores que têm justificado a evolução demográfica, o quadro seguinte tem sistematizado o crescimento efectivo e as componentes desse crescimento nas décadas de 80 e 90, no concelho de Vinhais, enquadrados pela evolução ocorrida a nível sub-regional, sendo de destacar, grosso modo, os seguintes aspectos:

a nível concelhio

- na década de 80, o crescimento efectivo, na ordem dos -26,1%, teve como principal suporte o crescimento migratório. Saíram do concelho, entre 1981 e 1991, cerca de 3154 pessoas;
- de acordo com os Resultados Preliminares dos Censos 2001, na década de 90, registou-se uma significativa alteração no comportamento das componentes de crescimento demográfico, relativamente à década anterior. Com efeito, o crescimento natural adquiriu uma maior importância na variação demográfica, apresentando um valor negativo de cerca de 8,2% (o diferencial entre os óbitos e os nascimentos foi de -1000 indivíduos). Em contrapartida, o crescimento migratório, apesar de se manter negativo, apresentou valores inferiores aos registados na década anterior. Assim entre 1991 e 2001, o saldo entre as entradas e as saídas de população foi de -1100 indivíduos (cerca de -8,3%);
- O comportamento do crescimento migratório entre 1981 e 2001, tem implícita a efectiva perda de capacidade de captação e de fixação da população no concelho de Vinhais, possivelmente em detrimento de concelhos mais atractivos da sub-região como Chaves, Bragança e Mirandela.

a nível sub-regional

- na década de 80, todos os concelhos do Alto de Trás-os-Montes, tinham registado crescimentos efectivos negativos, tendo sido o concelho de Vimioso o que mais população perdeu em termos relativos, neste período. O crescimento natural foi positivo, no conjunto sub-regional, ainda que os concelhos de Alfândega da Fé, Boticas, Miranda do Douro, Montalegre, Vimioso e Vinhais tenham apresentado valores negativos, contrariamente ao que sucedeu com o crescimento migratório, que foi globalmente negativo, com papel preponderante do concelho de Chaves que, em termos absolutos, perdeu cerca de 5964 residentes;
- na década de 90, só os concelhos de Bragança, Chaves e Mirandela registaram crescimentos positivos, predominantemente justificados pelo comportamento do crescimento migratório, verificando-se que estes concelhos são largamente mais atractivos em termos de captação e fixação de população, no conjunto sub-regional.

Quadro 19: População Residente e Componentes do Crescimento Demográfico, 1981-2001

Unidade Territorial	População Residente						1981-1991						1991-2001 *					
	1981		1991		2001*		Crescimento Efetivo		Crescimento Natural		Crescimento Migratório		Crescimento Efetivo		Crescimento Natural		Crescimento Migratório	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Portugal	9833014	100	9862670	100	10318084	100	29656	0,3	354104	3,6	-324448	-3,3	450937	4,6	89834	0,9	361103	3,7
Norte	3410099	34,7	3472939	35,2	3680379	35,7	62840	1,8	224043	6,6	-161203	-4,7	207700	6	123400	3,6	84300	2,4
Alto Trás-os-Montes	272486	8	235242	6,8	223037	6,1	-37244	-13,7	3540	1,3	-40784	-15	-12200	-5,2	-9900	-4,2	-2300	-1
Anfândega da Fé	7925	2,9	6734	2,9	5924	2,7	-1191	-15	-117	-1,5	-1074	-13,5	-800	-12	-400	-601	-400	-5,9
Boticas	8773	3,2	7936	3,4	6411	2,9	-837	-9,5	-149	-1,7	-688	-7,8	-1500	-19,2	-700	-8,2	-900	-11
Bragança	35380	13	33055	14,1	34689	15,6	-2325	-6,6	850	2,4	-3175	-9	1600	4,9	-700	-2,2	2400	7,2
Chaves	45883	16,8	40940	17,4	43558	19,5	-4943	-10,8	1021	2,2	-5964	-13	2600	6,4	-1100	-2,8	3800	9,2
Macedo de Cavaleiros	21608	7,9	18930	8	17432	7,8	-2677	-12,4	668	3,1	-3345	-15,5	-1500	-7,9	-500	-2,5	-1000	-5,4
Miranda do Douro	9948	3,7	8697	3,7	8085	3,6	-1251	-12,6	-292	-2,9	-959	-9,6	-600	-7	-600	-6,9	0	-0,1
Mirandela	28879	10,6	25209	10,7	25809	11,6	-3670	-12,7	918	3,2	-4588	-15,9	600	2,4	-400	-1,7	1000	4,1
Mogadouro	15340	5,6	12188	5,2	11282	5,1	-3152	-20,5	7	0	-3159	-20,6	-900	-7,4	-800	-6,6	-100	-0,9
Montalegre	19403	7,1	15464	6,6	12792	5,7	-3939	-20,3	-216	-1,1	-3723	-19,2	-2700	-17,3	-1200	-8	-1400	-9,3
Murça	8518	3,1	7371	3,1	6757	3	-1147	-13,5	280	3,3	-1427	-16,7	-600	-8,3	-200	-3,3	-400	-5
Valpaços	26066	9,6	22586	9,6	19374	8,7	-3480	-13,4	225	0,9	-3705	-14,2	-3200	-14,2	-1200	-5,2	-2000	-9
Vila Pouca de Aguiar	20121	7,4	17081	7,3	14962	6,7	-3040	-15,1	755	3,8	-3795	-18,9	-2100	-12,4	-500	-2,7	-1700	-9,7
Vimioso	8500	3,1	6323	2,7	5330	2,4	-2177	-25,6	-148	-1,7	-2029	-23,9	-1000	-15,7	-500	-8,1	-500	-7,6
Vinhais	16142	5,9	12727	5,4	10632	4,8	-3415	-21,2	-261	-1,6	-3154	-19,5	-2100	-16,5	-1000	-8,2	-1100	-8,3

Fonte: Alterações Demográficas nas Regiões Portuguesas entre 1981 e 1991, INE, 1993; * Censos 2001 (Resultados Preliminares), INE, 2002

3.1.5 Estrutura Etária da População: Grupos Funcionais e Índices Resumo

A análise da distribuição da população por grupos etários, normalmente representada através de pirâmides etárias, permite conhecer a história de cada concelho (região ou país) na medida em que, as diferentes saliências ou reentrâncias, reflectem o comportamento da fecundidade, o esquema da mortalidade e os sentidos dos fluxos migratórios ao longo do tempo.

Na análise da população, por idades, definem-se, geralmente três grandes grupos, designados por grupos funcionais: 0-14 anos (população jovem); 15-64 anos (população em idade activa); e 65 e mais anos (população idosa). Esta repartição prende-se, sobretudo, com os limites mais habituais de entrada e saída na vida activa.

O envelhecimento demográfico, progressivamente patente no evoluir da demografia portuguesa, traduz-se num duplo envelhecimento: diminuição da proporção de jovens e aumento da proporção de idosos. Estas tendências são directamente induzidas pela queda da fecundidade e pelo aumento da esperança de vida.

A queda da fecundidade está, cada vez mais identificada com o contexto sócio-económico da sociedade portuguesa e menos relacionada com factores puramente demográficos. Está, pois, em causa, uma crescente aceitação de novos parâmetros de qualidade de vida. Por outro lado, o aumento da esperança de vida é uma consequência inevitável da evolução da ciência e da tecnologia.

Estas tendências começam lentamente a repercutir-se no concelho de Vinhais. Efectivamente, começam a manifestar-se sinais de envelhecimento estrutural da população, nomeadamente com a diminuição da proporção de jovens (dos 0 aos 14 anos) e com o aumento dos idosos (idades superiores a 65 anos), reflectindo-se numa estrutura etária em fase de envelhecimento.

Sendo uma tendência generalizada a nível nacional, o fenómeno do envelhecimento demográfico, nomeadamente, no que diz respeito ao aumento dos idosos, importa salientar algumas conclusões do estudo realizado pelo INE: “*As Gerações mais Idosas*”, Série de Estudos n.º 83, 1999, onde se conclui que:

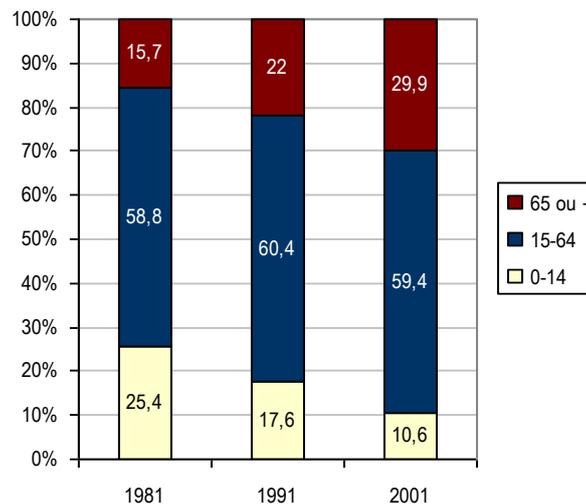
- “o número de pessoas idosas residente em Portugal mais que duplicou, nos últimos quarenta anos, provocando o alargamento do topo da pirâmide etária. A população idosa é predominantemente feminina;
- o ritmo de crescimento da população idosa é mais acelerado do que o da população total, sobretudo nas idades mais avançadas;
- a estrutura etária continuará a sofrer alterações nos próximos anos, prevendo-se que o fenómeno do envelhecimento demográfico se acentue e a população idosa ultrapasse em número a população jovem, entre 2010 e 2015;

- a população idosa reforçará assim a sua importância relativa e a sua tendência de envelhecimento no futuro próximo;
- as famílias unipessoais de idosos têm crescido nos últimos anos, principalmente as famílias unipessoais de mulheres; (...)"

Em Vinhais, à semelhança do que se passa a nível regional e nacional, verifica-se um processo de envelhecimento da população, materializada pelo aumento da representatividade dos escalões etários mais idosos e por um decréscimo do peso dos grupos mais jovens. A figura seguinte permite visualizar com clareza essa evolução.

A tendência descrita é especialmente importante quando se estão a prever equipamentos a médio prazo. Neste sentido, os aspectos descritos são importantes alertas, por um lado, para o sistema de protecção social, pois é, significativamente, crescente o número de cidadãos "não produtivos" ou a atingir a idade da reforma e a reclamar pensões, lares de terceira idade, assistência domiciliária, hospitais, medicamentos; e, por outro lado, o abrandamento da pressão dos jovens apresenta-se como uma oportunidade estratégica para a melhoria qualitativa dos equipamentos de apoio à população jovem.

Figura 14: Evolução da Estrutura Etária, do concelho de Vinhais, entre 1981 e 2001



Fonte: PDM em vigor INE, Censos 2001

Em traços gerais, a evolução mais recente (últimas duas décadas) da distribuição da população, por grupos etários, é a seguinte:

- diminuição muito significativa da população jovem (0-14 anos) passando de 25,4 do total da população, em 1981, para 17,6%, em 1991, e, para 10,6%, em 2001;
- manutenção da população em idade activa (14-65 anos), oscilando entre os de 58,8%, em 1981, 60,4%, em 1991, e 59,4%, em 2001;

- aumento mais acentuado do grupo dos idosos (65 e mais anos) que, de 15,7 , em 1981, passa para 22,0, em 1991, e para 29,9, em 2001.

A evolução da distribuição e a própria distribuição da população por grupos etários no concelho de Vinhais, acompanham estruturalmente a região em que o concelho se insere, embora, em termos gerais, o concelho seja substancialmente mais velho do que a sub-região do Alto de Trás-os-Montes. Com efeito, Vinhais, nas duas últimas décadas, tem apresentado uma menor proporção de jovens e uma maior proporção de idosos.

A observação destas variáveis numa perspectiva dinâmica permite ajustar equipamentos e serviços às necessidades actuais e previstas.

Quadro 20: Variação da estrutura etária da população residente em Alto Trás-os-Montes, entre 1981 e 2001 (%)

Unidade Territorial	1981			1991			2001		
	0 -14	15-64	>65	0 -14	15-64	>65	0 -14	15-64	>65
Alto Trás-os-Montes	27,0	60,2	12,8	20,0	62,7	17,3	13,8	63,5	22,7
Alfândega da Fé	24,2	60,9	14,9	17,6	62,2	20,1	12,5	59,8	27,7
Boticas	25,3	59,5	15,2	19,7	61,2	19,1	12,8	60,2	27,0
Bragança	26,6	60,9	12,5	19,4	64,4	16,2	13,9	66,5	19,5
Chaves	27,3	61,3	11,5	20,1	64,2	15,6	14,4	65,9	19,8
Macedo de Cavaleiros	28,3	59,0	12,6	21,2	62,8	16,0	14,4	63,2	22,4
Miranda do Douro	21,8	63,4	14,8	16,1	64,1	19,9	11,4	61,8	26,8
Mirandela	27,6	60,3	12,0	21,0	63,4	15,6	15,3	64,7	20,0
Mogadouro	23,5	61,6	14,9	18,3	61,8	19,9	12,5	61,6	25,9
Montalegre	26,9	59,3	13,8	20,2	59,3	20,6	13,1	59,6	27,3
Murça	28,2	60,5	11,3	22,2	61,3	16,6	14,1	62,6	23,3
Valpaços	28,0	59,7	12,3	20,0	62,8	17,2	13,6	61,6	24,8
Vila Pouca de Aguiar	31,0	58,2	10,8	23,1	61,9	15,0	15,2	64,2	20,7
Vimioso	26,8	58,8	14,5	18,6	60,3	21,1	11,1	57,9	31,0
Vinhais	25,4	58,8	15,7	17,6	60,4	22,0	10,6	59,4	29,9

Fonte: INE, Recenseamentos Gerais da População, INE, 1981, 1991, 2001

Internamente, numa análise ao conjunto das freguesias do concelho, destacam-se os seguintes grupos de comportamentos:

- freguesias duplamente mais envelhecidas (com menores proporções de jovens e maiores proporções de idosos): São Jumil, Mofreita, Alvaredos, Quirás, Ousilhão, Fresulfe, Montouto, Vila Boa de Ousilhão, Penhas Juntas, Santalha, Vilar Seco de Lomba, Soeira, Vale de Janeiro, Santa Cruz, Agrochão, Curopos, Moimenta, Tuizelo, Vila Verde, Edrosa e Ervedosa;

- freguesias com peso de população jovem superior à média concelhia: Vilar de Lomba, Sobreiro de Baixo, Celas, Rebordelo, Travanca, Vilar de Ossos, Edral, Paçó, Vinhais, Nunes, Pinheiro Novo e Vilar de Peregrinos.
- freguesias com importante peso de população em idade activa (superior à média concelhia): Vinhais, Sobreiro de Baixo, Candedo, Nunes, Travanca, Vilar de Ossos, Vila Verde, Tuizelo e Vale das Fontes.

Quadro 21: Estrutura Etária da População do concelho de Vinhais, por freguesia, em 2001

Freguesias	0 –14 anos	15-64 anos	> 65 anos
Agrochão	10,6	53,6	35,8
Alvaredos	3,6	47,0	49,4
Candedo	8,7	63,3	27,9
Celas	14,2	58,9	26,8
Curopos	7,9	56,8	35,3
Edral	12,5	58,5	29,1
Edrosa	9,2	58,2	32,6
Ervedosa	9,9	57,8	32,4
Fresulfe	5,0	52,0	43,0
Mofreita	2,3	47,7	50,0
Moimenta	9,8	55,4	34,8
Montouto	8,5	48,5	43,0
Nunes	11,8	61,5	26,7
Ousilhão	4,4	51,1	44,4
Paçó	12,3	51,7	36,0
Penhas Juntas	10,6	50,2	39,2
Pinheiro Novo	11,8	52,8	35,4
Quirás	3,6	50,2	46,2
Rebordelo	13,5	58,8	27,7
Santa Cruz	9,7	54,2	36,1
Santalha	7,1	55,8	37,2
São Jumil	1,6	48,4	50,0
Sobreiró de Baixo	14,4	65,1	20,5
Soeira	5,8	57,5	36,7
Travanca	13,4	61,3	25,2
Tuizelo	7,3	59,6	33,1
Vale das Fontes	10,2	59,5	30,2
Vale de Janeiro	10,5	52,9	36,6
Vila Boa de Ousilhão	8,7	50,3	41,0
Vila Verde	7,1	60,0	32,9
Vilar de Lomba	17,1	55,6	27,3
Vilar de Ossos	12,8	60,8	26,5
Vilar de Peregrinos	11,6	59,1	29,3
Vilar Seco de Lomba	8,6	54,1	37,3
Vinhais	12,3	67,8	19,9
Concelho de Vinhais	10,6	59,4	29,9

Fonte: INE-Portugal, Censos 2001

As modificações ocorridas na estrutura etária fixam a relação existente entre os diferentes grupos etários, que se expressa em índices resumo das estruturas populacionais. Estes índices são normalmente apresentados para medir a dependência e o envelhecimento da população.

Os índices de dependência são utilizados para medir a relação existente entre a população nas idades não activas e a população em idade activa. O índice de dependência de jovens mede os efectivos dos 0 aos 14 anos a cargo de cada 100 indivíduos dos 15 aos 64 anos; da mesma forma, o índice de dependência de idosos mede o número de pessoas com 65 e mais anos cujo encargo recai em cada 100 indivíduos em idade activa. O índice de dependência total é a soma dos dois anteriores, ou seja, cada 100 indivíduos em idade activa tem a cargo determinado número de jovens e de idosos.

O índice de envelhecimento é um dos indicadores mais utilizados para medir o estado de envelhecimento ou rejuvenescimento da população em determinado momento, e representa o número de idosos (65 e mais anos) por cada 100 jovens (0 aos 14 anos).

Os índices resumo, como o próprio nome sugere, sintetizam o “estado” da população de determinado território e pretendem medir, os já referidos níveis de dependência e envelhecimento.

Em Vinhais, entre 1981 e 2001, a evolução pode traduzir-se, genericamente, da seguinte forma:

- significativa diminuição do número de dependentes jovens por cada 100 activos (passa de 43, em 1981, para 18, em 2001);
- aumento do número de idosos a cargo de cada 100 activos (passa de 27 para 50);
- em consequência dos dois índices anteriores, um muito representativo aumento do índice de envelhecimento (número de idosos por cada 100 jovens), passando de 62, em 1981 para 282, em 2001.

Quadro 22: Índices de evolução da estrutura etária em Alto Trás-os-Montes (1981, 1991 e 2001)

Unidade Territorial	Dependência de Jovens			Dependência de Idosos			Dependência Total			Índice de Envelhecimento		
	1981	1991	2001	1981	1991	2001	1981	1991	2001	1981	1991	2001
Alto Trás-os-Montes	44,8	31,8	21,7	21,3	27,6	35,8	66,1	59,4	57,5	47,6	86,7	165,4
Alfandega da Fé	39,8	28,3	20,9	24,4	32,4	46,4	64,3	60,7	67,3	61,3	114,2	222,0
Boticas	42,6	32,1	21,2	25,6	31,2	44,8	68,2	63,3	66,0	60,2	97,1	210,8
Bragança	43,7	30,2	20,9	20,5	25,1	29,3	64,2	55,3	50,3	46,8	83,2	140,2
Chaves	44,5	31,3	21,8	18,7	24,4	30,0	63,2	55,7	51,8	42,1	77,8	137,8
Macedo de Cavaleiros	48,0	33,7	22,8	21,4	25,5	35,5	69,4	59,2	58,3	44,7	75,6	155,8
Miranda do Douro	34,5	25,1	18,4	23,3	31,0	43,4	57,7	56,1	61,8	67,5	123,6	235,8
Mirandela	45,8	33,1	23,7	20,0	24,6	31,0	65,8	57,7	54,6	43,5	74,5	130,8

Unidade Territorial	Dependência de Jovens			Dependência de Idosos			Dependência Total			Índice de Envelhecimento		
	1981	1991	2001	1981	1991	2001	1981	1991	2001	1981	1991	2001
Mogadouro	38,2	29,6	20,2	24,1	32,2	42,1	62,3	61,8	62,4	63,1	108,8	208,0
Montalegre	45,4	34,0	21,9	23,3	34,7	45,8	68,7	68,7	67,7	51,4	101,9	209,3
Murça	46,7	36,2	22,4	18,7	27,0	37,2	65,4	63,3	59,6	40,1	74,7	165,8
Valpaços	46,9	31,9	22,1	20,6	27,4	40,4	67,5	59,2	62,5	43,9	85,8	182,6
Vila Pouca de Aguiar	53,2	37,3	23,6	18,6	24,3	32,2	71,9	61,7	55,9	35,0	65,1	136,3
Vimioso	45,6	30,9	19,2	24,6	35,1	53,5	70,2	66,0	72,7	54,1	113,5	278,7
Vinhais	43,2	29,2	17,9	26,7	36,5	50,3	70,0	65,6	68,2	61,8	125,1	281,7

Fonte: Alterações Demográficas nas Regiões Portuguesas entre 1981-1991, INE, 1993; INE, Censos 2001

No contexto sub-regional, Vinhais destaca-se do conjunto de Alto Trás-os-Montes por possuir um maior índice de envelhecimento (em termos comparativos, Vinhais tem mais 117 velhos por cada 100 jovens do que o Alto de Trás-os-Montes).

As freguesias com maiores índices de dependência de idosos e de envelhecimento são São Jumil, Mofreita, Alvaredos, Quirás e Ousilhão.

Quadro 23: Índices de evolução da estrutura etária por freguesias, em 2001

Freguesias	Dependência de Jovens	Dependência de Idosos	Dependência Total	Índice de Envelhecimento
Agrochão	19,7	66,9	86,6	338,7
Alvaredos	7,7	105,1	112,8	1366,7
Candedo	13,8	44,1	57,9	320,0
Celas	24,2	45,6	69,8	188,5
Curopos	13,9	62,0	75,9	445,5
Edral	21,3	49,7	71,0	233,3
Edrosa	15,9	56,1	72,0	352,9
Ervedosa	17,1	56,0	73,2	327,3
Fresulfe	9,6	82,7	92,3	860,0
Mofreita	4,8	104,8	109,5	2200,0
Moimenta	17,6	62,7	80,4	355,6
Montouto	17,5	88,8	106,3	507,1
Nunes	19,1	43,5	62,6	227,3
Ousilhão	8,7	87,0	95,7	1000,0
Paçó	23,8	69,7	93,4	293,1
Penhas Juntas	21,1	78,2	99,2	371,4
Pinheiro Novo	22,4	67,2	89,6	300,0
Quirás	7,1	92,0	99,1	1300,0
Rebordelo	23,0	47,1	70,1	204,4
Santa Cruz	17,9	66,7	84,6	371,4
Santalha	12,6	66,7	79,3	527,3
São Jumil	3,3	103,3	106,7	3100,0
Sobreiró de Baixo	22,1	31,6	53,6	143,1
Soeira	10,1	63,8	73,9	628,6

Freguesias	Dependência de Jovens	Dependência de Idosos	Dependência Total	Índice de Envelhecimento
Travanca	21,9	41,1	63,0	187,5
Tuizelo	12,3	55,5	67,8	451,4
Vale das Fontes	17,2	50,8	68,0	295,5
Vale de Janeiro	19,8	69,1	88,9	350,0
Vila Boa de Ousilhão	17,3	81,6	99,0	470,6
Vila Verde	11,8	54,9	66,7	464,7
Vilar de Lomba	30,7	49,1	79,8	160,0
Vilar de Ossos	21,1	43,5	64,6	206,8
Vilar de Peregrinos	19,6	49,5	69,1	252,6
Vilar Seco de Lomba	15,8	69,0	84,8	436,0
Vinhais	18,1	29,3	47,4	161,4
Concelho de Vinhais	17,9	50,3	68,2	281,7

Fonte: Valores obtidos a partir de cálculos próprios, com base nos Resultados Definitivos do XIV Recenseamento Geral da População, 2001, INE

O envelhecimento tendencial da população faz prever a degradação contínua destes índices e, de modo mais significativo, do índice de envelhecimento.

3.1.6 Síntese Conclusiva

O **concelho de Vinhais tem vindo a registar decréscimos demográficos sucessivos**. Desde 1940 até 2001, viu diminuir os seus efectivos em, aproximadamente, 12582 indivíduos, contando hoje com 10646 habitantes, conforme indicam os Censos 2001.

Depois de um máximo populacional de 26577 habitantes, atingido em 1960, a culminar um processo de crescimento populacional, o concelho de Vinhais entrou numa fase de progressivo decréscimo demográfico, que se mantém até hoje, não obstante a **última década** ter sido palco de **um relativo abrandamento do ritmo de esvaziamento demográfico**, ou seja, embora tendo diminuído o seu número de habitantes, perdeu relativamente menos do que na década de 80.

E se nos anos 80 o crescimento migratório foi **responsável pelo decréscimo** verificado, na década de 90, os responsáveis pelo crescimento efectivo de -16,5% foram, quer o crescimento natural, quer o migratório, pese embora o facto de, em termos relativos, o crescimento migratório ter registado uma ligeira quebra nos valores apresentados face à década de 80.

O comportamento descrito das componentes de crescimento indicia uma efectiva **perda da capacidade atractiva e de fixação de população**, registada desde a década de 60.

Nas duas últimas décadas, o concelho de **Vinhais acompanha a evolução tendencial do conjunto sub-regional** em que se insere. Com efeito, quer na década de 80, quer na década de 90, Vinhais está entre os concelhos que mais população perderam no Alto de Trás-os-Montes: na década de 80 é o segundo concelho que perde mais população na sub-região (-21,2%) contra -13,7% do Alto de Trás-os-Montes, enquanto que, na

década de 90, é o terceiro concelho com o maior decréscimo populacional na sub-região, registando uma quebra de aproximadamente, 16,4% na sua população residente, valor superior ao registado no Alto de Trás-os-Montes (-5,1%).

Esta evolução recente tem tradução na ligeira perda de importância relativa no contexto regional. Efectivamente, enquanto que, em 1991, cerca de 5,4% da população total do Alto de Trás-os-Montes residia no concelho de Vinhais, em 2001, esse valor desce para 4,8%, verificando um peso ainda inferior aos 5,9% registados duas décadas antes (1981).

Em termos de **distribuição territorial**, é possível verificar que o decréscimo populacional concelhio é generalizável a todas as freguesias. Na década de 80, todas as freguesias perderam população, sendo as mais afectadas pelo fenómeno de desertificação as freguesias de Vila Boa de Ousilhão (-42,1%), Pinheiro Novo (-39,5%), Santa Cruz (-38,7%), Paçó (-35,6%), Montouto (-34,1%) e Alvaredos (-33,1%). Na década de 90, verifica-se o reforço da tendência de decréscimo populacional generalizado em todas as freguesias, com excepção de Vinhais, que aumentou o seu número de efectivos em cerca de 9,7%. Entre 1991 e 2001, as freguesias que sofreram as maiores perdas populacionais foram Mofreita (-54,6%), Fresulfe (-33,8%), Quirás (-33,2%) e Ervedosa (-31,0%).

Um facto a assinalar é a tendencial diminuição da dimensão média das famílias. De uma dimensão média de 3,5, em 1981, passa-se para 2,6 pessoas/família, em 2001. A amplitude da diminuição da dimensão média das famílias no concelho de Vinhais, na última década, é, contudo, inferior à registada pelo Alto de Trás-os-Montes.

O envelhecimento demográfico, progressivamente patente no evoluir da demografia portuguesa, traduz-se num duplo envelhecimento: diminuição da proporção de jovens e aumento da proporção de idosos. Estas tendências, directamente induzidas pela queda da fecundidade e pelo aumento da esperança de vida, têm já uma expressão vincada no concelho de Vinhais. Efectivamente, são visíveis os sinais de envelhecimento estrutural da população, nomeadamente, no espaço de apenas duas décadas, com uma diminuição muito significativa da população jovem (0-14 anos), passando de 25,4% do total da população, em 1981, para 10,6%, em 2001, e com um aumento muito acentuado da população idosa (65 e mais anos) que, de 15,7%, em 1981, passa para 29,9%, em 2001.

A evolução da distribuição e a própria distribuição da população por grupos etários no concelho de Vinhais acompanham estruturalmente a região em que o concelho se insere embora, em termos gerais, o concelho seja mais velho do que a sub-região do Alto de Trás-os-Montes. Com efeito, Vinhais, nas duas últimas décadas, tem apresentado uma menor proporção de jovens, e uma maior proporção de idosos.

As modificações ocorridas na estrutura etária fixam a relação existente entre os diferentes grupos etários, que se expressa nos designados índices-resumo das estruturas populacionais. Estes índices, como o próprio nome

sugere, sintetizando o “estado” da população de determinado território e, medindo os níveis de dependência e de envelhecimento, podem traduzir-se, genericamente, entre 1981 e 2001, da seguinte forma: significativa diminuição do número de dependentes jovens por cada 100 activos (passa de 43, em 1981 para 18, em 2001); aumento do número de idosos a cargo de cada 100 activos (passa de 27 para 50); em consequência dos dois índices anteriores, um muito representativo aumento do índice de envelhecimento (número de idosos por cada 100 jovens), passando de 62, em 1981, para 282, em 2001.

O envelhecimento tendencial da população faz prever a degradação contínua destes índices e, de modo mais significativo, do índice de envelhecimento.

3.2 ESTRUTURA ECONÓMICA

3.2.1 Introdução

A abordagem deste sub-capítulo assenta, basicamente, na actualização possível dos elementos estatísticos que permitem identificar os aspectos mais relevantes da evolução recente, posterior à abordagem realizada no PDM em vigor (1994), da estrutura sócio-económica do concelho de Vinhais, sendo certo que estruturalmente não se verificaram alterações significativas relativamente ao cenário então traçado. Para tal, identificam-se, de forma sucinta, os aspectos mais relevantes da estrutura sócio-económica concelhia.

Com base nesta abordagem, apresentar-se-á, na próxima fase do Plano, a sistematização das debilidades e potencialidades do concelho, a partir das quais se apontarão os vectores estratégicos de desenvolvimento concelhio.

As fontes de informação utilizadas foram várias, tendo em conta que não existe um sistema estatístico que agregue toda a informação necessária a uma abordagem como esta. Deste facto decorre a utilização e referência a datas distintas, o que nem sempre permite análises comparativas ou de causa-efeito, precisamente pela existência de hiatos temporais entre a vária informação.

Assim, as fontes de informação utilizadas foram:

- PDM em vigor;
- Recenseamentos Gerais da População, INE-Portugal, 1981, 1991 e 2001;
- Recenseamento Geral da Agricultura, INE-Portugal, 1999;
- Quadros do Pessoal do Departamento de Estatística do Trabalho, do Emprego e Formação Profissional do Ministério do Trabalho e Solidariedade, 1995 e 2000;
- Ficheiro Central de Empresas e Estabelecimentos, INE-Portugal, 2000;
- Anuário Estatístico da Região Norte, INE-Portugal, 2003;

- Câmara Municipal;
- Região de Turismo do Nordeste Transmontano.

Muita da informação utilizada para caracterizar a estrutura económica do concelho, nomeadamente, a análise da estrutura da ocupação da população empregada e do número de estabelecimentos por sectores de actividade, segundo a CAE-Rev.2, é proveniente dos Quadros de Pessoal, DETEFP, do Ministério da Economia e do Trabalho.

De acordo com o regime legal vigente (Dec. Lei n.º 332/93, de 25 de Setembro), as entidades abrangidas pelo seu âmbito de aplicação, estão obrigadas ao envio anual, durante o mês de Novembro, ao Instituto de Desenvolvimento e Inspeção das Condições de Trabalho (IDICT), do mapa dos Quadros de Pessoal, com dados actualizados, referentes ao mês de Outubro anterior. O tratamento e apuramento estatístico, a que estes dados são sujeitos, constituem a base mais actualizada a nível concelhio, de entre as estatísticas que incidem sobre as actividades industriais.

Esta fonte estatística considera o emprego no sector formal da economia, ou seja, aquele que tem lugar em unidades empresariais com pessoas ao serviço, excluindo, por isso, as empresas em nome individual e o emprego na função pública, o que resulta numa sub-avaliação, quer do total dos estabelecimentos, quer do total de pessoas ao serviço e, sobretudo, no âmbito dos sectores primário e terciário, onde as empresas em nome individual, sem pessoal, e a função pública (no caso de sector terciário) apresentam um peso elevado. Contudo, dado ser a informação mais recente e desagregada por ramo de actividade, é relevante na análise da actividade económica concelhia.

Para uma análise que incorporasse os dados sobre emprego informal (estabelecimentos por conta própria), embora com muito menor informação, recorreu-se ao Ficheiro Central das Empresas do INE, cuja publicação consta do Anuário Estatístico da Região Norte, também do INE, editado no ano 2003 (publicação mais recente).

3.2.2 Condição perante a Actividade Económica, Ocupação dos Activos, Emprego e Desemprego

Fazendo jus à sua localização interior e periférica, Vinhais é um concelho de tradição agrícola, que, como é sabido, tendo sido alvo de uma histórica marginalização face às opções de investimento público e privado, com reflexos óbvios no crescimento demográfico e económico.

Integrado estatisticamente na sub-região do Alto de Trás-os-Montes, o concelho de Vinhais é, neste contexto geográfico, um concelho com um fraco dinamismo empresarial.

Em 2001, os 10632 residentes no concelho de Vinhais, agrupavam-se da seguinte forma, quando analisados em função da sua condição perante a actividade económica:

- população até 14 anos → 10,6% (em 1991, era de 17,6%) ;
- população com actividade económica (população activa - empregada e desempregada) → 27,7%; (em 1991, era de 32,1%) ;
- população sem actividade económica, na qual se integram os estudantes, domésticas, reformados, incapacitados para o trabalho, e outros casos → 61,8% (em 1991, era de 55,4%).

Quadro 24: População segundo a Condição perante a Actividade Económica, 1991 e 2001

Condição perante a Actividade Económica		1991		2001	
		n.º	%	n.º	%
População com Actividade Económica (População Activa)	Empregada	3884	95.1	2575	87.5
	Desempregada	202	4.9	368	12.5
	Total	4086	100.0	2943	100.0
População sem Actividade Económica	Estudante	1121	15.9	718	10.9
	Doméstica	1569	22.3	1057	16.1
	Reformada	3199	45.4	3770	57.4
	Incapacitados p/ o trabalho	474	6.7	524	8.0
	Outras	685	9.7	503	7.6
	Total	7048	100.0	6572	100.0
POPULAÇÃO TOTAL DO CONCELHO		12727	-	10632	-

Fonte: XIII Recenseamento Geral da População, INE-Portugal, 2001

Analisando os dados de 2001, verifica-se que a população activa total em Vinhais totalizava os 2943 indivíduos, sendo a taxa de actividade (27,7%) bastante inferior à da sub-região de Alto Trás-os-Montes (37,4%). Do mesmo modo, a taxa de desemprego (12,5%), no mesmo momento, era superior à do Alto de Trás-os-Montes (8,6%), traduzindo uma clara posição mais desfavorável do mercado de emprego local relativamente a contextos geográficos mais vastos (Alto Trás-os-Montes e Região Norte), onde este concelho se integra, destacando-se em quase todos os aspectos, o concelho de Bragança.

O fenómeno do envelhecimento demográfico (29,9% da população tem mais de 65 anos), justifica por si só a referida taxa de actividade concelhia, fazendo com que, no contexto regional, o concelho de Vinhais seja o que apresenta a taxa de actividade mais baixa, situação que se tem vindo a agravar. Com efeito, entre 1991 e 2001, o peso da população activa diminuiu, em termos relativos, passando de 32,1% para 27,7%, e em termos absolutos (menos 1143 activos), em detrimento da população sem actividade económica (reformados, domésticas, etc.) que, no mesmo período, aumentou, passando de 55,4%, em 1991, para 61,8%, em 2001.

Quadro 25: Evolução dos indicadores do mercado de trabalho entre 1991 e 2001

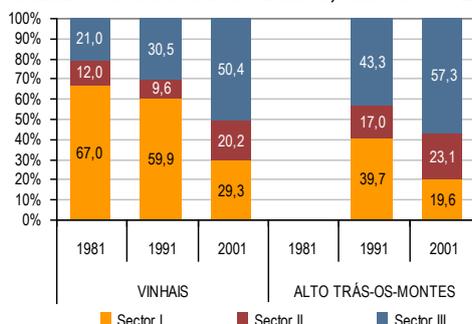
Indicadores	Vinhais		Alto Trás-os-Montes	
	1991	2001	1991	2001
População Total	12727	10632	235242	223333
População Empregada	3884	2943	78749	76356
População Desempregada	202	368	5170	7225
População Activa (%)	32,1	27,7	35,7	37,4
Taxa de Desemprego (%)	4,9	12,5	6,2	8,6
Taxa de Desemprego Feminina (%)	10,5	20,4	10,4	13,4

Fonte: INE-Portugal, Recenseamentos Gerais da População, 1991 e 2001

Na distribuição sectorial dos activos observa-se hoje uma preponderante afectação ao sector terciário (50,4%), face aos sectores primário (29,3%), e secundário (20,2%) diferindo, em termos estruturais, da repartição sectorial de Alto Trás-os-Montes, na medida em que esta possui uma distribuição sectorial dos activos em consonância com a estrutura mais corrente dos sistemas económicos, onde é preponderante o terciário, seguido do secundário, e, por fim, do primário.

Nos últimos 20 anos, a estrutura económica do concelho de Vinhais tem sofrido algumas alterações, verificando-se uma clara diminuição de activos afectos ao sector primário e um contínuo reforço do sector terciário. Com efeito, em 1981, o sector primário era dominante na economia concelhia, representando cerca de 67% da população activa, enquanto que, em 2001, esse valor decresceu para os 29,3%. Em contrapartida, o sector terciário que, há vinte anos atrás afectava 21% da população activa, representa, hoje, 50,4% da população activa. O sector secundário apresentou duas dinâmicas distintas neste período: em 1981 representava 12,0% da população activa, em 1991, esse valor decresce para os 9,6% e, em 2001, volta a subir, atingindo os 20,2%. Apesar deste incremento, continua a ser o sector menos representativo na estrutura económica do concelho de Vinhais.

Figura 15: Evolução da população por sectores de actividade económica, em Vinhais e em Alto Trás-os-Montes, entre 1981 e 2001



Fonte: PDM em vigor; INE-Portugal, Recenseamentos Gerais da População, 1991 e 2001

Quadro 26: População residente empregada segundo o sector de actividade económica, 2001

Unidade Territorial	Sector de actividade económica		
	Primário	Secundário	Terciário
Agrochão	58,3	15	26,7
Alvaredos	25	25	50
Candedo	3,2	32,3	64,5
Celas	50,5	17,5	32
Curopos	41,1	26,8	32,1
Edral	19,5	56,1	24,4
Edrosa	83,7	2,3	14
Ervedosa	10,1	37,7	52,2
Fresulfe	46,7	26,7	26,7
Mofreita	25	25	50
Moimenta	44,4	16,7	38,9
Montouto	74,4	10,3	15,4
Nunes	45	12,5	42,5
Ousilhão	56,9	7,8	35,3
Paçó	21,4	28,6	50
Penhas Juntas	21,4	35,7	42,9
Pinheiro Novo	86,5	2,7	10,8
Quirás	65,1	16,3	18,6
Rebordelo	8,4	38,3	53,3
Santa Cruz	33,3	33,3	33,3
Santalha	47,4	26,3	26,3
São Jumil	93,1	3,4	3,4
Sobreiro de Baixo	9,2	32,7	58,2
Soeira	59,4	15,6	25
Travanca	64,7	11,8	23,5
Tuizelo	69,5	7,4	23,2
Vale das Fontes	5,1	59,5	35,4
Vale de Janeiro	25,9	29,6	44,4
Vila Boa de Ousilhão	38	10	52
Vila Verde	28,3	20,8	50,9
Vilar de Lomba	50	18,8	31,3
Vilar de Ossos	25	32,6	42,4
Vilar de Peregrinos	28,6	21,4	50
Vilar Seco de Lomba	50	14,3	35,7
Vinhais	6,2	15,2	78,6
Concelho de Vinhais	29,3	20,2	50,4

Fonte: XIV Recenseamento Geral da População, INE-Portugal, 2001

Ao nível das freguesias, os grandes grupos a salientar relativamente à afectação da população aos sectores de actividade económica, são:

freguesias com peso superior ao do concelho em termos de activos no sector primário (>29,3%): São Jumil, Pinheiro Novo, Edrosa, Montouto, Tuizelo, Quirás, Travanca, Soeira, Agrochão, Ousilhão, Celas, Vilar de Lomba, Vilar Seco de Lomba, Santalha, Fresulfe, Nunes, Moimenta, Curopos, Vila Boa de Ousilhão e Santa Cruz;

freguesias com um peso significativo de activos no sector secundário (>20,2%): Vale das Fontes, Edral, Rebordelo, Ervedosa, Penhas Juntas, Santa Cruz, Sobreiro da Baixo, Vilar de Ossos, Candedo, Vale de Janeiro, Paçó, Curopos, Fresulfe, Santalha, Alvaredos, Mofreita, Vilar de Peregrinos, e Vila Verde;

freguesias com um número de activos no sector terciário superior à média concelhia (>50,4%): Vinhais, Candedo, Sobreiro de Baixo, Rebordelo, Ervedosa, Vila Boa de Ousilhão e Vila Verde.

O emprego (pessoas ao serviço), de acordo com os Quadros de Pessoal, aumentou significativamente no espaço de cinco anos (1995 a 2000), cerca de 60,5%, ou seja, neste período, mais 150 pessoas passaram a trabalhar em empresas por conta de outrem. Este acréscimo de trabalhadores por conta de outrem foi repartido pela maioria das actividades, à excepção das actividades ligadas aos sectores da “Agricultura, Produção Animal, Caça e Silvicultura” e “Educação”, que, no mesmo período, apresentaram uma variação negativa. Por sua vez, as actividades que mais cresceram, ao nível do emprego, foram as “Actividades Imobiliárias, alugueres e serviços às empresas”, o “Alojamento e Restauração”, as “Indústrias Transformadoras”, e a “Construção”, todas com taxas de crescimento superiores a 100%. Esta evolução, confirma e reforça a tendência para a terciarização da economia do concelho, sendo certo que todas as actividades ditas terciárias, com excepção da “Educação”, registaram incrementos ao nível do emprego.

Quadro 27: Evolução do Emprego (Pessoas ao serviço), no concelho, no período 1995-2000

	Actividades (CAE Rev.2)	N.º Pessoas		Peso da Actividade		Taxa Var. (%)
		1995	2000	1995	2000	
A	Agri., P.animal, Caça, Silvicultura.	8	5	3,2	1,3	-37,5
D	Indústrias Transformadoras	23	56	9,3	14,1	143,5
E	Prod. Distrib. Eelect., Gás, Água	5	8	2,0	2,0	60,0
F	Construção	46	101	18,5	25,4	119,6
G	Comércio Grosso e a Retalho	64	85	25,8	21,4	32,8
H	Alojamento, Restauração	7	19	2,8	4,8	171,4
I	Transportes, Armaz. e Comunic.	18	19	7,3	4,8	5,6
J	Actividades Financeiras	23	24	9,3	6,0	4,3
K	Act. Imobili. Alug. Serv. Empresas.	1	8	0,4	2,0	700,0
M	Educação	10	6	4,0	1,5	-40,0
N	Saúde e Acção Social	40	62	16,1	15,6	55,0
O	O. Act. Serv. Colec. Sociais e Pess.	3	5	1,2	1,3	66,7
TOTAL		248	398	100,0	100,0	60,5

Fonte: Quadros de Pessoal, DETEFP do Ministério do Trabalho e da Solidariedade.

No sub-capítulo seguinte - “Mobilidade e complementaridades inter-concelhias” - onde se pretende avaliar o grau de integração do concelho de Vinhais com a envolvente regional e respectivas inter-dependências territoriais, recorre-se aos dados estatísticos relativos às deslocações pendulares casa/trabalho e casa/estudo, referentes ao último Recenseamento Geral da População. Através destes dados é possível obter-se uma leitura bastante fiel da estrutura sectorial do emprego que, no caso concreto de Vinhais, é muito semelhante à distribuição sectorial dos activos, apresentada anteriormente. Este facto confirma a fraca integração do concelho com o exterior, não se verificando grandes volumes de entradas e saídas, neste concelho.

Com efeito, o volume de população activa residente (2130 pessoas) é muito aproximado do volume de população activa que efectivamente trabalha no concelho de Vinhais (2370 indivíduos). É este último que permite caracterizar objectivamente a estrutura do emprego concelhio, sendo que, na prática, é esta distribuição que realmente interessa numa análise da estrutura económica de um território.

Assim, e fazendo a leitura do Quadro seguinte, constata-se que ao nível do sector terciário os valores são muito aproximados, enquanto que os valores do sector primário e secundário são ligeiramente mais dispare. Contudo, quer ao nível da estrutura do emprego concelhio, quer ao nível da distribuição da população residente em Vinhais, a afectação aos sectores faz-se de uma forma bastante similar, aparecendo como sector mais relevante o sector terciário, seguido do primário e por fim do secundário.

Quadro 28: Distribuição da população activa versus estrutura do emprego, por sectores de actividade económica, no concelho de Vinhais, em 2001

Sectores de Actividade	População Activa Empregada (no concelho e noutros concelhos) Residente em Vinhais (%)	População Activa Residente e Não Residente Empregada em Vinhais (%)
Primário	29,8	32,1
Secundário	19,7	16,5
Terciário	50,5	51,4
Total	100.0	100.0

Fonte: INE-Portugal, XIV Recenseamento Geral da População, 2001 (dados não publicados)

O desemprego, à imagem de outros indicadores, também tem penalizado o concelho de Vinhais. A taxa de desemprego (12,5%) em 2001, é superior, tanto à registada em 1991 (4,9%), como à registada pelo Alto de Trás-os-Montes, em 2001 (8,6%).

A análise dos dados disponibilizados pelo Instituto Nacional de Estatística, relativamente ao desemprego, permite conhecer as suas características mais recentes (Censos 2001) em Vinhais, que, naquela data, totalizavam os 368 indivíduos. Assim, o perfil do desemprego em Vinhais, acompanhando, de perto, o do Alto de Trás-os-Montes, apresenta as seguintes características:

- mais de metade dos desempregados são mulheres (56%);

- 3/4 dos desempregados possuem mais de 25 anos (75%);
- a maioria dos desempregados procuram Novo Emprego (73%);
- cerca de 4/ 5 dos desempregados possui escolaridade inferior à mínima obrigatória (82%).

Quadro 29: Características do Desemprego no concelho de Vinhais, em 2001

Características	Descrição	Vinhais		Alto Trás-os-Montes	
		n.º	%	n.º	%
Sexo	Homens	161	43.7	2862	39.6
	Mulheres	207	56.3	4363	60.4
Grupo Etário	Jovens	93	25.3	2107	29.2
	Adultos	275	74.7	5118	70.8
Categoria	1º Emprego	99	26.9	2220	30.7
	Novo Emprego	269	73.1	5005	69.3
Habilitações Escolares	< 4 anos escolaridade	6	1.6	186	2.6
	4 anos Escolaridade	118	32.1	2356	32.6
	6/9 anos Escolaridade	176	47.8	2684	37.1
	11/12 anos Escolaridade	43	11.7	1385	19.2
	Bacharel./Licenciatura	2	0.5	136	1.9
	Lic./Mestr. Doutor.	23	6.3	478	6.6
Total desempregados		368	-	7225	-

Fonte: INE, Censos 2001

3.2.3 Mobilidade e complementaridades inter-concelhias

Um aspecto essencial na análise socio-económica de um determinado território é a avaliação do seu grau de integração e de interdependências territoriais com a envolvente regional. Essa avaliação só pode ser feita com recurso ao estudo dos fluxos de pessoas, bens e capitais que se estabelecem entre o concelho e todo o restante território regional e nacional.

Apesar do sistema estatístico nacional não se encontrar vocacionado para a apreensão das dinâmicas económicas inter-municipais, é possível captar algumas tendências, nomeadamente a mobilidade, através da análise dos fluxos de pessoas, partindo dos movimentos pendulares casa/trabalho e casa/escola.

A título de enquadramento, refira-se que a análise da mobilidade (que mede as deslocações pendulares), é feita utilizando os dados estatísticos dos Recenseamentos Gerais da População (INE), nos quais a desagregação dos movimentos de entradas e saídas se faz em duas vertentes, nomeadamente "por motivo" e "espacialmente". Assim, o motivo desagrega-se em estudo ou trabalho e espacialmente, as deslocações são para o interior e para o exterior do concelho.

Numa abordagem inicial e genérica, os dados estatísticos relativos aos fluxos pendulares de e para o concelho de Vinhais, permitem constatar que, num concelho com 10646 indivíduos residentes, trabalham e estudam 3447

pessoas, das quais 92% residem no concelho e os restantes 8% são residentes de outros concelhos, maioritariamente de concelhos vizinhos.

Quanto à mobilidade, Vinhais, segundo dados de 2001, gerou um total de 3974 deslocações, das quais 64%, por motivo de trabalho, e os restantes 36% por motivo de estudo. Dos que se deslocaram por motivo de estudo, 1048 permaneceram no concelho e 278 dirigiram-se para o exterior, essencialmente para Bragança (163), Mirandela (78), Porto (20) e Lisboa (20); dos que se deslocaram por motivo de trabalho, 2130 não necessitaram de sair do concelho para aceder ao seu posto de trabalho, embora 402 ainda o fizessem diariamente.

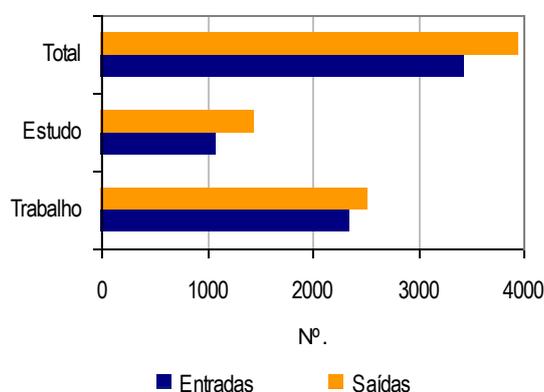
Quadro 30: Movimentos pendulares de e para o concelho de Vinhais por motivos de trabalho e de estudo, em 2001

Motivo	Movimentos Pendulares					
	ENTRADAS em Vinhais			SAÍDAS de Vinhais		
	De Vinhais	De outros concelhos	Total	Para Vinhais	Para outros Concelhos	Total
Trabalho	2130	240	2370	2130	402	2532
Estudo	1048	29	1077	1048	395	1443
Total	3178	269	3447	3178	797	3975

Fonte: INE-Portugal, XIV Recenseamento Geral da População, 2001

Com um volume diário, com algum significado, de entradas e saídas do concelho de Vinhais, o saldo que resulta daqueles movimentos perfaz um total de 528 indivíduos a desfavor de Vinhais. Ou seja, ao número de deslocações diárias a partir de outros concelhos, para Vinhais (269 deslocações) é subtraído o número de deslocações dos residentes em Vinhais para o exterior (797 deslocações) traduzindo-se num saldo pendular negativo de 528. Este saldo é revelador de alguma dependência de Vinhais face à oferta de ensino e de emprego, existente na envolvente, polarizados a nível regional por concelhos como Bragança.

Figura 16: Movimentos Pendulares de e para o Concelho de Vinhais, 2001



Fonte: XIV Recenseamento Geral da População, INE-Portugal, 2001

A capacidade atractiva de Vinhais é exercida essencialmente sobre os residentes de Bragança (153 pessoas), que se deslocam a Vinhais para trabalhar, devido à proximidade física, mas também às fortes relações de vizinhança que se têm vindo a estabelecer entre estes concelhos.

Quadro 31: Entradas e Saídas diárias no concelho de Vinhais, por motivo de trabalho, por principais origens e destinos, em 2001

Movimentos pendulares	Motivo Trabalho	
	N.º	%
ENTRADAS (Total)	2370	100.0
Vinhais	2130	89,9
Bragança	153	6,5
Mirandela	10	0,4
Macedo de Cavaleiros	7	0,3
Viana do Castelo	6	0,3
Outros concelhos	64	2,7
SAÍDAS (Total)	2532	100.0
Vinhais	2130	84.1
Bragança	202	8.0
Mirandela	31	1.2
Porto	20	0.8
Lisboa	20	0.8
Chaves	10	0.4
Outros concelhos	119	4.7

Fonte: XIV Recenseamento Geral da População, INE-Portugal, 2001

As deslocações diárias para estudo são significativas (1077 d.d³), embora a esmagadora maioria corresponda a deslocações internas (1048 estudantes), sendo que as restantes têm origem, essencialmente, em Freixo de Espada à Cinta (10 alunos) e Vila do Porto (6 alunos). Relativamente às saídas, verifica-se que os principais receptores de estudantes de Vinhais são os concelhos de Bragança (163 alunos), Mirandela (78 alunos), Porto (32 alunos) e Macedo de Cavaleiros (28 alunos), já que estes centros urbanos possuem uma maior oferta de escolas, nomeadamente de estabelecimentos de ensino superior.

Quadro 32: Entradas e Saídas diárias no concelho de Vinhais, por motivo de Estudo, por principais origens e destinos, em 2001

Movimentos pendulares	Motivo Estudo	
	N.º	%
ENTRADAS (Total)	1077	100.0
Vinhais	1048	97.3
Freixo de Espada à Cinta	10	0.9

³ d.d.- deslocações diárias

Movimentos pendulares	Motivo Estudo	
	N.º	%
Vila do Porto	6	0.6
Vila Flor	4	0.4
Macedo de Cavaleiros	3	0.2
Outros concelhos	6	0.6
SAÍDAS (Total)	1443	100
Vinhais	1048	72.6
Bragança	163	11.3
Mirandela	78	5.4
Porto	32	2.2
Macedo de Cavaleiros	28	1.9
Outros concelhos	94	6.6

Fonte: XIV Recenseamento Geral da População, INE-Portugal, 2001

Em síntese, os fluxos de pessoas que se estabelecem entre Vinhais e a sub-região em que este se insere são de alguma importância, sendo especialmente importante a relação que se estabelece com a capital de distrito. Diariamente entram em Vinhais 269 indivíduos para trabalhar e/ou estudar e saem 797 indivíduos, sendo que o diferencial entre estes dois movimentos dá um saldo desfavorável ao concelho de 528 indivíduos.

Decompondo ainda os dados estatísticos existentes, no sentido de se perceber para que áreas da actividade económica se dirigem as pessoas que entram diariamente em Vinhais para trabalhar (240 pessoas) constata-se que, em termos globais, 86% deslocam-se para actividades do sector terciário, 9% para o secundário e os restantes 5% para o primário.

São três as principais actividades que oferecem emprego à população activa proveniente do exterior. O sector da “Educação” atrai 55% das pessoas que entram diariamente em Vinhais para trabalhar, sendo secundado pelo sector da “Administração Pública, Defesa e Segurança Social”, que atrai 10%, e pelo sector da “Construção”, que atrai 7%.

O Quadro seguinte, identificando o número de pessoas por áreas de actividade, tanto dos residentes e empregados em Vinhais, como o número de pessoas por áreas de actividade que se deslocam diariamente para Vinhais para trabalhar, dá-nos o retrato real e global da actividade económica concelhia, nomeadamente da afectação total de recursos humanos à actividade económica do concelho de Vinhais. Assim, 32,1% trabalha no sector primário, 16,5% no secundário e 51,4% no sector terciário.

Quadro 33: Estrutura do Emprego de Vinhais, em 2001

(Movimentos diários de Entrada no concelho de Vinhais, por sectores de actividade)

Sector	Actividades (CAE-Rev.2)	Entradas em Vinhais			Total		População por Sector Actividade*	
		De Vinhais	De outros concelhos		n.º	%	n.º	%
		n.º	n.º	%				
I	Agricultura, Produção animal, Caça, Silvicultura e Pesca	741	12	5,0	753	31,8	761	32.1
	Indústrias extractivas	8	0	0,0	8	0,3		
II	Indústrias alimentares, das bebidas e do tabaco	24	2	0,8	26	1,1	392	16.5
	Indústria têxtil	3	1	0,4	4	0,2		
	Indústrias da madeira e da cortiça e suas obras	20	0	0,0	20	0,8		
	Fabricação de pasta, de papel e seus derivados	1	0	0,0	1	0,0		
	Fabricação de prod. Borracha e matérias plásticas	1	0	0,0	1	0,0		
	Fabricação de outros prod. minerais não metálicos	2	0	0,0	2	0,1		
	Indústrias metalúrgicas de base e de prod. Metálic.	35	0	0,0	35	1,5		
	Fabricação de máquinas e de equipamentos, n.e.	3	0	0,0	3	0,1		
	Fabricação de equipamento eléctrico e de óptica	5	0	0,0	5	0,2		
	Fabricação de material de transporte	1	0	0,0	1	0,0		
	Indústrias transformadoras , n.e.	4	0	0,0	4	0,2		
	Produção e distribuição de electricidade e de gás	16	1	0,4	17	0,7		
	Construção	256	17	7,1	273	11,5		
III	Comércio por grosso e a retalho; Repar. Automóv.	240	12	5,0	252	10,6	1217	51.4
	Alojamento e restauração (Restaurantes e simil.)	92	2	0,8	94	4,0		
	Transportes, armazenagem e comunicações	51	5	2,1	56	2,4		
	Actividades Financeiras	20	9	3,8	29	1,2		
	Act. imobiliárias, aluguer e serv. prest. às empres.	27	9	3,8	36	1,5		
	Administração pública, defesa e segurança social	304	25	10,4	329	13,9		
	Educação	133	131	54,6	264	11,1		
	Saúde e acção social	78	10	4,2	88	3,7		
	Outras actividades de serviços colectivos e sociais	38	4	1,7	42	1,8		
Famílias com empregados domésticos	27	0	0,0	27	1,1			
TOTAL		2130	240	100.0	2370	100.0	2370	100.0

* População de Vinhais + População de Outros Concelhos

Fonte: XIV Recenseamento Geral da População, INE-Portugal, 2001

3.2.4 Nível de instrução e oferta de formação

A instrução (qualificação dos recursos humanos no plano escolar) e a qualificação profissional (nível de competências) são condições essenciais para a qualificação do tecido económico, para sustentar processos de desenvolvimento e proporcionar a melhoria da qualidade de vida das populações. A avaliação da disponibilidade de estruturas capazes de proporcionar a transformação da mão-de-obra potencial em mão-de-obra qualificada é um aspecto que deve ser considerado em abordagens como esta.

A oferta de recursos de competências sustenta-se no sistema formal de ensino e no sistema de formação (ensino profissional,...) que exerce uma função de complemento do primeiro, compensando a desadequação existente entre a oferta do sistema de ensino e a procura do sistema produtivo, sendo esta a maior causa dos desajustamentos entre oferta e procura no mercado de trabalho.

No concelho de Vinhais só o sistema formal de ensino desempenha protagonismo na oferta de recursos de competências.

Neste concelho, os níveis de instrução e de qualificação do emprego são ainda muito baixos, facto, contudo, que não é alheio à estrutura etária fortemente envelhecida da população residente.

Com efeito, em 2001, 21 pessoas (com 10 ou + anos) em cada 100 (com 10 ou + anos) não sabiam ler nem escrever no concelho de Vinhais (taxa de analfabetismo de 21%). Esta taxa, é ligeiramente mais baixa do que a registada em 1991 (22,9%), mas ainda elevada para se distanciar do Alto de Trás-os-Montes (15,8%), já é alta, quando comparada com a Região Norte e com o País.

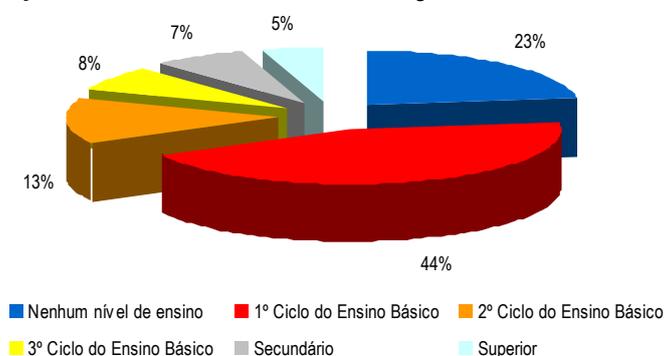
Quadro 34: Variação da Taxa de Analfabetismo entre 1991 e 2001

Unidade Territorial	1991	2001
Portugal	11.0	9.0
Norte	9.9	8.3
Alto Trás-os-Montes	18.2	15.8
Vinhais	22.9	21.0

Fonte: INE-Portugal, Recenseamentos Gerais da População, 1991 e 2001

Em 2001, 67% da população residente não possuía mais do que o 1º ciclo do ensino básico (antigo ensino primário), sendo que destes, 23% não possuía qualquer nível de ensino.

Figura 17: População Residente no concelho de Vinhais, segundo o nível de ensino atingido, em 2001



Fonte: XIV Recenseamento Geral da População, INE-Portugal, 2001

A análise anterior referia-se à totalidade da população concelhia. Quando analisada a formação escolar do pessoal ao serviço, de acordo com os Quadros de Pessoal, o retrato mais recente (2000), traduzido na tabela seguinte, coincide, obviamente, com o quadro geral, sendo possível salientar alguns aspectos, nomeadamente: i) o 1º ciclo do ensino básico é o nível de ensino mais representativo ao nível da população empregada (cerca de 38) e apenas 1% do pessoal ao serviço não possuía qualquer escolaridade; ii) o peso do pessoal ao serviço com Ensino Médio ou Superior, representa apenas 6% da população empregada.

Quadro 35: Evolução das Habilitações Escolares do Pessoal ao Serviço no concelho de Vinhais, entre 1995 e 2000

Níveis de Ensino	1995		2000		Variação	
	n.º	%	n.º	%	n.º	%
< Ensino Básico	4	1.6	4	1.0	0	0,0
1º Ciclo	119	48.0	153	38.4	34	28,6
2º Ciclo	50	20.2	96	24.1	46	92,0
3º Ciclo	43	17.3	68	17.1	25	58,1
Ensino secundário	26	10.5	34	8.5	8	30,8
Escola Profissional	0	0.0	-	-	0	0,0
Bacharelato	3	1.2	13	3.3	10	333,3
Licenciatura	2	0.8	12	3.0	10	500,0
Ignorado	1	0.4	18	4.5	17	1700,0
Total	248	100.0	398	100.0	150	60,5

Fonte: Quadros de Pessoal, DETEFP do Ministério do Trabalho e da Solidariedade.

A qualificação e instrução dos recursos humanos é uma condição essencial para a qualificação do tecido económico de qualquer território. No concelho de Vinhais, o desenvolvimento económico tem estado comprometido, em parte porque as actividades económicas do concelho têm sido pouco exigentes em qualificações e pela manifesta incapacidade em gerar oportunidades de emprego aos seus activos, razão pela qual a emigração continua a desempenhar um papel importante no processo de regulação do mercado de trabalho concelhio (recorde-se que entre, 1991 e 2001, saíram do concelho aproximadamente 1100 pessoas, ou melhor, o saldo entre as entradas e saídas do concelho foi de 1100 pessoas). Saliente-se, contudo, que o saldo migratório da última década já foi bastante menor que na década de 80 (entre 1981 e 1991, o saldo migratório foi de -3154 pessoas).

As dinâmicas demográficas mais recentes têm ditado a redução da população escolar de forma significativa (entre 1991 e 2001, a população escolar, entre os 3 e os 17 anos, diminuiu 49%). Não obstante, a oferta de formação escolar abrange a totalidade dos níveis de ensino, à excepção do ensino superior. Este concelho conta com nove estabelecimentos com a valência do ensino Pré-Escolar, trinta e uma Escolas Básicas do 1º ciclo, uma Escola Básica com 2º e 3º ciclos e uma Escola Secundária com 3º Ciclo.

O número total de alunos inscritos nos estabelecimentos de ensino do concelho de Vinhais no ano lectivo 2002/2003 totalizava os 1060 alunos, número ligeiramente inferior à população escolar do concelho em 2001 (INE), o que pode indiciar duas situações: a primeira, é que a taxa de cobertura de qualquer dos níveis de ensino rondará os 100% e a segunda é que há um número de alunos, embora reduzido, que frequenta o ensino de Vinhais, mas é proveniente de outros concelhos.

São ainda os dados estatísticos referentes às deslocações pendulares e, no caso, por motivo de estudo, que evidenciam as relações que se estabelecem com outros concelhos, ao nível da formação escolar. Efectivamente, da população escolar residente, que totalizava, em 2001, os 1443 alunos, 27% dirigia-se diariamente para o exterior do concelho para frequentar o ensino, preferencialmente para Bragança (163 alunos), Mirandela (78 alunos) e Porto (32 alunos).

Em sentido inverso, entravam diariamente em Vinhais somente 29 alunos provenientes de Freixo de Espada à Cinta (10 alunos), de Vila do Porto (6 alunos), de Vila Flor (4 alunos), de Macedo de Cavaleiros (3 alunos) e de outros concelhos (6 alunos).

Neste concelho é sobretudo a idade avançada da sua população que funciona como o grande constrangimento ao desenvolvimento (30% da população tem mais de 65 anos). Existem, no entanto, no ensino formal, as infraestruturas escolares necessárias para, pelo menos, permitir o arranque da inversão dos actuais níveis de instrução e qualificação dos recursos, ainda que se aponte a necessidade da oferta de competências no ensino profissional. Para tal, será necessário, e em paralelo, consolidar o espírito empresarial, bem como criar condições de atracção e fixação de profissionais com elevados níveis de qualificação.

3.2.5 Estrutura Económica e Empresarial

3.2.5.1 Traços Gerais

A localização interior e periférica tem votado o concelho ao esquecimento, bem como, na generalidade, o interior do país, face aos grandes investimentos públicos e privados, facto que tem contribuído para a persistência de factores de estrangulamento ao seu desenvolvimento. O continuado processo de desertificação, a par do inevitável envelhecimento populacional, colocam o concelho numa situação de fragilidade em termos de pressupostos para o desenvolvimento, nomeadamente ao nível de recursos humanos disponíveis. Em consequência, este concelho apresenta um muito débil tecido económico e empresarial.

No entanto, este é um cenário, que evidencia alguns contornos de alteração, a julgar pela evolução mais recente, ocorrida entre 1995 e 2000. Neste período, o concelho de Vinhais registou uma evolução positiva quer ao nível do número de estabelecimentos (passaram de 55, em 1995, para 102, em 2000), quer ao nível da

população empregada no sector formal da economia (passaram de 248 pessoas ao serviço, em 1995, para 398, em 2000).

Quadro 36: Evolução do Emprego e do número de estabelecimentos, no concelho de Vinhais, no período 1995-1999

	1995	2000	Var.(%) 1995/2000
Emprego	248	398	60.5
Estabelecimentos	55	102	85.5

Fonte: Quadros de Pessoal, DETEFP do Ministério do Trabalho e da Solidariedade.

A actividade económica do Concelho, à data de 2000, evidencia uma concentração do emprego no segmento formal da economia (empresas com pessoal ao serviço) em torno de quatro principais sectores: o sector da “Construção”, que concentra cerca de 25,4% da população empregada, logo seguido pelo sector do “Comércio por grosso e a retalho” (21,4%). Os restantes dois sectores, com pesos menores, são a “Saúde e Acção Social” (15,6%) e as “Indústrias Transformadoras” (14,1%). Destes, o que registou o maior incremento, entre 1995 e 2000, foi o sector das indústrias transformadoras (+143,5%) e o que menor incremento registou, foi o sector da saúde e acção social (+55%).

Quadro 37: Evolução do número de estabelecimentos e do emprego no concelho de Vinhais, no período 1995-1999, por Actividades (CAE-Rev.2)

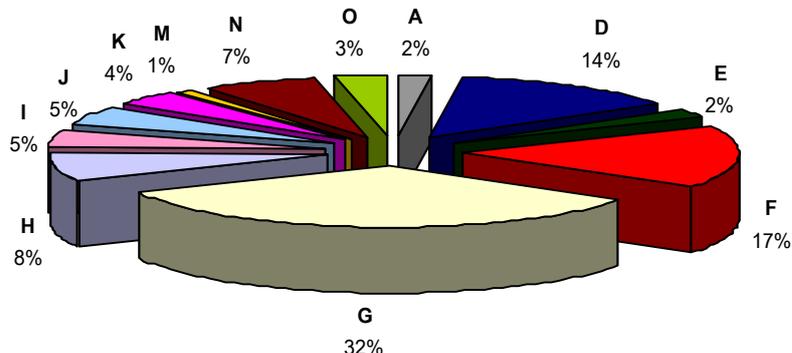
Actividades (CAE Rev.2)	Estabelecimentos					Emprego				
	Total		Peso da actividade		Var. (%) 95-00	Total		Peso da actividade		Var. (%) 95-00
	1995	2000	1995	2000		1995	2000	1995	2000	
A Agri., P.animal, Caça, Silvicult.	1	2	1,8	2,0	100,0	8	5	3,2	1,3	-37,5
D Indústrias Transformadoras	5	14	9,1	13,7	180,0	23	56	9,3	14,1	143,5
E Prod. Distrib. Eelect., Gás, Água	1	2	1,8	2,0	100,0	5	8	2,0	2,0	60,0
F Construção	7	17	12,7	16,7	142,9	46	101	18,5	25,4	119,6
G Comércio Grosso e a Retalho	23	34	41,8	33,3	47,8	64	85	25,8	21,4	32,8
H Alojamento, Restauração	3	8	5,5	7,8	166,7	7	19	2,8	4,8	171,4
I Transportes, Armaz. e Comunic.	2	5	3,6	4,9	150,0	18	19	7,3	4,8	5,6
J Actividades Financeiras	4	5	7,3	4,9	25,0	23	24	9,3	6,0	4,3
K Act. Imobili. Alug. Serv. às Empr.	1	4	1,8	3,9	300,0	1	8	0,4	2,0	700,0
M Educação	1	1	1,8	1,0	0,0	10	6	4,0	1,5	-40,0
N Saúde e Acção Social	4	7	7,3	6,9	75,0	40	62	16,1	15,6	55,0
O O. Act. Serv. Colec.Sociai. e Pes.	3	3	5,5	2,9	0,0	3	5	1,2	1,3	66,7
TOTAL	55	102	100,0	100,0	85,5	248	398	100,0	100,0	60,5

Fonte: Quadros de Pessoal, DETEFP do Ministério do Trabalho e da Solidariedade.

Em 2000, a estrutura do emprego é acompanhada de perto pela estrutura dos estabelecimentos. Com efeito, a concentração sectorial faz-se nos mesmos sectores referidos no parágrafo anterior (com excepção do sector da Saúde e Acção Social), tal como se pode constatar pela figura seguinte. Nesta matéria, as maiores dinâmicas de

crescimento dos estabelecimentos registaram-se nas “Actividades Imobiliárias, Aluguer e Serviço às Empresas” (300%), nas “Indústrias Transformadoras” (180%), e no “Alojamento e Restauração” (166,7%).

Figura 18: Estabelecimentos por Sectores de Actividade, segundo CAE-Rev.2, no concelho de Vinhais, em 2000



LEGENDA: A - Agricultura, produção animal, caça e silvicultura; D - Indústrias transformadoras; F – Construção; G - Comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos automóveis, motociclos e de bens de uso pessoal e doméstico; H - Alojamento e Restauração; I - Transportes, Armazenagem e Comunicações; J - Actividades Financeiras; K - Actividades imobiliárias, alugueres e serviços prestados às empresas; M - Educação ; N - Saúde e acção social ; O - Outras act. de serviços colectiv., Sociais e Pessoais;

Fonte: Quadros de Pessoal, DETEFP do Ministério do Trabalho e da Solidariedade.

Os Quadros de Pessoal escondem, contudo, a importância do segmento informal – estabelecimentos por conta própria, não contemplados nesta fonte estatística, e as actividades de carácter muito familiar ou artesanal não inscritas como estabelecimentos, que, em concelhos como o de Vinhais, têm um peso ainda bastante significativo na economia local.

Os estabelecimentos por conta própria estão incluídos nos valores apresentados por uma outra fonte estatística, designadamente, o Ficheiro Central de Empresas e Estabelecimentos do INE, cujos valores para o ano de 2002 se reproduzem no quadro seguinte.

A informação seguinte, com o acréscimo dos estabelecimentos por conta própria, evidencia a importância que estes têm, sobretudo, no sector do comércio (estão registados, em 2002, 299 empresas neste sector), e no sector agrícola (220 empresas), correspondendo, na maioria, a pequenas unidades familiares e artesanais.

Quadro 38: Número de Empresas com sede na Região Centro, segundo CAE – Rev. 2, em 31.12.2002

Actividades (CAE Rev. 2)		Região Norte		Alto Trás-os-Montes		Vinhais	
		n.º	%	n.º	%	n.º	%
A+B	A - Agricultura, produção animal, caça e silvicultura; B - Pesca	20058	6,0	4641	22,2	220	25,6
C	Indústrias extractivas	660	0,2	73	0,3	1	0,1
D	Indústrias transformadoras	52607	15,7	1322	6,3	58	6,8

Actividades (CAE Rev. 2)		Região Norte		Alto Trás-os-Montes		Vinhais	
		n.º	%	n.º	%	n.º	%
E	Produção e Distribuição de Electricidade, Gás e Água	146	0,0	9	0,0	-	-
F	Construção	48949	14,6	2432	11,6	63	7,3
G	Comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos automóveis, motociclos e de bens de uso pessoal e doméstico	120066	35,8	6978	33,4	299	34,8
H	Alojamento e Restauração (Restaurantes e Similares)	28845	8,6	2585	12,4	104	12,1
I	Transportes, Armazenagem e Comunicações	8532	2,5	708	3,4	47	5,5
J	Actividades Financeiras	11401	3,4	529	2,5	17	2,0
K	Actividades imobiliárias, alugueres e serviços prestados às empresas	28201	8,4	904	4,3	33	3,8
L a Q	Administração pública, defesa e segurança social obrigatória; educação; saúde e acção social; outras actividades de serviços colectivos, Sociais e Pessoais	15451	4,6	742	3,5	16	1,9
TOTAL		334916	100.0	20923	100.0	858	100.0

Fonte: www.ine.pt (INE-Portugal, Anuário Estatístico da Região Centro/Ficheiro Central de Empresas e Estabelecimentos, 2003)

Em síntese, pode concluir-se que das empresas existentes no concelho (por conta própria e por conta de outrem), apenas cerca de 12% labora numa lógica empresarial (com pessoas ao serviço), nomeadamente possuindo alguma dimensão ao nível dos recursos humanos que afecta.

Segundo esta fonte estatística, as empresas relacionadas com as “Actividades comerciais e de reparação de automóveis, motociclos e de bens de usos pessoal e doméstico” são as que têm maior peso no conjunto do concelho (34,8%), com valores similares aos registados por Alto Trás-os-Montes e pela região Norte.

As actividades agrícolas, de produção animal, caça, silvicultura e pesca são o sector com o 2º maior peso de empresas no total concelhio (25,6%) cujo valor é, ligeiramente, superior ao registado pelo Alto de Trás-os-Montes (22,2%), e largamente superior ao registado pela região Norte (6%).

O “alojamento e restauração” e a “construção”, são os que possuem os terceiro e quarto maiores pesos de empresas no total concelhio (12,1%, 7,3%, respectivamente), possuindo uma importância relativa ligeiramente inferior à registada pelo Alto de Trás-os-Montes, e superior à registada pela região Norte, no caso do “alojamento e restauração”, e inferior, no caso da “construção”.

O tecido empresarial de Vinhais é constituído, maioritariamente, por pequenas empresas, tal como acontece, de um modo geral, a nível regional e nacional. Com efeito, no concelho de Vinhais, os estabelecimentos que empregavam o maior número de indivíduos eram os que tinham dimensão entre 1 e 4 trabalhadores (40% do pessoal ao serviço), seguidos dos estabelecimentos com entre 10 e 19 trabalhadores (28% do emprego) e dos estabelecimentos com entre 5 e 9 pessoas (24% do emprego).

As diferenças existentes entre as duas fontes (MTS/DETEFP e Ficheiro Central de Empresas e Estabelecimentos/INE) reflectem a importância dos estabelecimentos por conta própria e, portanto, das pequenas unidades familiares, na economia concelha, em que do total das empresas sediadas no concelho, cerca de 88 referem-se a empresas em nome individual, sem registo de empregados.

Quadro 39: N.º de Pessoas segundo a dimensão do Estabelecimento, por actividade, 2000

Actividade	1 a 4 pessoas	5 a 9 pessoas	10 a 19 pessoas	20-49 pessoas	Total
A - Agri., P. animal, Caça, Silvicult.	5	0	0	0	5
D - Indústrias Transformadoras	28	11	17	0	56
E - Prod. Distrib. Eelect., Gás, Água	8	0	0	0	8
F - Construção	17	25	59	0	101
G - Comércio Grosso e a Retalho	69	16	0	0	85
H - Alojamento, Restauração	12	7	0	0	19
I - Transportes, Armaz. e Comunic.	6	0	13	0	19
J - Actividades Financeiras	5	19	0	0	24
K - Act. Imobili. Alug. Serv. Empr.	3	5	0	0	8
M - Educação	0	6	0	0	6
N - Saúde e Acção Social	2	7	21	32	62
O - O. Act. Serv. Colec. Soc e Pess.	5	0	0	0	5
TOTAL	160	96	110	32	398

Fonte: Quadros de Pessoal, DETEFP do Ministério do Trabalho e da Solidariedade.

Em quatro anos (1995 e 2000), a evolução ocorrida neste âmbito traduziu-se no aumento de 107,8% verificado no volume de emprego nos estabelecimentos mais pequenos, com entre 1 e 4 trabalhadores, e nos estabelecimentos com entre 10 e 19 trabalhadores (71,9%).

Quadro 40: Variação do n.º de Pessoas segundo a dimensão do Estabelecimento, no período 1995-2000

n.º pessoas	1995	2000	Tx. Var. (%)	Peso 1995 (%)	Peso 2000 (%)
1 a 4	77	160	107,8	31,0	40,2
5 a 9	81	96	18,5	32,7	24,1
10 a 19	64	110	71,9	25,8	27,6
20 a 49	26	32	23,1	10,5	8,0
Total	248	398	60,5	100,0	100,0

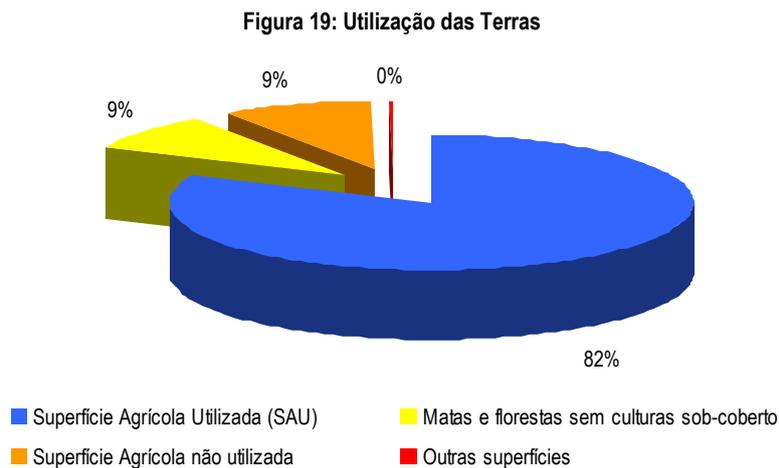
Fonte: Quadros de Pessoal, DETEFP do Ministério do Trabalho e da Solidariedade.

3.2.6 Sectores de Actividade Económica

Sector Primário

No concelho de Vinhais, as actividades agrícolas, de produção animal, de caça e silvícolas, em 1999, ocupavam uma área de 27893 ha, que correspondia, segundo o Recenseamento Geral da Agricultura (RGA, 1999), a 40%

da superfície total do concelho e a 7% da área total das explorações agrícolas da sub-região do Alto de Trás-os-Montes. A área ocupada por estas actividades distribui-se pela Superfície Agrícola Utilizada (81,6%), pela Superfície Agrícola não utilizada (9,3%), pelas Matas e Florestas sem culturas sob coberto (8,9%) e por Outras Superfícies (0,1%).



Fonte: INE-Portugal, Recenseamento Geral da Agricultura, 1999

A estrutura económica do concelho de Vinhais assentou até à década de 80 nas actividades agrícolas, mas foi o crescente êxodo rural, a par da tendência para a concentração populacional na sede concelhia, bem como o inevitável processo de terceirização da economia concelhia, que conduziram lentamente à perda de importância do sector primário como actividade principal da população, como aliás, vai sucedendo em toda a região e no país.

Em 20 anos (1981-2001), registou-se uma redução da população afectada a este sector, que passou de 67%, em 1981, para 29%, em 2001. Esta evolução, está, contudo, em consonância com a tendência actual de terciarização dos sistemas económicos, materializada, sobretudo, na expansão dos sectores comerciais e de serviços. Não obstante a concordância com a estrutura sectorial regional e nacional, este valor ainda é muito elevado quando comparado com o Alto de Trás-os-Montes (19%), mas sobretudo, quando comparado com a região Norte (5%).

A produção agrícola ainda é uma importante fonte de rendimento para parte da população, sobretudo a que vive fora da sede de concelho, que é mais envelhecida, tem menores habilitações e é economicamente mais desfavorecida.

O nível de instrução da população familiar do produtor agrícola é bastante baixa (34% tem apenas o ensino básico e 36% não possui qualquer nível de ensino) e a formação profissional agrícola é, grosso modo, a que resulta exclusivamente da prática (87%).

A tempo completo, apenas se dedicam às explorações, cerca de 7 indivíduos, predominando a afectação parcial, num contexto em que cerca de 14% desta população possui uma actividade remunerada, considerada como actividade principal, em qualquer um dos sectores de actividade. Caracteriza-se pois, por ser, de um modo geral, uma agricultura de subsistência, composta por pequenos produtores autónomos, existindo relativamente poucas explorações agrícolas, de produção animal, caça e silvícolas a funcionar numa lógica empresarial.

Efectivamente, segundo os Quadros de Pessoal do MTS, existiam, em 2000, apenas 2 estabelecimentos registados com pessoal ao serviço em actividades agrícolas, de produção animal, caça e silvícolas, empregando, no total, 5 trabalhadores. No período mais recente (1995-2000), o número de estabelecimentos aumentou de um para dois estabelecimentos, um relacionado com a produção animal e outro com a silvicultura, exploração florestal e actividades relacionadas.

Entre 1995 e 2000, apesar do aumento do número de estabelecimentos, o emprego diminuiu, passando de 8 para 5 trabalhadores.

Por sua vez, o segmento informal, que integra os estabelecimentos por conta de outrem, captado por outra fonte estatística (Ficheiro Central das Empresas, INE) dá conta da existência de 220 empresas no concelho de Vinhais cuja actividade está relacionada com a agricultura, a produção animal, a caça e a silvicultura. Esta disparidade das fontes de informação reflecte a existência de uma prática agrícola de subsistência que funciona, sobretudo, como complemento do rendimento familiar.

No concelho de Vinhais, a estrutura fundiária é caracterizada por propriedades agrícolas de média dimensão, sendo que a SAU/Exploração é de 9 ha, valor ligeiramente inferior ao da SAU/Exploração de Alto Trás-os-Montes, que é de 11,2 ha.

A principal cultura permanente produzida em Vinhais são os frutos secos (nomeadamente a castanha e a noz), tanto ao nível do número de explorações, como da área que ocupam, representando cerca de 17% do total de culturas de frutos secos da sub-região do Alto de Trás-os-Montes. A vinha e o olival também são produções importantes do concelho.

Quadro 41: Culturas permanentes, no concelho de Vinhais, em 1999

Culturas permanentes	Número de Explorações	Área		
		ha	%	Peso em ATM*
Frutos frescos	864	279	4.0	8,4
Citrinos	1	-	-	-
Frutos secos	2176	4768	68.6	16,6
Olival	852	774	11.1	1,8
Vinha	1758	1127	16.2	5,8
Viveiros	6	2	0.1	2,3
Total	5657	6950	100.0	-

*Alto Trás-os-Montes

Fonte: INE-Portugal, Recenseamento Geral da Agricultura, 1999

As principais culturas temporárias, em termos de área ocupada, são os cereais para grão e as culturas forrageiras, representando 59,7% e 27,1%, respectivamente, do total de área concelhia ocupada por culturas temporárias. É de salientar a importância da batata, enquanto segunda cultura temporária, em termos do número de explorações existentes.

Quadro 42: Culturas temporárias, no concelho Vinhais, em 1999

Culturas temporárias	Número de Explorações	Área		
		há	%	Peso em ATM*
Cereais para Grão	1672	4015	59.7	7.9
Leguminosas secas para grão	838	54	0.8	1.0
Prados temporários	27	18	0.3	1.8
Culturas forrageiras	1606	1822	27.1	8.9
Batata	2092	817	12.1	9.0
Culturas hortícolas	8	2	0.0	0.2
Total	6243	6728	100.0	-

*Alto Trás-os-Montes

Fonte: INE-Portugal, Recenseamento Geral da Agricultura, 1999

Na produção animal, destacam-se os ovinos, representando 52,2% do total do efectivo animal, as aves (16,7%) e os suínos (12,2%), que estão na base do “fumeiro”, um dos motores da economia local.

Quadro 43: Efectivo Animal, no concelho de Vinhais em 1999

Animal	Efectivo		Peso na sub-Região (%)
	n.º	%	
Bovinos	3909	8,5	5.9
Suínos	5570	12,2	12.9
Ovinos	23878	52,2	9.5
Caprinos	1915	4,2	3.6
Equídeos	1272	2,8	5.8
Coelhas	1580	3,5	5.1
Aves	7641	16,7	6.3
Total	45765	100,0	-

Fonte: INE-Portugal, Recenseamento Geral da Agricultura, 1999

Sector Secundário

A actividade industrial é tradicionalmente uma componente pouco significativa da estrutura económica do concelho de Vinhais. Com efeito, em termos de afectação de activos, o sector secundário é o menos representativo dos três sectores de actividade, afectando, em 2001, cerca de 20,2% da população activa. Contudo, e apesar deste facto, o sector secundário, na última década, aumentou o seu peso relativo, pois em 1991, afectava somente 9,6% dos activos do concelho de Vinhais.

Os dados mais recentes (Quadros de Pessoal) relativos a 2000 e ao emprego formal (por conta de outrem), permitem concluir que, no âmbito das actividades referenciadas como pertencendo ao sector secundário, é o sector da “Construção” o que emprega o maior número de trabalhadores (101) seguido pelas “Indústrias transformadoras” (56 empregados), e por fim, pelo sector da “Produção de electricidade, gás e água” que emprega somente 8 trabalhadores. No espaço decorrido entre 1995 e 2000, o emprego nas actividades pertencentes ao sector secundário cresceu cerca de 123%, tendo sido no sector das indústrias transformadoras onde se deu o maior incremento (+143,5%).

Quadro 44: Evolução do número de estabelecimentos e do emprego, entre 1995 e 2000 – Sector Secundário

Actividades (CAE Rev. 2)		Estabelecimentos				Emprego			
		1995	2000	Variação (1995/2000)		1995	2000	Variação (1995/2000)	
		n.º	n.º	n.º	%	n.º	n.º	n.º	%
D	Indústrias Transformadoras	5	14	9	180,0	23	56	33	143,5
E	Prod. Dist. Elect., Gás e Água	1	2	1	100,0	5	8	3	60,0
F	Construção	7	17	10	142,9	46	101	55	119,6
TOTAL		13	33	20	153,9	74	165	91	123,0

Fonte: Quadros de Pessoal, DETEFP, Ministério do Trabalho e da Solidariedade

Mais uma vez é possível completar a análise dos dados do MTS com os dados do INE (Ficheiro Central das Empresas e Estabelecimentos e Censos 2001) de modo a obter-se uma leitura mais realista das actividades inscritas no sector secundário.

No sector da construção, a fonte do ficheiro central das empresas informa que existem 63 empresas de construção civil (2002) e os dados dos Censos 2001, mencionam que estão empregadas neste sector 380 pessoas. Do mesmo modo, na indústria transformadora existem 58 empresas e, de acordo com os dados dos Censos, trabalham na indústria transformadora do concelho 118 pessoas (população residente e população de outros concelhos vizinhos). É de assinalar ainda que, de acordo com esta fonte estatística, existe uma unidade de indústria extractiva, na qual laboram 8 pessoas.

A discrepância existente entre as várias fontes vem, mais uma vez, sublinhar a importância do emprego por conta própria, de muito reduzida dimensão.

Tem havido, por parte da edilidade local, uma preocupação crescente pela criação de infraestruturas de apoio ao sector industrial, consentânea com o aumento da importância relativa deste sector no desenvolvimento económico do concelho. A intervenção prosseguida materializou-se no loteamento de cerca de 45 768 m² de terreno (num total de 23 lotes) para criação de uma zona industrial devidamente equipada e infraestruturada, que, não só oferece melhores condições de laboração, de infraestruturas de apoio à actividade e de acessibilidade, como também, responde aos requisitos crescentes de melhores condições ambientais e de vivência dos espaços urbanos.

No entanto, existem, efectivamente, algumas debilidades no tocante à capacidade de atracção de empresas, nomeadamente, e a primeira e a mais decisiva, a reduzida mão-de-obra disponível, bem como carências ao nível dos serviços de apoio à actividade produtiva, entre outros.

Sector Terciário

As actividades terciárias ocupam metade da população activa do concelho de Vinhais. Tradicionalmente agrícola, Vinhais só, em 2001, regista um sector terciário com um peso superior ao sector primário, em termos de afectação de activos. Com efeito, há 20 anos atrás, este sector apenas ocupava 21% da população activa (1981). Em 1991, esse valor ascendeu para 30,5% e hoje (2001) o sector terciário afecta 50,4% da sua população activa.

Esta evolução, está, contudo, em consonância com a tendência actual de terciarização dos sistemas económicos, materializada na retracção do sector primário e na expansão dos sectores comerciais e de serviços, embora o concelho de Vinhais, esteja a fazer um percurso mais lento que a região Norte e que o próprio Alto de Trás-os-Montes.

Sendo inegável a evolução no sentido da terciarização do concelho, interessa realçar a evolução ocorrida em apenas cinco anos (1995-2000), tanto ao nível do emprego (37%), como ao nível do número de estabelecimentos (63%).

De acordo com os Quadros do Pessoal, as actividades terciárias ocupam 57% do emprego formal (por conta de outrém) no concelho. Dentro destas, o "Comércio por grosso e a retalho" é a principal actividade geradora de emprego (85 trabalhadores), seguida da "Saúde e Acção Social" (62 trabalhadores) e das "Actividades Financeiras" (24 trabalhadores). Só estas três actividades ocupam 75% do sector terciário.

Com excepção da actividade "Educação", todas as actividades terciárias registaram incrementos, tanto ao nível do número de estabelecimentos, como do emprego, entre 1995 e 2000. Os maiores crescimentos relativos ao nível do emprego foram registados pelas actividades imobiliárias, alugueres e serviços às empresas (700%), e pelo "Alojamento e restauração" (171%).

A estrutura comercial do concelho de Vinhais, baseia-se em estabelecimentos de pequena dimensão, de raiz familiar que, funcionando como elemento de subsistência, estão direccionados para uma procura diária não especializada. O facto da fonte estatística que apresenta o sector informal, ter contabilizados 299 estabelecimentos comerciais, mais 214 estabelecimentos que as inscritas no emprego formal, dá indicação da efectiva reduzida dimensão destes estabelecimentos, ou seja, a maioria são estabelecimentos por conta própria, sem pessoal contratado.

O sector da “Saúde e Acção Social”, também registou um crescimento assinalável (55%) nos mesmos cinco anos. Esta afectação ligada à área da saúde e, particularmente, à segurança social é a resposta a uma população muito envelhecida que necessita, cada vez mais, de apoio médico e social.

A reduzida importância do sector secundário tem efeitos directos no terciário de apoio à produção, igualmente incipiente. Com excepção das actividades financeiras, o volume de emprego nos transportes e comunicações e nas actividades imobiliárias, alugueres e serviços prestados às empresas, é relativamente reduzido (cerca de 12%). Contudo, a evolução positiva ocorrida no emprego nestes sectores, entre 1995 e 2000, parece querer indiciar uma possível alteração deste cenário.

Quadro 45: Evolução do número de Estabelecimentos e do Pessoal ao Serviço, segundo a CAE Rev.2, entre 1995 e 2000 – Sector Terciário

ACTIVIDADES (CAE- Rev. 2)		Estabelecimentos				Emprego			
		1995	2000	Variação (1995/2000)		1995	2000	Variação (1995/2000)	
		n.º	n.º	n.º	%	n.º	n.º	n.º	%
G	Comércio Grosso e a Retalho	23	34	11	47,8	64	85	21	32,8
H	Alojamento, Restauração	3	8	5	166,7	7	19	12	171,4
I	Transportes, Armaz. e Comunic.	2	5	3	150,0	18	19	1	5,6
J	Actividades Financeiras	4	5	1	25,0	23	24	1	4,3
K	Act. Imobili. Alug. Serv. Empr.	1	4	3	300,0	1	8	7	700,0
M	Educação	1	1	0	0,0	10	6	-4	-40,0
N	Saúde e Acção Social	4	7	3	75,0	40	62	22	55,0
O	O. Act. Serv. Colect. Soc e Pess.	3	3	0	0,0	3	5	2	66,7
TOTAL		41	67	26	63,4	166	228	62	37,3

Fonte: Quadros de Pessoal, DETEFP, Ministério do Trabalho e da Solidariedade.

O concelho de Vinhais apresenta algumas potencialidades no domínio das actividades turísticas. No entanto, para além desse potencial ainda não estar suficientemente explorado, acresce ainda um problema de acessibilidade, o que dificulta a afirmação do turismo como um sector estratégico de viragem e crescimento da economia concelhia.

Uma das grandes lacunas deste sector é a fraca oferta de alojamento, resumindo-se a uma pensão de 2ª categoria e uma pensão residencial (ainda não classificada a título definitivo), em vinhais, e dez

empreendimentos de turismo no espaço rural nas freguesias de Soeira, de Vinhais, de Travanca, de Celas, de Moimenta e de Moutouto (informações do Turismo de Portugal, I.P.)

De acordo com o registo da base de dados de alojamento do Turismo de Portugal, I. P. existem no concelho onze empreendimentos, a saber:

- Uma Pensão denominada *Cidadela Transmontana*, de 2ª Categoria, localizada na freguesia de Vinhais, com capacidade para 22 quartos e 44 camas.
- Uma casa inscrita em Turismo em Espaço Rural, na modalidade de Agro-Turismo, designada por *Casa dos Valdarmeiros*, localizada na freguesia de Vinhais, com a capacidade de 5 quartos e 10 camas;
- Uma casa inscrita em Turismo em Espaço Rural, na modalidade de Casa de Campo, designada por *Quinta dos Castanheiros*, localizada na freguesia de Celas, com a capacidade de 6 quartos e 12 camas;
- Uma casa inscrita em Turismo em Espaço Rural, na modalidade Casa de Campo, designada por *Casa da Fonte de Travanca*, localizada na freguesia de Travanca, com a capacidade de 5 quartos e 10 camas;
- Uma casa inscrita em Turismo em Espaço Rural, na modalidade Casa de Campo, designada por *Casa da Flor*, localizada na freguesia de Soeira, com a capacidade de 2 quartos e 2 camas;
- Um conjunto de casas inscritas em Turismo em Espaço Rural, na modalidade Turismo de Aldeia, designadas por *As Casas de Casares*, localizada na freguesia de Montouto, com a capacidade de 9 quartos e 18 camas;
- Uma casa inscrita na modalidade de Casa-Abrigo, designada por *Casa Abrigo do Geadas*, localizada na freguesia de Travanca, com a capacidade de 5 quartos e 9 camas;
- Uma casa inscrita na modalidade de Casa de Retiro, designada por *Casa de Retiro da Mencha*, localizada na freguesia de Vinhais, com a capacidade de 2 quartos e 4 camas;
- Uma casa inscrita na modalidade de Casa de Retiro, designada por *Casa de Retiro de Moimenta*, localizada na freguesia de Moimenta, com a capacidade de 4 quartos e 11 camas;
- Uma casa inscrita na modalidade de Casa de Retiro, designada por *Casa de Retiro do Forno*, localizada na freguesia de Moimenta, com a capacidade de 2 quartos e 4 camas;
- Uma casa inscrita na modalidade de Casa de Retiro, designada por *Casa de Retiro da Torre*, localizada na freguesia de Moimenta, com a capacidade de 2 quartos e 6 camas e

Para além destes empreendimentos turísticos classificados, encontram-se em acompanhamento 11 projectos de Turismo no Espaço Rural (todos com pareceres positivos), que se dividem nas seguintes modalidades: um projecto para uma Casa de Campo, um projecto para um Pavilhão de Caça, 6 Projectos de Turismo de Natureza, dois projectos para Casas de Retiro e um projecto para Centro de Acolhimento. Estes dados referem-se ao período compreendido entre 1998 e 2008

Entre os produtos turísticos do concelho de Vinhais, destacam-se os seguintes:

- património natural, valores paisagísticos, quantas vezes associados a recursos hídricos, destacando-se o Parque Natural de Montesinho;
- património construído de valor histórico considerável, como se terá oportunidade de verificar adiante, de que se destacam os vários solares espalhados pelo concelho, com potencial para o desenvolvimento do turismo de habitação;
- património etnológico, ligado às tradições associadas a romarias e a festividades locais;
- condições físicas e naturais para a prática de pesca, de canoagem, de ciclismo de montanha, de passeios a cavalo, entre outros;
- variedade gastronómica e artesanato local sendo de destacar os trabalhos em madeira, em vime e em piorno (cestos, máscaras, piões, rocas, fusos), assim como a realização anual da Festa do Fumeiro, um evento importante para o concelho, em termos promocionais;
- tradição cinegética, devido à variedade e riqueza da fauna;
- integração numa região de contrastes paisagísticos e de património variado, que permite a inclusão num conjunto de rotas, como a Rota da Terra Fria;
- proximidade a Espanha, que poderá beneficiar do turismo espanhol.

A integração sustentada de todas estas valências turísticas, a par do incremento das acessibilidades ao concelho, afigura-se fundamental para a revitalização do sector.

3.2.7 Breve síntese conclusiva e prospectiva

O peso da evolução demográfica negativa das últimas décadas conduziu a um forte envelhecimento demográfico do concelho de Vinhais, herança muito pesada, por ser determinante para o desenvolvimento do concelho, traduzindo-se, em termos genéricos, na escassez de recursos humanos de suporte a qualquer estratégia de desenvolvimento.

O desafio que se põe a Vinhais é o de conseguir criar condições internas de fixação e captação de população jovem, com potencial de rejuvenescimento. O cenário, se se quiser, começa a revelar-se favorável, em função da avaliação de algumas tendências que se começaram a desenhar na década de 90, designadamente a redução do saldo migratório, ainda que se mantenha negativo. Efectivamente, o histórico processo de desertificação registou um abrandamento significativo na década de 90, ou seja, as pessoas começam a sair menos de Vinhais em busca de melhores condições de vida/emprego noutros concelhos. Esta realidade põe em evidência a crescente capacidade de fixação da população local e de atracção de população do exterior.

A este propósito, ainda que os dados estatísticos referentes aos fluxos populacionais diários que se estabelecem de e para Vinhais, revelem um saldo pendular negativo de cerca de cinco centenas de pessoas, (e a desfavor de Vinhais), esse valor é mais afectado pelas deslocações para o exterior por motivo de estudo, do que por motivo de trabalho. Neste contexto ainda, refira-se, como sustentação desta realidade, o crescimento do emprego, ocorrido no segundo quinquénio, com principal destaque para as actividades ditas do terciário.

No entanto, o incremento da dinâmica industrial do concelho e a criação de uma área industrial no concelho, impõem que se desenvolva todo um conjunto de infra-estruturas e serviços de apoio à actividade industrial, de modo a sustentar a o desenvolvimento e rendibilidade de indústrias ligadas à transformação de produtos agro-pecuários tradicionais, como a castanha e ainda os produtos do fumeiro.

Também no domínio das suas potencialidades, neste caso ao nível do turismo, o concelho deve procurar fazer uma maior valorização e integração dos seus recursos, destacando-se o potencial para o desenvolvimento do Turismo de Natureza no Parque Natural de Montesinho, para o desenvolvimento do Turismo Rural e/ou Turismo de Habitação aproveitando os vários solares que existem no concelho, e ainda do Turismo cinegético e gastronómico, entre outras valências.

No entanto, para a prossecução de tais objectivos, Vinhais deverá melhorar a sua oferta hoteleira, através da construção de novas unidades, orientadas para padrões de qualidade mais elevados, na qualificação e incremento dos sectores comercial, e restauração, por se considerar serem estes, a par do alojamento, os sectores directamente complementares ao melhor aproveitamento do potencial turístico do concelho.

A exploração turística “profissionalizada”, que se pretende, induzirá toda uma gama de serviços a jusante. Desta forma, conseguir-se-á alimentar um ciclo de sinergias, indutoras do crescimento económico e do desenvolvimento do concelho.

Crê-se que uma intervenção dinâmica e um investimento centrados nestes domínios, permitirão à Vinhais ter melhores condições de atractividade e fixação de população, sobretudo porque, como se referiu, existe já um vasto conjunto de condições, para que este processo seja mais facilmente conduzido.

Será em torno destas questões que se reflectirá na próxima fase do PDM, no âmbito da definição concreta de uma estratégia de desenvolvimento para o concelho de Vinhais.

4. CARACTERIZAÇÃO BIOFÍSICA

4.1 BREVE ENQUADRAMENTO BIOFÍSICO⁴

O concelho de Vinhais insere-se na província de Trás-os-Montes e abarca duas zonas: as chamadas Terra Fria e Terra Quente. A primeira, com clima extremamente rigoroso, abrange as zonas altas e montanhosas acima da cota de 500 metros e é caracterizada pela abundância de lameiros e criação de gado e pela cultura do castanheiro, do centeio e da batata. A segunda, corresponde às encostas do Douro e dos seus afluentes, abaixo da curva de nível de 500 metros, onde os Invernos são menos rigorosos e os Verões secos e quentes. Deste modo, é possível a instalação de culturas mediterrânicas como a vinha e o olival.

A bacia hidrográfica do rio Douro, na qual o Concelho se encontra na sua totalidade, é limitada por vales profundamente encaixados.

O concelho de Vinhais divide-se nas seguintes **unidades geológicas**:

- Domínio do Douro Inferior, numa faixa contínua do limite norte do Concelho estendendo-se para Sul até à linha de cavalgamento que atravessa o Concelho de Oeste a Este, do qual fazem parte as formações de xistos e grauvaques culminantes, de supra quartzíticos, de formações quartzíticas (intercalação de quartzite) e xistosas de quartzites superiores;
- Sub-Domínio Peritransmontano, numa pequena área na zona sudoeste do Concelho, de xistos superiores, formações quartzíticas (intercalação de quartzite), o complexo de xistos grauvaques e grés, os quartzitos inferiores e os xistos inferiores;
- Sub-Domínio Centrotransmontano, estendendo-se de Oeste a Este, onde aparecem formações de xistos e quartzofíloides culminantes, o complexo vulcano-silicioso, formações quartzíticas (intercalação de quartzite) e, em maior extensão, o complexo filado-quartzítico;
- Complexo Polimetamórfico, abrange a área central do concelho, até ao limite a Nascente, formado por rochas metabásicas (xistos verdes de unidade de soleira, anfíbolites e blastomionites básicas e metaperidotites e paragneiss a lentilhas d'eclogite).

Quanto às **unidades litológicas**, a região engloba as seguintes:

- Quartzitos;
- Xistos, grauvaques;
- Xistos, anfíbolitos, unicaxistos, grauvaques, quartzitos, rochas carbonatadas, gnaisses;

⁴ Plano Director Municipal de Vinhais, 1994, e Plano de Desenvolvimento Sustentado da Floresta do Concelho de Vinhais, 2001

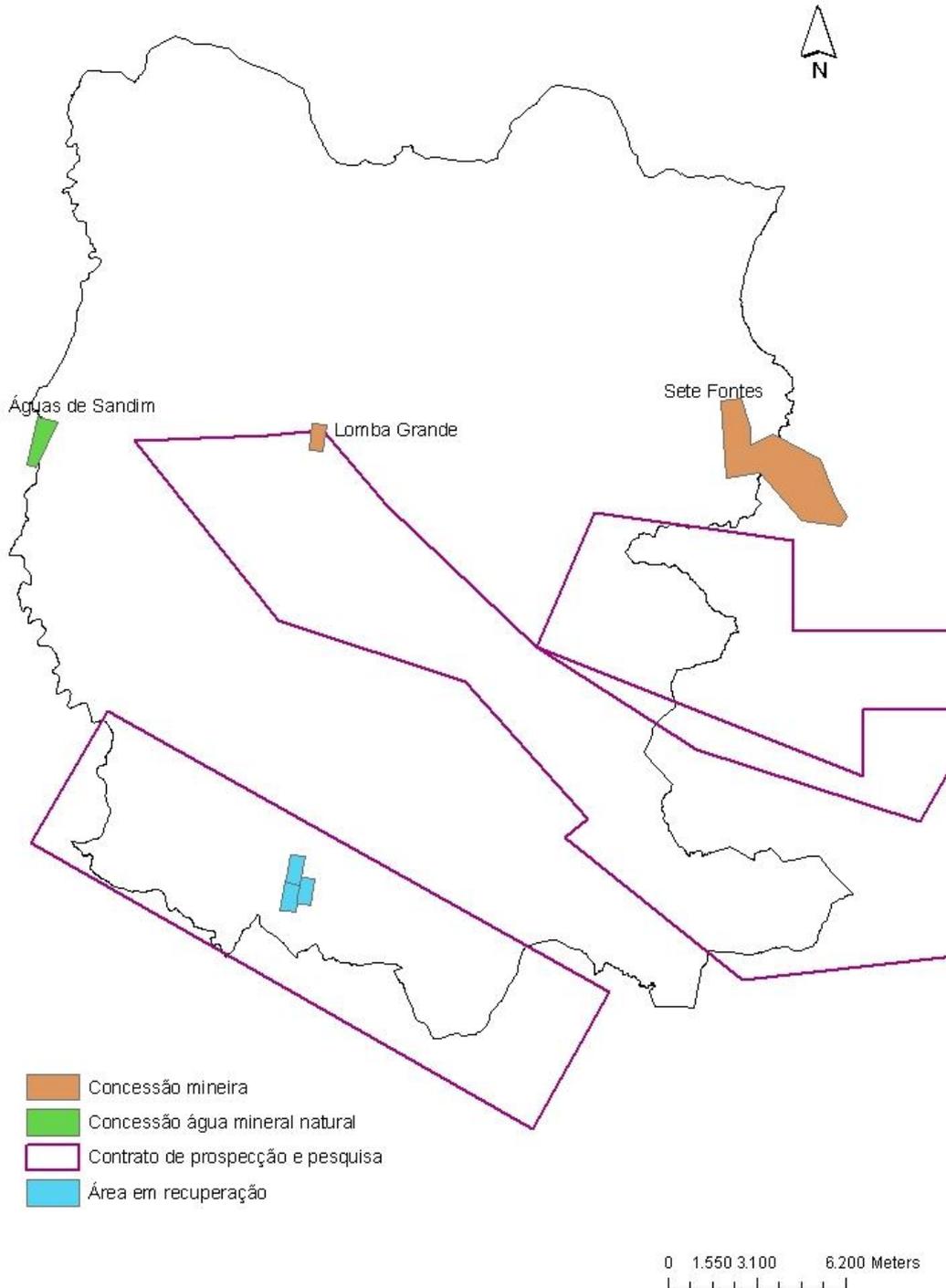
- Granitos e rochas afins, quartzodioritos.

Os **recursos geológicos** abrangem não só os depósitos minerais, que são recursos do domínio público, como também as massas minerais (pedreiras), recursos do domínio privado. Os recursos geológicos que integram o domínio público do estado incluem os depósitos minerais, recursos hidrominerais e recursos geotérmicos, podendo sobre eles ser constituídos direitos de prospecção e pesquisa e de exploração, através da celebração de contratos administrativos (concessões). No concelho recaem três concessões mineiras que se estendem para o concelho de Bragança.

Quanto aos recursos geológicos que não integram o domínio público do estado, logo objecto de propriedade privada, estes incluem as massas minerais (pedreiras) e as águas de nascente. O aproveitamento legal destes recursos passa pela obtenção prévia de uma licença de exploração. Às entidades competentes (DGEG, Ministério da Economia) não foi possível disponibilizar o polígono da única pedreira licenciada no concelho: Aligueira, com o n.º 6591, exploração de granito, situada na freguesia de Moimenta cujo explorador é a firma “Manuel Albérico Soares Ribeiro”. Também há registo de uma outra pedreira (n.º 4953, Cabrões, explorada pela firma “Manuela José Rodrigues”), mas que se encontra inactiva há bastante tempo.

Os recursos geológicos presentes no concelho encontram-se assinalados na figura a seguir apresentada.

Figura 20: Exploração dos recursos geológicos do concelho de Vinhais



Fonte: DGEG, 2008

Os **solos** do Concelho distribuem-se pelos seguintes tipos (segundo a Carta dos Solos do Mundo – FAO): Fluvissoles, Luvissoles, Antrossoles, Leptossoles e Cambissolos, sendo os dois últimos mais representativos, facto indicador de um Concelho com solos pouco férteis, logo com fraca aptidão para a agricultura.

A **climatologia** é analisada ao nível dos principais elementos climáticos: temperatura, humidade relativa do ar, insolação, radiação solar, precipitação, vento e geada. No concelho de Vinhais apenas existem dados de estações udométricas sendo a estação meteorológica mais próxima a de Bragança, todavia, são consideráveis as diferenças ao nível mesoclimático não se podendo, por isso, fazer uma caracterização pormenorizada do clima. Esta análise será feita com base nas cartas do Atlas do Ambiente. A partir da carta de temperatura, para o período de 1931 – 1960, pode dizer-se que a temperatura média anual está compreendida entre os 7,5 e os 15°C, sendo que, a Sul, este valor varia entre os 12,5° e os 15°C. Para o mesmo período de tempo, os valores da humidade relativa do ar às 9 horas variam entre os 70% e os 75%. Para a insolação indicam-se, para o período de 1931 – 1936, valores no intervalo entre as 2300 horas e as 2600 horas, embora, para a maior parte do Concelho, se verifiquem valores próximos das 2400 horas. Os dados relativos à radiação solar, indicam um valor de 145 Kcal/cm² na maior parte do Concelho – zona Norte. A precipitação apresenta valores médios anuais entre os 700mm e os 1400mm, sendo que os valores entre 800mm e 1000mm ocorrem nas áreas de vale dos principais rios (Tuela e Rabaçal), a jusante. No que respeita à ocorrência de neve, este é um fenómeno anual nas zonas montanhosas da serra da Coroa e Nogueira. A partir da Carta do Vento (1951 – 1960), indica-se que o vento predominante sopra de Oeste, com velocidades compreendidas entre 6Km/h e 21Km/h, podendo chegar a atingir os 51Km/h. Quanto à geada, ocorre em 6 ou 7 meses, entre 60 a 80 dias.

Tendo o território valores climáticos tão distintos, é inevitável a identificação de diferentes tipos de clima: clima de terra fria de montanha, terra fria e terra de transição, apresentando os valores mais frios e de maior pluviosidade nas zonas de montanha a norte e sudeste e os valores mais secos e quentes na zona sudoeste nos vales das principais linhas de água. Deste modo, esta região está exposta a climas de influência montanhosa, no primeiro caso, e mediterrânica, no segundo.

Para a **análise fisiográfica** do concelho de Vinhais, tem-se em atenção três vertentes: hipsometria, festos e talvegues e declives. Para a hipsometria escolheram-se cinco classes tendo em conta a escala de trabalho, o relevo presente e o objectivo do Plano. As classes são as seguintes:

- < 500 metros – permite identificar as zonas mais baixas do concelho, sempre junto às linhas de água – rios Mente, Rabaçal, Tuela e ribeira de Macedo – constituindo as vertentes a jusante dos mesmos;
- 500 – 700 metros – corresponde à classe mais representativa, nas vertentes dos rios, a montante, e seus afluentes;

- 700 – 900 metros – define as principais zonas de cumeada e apresenta uma mancha mais representativa a sudeste do território;
- 900 – 1200 metros – esta classe domina a parte norte-nordeste do Concelho, ocorrendo pontualmente a sudeste;
- > 1200 metros – aparece pontualmente nas serras da Nogueira e Coroa, sendo que o ponto mais alto atinge os 1270 metros.

Em relação aos festos, assinalam-se os de maior importância, que percorrem o Concelho, de um modo geral, no sentido Norte-Sul associados às principais linhas de água ou aos seus afluentes. Dos principais talvegues, destacam-se o rio Tuela, o rio Rabaçal, o rio Mente, com orientação Norte-Sul, e o rio Baceiro, no sentido Oeste-Este. No que se refere aos declives, os mais acentuados (> 30%) dizem respeito às zonas de encosta das linhas de água. A parte mais plana situa-se na zona de Moimenta, integrando-se entre os 900 e os 1200 metros.

Fotografia 1: Rio Mente - Sandim



4.2 OCUPAÇÃO DO SOLO

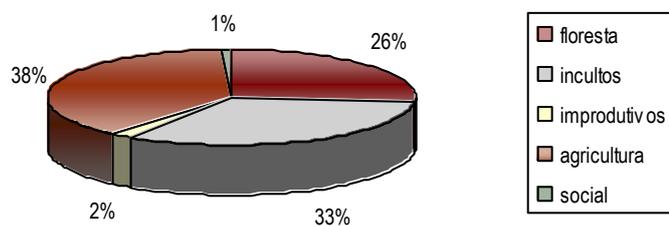
Antes de mais é importante referir que a peça desenhada que acompanha este tema teve como base uma carta fornecida pelo CNIG que foi submetida a rectificações, no âmbito da elaboração do Plano de Desenvolvimento Sustentado da Floresta do Concelho de Vinhais, uma vez que foram detectados erros de fotointerpretação e inevitáveis alterações da ocupação do solo. Estas rectificações foram levadas a cabo com o auxílio de ortofotos, visitas de campo e indicação de erros sistemáticos observados.

O desenvolvimento deste tema faz-se também com recurso a outras fontes, nomeadamente a dados estatísticos da Direcção-Geral de Florestas (1995) e ao Recenseamento Geral de Agricultura (1999), que permitem acrescentar informação e comparar a realidade do concelho de Vinhais com a restante área que é abarcada pela sub-região do Alto Trás-os-Montes.

Os dados estatísticos da Direcção-Geral das Florestas referem-se a uma aplicação informática disponível no respectivo sítio, com a designação *AreaStat*. Nesta aplicação consta uma estimativa das áreas conforme a ocupação do solo, sendo baseada numa amostra de cerca de 130 000 fotopontos, obtidos por fotointerpretação da cobertura aero-fotográfica de 1995. Estes dados permitiram elaborar o gráfico referente ao uso do solo, que se apresenta em seguida.

Através da análise do gráfico verifica-se existir um predomínio da agricultura na sub-região Alto Trás-os-Montes (38%). Seguidamente, surge a área de incultos e florestal, sendo que a primeira tem maior importância, com 33%, representando outra 26%. Os improdutivos (2%) e as áreas sociais (1%) têm pouca expressão, bem como as águas interiores, que nem chegam a

Figura 21: Uso actual do solo na sub-região Alto Trás-os-Montes



Fonte: Direcção Geral de Florestas, *Areastat*

ser mencionadas. Transpondo esta análise para o concelho de Vinhais verifica-se que os incultos (essencialmente matos) são os mais representativos no território municipal (37,8%), sendo que a área agrícola (incluindo os lameiros) tem uma ocupação bastante semelhante (34,4%). A floresta também tem alguma expressão (24,5%), ao contrário da área de improdutivos que é bastante reduzida (1,7%).

4.2.1 Ocupação agrícola

A área agrícola do concelho é ocupada, na sua maioria, por culturas anuais de sequeiro (trigo, centeio e aveia), estando presentes algumas culturas perenes como a vinha e o olival, e outras culturas anuais (batata e milho). Embora as culturas se desenvolvam um pouco por todo o concelho, no caso da vinha (4%) e do olival (2%) concentram-se na zona sudoeste, onde o clima tem características mais mediterrânicas necessárias ao desenvolvimento destas espécies. Os pomares são bastante escassos, apresentando uma ocupação muito reduzida no território concelhio. Associados a estes espaços surgem os matos, os lameiros e os improdutivos. Os matos ocupam uma grande extensão do concelho, geralmente em áreas com declive acentuado presente nas encostas das linhas de água principais. Os improdutivos correspondem às áreas pedregosas graníticas no norte do concelho e os lameiros, representam ecossistemas de elevado valor relativamente à conservação da natureza e estão frequentemente presentes nas zonas mais húmidas.

Figura 22: Ocupação agrícola do concelho de Vinhais

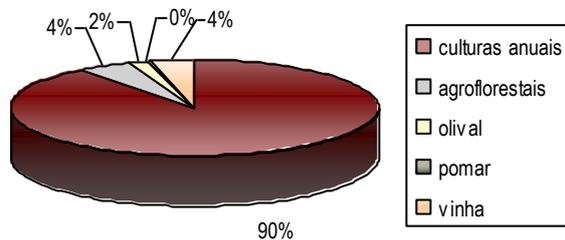
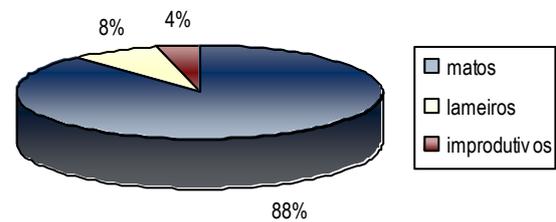


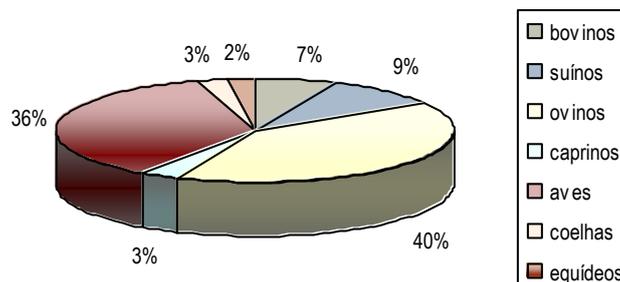
Figura 23: Ocupação semi-natural do concelho de Vinhais



Fonte: PAMAF - Plano de Desenvolvimento da Floresta do Concelho de Vinhais, 2001

A par da actividade agrícola surge a pecuária, com grande importância na economia da população. Segundo o Recenseamento Geral da Agricultura é a exploração de gado ovino aquela que se destaca, sendo também de destacar a exploração de gado de raça bovina mirandesa e de raça suína bisara. O efectivo de aves é bastante elevado, no entanto, não se evidenciam tanto neste tipo de actividade. O gado caprino, o efectivo de coelhas e os equídeos (essencialmente gado asinino e muar) são os menos significativos nesta área.

Figura 24: Efectivo animal no concelho de Vinhais



Fonte: INE, Recenseamento Geral da Agricultura, 1999

4.2.1.1 Lameiros

As pastagens de montanha são habitualmente designadas por lameiros. Estas pastagens, seculares na sua maioria, foram sendo obtidas à custa da destruição dos matos que ocupavam os melhores solos junto a linhas de água, quer pelo corte, quer pelo fogo, e também pelo espalhamento de sementes em terras que estavam sujeitas a outras culturas, acelerando deste modo o povoamento iniciado pelas plantas herbáceas aí existentes inicialmente. Para evitar um retrocesso das pastagens assim obtidas, e assegurar uma boa instalação, mais que uma vez por ano, eram feitos cortes de limpeza da infestação que teimava em aparecer.

Actualmente é muito raro assistirmos à instalação de lameiros, principalmente usando estas técnicas. As pastagens são constituídas, essencialmente, por espécies espontâneas ou sub-espontâneas, podendo considerar-se como pastagens naturais. Atendendo ao facto de não serem obtidas através de sementeira deliberada de espécies melhoradas não entram em qualquer tipo de rotação com outras culturas. Surgem numa zona em que o clima é caracterizado por um período húmido, de Novembro a Março, e um período seco entre Junho e Setembro, apresentando uma época de transição em Outubro e outra em Abril/Maio. Trata-se portanto de um clima mediterrâneo húmido, a altitudes de 700-800 m, em média, e um déficite de água de Julho a Setembro.

Fotografia 2: Lameiro



Situam-se preferencialmente junto a linhas de água, no encaixe de vales ou nas suas encostas mais íngremes. Ocupam, na generalidade, solos mediterrâneos pardos de rochas cristalofílicas básicas (SROA), luvissolos (FAO), hidromórficos sem horizonte eluvial para-aluissolos (SROA) ou gleissolos-fluvisolos (FAO), sendo estes últimos mais comuns.

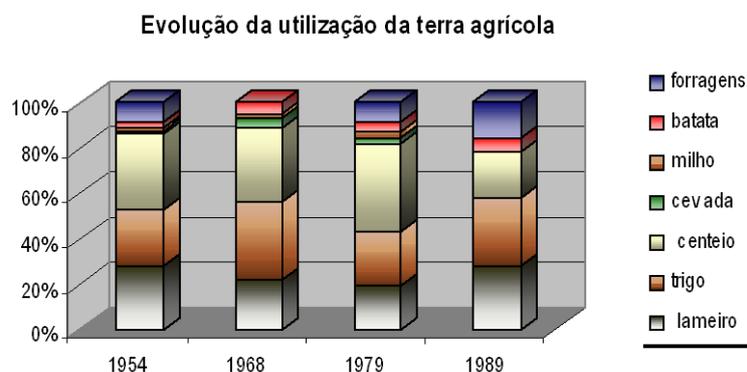
Os lameiros que se encontram na região diferem entre si quanto às disponibilidades de água, quanto ao aproveitamento a que têm vindo a ser sujeitos e quanto à localização (encosta declivosa, meia encosta e vale).

Quanto às disponibilidades de água, podem considerar-se três grupos: (1) lameiros de regadio, com rega equivalente às necessidades hídricas durante o Verão. Note-se que o regadio dos lameiros está dependente da precipitação, da maior abundância de nascentes de água e do maior número de linhas de água. Daí que os lameiros de uma maneira geral, se situem junto a linhas de água, de modo aproveitar o seu caudal nos meses seguintes ao fim do período das chuvas, Primavera e Verão, quer se trate de zonas com maiores ou menores precipitações. Os lameiros de regadio são aqueles que beneficiam de linhas de água permanentes durante todo o ano, ou aqueles que se situam junto a boas nascentes de água; (2) lameiros de regadio imperfeito, localizados junto a linhas de água não permanentes ou de reduzido caudal e com fracas nascentes de água. Durante o Verão, podem ou não, tornarem-se de sequeiro, conforme o caudal; (3) lameiros de sequeiro ou “secadal” puro, situado normalmente junto a linhas de água cujo o curso só existe enquanto há precipitação, anulando-se mesmo em pleno Inverno, sempre que haja períodos mais ou menos longos sem chuvas. Situam-se também nos planaltos ou topos de encosta junto a nascentes que só brotam em pleno Inverno.

Relativamente ao aproveitamento ou à utilização a que estas pastagens têm vindo a ser sujeitas podem considerar-se três grupos: (1) lameiros de pasto (“pastigueiros”), aproveitados exclusivamente para pastoreio, são normalmente os mais pobres, de sequeiro e de regadio imperfeitos e os mais declivosos de regadio, principalmente quando se situam próximo de locais com muito mato (giesta, urze, carqueja). Este grupo de pastagens é o suporte do efectivo na Primavera, enquanto os restantes lameiros estão cortados para feno. No Inverno, juntamente com os matos, são a base de alimentação, principalmente dos bovinos autóctones.;(2) lameiros de erva (“segadeiros”), são aproveitados quase exclusivamente por corte podendo sofrer um único pastoreio no ano, normalmente em Outubro. São lameiros de regadio situados em bons solos a jusante das povoações, beneficiando tradicionalmente, durante o Inverno, de regas enriquecidas com grande quantidade de nutrientes dissolvidos ou em suspensão. Estas pastagens são as mais produtivas, dando em média, no período Abril-Outubro, mais de seis cortes; (3) lameiros de feno, são os mais abundantes e como tal os que mais contribuem para a alimentação do efectivo. São prados de regadio, ou regadio imperfeito, aproveitados em regime misto de corte e pastoreio ao longo do ano, com declives pouco acentuados. Normalmente são cortados uma única vez no fim da Primavera/início do Verão, para feno, sendo submetidos a pastoreio durante o resto do ano, até ao início da Primavera seguinte, Março-Maio.

No quadro seguinte pode-se observar como tem sido a evolução da área de lameiros no distrito de Bragança:

Figura 25: Evolução das áreas de cultivo das principais culturas arvenses no distrito de Bragança



Fonte: MALDONADO PIRES, Lameiros de Trás-os-Montes, Série estudos,

Edição do Instituto Superior Politécnico de Bragança, 1994.

Por um lado, pode-se verificar que a área ocupada pelos lameiros não tem grande importância relativa face às outras ocupações agrícolas. No entanto, em termos de produtividade, reflectida na sua utilização pecuária, assume valores significativos, da máxima importância para a economia regional. Por outro lado, quanto à evolução da área ocupada ao longo das últimas décadas, constata-se que os valores se têm mantido idênticos, apesar de, nos anos 60 e 70, ter apresentado um decréscimo, o que estará intimamente associado à emigração

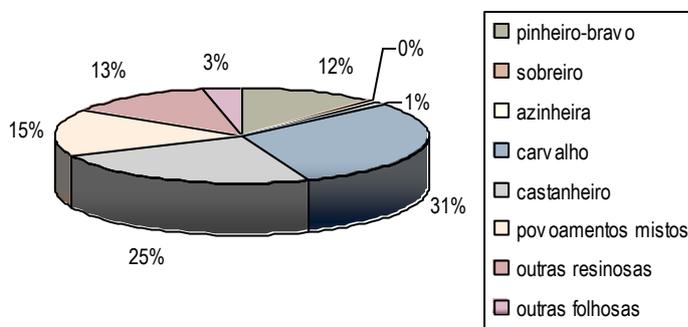
que se fez sentir nessa altura e logo à diminuição de efectivos associados à actividade agrícola. As informações apresentadas só alcançam o ano de 1989 uma vez que o critério usado nos recenseamentos mais recentes sofreu alterações, não permitindo a sua comparação com as informações mais antigas.

Por fim, é de salientar a importância dos lameiros como *património genético*, visto ser uma cultura à base de vegetação natural, que pode vir a ser utilizada mais tarde na obtenção de plantas melhoradas bem adaptadas à região e, principalmente, após o melhoramento prévio destas pastagens naturais, e também porque os lameiros, como cultura permanente, representam a opção mais indicada para o controlo da erosão e para a manutenção dos melhores solos.

4.2.2 Ocupação florestal

Os espaços florestais são aqueles que têm menos representação ao nível da ocupação do solo no concelho de Vinhais. A espécie mais importante é o carvalho negral (*Quercus pyrenaica*) presente em zonas de maior altitude onde o clima é mais frio e húmido, no entanto, o castanheiro manso (*Castanea sativa*) também cobre uma vasta área, que terá tendência a aumentar uma vez que os terrenos agrícolas começam a ser substituídos por esta cultura. Os soutos de castanheiro manso situam-se em locais frescos abertos ao sol, enquanto que os de castanheiro bravo, para produção de madeira, ocupam áreas ainda mais frescas e declivosas. O pinheiro-bravo é a espécie resinosa mais representativa e distribui-se nas zonas mais ocidentais do concelho enquanto que, a altitudes superiores, encontra-se o pinheiro-negro (*Pinus nigra*), o pinheiro-silvestre (*Pinus sylvestris*) e a pseudotsuga (*Pseudotsuga menziesii*). A azinheira não é muito frequente, mas tem um elevado valor ecológico uma vez que povoa as zonas mais quentes e de solos mais delgados, enquanto que o sobreiro ocupa manchas pouco representativas, a sudoeste do concelho, onde o clima tem uma influência mais mediterrânea.

Figura 26: Ocupação florestal do concelho de Vinhais



Fonte: PAMAF - Plano de Desenvolvimento da Floresta do Concelho de Vinhais, 2001

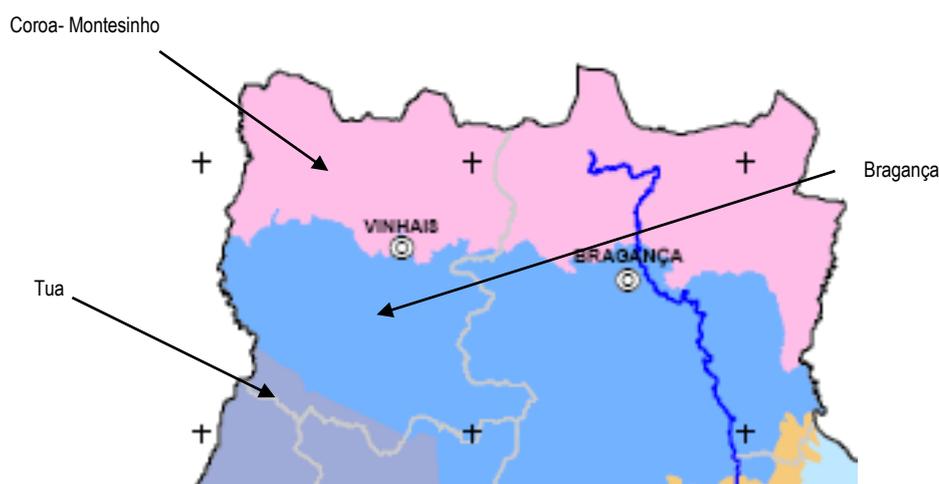
Em relação a outras folhosas, indicam-se o amieiro (*Alnus glutinosa*) e o freixo (*Fraxinus angustifolia*), perto das linhas de água, a nogueira, produtora de madeira (*Juglans nigra*) e produtora de fruto (*Juglans regia*), em solos bem drenados e profundos e com climas moderados sem secura estival, e a cerejeira-brava (*Prunus avium*), com alguma representação na região, a partir da qual se obtém fruto e madeira, sobretudo nas regiões mais

quentes e com bons solos.

PROF Nordeste

De acordo com o Plano Regional de Ordenamento Florestal do Nordeste (PROF-N), publicado no Decreto-Regulamentar n.º 2/2007 de 17 de Janeiro, o concelho de Vinhais, encontra-se inserido em três sub-regiões: Coroa-Montesinho, Sabor, Bragança.

Figura 27: Sub-regiões homogéneas estipuladas pelo PROF-N para o concelho de Bragança



Fonte: Plano Regional de Ordenamento Florestal Nordeste, Ministério da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas, 2006

Para estas regiões são estabelecidas prioridades numa hierarquia de funções, baseada em determinadas justificações e objectivos, tal como se pode verificar pela análise do seguinte quadro.

Quadro 46: Sub-região homogénea do PROF N, hierarquia de funções e respectiva justificação e objectivos

Sub-região homogénea	Funções	Justificação/objectivo
<u>Coroa-Montesinho</u>	1ª função: conservação dos habitats, de espécies de fauna e flora e de geomonumentos	A sub-região coincide com o Parque Natural de Montesinho com parte do Sítio Montesinho/Nogueira e da ZPE, onde ocorrem habitats e espécies com elevado valor de conservação, classificados em diplomas de nível nacional e europeu e contribuem significativamente para a manutenção da riqueza e diversidade genética
	2ª função: silvopastorícia, caça e pesca nas águas interiores	Existência de grandes extensões de matos, pastagens naturais, presença de gado ovino e caprino, pela presença de figuras de ordenamento cinegético e pela concentração de grande percentagem de águas de salmonídeos
	3ª função: produção	Existência de alguns maciços de espécies florestais bem adaptadas e a elevada adesão à recuperação de terras agrícolas em floresta são indicadores de que a função de produção esta região tem algum significado
<u>Tua</u>	1ª função: protecção	A região coincide com a bacia do rio tua, onde o relevo é geralmente ondulado e bastante expressivo em que os espaços florestais existentes ou potenciais, contribuem de uma forma significativa para a protecção das linhas de água e diminuição do risco de erosão

Sub-região homogénea	Funções	Justificação/objectivo
	<i>2ª função:</i> conservação dos habitats, de espécies de fauna e flora e de geomonumentos	A conservação surge nesta região como forma de fomentar as espécies florestais autóctones melhor adaptadas, criando um mosaico de compartimentação com a cultura intensiva do olival
	<i>3ª função:</i> produção	A presença do sobreiro com alguma expressão na zona Este do concelho de Mirandela leva a que função de produção seja considerada como 3ª função
<u>Bragança</u>	1ª função: silvopastorícia, caça e pesca nas águas interiores	A predominância na região de matos e pastagens aliada à elevada percentagem de área de regime cinegético ordenado apresenta fortes potencialidades para o desenvolvimento da caça pesca
	<i>2ª função:</i> produção	A existência de alguns maciços de espécies florestais bem adaptadas e a elevada adesão à reconversão de terras agrícolas em floresta são indicadores de que a função de produção tem algum significado
	<i>3ª função:</i> conservação dos habitats, de espécies de fauna e flora e de geomonumentos	A existência de maciços classificados como Rede Natura 2000, onde ocorrem habitats e espécies com elevado valor de conservação permitem desenvolver a função de conservação na região

Fonte: Plano Regional de Ordenamento Florestal do Nordeste, Ministério da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas, 2006

O Plano Regional de Ordenamento Florestal do Nordeste (PROF-N) estabelece determinada hierarquia de funções para cada sub-região homogénea como já foi apresentado anteriormente.

O concelho de Vinhais inclui também os perímetros florestais da Serra da Coroa e da Serra da Nogueira. Estas áreas de Perímetro Florestal estão sujeitas a um Plano de Gestão Florestal (PGF) no âmbito do PROF-N, tendo definido as seguintes funções:

Quadro 47: Funções e respectiva hierarquia dos perímetros florestais

Perímetro Florestal	1ª Função	2ª Função	3ª Função	Grau de prioridade de elaboração ⁵
<u>Serra da Coroa</u>	Conservação	Protecção	Produção	1
<u>Serra da Nogueira</u>	Conservação	Silvopastorícia, caça e pesca nas águas interiores	Produção	1

Fonte: Plano Regional de Ordenamento Florestal do Nordeste, Ministério da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas, 2006

⁵ Grau de prioridade:

Alta (1) – floresta modelo, matas históricas e matas elementos únicos na sub-região

Média (2) – mais próximos dos centros urbanos, localizados na Rede Natura

Baixa (3) – os restantes terrenos sob regime florestal

4.3 VALORES NATURAIS

4.3.1 Parque Natural de Montesinho⁶

O Parque Natural de Montesinho, criado pelo Decreto-Lei n.º 355/79, de 30 de Agosto e reclassificado pelo Decreto Regulamentar n.º 5-A/97, de 4 de Abril, fica situado no extremo Nordeste de Portugal, englobando a área das serras de Montesinho e Coroa, portanto a parte Norte dos municípios de Bragança e de Vinhais. Os seus limites são a Norte, Nascente e Poente a fronteira com Espanha, e a Sul, grosseiramente, uma linha horizontal que passa por Bragança e Vinhais. No concelho de Vinhais as freguesias de Fresulfe, de Mofreita, de Moimenta, de Montouto, de Pacó, do Pinheiro Novo, de Quirás, de Santa Cruz, de Santalha, de Travanca, de Vilar de Ossos e de Vilar Seco da Lomba estão, na sua totalidade, inseridas dentro da área protegida, enquanto que as freguesias de Edral, de Sobreiró de Baixo, da Soeira, do Tuizelo, de Vila Verde e de Vinhais só têm parte do território na área do Parque. O Plano de Ordenamento do Parque Natural de Montesinho encontra-se em elaboração, estando concluídos alguns dos estudos de caracterização, uma carta síntese de ordenamento e alguns relatórios, mas ainda em versão provisória.

A região, em que se integra o Parque, é caracterizada por uma sucessão de formas arredondadas, separadas, aqui e ali, pelos vales de rios profundamente encaixados. As altitudes extremas são: 438 metros nas águas de Sandim, no leito do rio Mente, e 1481 metros na malhada da Cova, na Serra de Montesinho.

Os rios mais importantes são, na parte ocidental, o Mente e o Rabaçal, na central, o Tuela e o Baceiro, e, na oriental, o Sabor e o Maçãs.

Os terrenos são predominantemente xistosos, tendo também expressão alguns afloramentos de rochas básicas, alguns afloramentos de calcários, nomeadamente em Cova de Lua e em Dine, e manchas graníticas na parte superior da Serra de Montesinho e nos Pinheiros.

Sob o ponto de vista climático está situada na chamada Terra Fria Transmontana, apresentando, no entanto, aspectos de transição em pequenas áreas localizadas no fundo dos vales Mente e Rabaçal, na parte ocidental, e junto a Gimonde e Quintanilha, na parte oriental.

Acrescente-se ainda que os valores naturais aqui descritos, não se restringem apenas ao Parque Natural de Montesinho e aos Sítio e ZPE Montesinho-Nogueira. Na realidade, parte dos valores naturais referidos para estas áreas classificadas ocorrem noutras partes senão na totalidade do território deste município. São exemplo disso o caso do lobo, da águia-real e do falcão peregrino que nidificam no vale do rio Tuela fora destas áreas classificadas.

⁶ Instituto da Conservação da Natureza (www.icnb.pt)

4.3.1.1 Flora

A conjugação dos elementos naturais e das actividades antropomórficas favoreceu o aparecimento de uma paisagem constituída por manchas de bosques, matagais, soutos e campos agrícolas, criando uma flora rica e variada. Na área do Parque podem distinguir-se duas zonas: as menos elevadas, de características mediterrânicas, com clima muito quente e seco durante o Verão, onde surgem bosques de azinheira (*Quercus rotundifolia*) com arbustos como o trovisco (*Daphne gnidium*), a gilbardeira (*Ruscus aculeatus*), a rosa-de-lobo (*Paeonia broteri*) e o jasmim-silvestre (*Jasminum fruticans*), e as de maiores altitudes, com clima mais húmido e frio, onde predominam os bosques de carvalho-negral (*Quercus pyrenaica*) aos quais se associam espécies como a coridálisoca (*Corydalis cava* subsp. *cava*), o martagão (*Lilium martagon*) e a linária (*Linaria triornithophora*). A acção do Homem proporciona a substituição dos bosques de azinheira e de carvalho-negral pelos soutos de castanheiros (*Castanea sativa*) ou por matos com presença de esteva (*Cistus ladanifer*), de arçã (*Lavandula stoechas* subsp. *sampaiana*), de urzes (*Erica* sp.), de carqueja (*Chamaespartium tridentatum*) e de giestas (*Cytisus* sp.). As linhas de água têm galerias ripícolas constituídas por freixos (*Fraxinus angustifolia*), por amieiros (*Alnus glutinosa*) e por choupos-negros (*Populus nigra*). A produção animal levou à criação de lameiros e de prados semi-naturais, comprometendo as áreas ocupadas por vegetação ribeirinha. É ainda de salientar a existência, na zona do Parque, de endemismos como a cravina (*Dianthus loricifolium* subsp. *Marizii*), a armeria (*Armeria eriophylla*) e a *Avenula pratensis* subsp. *Lusitanica*.

Fotografia 3: Bosque de carvalho-negral (*Quercus pyrenaica*)



4.3.1.2 Fauna

A localização geográfica do Parque Natural, as diferenças de altitude, o relevo e a actividade humana contribuem para a presença de uma grande diversidade de ecossistemas. Assim, com condições óptimas é possível a presença de espécies ameaçadas, destacando-se, no grupo dos mamíferos, o lobo (*Canis lupus*) que encontra no seu habitat as suas principais presas naturais: o javali (*Sus scrofa*), o corço (*Capreolus capreolus*), o veado (*Cervus elaphus*), e o rato-dos-lameiros (*Arvicola terrestris*), sendo que em Portugal só na área do concelho de Bragança, é possível observá-lo. Nas linhas de água verificam-se populações de lontra (*Lutra lutra*) e de toupeira-de-água (*Galemys pyrenaicus*) e, associado a estes, o arminho (*Mustela erminea*). A gineta (*Genetta genetta*) e a fuinha (*Martes foina*) encontram-se preferencialmente junto às áreas agrícolas, ao

contrário da marta (*Martes martes*) e do gato-bravo (*Felis silvestris*), que aparecem nos bosques de azinheira e de carvalho.

No grupo das aves, o mais abundante, ocorrem no PNM mais de 150 espécies, das quais cerca de 125 são nidificantes. Estão presentes algumas espécies rupícolas ameaçadas como a águia-real (*Aquila chrysaetos*) ou a cegonha-negra (*Ciconia nigra*), esta sem ocorrência no concelho de Vinhais. Embora a rola-comum (*Streptopelia turtur*) seja bastante fácil de observar por todo o Parque, o tartaranhão-caçador (*Circus pygargus*), o tartaranhão-azulado (*Circus cyaneus*), o chasco-ruivo (*Oenanthe hispanica*), a petinha-dos-campos (*Anthus campestris*) e a sombria (*Emberiza hortulana*) preferem as zonas de planalto de matos e cereais, o picanço-de-dorso-vermelho (*Lanius collurio*) os lameiros e, o raro melro-das-rochas (*Monticola saxatilis*) nas ladeiras de montanha.

Os répteis e os anfíbios são dos grupos com menor número de espécies, no entanto, no PNM encontram-se presentes 50% dos endemismos ibéricos a cobra-de-colar (*Natrix maura*), o lagarto-de-água (*Lacerta schreiberi*), a rã-iberica (*Rana iberica*), a rã-de-focinho-pontiagudo (*Discoglossus galganoi*), o tritão-de-ventre-laranja (*Triturus boscai*), o tritão-marmoreado (*Triturus marmoratus*) e a salamandra comum (*Salamandra salamandra*).

Nos rios é a truta-de-rio (*Salmo trutta*) a mais abundante, sendo também comum o barbo (*Barbus bocagei*), a boga (*Chondrostoma polyepis*), o escalo (*Leuciscus caroliteii*), o bordalo (*Rutilus alburnoides*), a panjorca (*Rutilus arcasi*) e a enguia (*Anguilla anguilla*), embora seja menos frequente.

4.3.2 Rede Natura 2000⁷

A criação da Rede Natura 2000 resulta de duas directivas comunitárias: a Directiva 79/409/CEE, relativa à protecção das aves selvagens – *Directiva das Aves*, e a Directiva n.º 92/43/CEE, de 21 de Maio, relativa à preservação dos habitats naturais, da fauna e da flora selvagens – *Directiva Habitats*. Em Portugal, a transposição para a ordem jurídica interna foi inicialmente efectuada pelo Decreto-Lei n.º 226/97, de 27 de Agosto, que estabelecia a criação de ZEC – Zonas Especiais de Conservação (baseado nos sítios de importância comunitária – SIC) e as ZPE – Zonas de Protecção Especial. Seguidamente, procedeu-se à aprovação da lista nacional (1ª fase – SIC), através da resolução de Conselho de Ministros n.º 142/97, de 28 de Agosto. Posteriormente com o Decreto-Lei n.º 140/99, de 24 de Abril, essa transposição para a ordem jurídica interna da *Directiva das Aves* e da *Directiva Habitats* foi revista, visando a regulamentação, num único diploma, das disposições emergentes dessas directivas.

Por fim surgiu a 2ª lista nacional de sítios, com a Resolução do Conselho de Ministros n.º 76/2000, de 5 de Julho e o estabelecimento de Zonas de Protecção Especial – ZPE para o Continente com o Decreto-Lei n.º 384-B/99, de 23 de Setembro.

⁷ Os habitats e espécies classificados como prioritários estão sublinhados nas listagens apresentadas adiante.

O planeamento e ordenamento da Rede Natura 2000 estão sujeitas ao disposto nos n.º 2 a 6 do art.º 7º do Decreto-Lei n.º 140/99, de 24 de Abril.

4.3.2.1 Sítio de Importância Comunitária

Montesinho - Nogueira (107719 ha) - Sítio n.º PTCON0002

A grande diversidade geológica deste Sítio proporciona o estabelecimento de uma considerável variedade de habitats, entre os quais se salientam os correspondentes a vegetação típica de substratos ultrabásicos. Os cursos de água deste Sítio apresentam-se em bom estado de conservação, estando quase metade dos habitats citados directamente relacionados com água doce. Outra formação para a qual este Sítio é particularmente importante e que o individualiza, são as florestas de castanheiros. No total, foram inventariados para este Sítio, dezasseis Habitats Naturais, três dos quais prioritários.

Sítio com áreas pouco intervencionadas, que mantém uma elevada biodiversidade florística e faunística é o mais representativo para a flora ultrabásica, de que se salienta a espécie *Jasione crispa ssp. Serpentinica* (endemismo lusitânica, considerado “vulnerável”) sendo este o principal local de ocorrência conhecido. Inclui ainda importantes formações de carvalho-negral. Relevante também para três espécies do género *Festuca*, duas das quais são endemismos lusitânicos, considerados ameaçados, e a outra tem aqui o seu único local de ocorrência. De referir também a presença de outras espécies endémicas de Portugal consideradas ameaçadas. É um dos poucos locais, em Portugal, de ocorrência da espécie botânica *Leuzea rhaponticoides* (considerada “em perigo”).

Relativamente à fauna, é uma das áreas mais importantes para a conservação do lobo (espécie prioritária, classificada “em perigo” e é, ainda, um local de ocorrência ocasional de lince-ibérico (espécie prioritária, classificada “em perigo”). Além destas espécies ocorrem ainda mamíferos considerados sob “ameaça”). Inclui uma colónia de criação de morcego-de-ferradura-grande (espécie classificada “em perigo”). Quanto à herpetofauna é de referir a presença de répteis tais como o lagarto-de-água (endemismo ibérico). Entre os peixes, refira-se a panjorca (endemismo ibérico classificado como “ameaçado”). No que se refere aos invertebrados, existe uma elevada potencialidade para o lagostim-de-patas-brancas (espécie considerada “altamente ameaçada de extinção”).

Habitats naturais do anexo I da Directiva «Habitats»:

- Lagos eutróficos naturais com vegetação do tipo *Magnopotamion* ou *Hydrocharition*.
- Charcos temporários mediterrânicos. Vegetação flutuante de ranúnculos dos cursos de água submontanhosos e de planície.
- *Chenopodietum rubri* dos cursos de água submontanhosos.

- Charnechas húmidas atlânticas meridionais de *Erica ciliaris* e *Erica tetralix*.
- Charnechas secas (todos os subtipos).
- Charnechas mediterrâneas endémicas com giestas espinhosas.
- Subestepes de gramíneas e anuais (*Thero-Brachypodietea*) (6220).
- Montados de *Quercus suber* e ou *Quercus ilex*.
- Megaforbiáceas eutróficas. Comunidades pioneiras de ervas altas de orlas de cursos de água em planícies ou subalpinos.
- Vegetação casmófita das vertentes rochosas siliciosas
- Freixiais de *Fraxinus angustifolia*.
- Carvalhais galaico-portugueses de *Quercus robur* e *Quercus pyrenaica*.
- Florestas de castanheiros.
- Florestas de *Quercus ilex*.
- Espécies da flora constantes do anexo II da Directiva «Habitats»:
 - *Dianthus marizii*.
 - *Festuca elegans*.
 - *Festuca brigantina*.
 - *Festuca sumilusitanica*.
 - *Jasione crispa* ssp. *serpentinica*.
 - *Narcissus asturiensis*.
 - *Santolina semidentata*.
 - *Veronica micrantha*.
- Espécies da fauna constantes do anexo II da Directiva «Habitats»:
 - *Canis lupus* - lobo.
 - *Lynx pardinus* - lince-ibérico.
 - *Galemys pyrenaicus* - toupeira-de-água.
 - *Lutra lutra* - lontra.
 - *Miniopterus schreibersii* - morcego-de-peluche.
 - *Myotis blythii* - morcego-rato-pequeno
 - *Myotis myotis* - morcego-rato-grande.

- *Rhinolophus euryale* - morcego-de-ferradura-mediterrânico.
- *Rhinolophus ferrumequinum* - morcego-de-ferradura-grande.
- *Rhinolophus hipposideros* - morcego-de-ferradura-pequeno.
- *Lacerta schreiberi* - lagarto-de-água.
- *Mauremys leprosa* - cágado.
- *Chondrostoma polylepis* - boga.
- *Rutilus alburnoides* - bordalo.
- *Rutilus arcasi* - panjorca.

4.3.2.2 Zona de Protecção Especial das Serras de Montesinho e Nogueira

A delimitação da Zona de Protecção Especial é efectuada na Planta dos Valores Naturais e de Condicionantes. De seguida salientam-se os objectivos fundamentais da criação destas Zonas, segundo o art. 3º do Decreto-Lei n.º 384-B/99:

- A conservação de todas as espécies de aves constantes do anexo A-I ao Decreto-Lei n.º 140/99, de 24 de Abril, bem como dos seus ovos, ninhos e habitats, e das espécies de aves migratórias não referidas naquele anexo e cuja ocorrência no território nacional seja regular;
- A protecção, a gestão e o controlo das espécies referidas anteriormente, por forma a garantir a sua sobrevivência e a sua reprodução.

Com base em informação obtida através de consulta ao portal do Instituto da Conservação da Natureza (ICNB), é possível afirmar que o concelho de Vinhais é abrangido pela ZPE das Serras de Montesinho e Nogueira. Com uma área de 108 010,59 ha, está integrada na região biogeográfica Mediterrânica. A especificidade desta ZPE resulta, em particular, do contacto de vários tipos de comunidades de avifauna e do bom estado de conservação dos ecossistemas presentes.

Nesta ZPE inserem-se as seguintes classes de **habitats**:

- Charnecas, Matos, Maquis, Garrigues, Phrygana
- Culturas extensivas de cereal (incluindo culturas de rotação em pousio regular)
- Florestas caducifólias
- Florestas esclerófilas
- Monoculturas florestais artificiais (e.g. plantações de choupos e exóticas)
- Outras terras (incluindo Zonas urbanizadas e industriais, Estradas, Lixeiras, Minas)

- Outras terras aráveis
- Prados húmidos, Prados mesófilos
- Prados secos, Estepes
- Rochedos não costeiros, Depósitos, Areias, Neve e gelos permanentes
- Turfeiras, Pauis, Vegetação ribeirinha, Pântanos
- Áreas não-florestais cultivadas com plantas lenhosas (incluindo Pomares, Olivais, Vinhas, Montados)

A Directiva 79/409/CEE tem por objectivo a protecção a gestão e o controlo das aves que vivem no estado selvagem no território da União Europeia por se verificar uma diminuição das populações de espécies de aves (especialmente migradoras) associada à degradação dos seus habitats e ao tipo de exploração de que são alvo. Na ZPE das Serras de Montesinho e Nogueira, o corte ilegal dos bosques, a colheita de espécies vegetais ameaçadas, os incêndios florestais, a florestação intensiva, a redução da actividade agrícola e da pastorícia que ameaça a conservação dos lameiros e da vegetação serpentinícola, são os principais factores que interferem no equilíbrio dos ecossistemas existentes.

Nesta ZPE algumas das aves presentes estão abrangidas pelo Anexo I do referido diploma, não só por poderem ser espécies raras ou ameaçadas de extinção, por constituírem espécies vulneráveis a modificações dos seus habitats mas, também, por os seus habitats poderem necessitar de atenção especial devido à sua especificidade. São listadas as seguintes espécies de **Aves**:

- | | |
|--|---|
| • Petinha-dos-campos (<i>Anthus campestris</i>); | • Guarda-rios (<i>Alcedo atthis</i>); |
| • Coruja-do-nabal (<i>Asio flammeus</i>); | • Águia-real (<i>Aquila chrysaetos</i>); |
| • Bufo-real (<i>Bubo bubo</i>); | • Cegonha-preta (<i>Ciconia nigra</i>); |
| • Águia-cobreira (<i>Circaetus gallicus</i>); | • Cegonha-branca (<i>Ciconia ciconia</i>); |
| • Noitibó (<i>Caprimulgus europaeus</i>) | • Tartaranhão-azulado (<i>Circus cyaneus</i>); |
| • Calhandrinha (<i>Calandrella brachydactyla</i>), | • Tartaranhão-caçador (<i>Circus pygargus</i>); |
| • Cotovia-do-monte (<i>Galerida theklae</i>); | • Sombria (<i>Emberiza hortulana</i>); |
| • Águia-de-bonelli (<i>Hieraaetus fasciatus</i>); | • Milhafre-preto (<i>Milvus migrans</i>); |
| • Cotovia-pequena (<i>Lullula arborea</i>); | • Picanço-de-dorso-vermelho (<i>Lanius collurio</i>); |
| • Milhano (<i>Milvus milvus</i>); | • Falcão-abelheiro (<i>Pernis apivorus</i>); |
| • Milhafre-preto (<i>Milvus migrans</i>), | • Gralha-de-bico-vermelho (<i>Pyrrhocorax pyrrhocorax</i>), |
| • Felosa-do-mato (<i>Sylvia undata</i>). | |

Das Aves migradoras, aquelas que não são englobadas pelo Anexo I da Directiva 79/409/CEE são:

- | | |
|---|--|
| • Petinha-dos-prados (<i>Anthus pratensis</i>); | • Andorinhão-preto (<i>Apus apus</i>); |
| • Petinha-ribeirinha (<i>Anthus spinoletta</i>) | • Andorinhão-real (<i>Apus melba</i>) |
| • Petinha-das-árvores (<i>Anthus trivialis</i>) | • Bufo-pequeno (<i>Asio otus</i>) |
| • Noitibó-de-nuca-vermelha (<i>Caprimulgus ruficollis</i>); | • Lugre (<i>Carduelis spinus</i>); |
| • Cuco-rabilongo (<i>Clamator glandarius</i>) | • Cuco (<i>Cuculus canorus</i>) |

- Andorinha-dos-beirais (*Delichon urbica*);
- Ogea (*Falco subbuteo*);
- Felosa-poliglota (*Hippolais polyglotta*);
- Andorinha-daurica (*Hirundo daurica*);
- Rouxinol (*Luscinia megarhynchos*);
- Melro-das-rochas (*Monticola saxatilis*);
- Chasco-ruivo (*Oenanthe hispanica*);
- Chasco-cinzento (*Oenanthe oenanthe*);
- Rabirruivo-de-testa-branca (*Phoenicurus phoenicurus*);
- Andorinha-das-barreiras (*Riparia riparia*);
- Cartaxo-do-norte (*Saxicola rubetra*);
- Estorinho-malhado (*Stumus vulgaris*);
- Toutinegra-real (*Sylvia hortensis*);
- Tordo comum (*Turdus philomelos*);
- Poupa (*Upupa epops*);
- Codorniz (*Coturnix coturnix*);
- Papa-moscas-preto (*Ficedula hypoleuca*);
- Andorinha-das-chaminés (*Hirundo rustica*);
- Picanço-barreteiro (*Lanius senator*);
- Abelharuco (*Merops apiaster*);
- Papa-moscas-cinzento (*Muscicapa striata*);
- Papa-figos (*Oriolus oriolus*);
- Mocho-de-orelhas (*Otus scops*);
- Felosa-de-Bonelli (*Phylloscopus bonelli*);
- Estrelinha (*Regulus regulus*);
- Toutinegra-carrasqueira (*Sylvia cantillans*);
- Rola (*Streptopelia turtur*);
- Felosa-das-figueiras (*Sylvia borin*);
- Papa-amoras (*Sylvia communis*);
- Tordo-ruivo (*Turdus iliacus*).

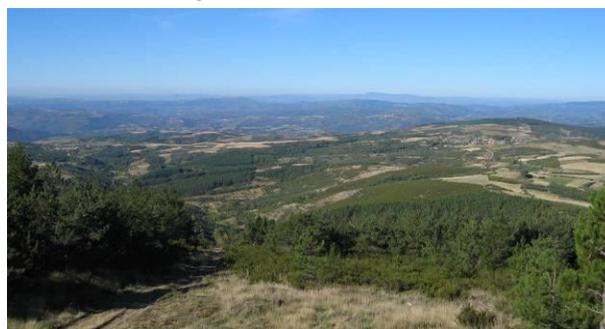
4.3.3 Outros valores naturais

O Concelho é abrangido pelo Parque Natural numa vasta área, e este, por sua vez, encerra uma variedade de valores naturais, como se teve a oportunidade de descrever no respectivo sub-capítulo. Deste modo, quanto aos outros valores naturais, resta mencionar os aspectos considerados mais importantes, resultantes da observação empírica do território.

Com uma diversidade marcante, advinda da riqueza das suas paisagens, estendendo-se por vales e montanhas, bons e maus solos, regadios e matagais, o território expressa uma beleza única na região, que varia com a estação do ano.

Assim, o concelho proporciona excelentes vistas panorâmicas que permitem usufruir da sua beleza paisagística. Destacam-se as *vistas da serra da Coroa*, onde se encontra o ponto mais alto de Vinhais; a *vista da estrada para Pinheiro Novo* para o vale do rio Rabaçal; do *aglomerado de Frades* também para o rio Rabaçal; do *aglomerado de Ferreiros* para o vale do rio Mente; da *capela de Santa Luzia* para o território envolvente ondulado coberto por matos, lameiros e manchas de pinheiros; da *Cidadelha* para o aglomerado de Vinhais; da *E.M. 1199 para Alvaredos*, onde se observa um relevo acidentado coberto de matos e manchas de carvalhais; do alto da *Senhora da Saúde* e da *Senhora de Fátima*; da *estrada entre Ervedosa e Soutilha* para o rio Tuela e do marco geodésido de *Queiregosas* (Ervedosa).

Fotografia 4: Vista serra da Coroa



As estradas com interesse paisagístico proporcionam vistas panorâmicas e têm uma envolvente que, de algum modo, merece ser mencionada. A *estrada entre Cerdedo e Casares*, acompanhada por linhas de água com galeria ripícola bem constituída e lameiros estando as encostas cobertas por soutos ou matos; a *estrada de Vinhais para Montouto* sendo o relevo mais suave a Sul, passa junto a linhas de água, com vegetação luxuriante e lameiros, onde os carrascais e soutos são uma constante ao longo da estrada, mas à medida que se segue para Norte, entre Montouto e Moimenta, a paisagem altera-se para um relevo mais ondulado e elevado que já proporciona vistas que alcançam território espanhol, os vales são mais encaixados e surgem afloramentos rochosos entre os matos; a *estrada entre Fresulfe e Santa Cruz* que, não só cruza o rio Tuela, como está integrada em manchas de carvalho e sobreiro e em lameiros, e a *E.N 513 para Candedo*, ladeada, na sua maioria, por soutos, insere-se num relevo muito ondulado ocupado por matos, campos cultivados e oferece excelentes vistas, enquanto que nos vales apresenta linhas de água e lameiros.

Entre os caminhos rurais de interesse paisagístico indicam-se o *caminho em Dine*, integrado em manchas de nogueiras, castanheiros e, junto às linhas de água em lameiros, proporcionando bons pontos de vista para vários vales; o *caminho de Moimenta até ao rio Tuela*, integrado num vale encaixado com pinheiros e matos tendo o rio pequenas piscinas naturais e uma galeria ripícola muito interessante; o *caminho de Fresulfe para a praia fluvial*, com lameiros, sobreiros, carvalhos e uma galeria ripícola bem constituída, e o caminho que liga *Vilar Peregrinos a Brito de Baixo* que, num dos lados tem encostas com afloramentos rochosos e pinheiros, e do outro tem matos que predominam com algumas manchas arbóreas e terminam no vale do Tuela.

Pela paisagem que apresenta, como já foi mencionado, poder-se-á considerar que todo o Concelho é de interesse paisagístico. Ao nível de representação na Planta afecta a este tema, são localizados, pontualmente, outros locais de interesse paisagístico que, de algum modo, se destacam do resto do território. Assim têm-se:

1. Rio Rabaçal (Quirás) – este ponto do rio Rabaçal tem uma pequena represa que forma uma piscina com o apoio de um parque de merendas (mesas e churrasqueiras);
2. Lameiros (Carvalhas) – com grande interesse cultural e genético estes lameiros têm uma presença muito marcante na paisagem, junto das linhas de água, com a inevitável presença de galeria ripícola bem constituída;
3. Praia Fluvial do Rio Mente – a praia fluvial tem um parque de merendas e uma estrutura de apoio e integra-se na galeria ripícola do rio Mente;
4. Rio Rabaçal (Gestosa) – localizado num vale largo, esta zona abarca, não só o rio Rabaçal mas também as suas margens de lameiros e as encostas com matos e pinhal;
5. Praia Fluvial (Frades) – esta praia, nas margens do rio Rabaçal, integra-se num vale encaixado e apresenta infraestruturas de apoio. No leito do rio foi feita uma pequena represa razão pela qual, mesmo no Verão, o caudal é superior ao habitual;

6. Lameiros – vale encaixado com galeria ripícola bem desenvolvida estando as margens ocupadas por lameiros e as encostas por matos e carvalhos;
7. Praia Fluvial do Rio Tuela – esta praia fluvial apresenta uma galeria ripícola riquíssima formando, neste troço do rio, uma piscina natural que termina numa pequena cascata. Os moinhos de água foram recuperados e servem como estruturas de apoio;
8. Mata de Carvalho (Negral) – esta mancha de carvalhos, de elevado valor ecológico, encontra-se numa zona de encosta junto à estrada de Fresulfe;
9. Caroceiras – inclui o aglomerado com interesse, que se encontra na encosta, e o vale da ribeira de Caroceiras com galeria ripícola;
10. Rio Tuela (Vila Verde) – este troço do rio encontra-se encaixado em encostas muito declivosas com afloramentos rochosos e matos rasteiros. A linha de água é acompanhada por vegetação ripícola muito abundante;
11. Praia Fluvial (Vila Verde) – nas margens do rio Tuela, onde a galeria ripícola é muito abundante, está instalada a praia fluvial com estruturas de apoio e parque de merendas;
12. Rio Mente (São Jomil) – embora a quase totalidade do rio Mente se integre num vale encaixado com declives acentuados, aqui a base do vale é mais larga criando uma vasta área plana que acompanha a galeria ripícola de ulmeiros;
13. Minas de Ervedosa – para além das minas presentemente desactivadas, apresentam um pequeno aglomerado na margem esquerda do rio Tuela. A galeria ripícola é constituída, na sua maioria, por choupos e salgueiros.

É ainda de referir que a maioria das linhas de água mantém a sua galeria ripícola bem preservada, embora no interior dos aglomerados se verifique a inevitável alteração da vegetação ribeirinha. Não se pretendendo elaborar uma descrição exaustiva,

Fotografia 5: Galeria ripícola do rio Rabaçal



Fotografia 6: Praia fluvial do rio Mente



são apenas indicadas as galerias ripícolas das linhas de água de maior importância, como a do rio Rabaçal, do rio Assureira, do rio Tuela, do rio Mente e do rio Baceiro onde é bem visível o seu valor ecológico e de

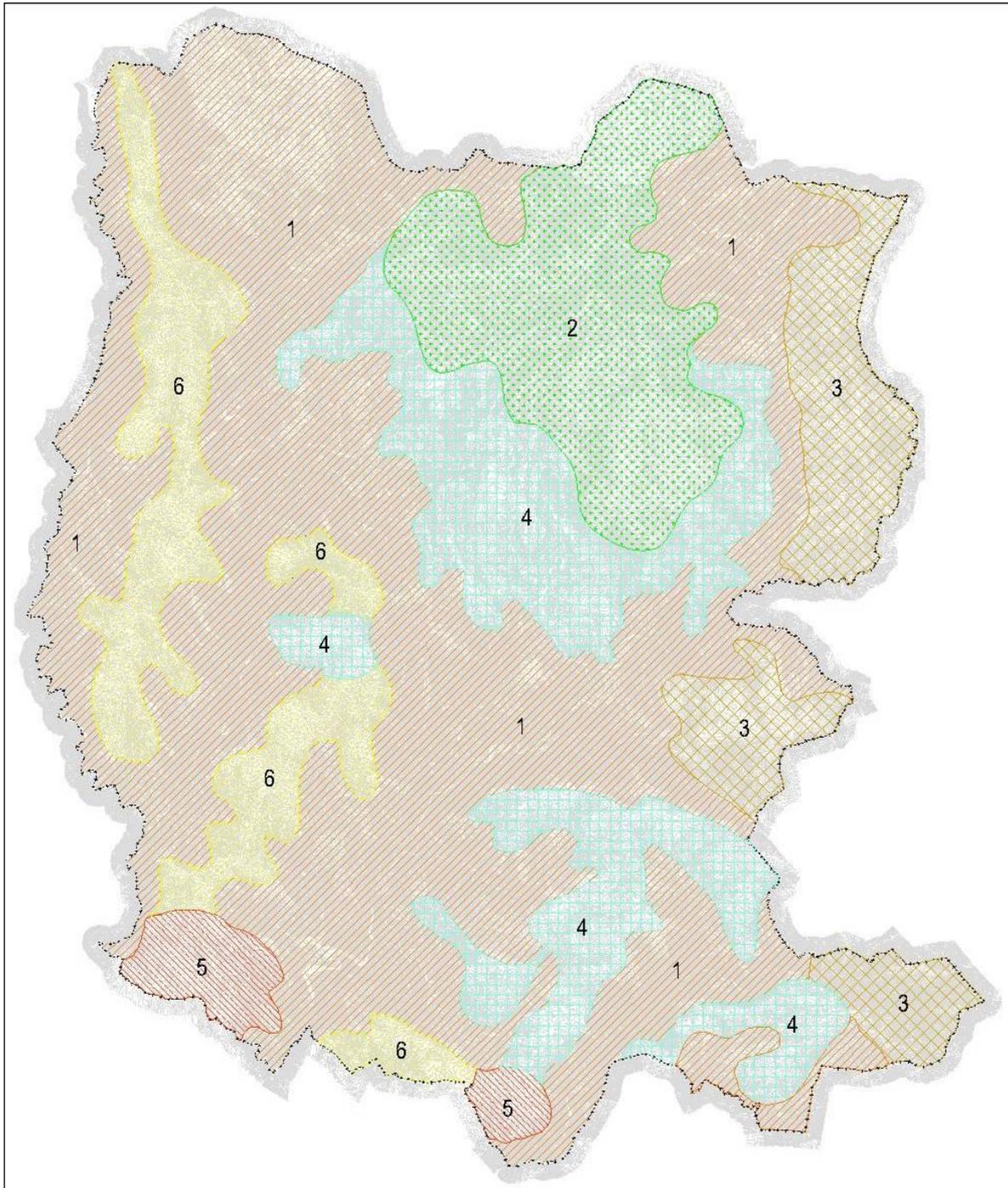
conservação. As espécies mais frequentes são os freixos (*Fraxinus angustifolia*), os amieiros (*Alnus glutinosa*), os salgueiros (*Salix ssp.*) e os choupos (*Populus alba*).

4.4 UNIDADES DE PAISAGEM

A definição de unidades de paisagem surge da análise conjunta e integrada de vários factores intervenientes na paisagem. O processo de marcação passa pela definição de macro-unidades com base nas características litológicas/geomorfológicas, climatológicas e de relevo do território, após o que se desce a um nível de classificação mais operativo com base nas restantes características consideradas, de que ressaltam o uso actual do solo e as suas potencialidades de utilização. No concelho de Vinhais, diferenciam-se seis grandes áreas, com geologia, características climáticas e relevo distintas havendo, inevitavelmente uma diferente ocupação do solo. Assim, podem definir-se as seguintes unidades de paisagem:

1. Vales de Encostas Declivosas – essencialmente associada às principais linhas de água, integram, na sua maioria, declives superiores a 30% em encostas xistosas cobertas por matos. Nas zonas menos declivosas a ocupação do solo modifica-se surgindo manchas florestais de castanheiro e de pinheiro;
2. Serra da Coroa – abrange a Terra Fria Alti-Montana e a Terra Fria e localiza-se numa das zonas mais elevadas do concelho onde, para além dos matos e das culturas anuais estão presentes o pinheiro-negro e o pinheiro-silvestre e a pseudotesuga, característicos das altitudes mais elevadas;
3. Carvalhal – encontra-se nas zonas de maiores altitudes, mais frias, e tem como espécie dominante o carvalho-negral (*Quercus pyrenaica*);
4. Souto – com maior incidência na parte oriental do município, na sua maioria são soutos de castanheiro-manso embora haja algumas manchas de castanheiro-bravo;
5. Culturas mediterrânicas – restringe-se à zona limítrofe do concelho, a Sul, onde as condições climáticas são mais propícias ao desenvolvimento destas espécies (vinha e olival);
6. Culturas Anuais – incide essencialmente na zona ocidental do concelho, nas zonas de menores declives e, na sua maioria, entre os 500 e os 900 metros. Estas manchas de trigo, centeio aveia, batata e milho são de maiores dimensões e não são intercaladas por outro tipo de ocupação.

Figura 28: Unidades de Paisagem



1 – Vales de Encostas Declivosas 2- Serra da Coroa 3 – Carvalho 4 – Souto 5 – Culturas Mediterrânicas 6 – Culturas Anuais

4.5 POTENCIAIS DISFUNÇÕES AMBIENTAIS

No concelho do Vinhais existem alguns elementos que podem criar situações consideradas como disfunções ambientais, provenientes da actividade agrícola e da consequente utilização de produtos químicos. Encontram-se também a laborar unidades de cariz industrial, associadas à agricultura e à produção animal.

Sendo assim, considera-se que os principais tipos de disfunções ambientais se concentram nos seguintes aspectos:

- Poluição em espaço urbano: actividade agrícola, águas residuais, resíduos sólidos urbano (RSU's), adegas, lagares de azeite e indústria cárnea (fabrico de enchidos e matadouro);
- Poluição em espaço agrícola: adubos e pesticidas, unidades de produção animal, depósitos de entulho/lixo, sucatas, lixeira e exploração de recursos geológicos.

4.5.1 Poluição em espaço urbano

Em meio urbano dever-se-á ter em conta a grande pressão exercida sobre as linhas de água que atravessam os aglomerados ou que se encontram nas suas zonas limítrofes, pela forte actividade agrícola com a inevitável utilização de pesticidas e fertilizantes. A rede de saneamento básico do concelho é bastante deficitária sendo que apenas as sedes de freguesia e alguns aglomerados possuem uma rede de saneamento colectiva, com tratamento associado. As outras localidades não têm este tipo de infraestrutura, sendo habitual a utilização de fossa séptica individual.

A gestão dos RSU está a cargo da empresa Resíduos do Nordeste. É feita a recolha dos resíduos orgânicos, bem como dos resíduos recicláveis, pela empresa CESP, S.A que os encaminha para a Estação de Transferência/Ecocentro, na zona industrial de Vinhais, sendo depois transportados para o Aterro Sanitário de Urjais em Mirandela.

A principal adega do concelho é a Adega Cooperativa de Rebordelo cuja laboração tem grandes implicações a nível ambiental. Pela Portaria n.º 673/89, de 4 de Setembro, ficam estabelecidos os requisitos a que devem obedecer as entidades e as instalações industriais nos sectores de destilação e de preparação de bebidas espirituosas.

Esta actividade tem dois períodos de laboração: uma época alta, na qual se realizam as vindimas e a vinificação, e uma época baixa de armazenamento e engarrafamento. É nesta primeira fase de vinificação (prensagem, filtração/centrifugação, fermentação e 1ª trasfega) e depois nas actividades de trasfega, lavagens de tanques e equipamentos e o acondicionamento de vinho que se produzem as águas residuais. Este efluente global é corado e apresenta elevados teores em sólidos e matéria orgânica. No período de vinificação as operações de defecação de mostos, filtração em vazio e fermentação são as operações que originam a produção dos

efluentes. A fermentação dos vinhos tintos é menos poluente que a dos vinhos brancos porque grande parte da matéria em suspensão é arrastada pelos bagaços. Através do Decreto-Lei n.º 239/97, de 9 de Setembro, são estabelecidas regras a que fica sujeita a gestão de resíduos.

Há medidas preventivas que podem ser implementadas de modo a minimizar os impactos ambientais que resultam da produção destes efluentes, como por exemplo, pela redução das perdas, pela adopção de técnicas de lavagem com menores consumos e menos poluentes e pela separação dos efluentes concentrados e diluídos para tratamento em separado.

Os lagares de azeite também podem acarretar graves problemas ambientais, pelo que a legislação é exigente no que concerne ao licenciamento da sua operação. As condições impostas para o licenciamento (obrigatório por Decreto Regulamentar n.º 25/93 de 17 de Agosto) de lagares de azeite são definidas na Portaria n.º 407/2000 de 17 de Julho. A laboração só pode iniciar-se uma vez terminada a instalação e apresentado um pedido de vistoria à Direcção Regional da Agricultura.

No que diz respeito ao grau de nocividade dos resíduos produzidos, interessa abordar de forma sucinta o processo de elaboração do azeite, salientando os aspectos que interferem com o meio ambiente.

Do processo de limpeza resultam resíduos sólidos (folhas e pedúnculos) que, em geral, são armazenados a céu aberto para, posteriormente, serem espalhados nos olivais. Os efluentes líquidos (água da lavagem da azeitona) contêm ainda sólidos facilmente sedimentáveis (terra, areias e alguma matéria orgânica).

Do processo de separação (centrifugação) usual resultam duas fracções líquidas - águas ruças e azeite - e uma sólida - bagaço - ou, em alternativa, uma líquida e uma pastosa. O bagaço pode, ainda, ser sujeito a um processo de extracção de azeite, sendo posteriormente utilizado em processos de queima. As águas ruças são, em geral, adicionadas às águas de lavagem. A carga orgânica destas águas é muito elevada, pelo que, se forem descarregadas em cursos de água, os microorganismos provocam a oxidação de matéria orgânica por consumo do oxigénio dissolvido na água, pondo, assim, em risco os seres vivos do meio.

No concelho de Vinhais foi identificado um lagar, inserido no tecido urbano de Rebordelo.

4.5.2 Poluição em espaço rural

A produção agrícola tem um grande peso na actividade do Concelho, estando as mais importantes relacionadas com as culturas anuais (trigo, centeio, aveia, batata e milho), sendo ainda de destacar a produção animal (ovinos).

Estas actividades conduzem à utilização frequente de adubos e pesticidas para a fertilização dos solos e para o controlo de pragas. No entanto, a utilização excessiva destes produtos provoca graves danos ambientais.

Os adubos são lançados no solo, entram no ciclo da água, e ao chegarem às linhas de água contribuem para a sua eutrofização. Os pesticidas são muito resistentes à água, podendo chegar facilmente aos peixes, quer directamente, quer através do fitoplâncton, acabando por atingir também a cadeia alimentar. O gado é altamente influenciado pelos pesticidas, pois acumula resíduos nos tecidos adiposos e mais tarde no leite.

A produção animal, verifica-se um pouco por todo o município, geralmente onde o declive é mais suave, havendo, portanto diversas zonas de pastagens. Foram identificadas as unidades de produção animal que integram um número de bovinos superior a 10 cabeças e de ovinos e caprinos superior a 50. As unidades de produção de suínos, por nunca estarem presentes num número superior a 30 animais não são registadas. Uma vez que não foram localizadas quaisquer unidades de produção animal no interior dos aglomerados, utilizam-se, para o espaço rural, os valores acima indicados. No entanto, caso seja facultada informação mais detalhada poder-se-á proceder à distinção entre as explorações no espaço rural e as explorações dentro e perto dos aglomerados. Se assim for, os valores de referência para os aglomerados terão que ser substancialmente reduzidos na medida que facilmente uma destas unidades poderá constituir uma disfunção ambiental.

Destaca-se, também, a existência de um matadouro, a norte de Vinhais, e os problemas que derivam do processo de desmancha.

A proliferação de depósitos de entulho e lixos é frequente em algumas das estradas do Concelho – na E.N. 316, em Vilar de Ossos, na E.N. 506, em Fresulfe, em Soeira, em Paço, em Vila Verde, na E.N. 103, também em Vila Verde, em Vinhais, em Vilar de Peregrinos, Rebordelo e na E.M 1025, em S. Cibrão. Será necessário definir espaços para receber este tipo de resíduos, bem como um ou mais parques de sucatas, evitando situações como as verificadas em Vinhais e Vila Verde. Há uma lixeira, a sul de Vinhais, que, embora não esteja em utilização, não se encontra selada, não havendo portanto, qualquer tratamento dos lixiviados.

Segundo o Instituto Geológico e Mineiro, a única unidade de exploração de recursos geológicos licenciada localiza-se a sul de Vale Verde (Cabrões).

5. HISTÓRIA E PATRIMÓNIO

5.1 INTRODUÇÃO

Neste capítulo far-se-á uma abordagem do território concelhio no que diz respeito à sua evolução histórica e ao património arqueológico e arquitectónico, tendo em vista a sua salvaguarda, valorização e divulgação.

5.2 BREVE PANORÂMICA HISTÓRICA⁸

“Em nome de Deus e por sua graça. Todos os que lerem a presente carta conhecerão o que Eu Afonso, pela graça de Deus Rei de Port. E Conde de Bolonha de acordo com a minha esposa, a Rainha D. Beatriz, ponho, concedo e estabeleço, para sempre com todos os homens de Vinhais e dos seus termos, aquilo que eles próprios e todos os seus sucessores me devem dar e aos meus sucessores, seiscentos morabitanos por inteiro, como valem na própria terra, por todos os impostos directos e meus foros que devo ter na terra de Vinhais”

Foral de Vinaes 1253

Rei D. Afonso II

Os numerosos achados arqueológicos recolhidos no concelho, mostram que Vinhais foi povoado pelo menos a partir da Idade do Bronze. As freguesias de Paçó e Pinheiro Novo são particularmente ricas, no que se refere a achados arqueológicos anteriores ao período romano. Um pouco por todo o concelho encontram-se exemplos de achados que documentam a ocupação pré-romana: inscrições rupestres visíveis e outras indicadas pela toponímia; edificações do tipo dolménico (uma anta em Paçó); fortificações castrejas (dois castros em Santa Cruz e um sobre Vinhais).

Espalhados um pouco pelos montes de todo o concelho, ainda subsistem sinais relevantes de fortificações castrejas. O mais significativo é o do pico da Cidadelha, situado a 1020 metros de altura, sobranceiro à vila de Vinhais. Junto à ponte da Vila de Vinhas, no outeiro sobranceiro à ribeira das Trutas, existiria um aglomerado, ainda hoje conhecido pelo nome de Castro. Junto ao limite Noroeste do concelho, entre Vilarinho e Cisterna, encontram-se também vestígios da castros, num local designado por Seuanes.

Os Romanos elegeram o pico da Cidadelha como local preferido de residência. Deste ponto elevado, exerciam uma maior vigilância sobre o planalto, cruzado pela via militar de Braga-Chaves-Astorga. Esta via depois de passar a Ponte d'Arranca, circundava o monte cabrões, seguindo para Nascente, passava junto da Modorra, atravessando novamente o Tuela, na ponte romana da Soeira, e dirigindo-se seguidamente para a Bricantia.

⁸VALE, Virgílio, Póvoa Rica de Homens Bons, Roteiro no Tempo e no Espaço – 750 anos – 1253-2003; Abril 2003;

Diversos achados luso-romanos encontrados parecem demonstrar que, durante o período de ocupação romana, parte da população continuou a habitar os castros. Com o desenvolvimento da agricultura e a consequente procura de terrenos mais férteis, as populações desceram às planícies. As florestas e matagais recuaram, as zonas pantanosas diminuíram dando lugar às villas – grandes propriedades agrícola situadas nas zonas mais baixas, as quais, com o passar dos anos, se transformam em verdadeiros centros colonizadores, muitos deles constituindo a génese dos principais aglomerados populacionais.

Este povoadores que baixaram dos castros em busca do clima mais ameno e terrenos mais férteis, fundaram a Póvoa Rica, terra medieval, situada talvez a Sul da actual sede de concelho, no vale fértil de Riassós ou nas imediações da igreja românica de S. Facundo. Devido à enorme quantidade de vinhedos circundantes, Póvoa Rica, passou a usar a denominação actual.

Um pouco por todo o concelho, estas pequenas migrações contribuíram para o abandono das primitivas construções que integravam os diversos núcleos castrejos (Castrilhão, Cidadelha, Castro de Soutelo, Castro de Ousilhão, Castro do Cerro de Penhas Juntas, Castro de Souane na Cisterna, Castelo de Seixão em Seixas, Castro da Cigadonha na Moimenta, Castro do Lombeiro da Ponte, Castro de Sangemil, Castro de Ferreiros, Castro Sandim, Castro do Casarelhos em Vilar e Ossos, etc.).

Com a queda do império romano as *villas* fragmentam-se, dando origem às vilas rústicas de sentido medieval. Embora extensos, os domínios dos Visigodos (vilas) não constituíam unidades territoriais. Ao contrário das villas romanas, encontravam-se divididos em parcelas (casais, quintas e vilares), disseminados por diferentes lugares, formando, por vezes, enclaves no interior de terras de outros senhorios.

Após a queda dos Visigodos, e até finais do século XI, assiste-se a um relativo despovoamento da região, resultante das investidas dos sarracenos e lutas entre cristãos. Vilas e propriedades pequenas são abandonadas, transformando-se em matagais e bosques. Após a reconquista, estas terras são tomadas em presúria, prática utilizada na época e consentida pelos soberanos, como forma de repovoamento. Ao ocupante era concedido o direito de propriedade sobre a terra.

A população rural vivia nos grandes domínios, a troco de vários tributos em dinheiro, géneros, serviços pessoais e direitos inerentes à jurisdição.

Ao longo da Idade-Média, estes domínios agrários, desempenharam um papel de grande significado económico e social, quer no que respeita ao povoamento, quer no que diz respeito à conquista e ocupação do solo. No entanto, apesar das acções de desbravamento do solo, o território transmontano, teve sempre um fraco índice populacional.

Aquando da formação da nacionalidade a população era escassa. O território caracterizava-se por grandes áreas desabitadas, muitos vilares abandonados e povoações inteiras arrasadas. As intensas lutas entre Portugueses e Leoneses, associadas a crises de fome e à peste, agravaram estas situações.

Os primeiros reis, sobretudo D. Sancho e D. Diniz, promoveram políticas de povoamento e colonização, distribuindo as terras pelos privilegiados (fidalgos e igreja), adoptando para a região um sistema de aforamento colectivo, o qual, associado às condições geográficas e sociais existentes, marcou as estruturas urbanas económicas e sociais até à actualidade. D. Sancho II mandou construir um castelo amuralhado à volta do qual foram surgindo algumas casas. Este aglomerado passou a ser sede de tenência, com o nome Vinhaes.

D. Afonso II envolveu-se em lutas com o rei de Leão, Afonso IX. Em 1213, e na sequência de um tratado de paz, o rei leonês devolve a Portugal diversas terras, Vinhaes incluído.

A fundação de Vinhaes é atribuída ao Rei D. Sancho II, no que respeita à povoação intramuros, recebendo o foral, em 1253, de D. Afonso III. D. Dinis terá mandado reconstruir a muralha.

Segue-se um período de alternância de domínio. Em 1369, Vinhaes cai nas mãos do rei D. Henrique de Castela, na guerra que travou com D. Fernando. Em 1371, pelo tratado de Alcoutim, Vinhaes volta a ser portuguesa. D. Fernando, D. João I e D. Manuel, ordenaram sucessivas reparações na cerca amuralhada, provando a grande importância que a fortificação tinha na defesa da fronteira.

Em 1397, na Guerra da Independência, esta praça forte é novamente tomada pelos Castelhanos, devido ao apoio de João Afonso Pimentel, Alcaide de Bragança, a D. Beatriz e D. João I de Castela. Em 1403, pela paz de Segóvia, Vinhaes era novamente restituída aos portugueses e, em 4 de Maio de 1512, D. Manuel I concedeu a Vinhaes o seu segundo foral.

Em Julho de 1666, o General galego Baltazar Pantojas, cercou Vinhaes com aproximadamente 1700 homens. O assalto nocturno prolongou-se pelo dia seguinte, acabando o inimigo por se retirar. No entanto, todas as casas extramuros foram queimadas, bem como outras aldeias e locais por onde passaram (o bairro de S. Vicente, hoje bairro d'Além; o bairro de Riassós, jamais reconstruído; o bairro de Crespos).

Até à segunda metade do século XIX, Vinhaes era um dos concelhos mais ricos do distrito. O vinho era exportado para a Galiza, e para destilação na Régua e no Porto. No concelho não haviam pobres. Todos trabalhavam nas vinhas ou no fabrico do vinho. No entanto, uma praga de filoxera, destroçou a maior parte dos vinhaes e arruinou todos os que neles trabalhavam.

Já depois da queda da monarquia, a 4 de Outubro de 1911, Paiva Couceiro entrou em Vinhaes e do alto do Monte da Corujeira atacou as forças republicanas que estavam no Monte da Ucha. Depois de dominadas, foram obrigadas a retirar em direcção a Chaves. Paiva Couceiro entrou em Vinhaes, tendo sido bem acolhido, uma vez

que na vila se mantinham as tradições monárquicas. A bandeira azul e branca, ainda esteve hasteada por alguns dias, até 400 marinheiros destacados pelo Provisório Governo da República, terem derrotados os que defendiam o regime monárquico e os terem obrigado à rendição. Este acontecimento, conhecido por “Traulitada”, deu alguma fama a Vinhais, contribuindo para que fosse mais divulgada na imprensa e, conseqüentemente, mais visitada.

Vinhais manteve alguma dinâmica até 1960, altura em que atingiu o seu máximo populacional – 26577 habitantes. A partir desta década, o concelho registou decréscimos demográficos sucessivos que se têm reflectido na desertificação de aldeias e no abandono de algumas actividades tradicionais.

Além deste esvaziamento populacional, resultado também da posição periférica e da falta de investimento público e privado, Vinhais luta agora contra o envelhecimento da sua população (há quase 3 vezes mais idosos do que jovens) o que o coloca numa posição muito invisível, uma vez que cada vez mais possui menos massa crítica que lhe permita inverter esta tendência.

Ao nível da rede urbana, nos últimos anos ganharam peso os lugares isolados (com custos acrescidos ao nível das infraestruturas) e a vila de Vinhais, muito à custa da população que vai abandonando as aldeias. Nota-se, por exemplo, o crescimento da sede do concelho patente no surgimento de novos bairros como do Carvalhal, do Campo, de Eiró.

5.3 PATRIMÓNIO CULTURAL

5.3.1 Considerações Gerais

A história do progresso humano é a história das relações do homem com o meio onde vive, o domínio dos materiais e a sua utilização, de modo a melhorar as suas condições de vida. É a herança dos seus antepassados, a estrutura da sua identidade, os valores materiais e espirituais que unem um povo e um país.

O Homem criou, ao longo dos tempos, obras que constituem um património que importa estudar, proteger e divulgar.

Actualmente assiste-se à destruição massiva deste património, por ignorância, abandono ou desprezo, em detrimento das novas formas de cultura importadas e estandardizadas que não conseguem dialogar em harmonia com as formas tradicionais próprias do meio envolvente.

Felizmente, há uma consciência crescente da importância que assume a defesa do património cultural e construído assistindo-se, não só a intervenções pontuais, mas também à salvaguarda de conjuntos e locais com valor próprio ou de enquadramento.

Triunfando sobre a acção destruidora do tempo e dos homens, o Concelho guarda ainda vestígios da vida dos povos que, ao longo dos séculos, o ocuparam. A preservação ou recuperação do património construído surge como uma tarefa algo difícil, dado o estado em que se encontram alguns dos aglomerados, descaracterizados pelas novas construções de má qualidade arquitectónica e implantadas de forma desordenada.

No concelho de Vinhais existem alguns imóveis classificados. Encontram-se, também, diversos edifícios, não só de arquitectura erudita, mas de feição mais popular, bem como diversos vestígios arqueológicos, que urge proteger.

Quanto à legislação existente sobre esta matéria, o conceito e o âmbito de Património Cultural vêm definidos na **Lei n.º 107/2001 de 8 de Setembro** (que revoga a Lei n.º 13/85), estabelecendo as bases da política e do regime para sua protecção e valorização desta realidade da maior importância para a compreensão, salvaguarda e estruturação da identidade nacional e para a democratização da cultura.

Ainda no que concerne à legislação aplicável no âmbito do património, são de referir os seguintes diplomas:

- **D.L. n.º 205/88**, de 16 de Junho - define quais os técnicos que podem assinar projectos em zonas de protecção de monumentos nacionais e imóveis de interesse público;
- **D.L. n.º 270/99**, de 15 de Julho - define o que se entende por trabalhos arqueológicos e contém o regulamento a que estes devem obedecer;
- **Decreto Regulamentar n.º 34/2007**, de 29 de Março – estabelece a regulamentação das Direcções Regionais de Cultura;
- **D.L. n.º 96/2007, de 30 de Março** – aprova a Lei orgânica do IGESPAR.

Em resultado dos milhares de anos de povoamento nesta região e da participação das populações de Vinhais nos mais variados acontecimentos históricos do país, designadamente pela manutenção das fronteiras do país, existem inúmeros valores patrimoniais, arquitectónicos e arqueológicos, que urge preservar. Nos sub-capítulos seguintes serão descritos os imóveis classificados (Monumentos Nacionais, Imóveis de Interesse Público e Imóveis de Interesse Municipal), bem como outros imóveis com interesse que foram identificados durante o trabalho de levantamento.

5.3.2 Imóveis Classificados

5.3.2.1 Monumentos Nacionais

- Castelo de Vinhais, MN, Decreto n.º 36383, DG 147, de 28-06-1947

Castelo de Vinhais, Vinhais (MN – Monumento Nacional) (Fotografia 7) – localizado no interior de Vinhais, está integrado no aglomerado urbano, entre estruturas justapostas e/ou sobrepostas, por vezes totalmente assimiladas pelos imóveis residenciais. Dentro do seu perímetro muralhado situam-se o Pelourinho e a Igreja Matriz. Foi edificado na primeira metade do século XIII, provavelmente com o objectivo de proteger a vila medieval e de assegurar defesa fronteiriça. É um exemplar de arquitectura militar românica e quinhentista de planta irregular, com dupla muralha, barbacã (construída no século XVI), com várias torres de planta quadrangular e cubelos. Tem duas portas, uma das quais dupla, de perfil em volta perfeita. No interior a malha urbana desenvolve-se desordenadamente, estruturando-se à volta de um largo. As habitações, de um ou dois pisos, encontram-se em processo de degradação.

Fotografia 7: Castelo de Vinhais



5.3.2.2 Imóveis de Interesse Público

- Edifício dos antigos Condes de Vinhais, IIP, Decreto n.º 28/82, DR 47, de 26 de Fevereiro de 1982;
- Gruta de Dine, também designada por Lorga de Dine ou Casa da Moura encantada, IIP, Decreto n.º 67/97, DR 301, de 31 de Dezembro de 1997;
- Igreja de São Facundo de Vinhais, IIP, Decreto n.º 95/78, DR 210, de 12 de Setembro de 1978;
- Igreja de São Pedro, Matriz de Moimenta, IIP, Decreto n.º 516/71, DG 274, de 22 de Novembro de 1971;
- Pelourinho de Ervedosa, IIP, Decreto n.º 23122, DG 231, de 11 de Outubro de 1933;
- Pelourinho de Paçó, IIP, Decreto n.º 23122, DG 231, de 11 de Outubro de 1933;
- Pelourinho de Vilar Seco, também designado por Pelourinho de Vilar Seco da Lomba, IIP, Decreto n.º 23122, DG 231, de 11 de Outubro de 1933;
- Pelourinho de Vinhais, IIP, Decreto n.º 23122, DG 231, de 11 de Outubro de 1933;

Edifício dos antigos Condes de Vinhais (IIP) (Fotografia 8) – situa-se na artéria principal de Vinhais, num plano elevado. É um palácio urbano, de construção oitocentista de transição do barroco para o neoclassicismo. Mantém a planimetria e a organização interna característica do período Barroco, mas alguns elementos apontam para o estilo que se viria a implantar no século XIX, tais como a regularidade de vãos, a simetria, os perfis rectilíneos e a fachada principal simples. O interior organiza-se a partir de um átrio que acede a um arco de volta perfeita, definindo o início da escadaria para o piso nobre, onde surgem várias salas com coberturas de madeira, uma delas com pinturas murais neoclássicas. Possui um brasão e uma capela dedicada a S. Caetano.

Gruta de Dine, também designada por Lorga de Dine ou Casa da Moura encantada, (IIP) (Fotografia 9) – a gruta localiza-se no sopé de um monte coberto de mato, perto do rio Tuela. Datada do período Neolítico, era tradicionalmente conhecida por lorga. Terá servido de refúgio a diversas gerações de homens primitivos. Na encosta, mesmo ao lado, situam-se diversos exemplares de fornos de cal, alguns dos quais foram recentemente reconstruídos. O espólio recolhido com as escavações arqueológicas está depositado no Museu Abade Baçal, em Bragança.

Fotografia 8: Edifício dos antigos Condes de Vinhais/Casas Novas



Fotografia 9: Gruta de Dine (Fresulfe)



Igreja de São Facundo de Vinhais (IIP) (Fotografia 10) – situa-se no Lugar de S. Facundo, junto à saída da Vila. Implantada no centro do cemitério, nas imediações do povoado designado por Bairro do Além. Datada do século XIII, terá sido construída sobre o templo primitivo de S. Facundo de Crespos, arrasado durante a ocupação árabe. Este exemplar de arquitectura religiosa, apresenta traços de três períodos diferentes: Românico, Maneirista e Barroco. A sua fundação é românica (atestada pela sua planta longitudinal) sendo composta por nave, capela-mor (maneirista), ligeiramente mais alta, e sacristia. A fachada-campanário principal com três sineiras, é rasgada por um portal em arco de volta perfeita. Destacam-se as diferenças de aparelho, em alvenaria, com cantaria apenas na fachada principal. Nesta fachada encontram-se esculpidas pequenas figuras antropomórficas, em alto-relevo, usualmente interpretadas como formando uma Santíssima Trindade.

Igreja de São Pedro, Matriz de Moimenta (IIP) (Fotografia 11) – situa-se nos limites da aldeia. É separada do resto do aglomerado por um adro delimitado por um pequeno muro. À entrada do adro existe um pequeno fontanário em granito. Provavelmente edificada no século XIV (ou anterior), é um exemplar tipicamente barroco – igreja de três naves separadas por arcos quebrados e frontispício de cantaria, com corpo central rematado por balaustrada, entre duas robustas torres sineiras. As obras de remodelação efectuadas nos séculos XVII e XVIII, alteraram a construção inicial (de proporções mais modestas), conferindo-lhe uma inesperada imponência.

Pelourinho da Ervedosa (IIP) (Fotografia 12) - localizado no adro da igreja setecentista de Ervedosa, assenta sobre duas pedras de mó que formam dois degraus circulares. A coluna é de fuste oitavado (século XVI), liso e composto por três fracções, encimado por duplo anel, facetado e paralelepípedo.

Fotografia 10: Igreja de S. Facundo de Vinhais



Fotografia 11: Igreja de S. Pedro, Matriz de Moimenta



Fotografia 12: Pelourinho de Ervedosa



Pelourinho de Paçó (IIP) (Fotografia 13) – pelourinho Manuelino construído no início da primeira década do século XVI. Reconstruído, em 1932, aproveitando, ao que parece, apenas parte do remate primitivo, está localizado num largo rodeado por casas, sobre um soco de cinco degraus quadrangulares, de aresta viva. Assenta numa coluna com a metade inferior do fuste de secção quadrada e a superior de secção oitavada, por chanfradura nos ângulos. O capitel é em tronco de prisma com faces ligeiramente côncavas, com duas molduras, uma em cima e outra em baixo, tendo, entre elas e numa das faces, um brasão de leitura impossível. O remate é constituído por um bloco irregular, tipo pinha, decorado com elementos heráldicos, de leitura também impossível, sendo sobreposto por uma peça quadrada, uma esfera e uma cruz de Cristo em granito.

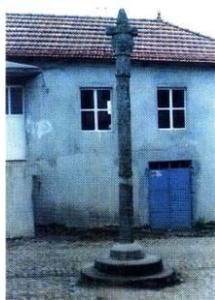
Pelourinho de Vilar Seco (IIP) (Fotografia 14) – todo em granito, está assente sobre um soco de dois degraus de planta circular. A coluna é de fuste cilíndrico para além de muito alto e possui um pequeno anel a meia altura. O capitel possui quatro carrancas, das quais arrancam braços terminados em cabeça de serpente. Por cima destas sobressai uma cruz de braços iguais. O conjunto termina com um elemento cónico.

Pelourinho de Vinhais (IIP) (Fotografia 15) – situa-se no interior do castelo, na parte Sul, no centro de um pequeno largo. Construído no século XVI, foi reconstruído no século XX, aproveitando o primitivo remate, com uma decoração bastante interessante. Possui um soco poligonal de cinco degraus, sobre o qual assenta uma base prismática de maior altura que os degraus. A coluna de fuste é hexagonal, lisa e com duas secções. O remate é constituído por bloco, com corpo principal decorado com duas mãos, dois pés e duas maçãs, destacando-se as armas de Portugal encimadas por coroa. Sobre estes elementos, existe uma cruz de quatro braços iguais possuindo nos topos cabeças de serpente, uma das quais ainda possui uma argola de ferro. A rematar o conjunto uma pirâmide de formato cónico que contém uma esfera armilar.

**Fotografia 13:
Pelourinho de Paçó**



**Fotografia 14: Pelourinho
de Vilar Seco**



**Fotografia 15:
Pelourinho de Vinhais**



5.3.3 Imóveis em vias de Classificação

- Casa da Corujeira, anexos agrícolas e logradouro, Em Vias de Classificação por Despacho de 15 de Setembro de 1998
- Conjunto da Igreja de São Francisco e Seminário dos Missionários Apostólicos de Vinhais, também designado por Igreja de São Francisco de Vinhais, Em Vias de Classificação por Despacho de 20 de Junho de 2003
- Monte de Santa Comba, Em Vias de Classificação (Homologado como IIP) por Despacho de 7 de Junho de 1999
- Ruínas do Forte de Modorra, também designado por Forte Velho ou Carcavelha, Em Vias de Classificação (Homologado como IIP)

Casa da Corujeira, anexos agrícolas e logradouro (Fotografia 16, Fotografia 17 e Fotografia 18) – casa brasonada e solarenga da família Morais Sarmento e Campilho. Trata-se de um exemplar do estilo neoclássico de dois andares, com divisões amplas e onde se destaca o emprego dos granitos da região. Na fachada principal existem sete varandas com guardas de ferro forjado e na fachada Sul, uma varanda de madeira

**Fotografia 16: Casa da Corujeira,
fachada principal**



**Fotografia 17: Casa da
Corujeira, pormenor**



**Fotografia 18: Casa da Corujeira, anexos
agrícolas**



trabalhada, tipicamente transmontana. Integrada no edifício há uma capela dedicada a N. Sr.^a da Oliveira. O brasão está dividido em pala, vendo-se no da direita as armas dos Sarmento, e no da esquerda as dos Morais.

Conjunto da Igreja de S. Francisco e Seminário dos Missionários Apostólicos de Vinhais também designado por Igreja de S. Francisco de Vinhais (Fotografia 19) – este conjunto, é composto pela igreja da Ordem Terceira (em cujo campanário se encontra uma famosa figueira⁹) e pelo Colégio de N.^a Senhora da Encarnação (ex-Seminário e antigo Convento de S. Francisco).

Fotografia 19: Conjunto da Igreja de S. Francisco e Seminário dos Missionários Apostólicos de Vinhais



Na fachada do colégio encontra-se o escudo real com as armas de D. Maria I. Apesar de ter sido mandado construir por D. José I, o seu Padroado foi aceite pela Rainha D. Maria I, como se pode ler numa das duas lápide que ladeiam a porta de igreja.

No interior da igreja do actual colégio, encontra-se, já em avançado estado de degradação, um brasão setecentista, que servia de “campa rasa” ao fundador, José Morais Sarmento. Por forma a não se deteriorar ainda mais, foi retirado do transepto. Ainda no interior da igreja, destacam-se as abóbadas, quer da nave, quer da capela-mor, pela sua elegância e uniformidade, apenas interrompida pelo arco triunfal, com pilastras assentes em pedestais bem altos; o púlpito (com o estrado de granito); a ampla janela; as quatro portas (que servem de confessionários) e o coro.

Monte de Santa Comba – datado do final da idade do bronze, início da idade do ferro, este povoado fortificado localiza-se na freguesia de Ousilhão. Encontra-se implantado num relevo de acentuada proeminência a Noroeste da aldeia de Ousilhão (o que lhe permitiria condições de defesa e um amplo controlo geo-estratégico da região envolvente, incluindo um troço do vale do rio Tuela). Internamente o espaço estrutura-se em função de duas plataformas que se desenvolvem em cotas diferentes. Um primeiro recinto, de configuração oblonga, ocupa a cumeeira do monte e é circundado por uma linha de muralha que a Norte se reforça com um parapeito, um fosso

⁹ Segundo a lenda da Figueira do Campanário da Igreja de S. Francisco de Vinhais, o povo atribui a esta figueira o condão de subsistir enquanto o mundo for mundo.

e um campo de pedras fincadas, actualmente quase completamente arrasado. Um segundo recinto, situado a cotas inferiores, abre-se para Leste, sendo delimitado por uma segunda linha de muralha que vem culminar junto do circuito superior. Hoje em dia com a abertura de um estradão e a instalação de uma antena de retransmissão radiofónica, o local encontra-se bastante descaracterizado. Simultaneamente, uma densa floresta de carvalhos ainda de pequeno porte tem vindo a ocupar sucessivamente o arqueossítio, dificultando as condições de observação. Em alguns pontos de clareira é possível recolher fragmentos cerâmicos de fabrico manual. O local permanece ainda associado à existência de uma antiga capela dedicada a Santa Comba, o que poderá indiciar uma ocupação durante a Idade Média. Apesar de Classificado, não é dos povoados mais imponentes nem o de maior espectacularidade.

Ruínas do Forte de Modorra, também designado por Forte Velho ou Carcavelha (IIP) (Fotografia 20) – situa-se a Nascente da freguesia de Vila Verde, numa das vertentes do rio Tuela. Implantada num lameiro, no topo de uma pequena elevação de terreno, é composta por vestígios de um muro de xisto, que pertencia a uma torre de planta ovalada irregular, com cerca de 8 x 7 metros. Actualmente os vestígios encontram-se totalmente ocultos e parcialmente destruídos.

Fotografia 20: Ruínas de Forte de Modorra



5.3.4 Outros Imóveis com Interesse

Tendo em atenção o PDM em vigor, o inventário efectuado pelo IPPAR e o trabalho de campo realizado, foram identificados alguns imóveis que se consideram possuir valor, devendo, por isso, ser preservados. Alguns destes imóveis possuem linhas marcadamente urbanas, outros são de feição mais rural, mais ligada à propriedade. Podem ser exemplos de:

- Arquitectura Religiosa
- Arquitectura Industrial
- Arquitectura Civil Privada
- Arquitectura Civil Pública
- Estruturas de Apoio

Para além dos imóveis que se encontram classificados ou em vias de classificação, salientam-se, desde já, alguns exemplos que constituem importantes testemunhos da Arquitectura Religiosa do Concelho:

Capela Nossa Senhora do Areal (Fotografia 21) – esta capela de planta rectangular com alpendre diante da fachada principal, data da Idade Média (século XVI), e fica localizada na freguesia de Agrochão. Este templo encontra-se bastante descaracterizado, fruto de intervenções de restauro pouco criteriosas – encontra-se revestida a reboco de cimento e a sua planta evidencia algumas alterações estruturais. Da estrutura original é ainda possível observar alguns silhares graníticos, que actualmente se encontram a fazer de suporte a pequenas mesas e bancos. Embora as prospecções não o tenham conseguido demonstrar, a população de Agrochão associa este templo a uma antiga aldeia medieval que se teria implantado neste local, onde se desenvolve um planalto de meia encosta situada sobre a margem direita do rio Macedo.

Igreja Matriz de Vinhais (Fotografia 22) – também conhecida por Igreja de Nossa Senhora da Assunção, localiza-se no interior das muralhas, no ponto mais alto da vila, onde outrora se localizava o antigo castelo. Tipicamente Românica, trata-se de um templo de uma só nave, de arquitectura simples. Em vez de torre sineira, possui um campanário em forma de triângulo com dois grandes sinos. No interior, também modesto, destacam-se uma modesta talha nos quatro altares e um altar em talha dourada barroco, oriundo da Igreja da Misericórdia. Destaca-se uma estátua de roca de Nossa Senhora da Assunção, padroeira dos Vinhaenses, que, dizem, pertencia à Igreja de S. Facundo.

Igreja Matriz da Soeira (Fotografia 23) – situada junto à entrada da aldeia, esta pequena Igreja destaca-se por na fachada, em cima da porta principal, possuir uma rosácea circular, parecendo a cruz dos Templários.

Fotografia 21: Capela de Nossa Senhora do Areal



Fotografia 22: Igreja Matriz de Vinhais



Fotografia 23: Igreja Matriz da Soeira



Fotografia 24: Igreja de Vilar de Ossos



Igreja de Vilar de Ossos (Fotografia 24) – sobranceira à aldeia de Arrifana, esta pequena capela encontra-se isolada e implantada em terreno rochoso.

Igreja de Agrochão (Fotografia 25) – localizada na parte Sul do aglomerado, junto à via que, a partir da EN 208, serve o núcleo mais antigo do aglomerado.

Para além dos exemplares acima descritos, merecem também destaque: a Igreja Matriz de Alvaredos, a Igreja Matriz de Candedo (Fotografia 32), a Igreja Matriz de Curopos, a Igreja Matriz de Edral, a Igreja Matriz de Edrosa, a Igreja Matriz de Ervedosa (Fotografia 26, a Igreja Matriz de Frades (Fotografia 27), a Igreja Matriz de Fresulfe, a Igreja Matriz de Lagarelhos, a Igreja Matriz de Mofreita, a Igreja Matriz de Montouto, a Igreja Matriz de Nunes, a Igreja Matriz de Ousilhão, a Igreja Matriz de Penhas Juntas, a Igreja Matriz de Quintela, Igreja Matriz de Quirás (Fotografia 28), a Igreja Matriz de Santa Cruz, a Igreja Matriz de Santalha, a Igreja Matriz de São

Jumil, a Igreja Matriz de Sobreiró de Baixo, a Igreja Matriz de Vale das Fontes, a Igreja Matriz de Vale de Janeiro, a Igreja Matriz de Vila Boa de Ousilhão, a Igreja Matriz de Vila Verde, a Igreja Matriz de Vilar de Lomba, a Igreja Matriz de Vilar de Ossos (Fotografia 29), a Igreja Matriz de Vilar de Peregrinos, a Igreja Matriz de Vilar Seco de Lomba (Fotografia

30), a Igreja Paroquial de Dine, a Capela do Divino Senhor dos Milagres (Mofreita), Santuário de Nossa Senhora da Ponte (Santa Cruz), Igreja de Santa Locaia (Santalha), Capela de Santa Margarida (Contim), Capela de São Sebastião (Santa Cruz), Igreja de Travanca, Capela de Santa Madalena (Travanca), Igreja de Nuzedo de Cima,

Fotografia 31: Igreja Matriz de Agrochão



Fotografia 32: Igreja Matriz de Candedo



Fotografia 25: Capela junto ao recinto das festas de Sr. Dos Passos, Edrosa



Fotografia 26: Igreja Matriz de Ervedosa



Fotografia 27: Igreja Matriz de Frades



Fotografia 28: Igreja Matriz de Quirás



Fotografia 29: Igreja Matriz de Vilar de Ossos



Fotografia 30: Igreja Matriz de Vilar Seco da Lomba



Igreja de Quadra, Igreja de Salgueiros, Igreja em Cabeça de Igreja, Capela de Nossa Senhora da Caridade (Passos), Capela de Nossa Senhora dos Aflitos (Gestosa), Capela de Santa Barbara (Vilar Seco de Lomba), Igreja de São Julião (Vilar Seco de Lomba), Igreja Paroquial de Pinheiro Novo, Capela de São Marçal (Santalha) e Alminhas (Quirás).

Para além da sua pequena dimensão, estas igrejas apresentam algumas características comuns. Frequentemente, o tratamento dado à fachada principal é mais digno que as fachadas laterais (muitas vezes sem abertura de vão para janelas). A fachada principal possui um corpo central mais elevado, incorporando a torre sineira, simples ou geminada.

Sobre a porta principal muitas delas possuem óculos centrais e/ou nichos com figuras religiosas, normalmente o padroeiro. O cunhal é regra geral encerrado por pinázios salientes.

Algumas delas apresentam alterações efectuadas em diferentes épocas arquitectónicas, bem como intervenções, mais recentes bastante descaracterizadoras.

Como exemplos de **Arquitectura Industrial** são de destacar as ruínas das Minas da Ervedosa (Fotografia 33).

As Minas da Ervedosa ou *Couto Mineiro da Ervedosa*, são uma das 7 minas abandonadas do concelho de Vinhais. Neste local, em tempos, procedeu-se à extracção de arsénio e de estanho. Localizam-se na freguesia de Ervedosa, a Nordeste de Soutilha, junto ao rio Tuela. Completamente em ruínas, no seu interior ainda se encontram alguns vestígios da maquinaria utilizada. O futuro de algumas destas minas, que constituíram importantes pólos industriais do concelho, pode passar pelo aproveitamento turístico, eventualmente numa vertente cultural e em associação com a aldeia e com a envolvente natural.

Fotografia 33: Antigas Minas da Ervedosa



A reabilitação das estruturas, a criação de um espaço museológicos que tinha subjacente a recriação dos ambientes, dará nova vida a locais que assistiram à «fuga» de milhares de pessoas para as cidades e vilas do litoral e para o estrangeiro.

A **Arquitectura Civil Privada** está representada por diversos imóveis, dos quais se destacam os seguintes:

Solar dos Crespos (Bairro do Eiró) (Fotografia 34) – Localizado no Bairro do Eiró, este edifício oitocentista, é propriedade da família Ferreiras Morais Sarmiento e Montalvões. Trata-se de um faustoso edifício de que se destacam várias janelas, varandas e um brasão ao centro (dividido em pala, na esquerda a amoreira dos Morais e na direita cinco carreiras de besantes de ouro que simbolizam os Sarmientos). Os frisos das portas e janelas revelam ainda uma rara sensibilidade e um gosto requintado. Anexa ao solar, em avançado estado de degradação, existe uma capela dedicada a Santa Catarina, datada de 1714.

Fotografia 34: Solar dos Crespos



Fotografia 35: Solar da Praça do Arrabalde



Solar da Praça do Arrabalde (Vinhais) (Fotografia 35) – este solar pertenceu a Estevão de Mariz Sarmento, Governador da Vila de Vinhais, que, em 1666, resistiu aos ataques do General Espanhol Baltasar Pantoja e que a mandou construir após esta vitória. Situa-se, como indica o topónimo na envolvente do Castelo, em frente da Porta da Vila e ao lado da Fonte do Cano. Terá sido uma das primeiras construções fora de portas. No rés-do-chão funcionam alguns estabelecimentos comerciais nada qualificadores. Em tempos teve capela (Nossa Senhor da Luz), algures profanada e posteriormente transformada em cozinha.

Solar de Vilar de Ossos (Fotografia 36) – trata-se de uma construção típica das famílias senhoriais da região. Datada de meados do século XVIII, com dois pisos e amplas divisões, foi solidamente construído, destacando-se os granitos da região. Na fachada principal, ao centro, encontra-se o brasão da família, dividido em duas palas, sendo que uma delas está ainda dividida em dois quartéis.

Solar dos Sarmentos (Vinhais) (Fotografia 37) – localiza-se na vila de Vinhais, no topo do jardim público. Actualmente funciona como Grémio da Lavoura. Edificado no final do século XVIII, a mando João Ferreira Sarmento. Neste edifício distingue-se a Pedra de Armas, formada por um brasão dividido em quatro quartéis representando as famílias Pimentel, Sarmento, Ferreira e Morais.

Palacete da Família Sá Morais (Agrochão) (Fotografia 38) – localizada no interior de Agrochão, é uma das mais belas casas senhoriais do concelho. O seu interior condiz com o aspecto grandioso e nobre da sua frontaria. Neste edifício de características neoclássicas, distinguem-se os cunhais, as padieiras, as portadas amplas (tudo trabalhado em granito) e um a elegante capela.

Fotografia 36: Solar de Vilar dos Ossos

Fotografia 37: Solar dos Sarmentos

Fotografia 38: Palacete da Família Sá Morais


O Solar de Fornos e a Casa dos Sepúlvedas, na Soeira, o Solar da Família Martins Sarmento, em Vinhais, o Solar da Família Atháide, Conde da Atouguia, em Moimenta, o Solar Morgado de Rio de Fornos, uma Casa Brasonada em Quirás, o Moinho de Santa Cruz, as Adegas em Vilar Seco de Lomba e a Forja de Pinheiro Velho, são também exemplos de Arquitectura Civil Privada presentes no concelho.

A **Arquitectura Civil Pública** está representada por imóveis como:

Ponte d'Arranca (Vinhais) (Fotografia 39) – localizada em Vinhais, provavelmente construída na Idade Média. Ponte de tabuleiro rampante, com largura máxima de 4 metros, sobre cinco arcos de volta perfeita, cuja a amplitude desigual decresce da margem direita para a esquerda. Apresenta a jusante e montante, quatro talhamares altos e triangulares. A estrutura é em blocos de xisto, tendo o piso, em betuminoso, os parapeitos do tabuleiro, em ferro, e o aparelho dos paramentos, sofrido bastantes alterações.

Ponte de Velha de Soeira (Fotografia 40) – situada na freguesia da Soeira, junto à ponte nova, terá sido construída nos finais da Idade Média, princípios da Idade Moderna. A estrutura da ponte é em blocos de xisto, os parapeitos em alvenaria de xisto e o pavimento em saibro compactado e lajes de xisto. O tabuleiro plano está assente sobre dois arcos de volta perfeita mas desiguais, com pegões cegos, estando assentes em encaixes cavados no afloramento. A montante apresenta um talha-mar triangular, baixo, implantado entre os dois arcos. O aparelho dos paramentos, revela os sucessivos arranjos (particularmente nas fiadas superiores, onde se encontram blocos de maiores dimensões), sendo em aparelho irregular.

Ponte das Vinhas (Moimenta) (Fotografia 41) – localiza-se no caminho velho que se dirige para Mofreita, sendo a sua construção datada de um período algures entre a Idade Média e a Idade Moderna. É uma ponte de tabuleiro plano, assente num único arco, quebrado em cantaria. Os paramentos são em aparelho regular, estando os alicerces dos pegões assentes em encaixes cavados no afloramento. Os resguardos laterais do tabuleiro são constituídos por muretes de alvenaria e xisto. O intradorso do arco preserva alguns agulheiros para encaixe dos cimbrós.

Fotografia 39: Ponte da Arranca

Fotografia 40: Ponte Velha da Soeira

Fotografia 41: Ponte das Vinhas


Ponte de Vila Verde – localizada na estrada romana, entre Vila Verde e Quintela, sobre o ribeiro de Padornelo. Trata-se de uma ponte com estrutura em xisto de um só arco. Apesar de não apresentar as principais características das pontes romanas tem, no entanto, a mesma largura da estrada velha (o que atesta a sua antiguidade) e o arco redondo de construção robusta. Ostenta vestígios da guarda em alvenaria de xisto e argamassa.

Ponte da Gestosa (Fotografia 42) – situa-se na Gestosa, freguesia de Vilar Seco de Lomba, no caminho velho que se dirige para Santalha. Ponte românica em xisto, com dois arcos de volta perfeita, desiguais e com pegões cegos. O tabuleiro é plano com lajeado de xisto de linha central bem definida, sendo os parapeitos constituídos por muretes de alvenaria de xisto, de remate em aresta. Na base de ambos parapeitos, junto ao pavimento, conservam-se cinco aberturas simetricamente dispostas, para escoamento de águas, que a conduzem a gárgulas colocadas no paramento exterior.

Fotografia 42: Ponte da Gestosa


A Ponte do Couço, em Moimenta, a Ponte de Santa Rufina, em Pinheiro Novo são também são também exemplos de Arquitectura Civil Publica presentes no concelho.

Edifício da Junta de Freguesia de Montouto (Fotografia 46) – Trata-se de um edifício em xisto, de dois pisos, inserido no núcleo histórico do aglomerado. Apresenta alguns elementos descaracterizadores da sua imagem original.

O Posto Fronteiriço de Pinheiro Velho e a antiga Sede da Guarda-Fiscal, em Vinhais, constituem também dois bons exemplares da Arquitectura Civil Publica presente no concelho de Vinhais.

Cruzeiros – Existem alguns cruzeiros espalhados pelas diversas povoações que compõem o concelho, sendo de destacar os existentes em Dine (Fotografia 43), em Pinheiro Novo (Fotografia 44) de Santa Engrácia, em Fresulfe, de Vilar de Ossos e em Ervedosa (Fotografia 45).

Fotografia 43: Cruzeiro de Dine



Fotografia 44: Cruzeiro de Pinheiro Novo



Fotografia 45: Cruzeiro da Ervedosa



Fotografia 46: Edifício da Junta de Freguesia



Como **Estruturas de Apoio**, foram identificados e cartografados, alguns elementos de destaque como fontes, chafarizes, moinhos e coretos.

Das 129 fontes e chafarizes identificados no concelho, foram apenas, consideradas os que, pela sua antiguidade, ou pela sua tipologia,

melhor ilustram os sistemas de abastecimento de água que serviram o concelho ao longo dos tempos. Estes elementos foram considerados individualmente, ou associados a outros, sendo designados de forma diferente consoante as suas características:

Fotografia 47: Fonte das Nogueiras



Fotografia 48: Fonte de mergulho da Soeira



Fotografia 49: Fonte do Cano (Vinhais)



fontes de mergulho e chafarizes. Estes elementos localizam-se um pouco por todo o Concelho. Destacam-se, assim: Fonte de Mergulho de Mofreita, Fonte Romana de Edral, Fonte dos Possacos (Ervedosa), Fonte das Nogueiras (Ervedosa), Fonte Angarranho (Ousilhão), Fonte Cagona, Fonte de Fresulfé, Fonte Romana de Paçó, Fonte de Montouto, Fonte de S. João Jumil, Fonte de mergulho na Soeira, Fonte de Vila Boa de Ousilhão, Fonte de Vale das Fontes, Chafariz dos Canos (Moimenta), as fontes de Mofreita, a Fonte de Ferro (Santalha), e Fonte do Cano (Vinhais).

Quanto aos moinhos, merecem destaque os de Mofreita, de Moimenta, de Travanca, dos Mosteiros (Travanca), de Vila Verde e de Santa Cruz e os de Água de Dine, de Tuizelo, de Sobreiró de Baixo, de Paçó, de Cabeço de Igreja, de Peleias, de Tuizelo e de Salgueiros.

Foram também assinalados no desenho 6, algum pombais com interesse arquitectónico identificados no concelho.

5.4 SÍTIOS E CONJUNTOS COM INTERESSE

Distinguem-se alguns espaços (**sítios**) que, por constituírem uma associação equilibrada entre obras do homem e da natureza, com valor histórico, arqueológico, natural ou social, se assumem como uma mais-valia do ponto de vista patrimonial.

- SÍTIO, N.ª Senhora da Piedade (Agrochão) – (Fotografia 51)
- SÍTIO, N.ª Senhora do Areal (Agrochão)
- SÍTIO, S. Pedro (Celas)
- SÍTIO, S. Tiago de Ribas (Frades, Edral)
- SÍTIO, S. Ana (Ervedosa) – (Fotografia 52)
- SÍTIO, S. Nicolau (Ervedosa) – (Fotografia 53)
- SÍTIO, S. Bárbara (Minas de Ervedosa, Ervedosa)
- SÍTIO, N.ª Senhora dos Remédio (Nunes)
- SÍTIO, N.ª Senhora da Alegria (Ousilhão)
- SÍTIO, N.ª Senhora da Penha de França (Rebordelo)
- SÍTIO, N.ª Senhora da Saúde (Vale de Janeiro)
- SÍTIO, S. Roque (Vila Boa de Ousilhão)
- SÍTIO, Rio Rabaçal (Quirãs)
- SÍTIO, Praia Fluvial /Rio Mente)
- SÍTIO, Envolvente a Caroceiras
- SÍTIO, Praia Fluvial -Rio Tuela (Santa Cruz)
- SÍTIO, Rio Mente (S. Jumil)
- SÍTIO, Minas Ervedosa
- SÍTIO, Praia Fluvial – Frades
- SÍTIO, Praia Fluvial – Vila Verde
- SÍTIO, Fornos de Cal de Dine

Fotografia 50: Capela de Nª Sra. da Piedade



Fotografia 51: S. Tiago de Ribas



Fotografia 52: Capela de S. Ana



Fotografia 53: Capela de S. Nicolau



Fotografia 54: Núcleo Antigo de Vinhais



Fotografia 55: Núcleo Antigo de Quintela



Fotografia 56: Núcleo Antigo de Pinheiro Velho



Destacam-se também alguns **conjuntos** notáveis de imóveis arquitectónicos que, pela sua unidade, pela sua integração na paisagem ou pelo seu valor histórico se julgam de suma importância. São, então, de referir, como detentores de bons exemplos da arquitectura tradicional e popular, assim como pela conservação de núcleos urbanos que apresentam ainda alguma coerência original, no seu traçado e edificado, as zonas mais antigas dos seguintes aglomerados:

- CONJUNTO, Núcleo Antigo de Vinhais – (Fotografia 54)
- CONJUNTO, Núcleo Antigo Tuizelo
- CONJUNTO, Núcleo Antigo de Travanca
- CONJUNTO, Núcleo Antigo de Quintela – (Fotografia 55)
- CONJUNTO, Núcleo Antigo de Pinheiro Velho – (Fotografia 56)
- CONJUNTO, Dine

5.5 PATRIMÓNIO ARQUEOLÓGICO

As considerações feitas anteriormente a propósito do património construído aplicam-se, genericamente, também ao património arqueológico. No entanto, a inserção de uma parte exclusivamente dedicada ao património arqueológico visa, acima de tudo, evitar que o desenvolvimento se realize à custa da destruição das memórias do passado, que devem constituir o orgulho do Concelho.

O património arqueológico constitui uma mensagem viva, das comunidades desaparecidas no tempo, e como tal, a inserção dos valores arqueológicos, como herança cultural, é essencial no âmbito do ordenamento do território.

Os valores arqueológicos materializam-se em ruínas, objectos e fragmentos que jazem no solo. Uma vez daí retirados, embora salvaguardados e constituindo sempre um importante testemunho, perdem grande parte do seu valor enquanto conhecimento para o estudo e para a compreensão da evolução das sociedades humanas, passando apenas a peças de museu. Por este motivo, existe uma preocupação crescente em preservar os lugares onde se sabe, ou se suspeita, que existem ruínas ou objectos arqueológicos.

A lavoura mecânica, os projectos de reconversão agrícola, a florestação intensiva, a abertura incontrolada e o alargamento de estradas e caminhos rurais, podem trazer efeitos devastadores para os sítios arqueológicos. Daí a importância das cartas arqueológicas, que devem ser previamente consultadas. Deve dar-se, ainda, particular atenção às envolventes de castelos, igrejas paroquiais e santuários, que geralmente estão associados a manifestações mais remotas.

Uma das medidas mais importantes, é sem dúvida, a sensibilização da população para a importância de todo um espólio móvel e imóvel, que constitui a memória dos povos que nos precederam. A Câmara Municipal poderá desempenhar um importante papel na defesa do património e na construção e preservação da integridade histórica do seu Concelho, com a sensibilização da população, evitando ainda, que interesses especulativos provoquem não só demolições e revolvimentos, mas também a construção de edifícios de qualidade duvidosa e, portanto, com impacte negativo.

O Concelho de Vinhais possui um elevado número de sítios arqueológicos inventariados. O material existente permite, desde já, um conhecimento razoável da evolução e fixação dos povos no Concelho. Contudo é natural que novas prospecções tragam à luz do dia mais locais de interesse arqueológico e, conseqüentemente novos dados.

Os sítios arqueológicos reflectem a história de uma comunidade anterior, independentemente do seu valor científico e do seu estado de conservação, pelo que é importante que se aposte na prevenção contra a destruição desta herança cultural.

A área que hoje corresponde ao concelho de Vinhais ajuda a documentar a larga pré-história, as sucessivas conquistas do Homem na luta milenar para dominar a natureza e conquistar novos territórios, contribuindo, assim, para a caracterização de cada uma das etapas na História. Se, infelizmente, o

Fotografia 57: Fraga das Alma, Cigadonha, Moimenta



Fotografia 58: Vila de Souane, Cisterna, Quirás



tempo foi mitigando marcas de alguns períodos, outros são por demais evidentes nos vestígios encontrados. Além dos testemunhos de Arte Rupestre de cronologia indeterminada, de que já foi referida a Fraga das Almas (Fotografia 57) na Cigadonha em Moimenta, há que realçar a Fraga da Ponte das Vinhas, situada em Moimenta. Da Pré-História Recente (Neolítico, Calcolítico e Idade do Bronze), grande parte dos achados são monumentos funerários como a Lorga de Dine, em Fresulfe, e a Coroa, em Travanca. Da Proto-História (Bronze Final/Idade do Ferro) são inúmeros os sítios já identificados e que correspondem, na sua generalidade, a povoados fortificados (castros) por uma ou mais muralhas circulares, edificadas por forma a envolver os cabeços e as choças (casas com um pequeno muro de pedra tosca e uma cobertura cónica de giesta-negral). O castro de Dine, em Fresulfe, a Cigadonha de Moimenta e a Vila de Souane (Fotografia 58), são três dos mais relevantes. Da ocupação romana são de destacar vestígios de *villas*, de habitats e de troços de Via, alguns em bom estado de conservação, nomeadamente o Monte da Forca, em Sobreiró de Baixo, e o Monte da Picota, em Alvaredos. Finalmente, da época Alti-Medieval/ Medieval, são de referir diversas sepulturas isoladas, necrópoles (Dine e Poula dos Mouros, por exemplo) e vestígios de povoados de pequenas dimensões.

Na listagem dos Sítios Arqueológicos, fornecida pelo IGESPAR, são identificados diversos locais, que estão representados no seguinte quadro e na respectiva peça desenhada (Património – Carta do Património Arquitectónico e Arqueológico).

Quadro 48: Património Arqueológico (Sítios)

ID	CNS	SÍTIO	TIPO DE SÍTIO	LOCALIZAÇÃO	CRONOLOGIA
I	17307	Nossa Senhora da Piedade	Povoado fortificado	Agrochão	Idade do Ferro
II	17308	Nossa Senhora do Areal	Igreja	Agrochão	Idade Média
III	17310	Agrochão	Achado isolado	Agrochão	Romano
IV	17306	Cabeço do Marco	Via	Agrochão	Romano
V	17351	Muradal	Povoado fortificado	Vale das Fontes	Idade Bronze/Idade do Ferro
VI	17499	Castelo de Ervedosa	Povoado fortificado	Ervedosa	Idade Ferro/Romano
VII	17245	Negreda	Achado isolado	Celas	Idade do Ferro
VIII	17248	Torre de Celas	Povoado fortificado	Celas	Idade Ferro/Romano
IX	17352	Castrilhão	Povoado fortificado	Vale das Fontes	Idade Ferro/Romano
X	17475	Barreiro/Senhor dos Aflitos	Sepultura	Nuzedo de Baixo	Indeterminado/Idade Média?

ID	CNS	SÍTIO	TIPO DE SÍTIO	LOCALIZAÇÃO	CRONOLOGIA
XI	18019	Buraco do Serro	Mina	Ervedosa	Indeterminado
XII	17476	Cabeço	Habitat	Vale das Fontes	Romano
XIII	17778	Múrio	Povoado fortificado	Penhas Juntas	Idade do Ferro
XIV	19184	Castilhão de Melhe	Povoado fortificado	Edrosa	Indeterminado
XV	18017	Castelo dos Mouros	Povoado fortificado	Ervedosa	Idade do Ferro
XVI	18022	Igreja de Penhas Juntas	Igreja	Penhas Juntas	Indeterminado/Idade Média?
XVII	18020	Canelha da Castanheira	Indeterminado	Penhas Juntas	Indeterminado
XVIII	18021	Alto de São Sebastião	Indeterminado	Penhas Juntas	Indeterminado/Idade Média?
XIX	17579	Fraga das Ferraduras	Arte rupestre	Rebordelo	Indeterminado
XX	18018	Múrio do Crasto	Povoado fortificado	Penhas Juntas	Romano/Idade Ferro
XXI	5428	Muro	Povoado fortificado	Rebordelo	Indeterminado
XXII	17580	Alto do Facho	Atalaia	Rebordelo	Indeterminado
XXIII	19129	Castro Mau	Povoado fortificado	Vale de Janeiro	Idade do Ferro
XXIV	18070	Horta de São Jorge	Habitat	Vilar de Peregrinos	Alta Idade Média/Romano
XXV	19128	Castelo de Vale de Janeiro	Povoado fortificado	Vale de Janeiro	Idade do Ferro/Idade Média
XXVI	20128	Igreja de Vale de Janeiro	Igreja	Vale de Janeiro	Moderno/Idade Média
XXVII	19185	Fraga do Mouro	Povoado fortificado	Edrosa	Indeterminado
XXVIII	4734	Castro de Ousilhão	Povoado fortificado	Ousilhão	Idade de Ferro
XXIX	18069	Torre de Cidões	Povoado fortificado	Vilar de Peregrinos	Idade do Ferro
XXX	19074	Ousilhão	Inscrição	Ousilhão	Romano
XXXI	19073	Árula de Ousilhão	Inscrição	Ousilhão	Romano
XXXII	16124	Senhora da Alegria	Habitat	Ousilhão	Romano
XXXIII	13221	Monte de Santa Comba	Povoado fortificado	Ousilhão	Idade Bronze/Idade Média
XXXIV	17485	Monte da Picota	Habitat	Alvaredos	Romano
XXXV	16123	Torre de Ousilhão	Povoado fortificado	Ousilhão	Romano/Idade de Ferro
XXXVI	16122	São Mamede	Povoado fortificado	Nunes	Romano
XXXVII	19075	Fraga da Vela	Arte rupestre	Ousilhão	Indeterminado
XXXIX	19231	Castrião/Carvalhal	Povoado fortificado	Curopos	Idade do Ferro
XXXVIII	17486	Calvário	Necrópole	Alvaredos	Indeterminado
XL	16120	Castro de Moaz/Eira do Castro	Povoado fortificado	Vinhais	Indeterminado
XLI	17255	Castro de Espinhoso	Povoado fortificado	Candedo	Indeterminado
XLII	17484	Torre de Castrelinhos	Povoado fortificado	Alvaredos	Indeterminado
XLIII	16121	Cresta/Torre do Rugidouro	Povoado fortificado	Vinhais	Romano
XLIV	19081	Ponte Velha	Ponte	Nunes	Indeterminado
XLV	16125	Circa de Cabrões	Povoado fortificado	Vila Verde	Idade de Ferro
XLVI	17252	Fraga da Torre de Espinhoso	Povoado fortificado	Candedo	Idade de Ferro
XLVII	1458	Sobreiro/As Possecas	Forno	Sobreiró de Baixo	Indeterminado/Moderno
XLVIII	18009	Termo de Vinhais	Achado isolado	Vinhais	Romano
XLIX	1466	Circa	Povoado fortificado	Sobreiró de Baixo	Idade do Ferro/Romano
L	5416	Lombo do Cabeçudo/Monte da Forca	Habitat	Sobreiró de Baixo	Romano
LI	1465	Lagoa	Habitat	Sobreiró de Baixo	Romano/Idade Média
LII	11374	Igreja de São Facundo	Igreja	Vinhais	Idade Média

ID	CNS	SITIO	TIPO DE SÍTIO	LOCALIZAÇÃO	CRONOLOGIA
LIII	16004	Vinhais/Bairro do Eiró	Habitat	Vinhais	Romano
LIV	5368	Vale de Igrejas	Habitat	Sobreiró de Baixo	Romano/Idade Média
LV	17993	Castelo de Vinhais	Castelo	Vinhais	Idade do Ferro/Romano/Idade Média/Moderno/Contemporâneo
LVI	16003	Vila de Vinhais	Miliário	Vinhais	Romano
LVII	19010	Toca da Moura	Gruta	Soeira	Indeterminado
LVIII	5369	Modorro	Indeterminado	Vila Verde	Romano
LIX	19165	Escusanha	Arte rupestre	Sobreiró de Baixo	Indeterminado
LX	19176	Castro de Ferreiros	Povoado fortificado	Vilar Seco de Lomba	Indeterminado
LXI	17653	Fraga da Estrela	Arte rupestre	Vilar Seco de Lomba	Indeterminado
LXII	16126	Cidadelha de Vinhais	Povoado fortificado	Vinhais	Idade de Ferro
LXIII	18360	Cabeço Redondo	Indeterminado	Vila Verde	Indeterminado
LXIV	19007	Ponte Velha da Soeira	Ponte	Soeira	Indeterminado
LXV	19009	Vilar	Necrópole	Soeira	Indeterminado/Romano
LXVI	5415	Castro da Ponte	Povoado fortificado	Soeira	Romano/Idade de Ferro
LXVII	19008	Igreja da Soeira	Inscrição	Soeira	Romano
LXVIII	19174	Castro de Sandim	Povoado fortificado	Edral	Idade do Ferro
LXIX	5334	Vale Pereiras/Bronceda	Povoado fortificado	Edral	Romano/Idade de Ferro
LXX	17652	Casteleirão de Frades	Povoado fortificado	Edral	Idade de Ferro
LXXI	16127	Vidoeira	Achado isolado	Vila Verde	Romano
LXXII	17491	Pena Escrita	Arte rupestre	Paçó	Indeterminado
LXXIII	19175	Gruta da Forginha	Mina	Edral	Indeterminado
LXXIV	2166	Castro de Amade	Povoado fortificado	Soeira	Idade do Ferro/Romano
LXXV	17496	Castro	Povoado fortificado	Paçó	Idade Ferro/Romano
LXXVI	1519	Castrião	Povoado fortificado	Vinhais	Idade do Ferro/Romano
LXXVII	19092	Cabeça de Igreja	Achado isolado	Tuizelo	Romano
LXXVIII	17497	Paçó	Achado isolado	Paçó	Romano
LXXIX	19164	Ogrijário	Igreja	Vilar de Ossos	Idade Média
LXXX	18984	Cerca da Gestosa	Povoado fortificado	Vilar Seco de Lomba	Idade do Ferro
LXXXI	18983	Toural	Necrópole	Vilar Seco de Lomba	Idade Média
LXXXII	19163	Agrijoá	Habitat	Vilar de Ossos	Romano
LXXXIII	18987	Cigadonha da Gestosa	Habitat	Vilar Seco de Lomba	Romano
LXXXIV	19077	Castelo	Povoado fortificado	Santalha	Idade do Ferro
LXXXV	17494	Cabeço da Torre	Indeterminado	Paçó	Indeterminado
LXXXVI	17495	Castelo/Lomba	Indeterminado	Paçó	Indeterminado/Idade Média
LXXXVII	17493	Tumbiadoro	Indeterminado	Paçó	Indeterminado/Neo-Calcolítico
LXXXVIII	17492	Montão de Terra	Monumento megalítico	Paçó	Neo-Calcolítico
LXXXIX	5365	Crasto de Vilar de Ossos	Indeterminado	Vilar de Ossos	Romano
XC	17600	Lombeiro da Ponte	Povoado fortificado	Travanca	Romano/Idade de Ferro
XCI	19079	Covas/Fornos dos Mouros	Mina	Santalha	Indeterminado
XCII	18986	Calçada da Gestosa	Calçada	Vilar Seco de Lomba	Indeterminado
XCIII	18985	Ponte da Gestosa	Ponte	Quirás	Idade Média

ID	CNS	SÍTIO	TIPO DE SÍTIO	LOCALIZAÇÃO	CRONOLOGIA
XCIV	19091	Coto/Alto do Castelo	Indeterminado	Tuizelo	Indeterminado
XCV	17596	Marcão 2	Monumento megalítico	Travanca	Neo-Calcolítico
XCVI	19033	Vale de Stacas	Necrópole	Santa Cruz	Indeterminado
XCVII	19078	Santa Locaia	Igreja	Santalha	Idade Média
XCVIII	17595	Marcão 1	Monumento megalítico	Travanca	Neo-Calcolítico
XCIX	19094	Portela de Santo André	Habitat	Tuizelo	Idade Média/Moderno
C	17597	Fraga do Marcão	Arte rupestre	Travanca	Indeterminado
CI	19036	Carcavelha/Modorra	Habitat	Santa Cruz	Romano
CII	19093	Chaira	Achado isolado	Tuizelo	Romano
CIII	2496	Forno dos Mouros	Indeterminado	Vilar Seco de Lomba	Romano
CIV	19037	Castro de Santa Cruz	Indeterminado	Santa Cruz	Indeterminado
CV	5089	Poula dos Mouros	Necrópole	Vilar Seco de Lomba	Idade Média
CVI	17598	Cariça	Arte rupestre	Travanca	Indeterminado
CVII	17599	Fraga do Espelho	Arte rupestre	Montouto	Indeterminado
CVIII	18170	Cabeço da Vela	Atalaia	Quirás	Idade Média
CIX	2622	Lorga de Dine	Gruta	Fresulfe	Idade de Ferro/Calcolítico/Idade de Bronze
CX	19005	Carcaveilha	Povoado fortificado	Fresulfe	Idade do Ferro/Romano
CXI	18381	Craсто de Dine	Necrópole	Fresulfe	Romano/Idade Média
CXII	17594	Coroa	Monumento megalítico	Travanca	Neo-Calcolítico
CXIII	19178	Castro	Povoado fortificado	Mofreita	Indeterminado
CXIV	18187	Fragas do Facho	Atalaia	Travanca	Idade Média
CXV	19076	Castelo Seixão	Povoado fortificado	Santalha	Indeterminado/Pré-História/Idade do Ferro
CXVI	19177	Facho de Mofreita	Atalaia	Mofreita	Idade Média
CXVII	18168	Castrilhão de Quirás	Povoado fortificado	Quirás	Idade de Ferro
CXVIII	19002	Terronha de Pinheiro Velho	Povoado fortificado	Pinheiro Novo	idade do Bronze/Idade do Ferro
CXIX	18167	Bairro da Rapoula	Necrópole	Quirás	Indeterminado
CXX	18190	Fraga das Ferraduras	Arte rupestre	Montouto	Indeterminado
CXXI	18197	Fragas da Boavista	Arte rupestre	Montouto	Indeterminado
CXXII	18198	Fraga da Falgueira Rubia	Arte rupestre	Montouto	Indeterminado
CXXIII	18999	Capela Velha de Sermande	Necrópole	Pinheiro Novo	Indeterminado
CXXIV	18166	Malho/Telhó	Habitat	Quirás	Alta Idade Média/Romano
CXXV	18997	Ponte Velha de Cabanelas	Ponte	Pinheiro Novo	Indeterminado
CXXVI	18179	Carqueijal	Indeterminado	Moimenta	Indeterminado/Romano
CXXVII	18177	Ponte das Vinhas	Ponte	Moimenta	Idade Média/Moderno
CXXVIII	18178	Fraga da Ponte das Vinhas	Arte rupestre	Moimenta	Indeterminado/Idade Média/Moderno
CXXIX	11376	Cigadonha	Povoado fortificado	Moimenta	Idade Ferro/Indeterminado/Idade Média/Moderno
CXXX	18184	Castro de Vilarinho das Touças	Povoado fortificado	Santalha	Idade do Ferro
CXXXI	18176	Fraga das Almas	Arte rupestre	Moimenta	Indeterminado
CXXXII	18998	Pedra Espetada	Menir	Pinheiro Novo	Neo-Calcolítico

ID	CNS	SÍTIO	TIPO DE SÍTIO	LOCALIZAÇÃO	CRONOLOGIA
CXXXIII	18194	Castrilhão de Carvalhas	Indeterminado	Montouto	Indeterminado
CXXXIV	18996	Covas dos Mouros	Mina	Pinheiro Novo	Romano
CXXXV	18172	Alto do Facho	Atalaia	Quirás	Idade Média
CXXXVI	18193	Castelo de Casares	Povoado fortificado	Montouto	Idade do Ferro
CXXXVII	28616	Fraga da Moura	Arte rupestre	Quirás	Indeterminado
CXXXVII I	18993	Santa Rufina	Povoado fortificado	Pinheiro Novo	Idade do Ferro/Idade Média
CXXXIX	28612	Carvalho Branco	Monumento Megalítico	Pinheiro Novo	Neo-Calcolítico
CXL	19001	Lombo do Pedço	Arte rupestre	Pinheiro Novo	Indeterminado
CXLI	19000	Castrilhão de Pinheiro Novo	Povoado fortificado	Pinheiro Novo	Indeterminado
CXLII	28615	Antas	Oficina	Pinheiro Novo	Indeterminado
CXLIII	18165	Lagoa de Cisterna	Necrópole	Quirás	Idade Média
CXLIV	1605	Castro da Cisterna/Vila de Souane	Povoado fortificado	Quirás	Idade do Ferro
CXLV	18994	Avessada	Monumento megalítico	Pinheiro Novo	Neo-Calcolítico
CXLVI	18995	Fraga das Cruzes	Arte rupestre	Pinheiro Novo	Indeterminado
CXLVII	19004	Fraga do Sarilho	Arte rupestre	Pinheiro Novo	Indeterminado
CXLVIII	19003	Antas	Indeterminado	Pinheiro Novo	Neo-Calcolítico
CXLIX	28614	Alvaredos	Oficina	Pinheiro Novo	Indeterminado
CL	28613	Monte da Igreja	Oficina	Pinheiro Novo	Indeterminado
CLI	20762	Sítio do Alto dos Malhões		Agrochão	Moderno

Fonte: IGESPAR

O Concelho de Vinhais reúne um conjunto bastante significativo de imóveis com valor patrimonial. Além do castelo, dos povoados fortificados, das igrejas, das capelas, dos solares, das casas tradicionais, etc., destacam-se ainda, alguns sítios e conjuntos de interesse, com potencialidades para que se assumam como uma mais-valia e como um atractivo turístico do Concelho.

Algumas freguesias de Vinhais já assumem uma maior preocupação no que diz respeito preservação e valorização do espólio arquitectónico, muito embora existam alguns imóveis que parecem esquecidos. Deverá estruturar-se uma estratégia de intervenção para o concelho de Vinhais que permita um desenvolvimento equilibrado, sustentado e harmonioso dos aglomerados, promovendo a requalificação da imagem urbana e a salvaguarda do património. A Câmara Municipal de Vinhais deverá assumir um papel de destaque neste processo, designadamente no sentido de sensibilizar a população para a necessidade de promover valores que constituem uma das mais-valias do concelho.

6. REDE URBANA

6.1 HIERARQUIA DOS AGLOMERADOS

6.1.1 Introdução

No âmbito da legislação vigente (Decreto-Lei n.º 380/99, de 22 de Setembro, alterado pelo DL n.º 310/2003, de 10 de Dezembro) “o Plano Director Municipal define um modelo de organização municipal do território, nomeadamente estabelecendo b) A definição e caracterização da área de intervenção identificando as redes urbana, viária, de transportes e de equipamentos de educação, de saúde, de abastecimento público e de segurança, bem como os sistemas de telecomunicações, de abastecimento de energia, de captação, de tratamento e abastecimento de água, de drenagem e tratamento de efluentes e de recolha, de depósito e tratamento de resíduos” (Art.º 85º, alínea b).

Mais à frente o mesmo diploma acrescenta: “A identificação e delimitação dos perímetros urbanos, com a definição do sistema urbano municipal” (idem, alínea h).

O estabelecimento de uma hierarquia de Centros Urbanos, no âmbito de um Plano Director Municipal, tem subjacente a necessidade de definição de um correcto zonamento e de uma adequada utilização e gestão do território abrangido, fomentando a melhoria das condições de vida dos habitantes. Com efeito, a definição da hierarquia dos Centros Urbanos de um concelho é fundamental enquanto instrumento que deverá servir de orientação à implantação espacial de equipamentos e de actividades económicas promotores de desenvolvimento e atenuadores das desigualdades espaciais, favorecendo o desenvolvimento de relações inter-centros e atenuando a actual dependência polarizadora das sedes concelhias.

Assim, a definição da hierarquia dos Centros Urbanos de um concelho deverá funcionar como a base para o seu desenvolvimento na medida em que deverá permitir a definição, para cada nível hierárquico proposto, da sua função de apoio às actividades económicas e de ponto de concentração de equipamentos colectivos, tendo em vista harmonizar níveis de conforto desejáveis.

Os Centros Urbanos são os que, além de servirem a economia local e a sua população residente, constituem centros dinamizadores para uma área de influência, em função dos postos de trabalho, dos equipamentos, dos serviços públicos e privados neles existentes, ou a criar, e que são localizados estrategicamente no espaço, representando aceitáveis níveis de acessibilidade.

A distribuição de bens pressupõe contactos frequentes com outros centros. A ligação entre os vários centros, feita por um conjunto de fluxos (pessoas, mercadorias, capitais, informação), permite constituir uma rede.

Chama-se rede urbana, ou sistema urbano, ao conjunto de centros e respectivas áreas de influência ligados por relações hierárquicas de dependência.

O nível de cada centro é determinado pelo nível de funções nele existentes e, geralmente, a importância funcional de um centro é proporcional ao número dos seus habitantes.

Na dependência directa, na definição do nível hierárquico, está a centralidade (medida pela distância) de cada lugar, em relação à população que serve e são as actividades terciárias (comércio e serviços), as que possuem maiores requisitos de centralidade.

A diferenciação de níveis hierárquicos de centros reflecte, essencialmente, a periodicidade da procura pelos sectores económicos e pela população residente de equipamentos, serviços e bens. Assim: i) a procura diária de primeira necessidade deve ser satisfeita nos centros de centralidade inferior (centros básicos) e de fácil acesso; ii) a procura especializada e esporádica e/ou excepcional deve ser satisfeita nos centros hierarquicamente superiores.

A posição hierárquica de alguns centros é, muitas vezes, conferida pela sua importância administrativa que, por sua vez, obriga à ocorrência de equipamentos e serviços capazes de conferir uma certa capacidade atractiva e não tanto pelas dinâmicas demográficas existentes e/ou pela importância de outros indicadores de desenvolvimento.

6.1.2 Metodologia

Tendo em conta a estrutura do povoamento do concelho de Vinhais definiram-se, como critérios para a abordagem desta matéria, todos os Centros Urbanos sedes de freguesia e, todos os Centros Urbanos que possuem mais de 100 habitantes (segundo dados de 2001), que neste caso concreto, são os Centros Urbanos de Espinhoso, Nuzedo de Baixo, Sobreiro de Cima, Lagarelhos, Gestosa, Rio de Fornos, Valpaços e Passos.

Há um vasto conjunto de outros Centros Urbanos que não são considerados no âmbito dos indicadores que, por excelência, permitem determinar a hierarquia dos centros por serem conjuntos urbanos de reduzida dimensão, com fraca ou nula importância funcional mas, no entanto, possuem alguma expressão demográfica, têm representação gráfica à escala do Plano e delimitação de perímetro urbano. Constituem, desde já, o último nível da hierarquia urbana e serão designados de “restantes Centros Urbanos”.

Os indicadores utilizados na determinação da hierarquia dos Centros Urbanos foram:

- Dimensão Demográfica;
- Funções Centrais do Sector Privado;
- Funções Centrais do Sector Público.

Apresentam-se de seguida as definições das expressões utilizadas ao nível da dinâmica funcional, nomeadamente:

- Centro Urbano ou Lugar Central - lugar (aglomerado) onde se localiza uma, ou mais, funções centrais;
- Função Central - tipo de empresa comercial ou de serviços que exerce a sua actividade a partir de um ponto central relativamente à população que serve;
- Unidade funcional - cada unidade da função central.

Os dados das funções centrais do sector privado (unidades de comércio e serviços), bem como os do sector público, foram fornecidos pela Câmara Municipal e datam do primeiro trimestre de 2004.

6.1.3 Dimensão demográfica

Um dos primeiros indicadores a avaliar no âmbito da definição dos diferentes níveis hierárquicos dos centros urbanos é a dimensão demográfica. Com efeito, a diferenciação dos níveis hierárquicos dos lugares, pela importância das suas funções, está muito ligada à importância das funções demográficas dos próprios Centros Urbanos. Assim, a dinâmica do aparecimento de funções centrais relaciona-se com as flutuações populacionais.

Sendo certo que o concelho de Vinhais assistiu a um importante esvaziamento demográfico entre 1991 e 2001, tendo perdido cerca de 2081 pessoas (16,4%), só os centros urbanos de Vinhais (+12,5%), Sobreiro de Cima (+7,1%) e Montouto (+1,9%) conseguiram contrariar o contexto geral.

Os Centros Urbanos mais fortemente atingidos pela desertificação foram, em termos relativos, Mofreita (-54,6%), Pinheiro Novo (-40,7%), Santa Cruz (-35%) e Quirás (-34,8%). Em termos absolutos, os Centros Urbanos que mais sentiram o abandono foram Rebordelo (menos 189 pessoas) e Ervedosa (menos 134 pessoas).

Quadro 49: Evolução da População, por centro urbano, entre 1991 e 2001

Centros Urbanos	População 1991	População 2001		Taxa de Variação 1991/2001 (%)
		n.º	Peso no total concelho (%)	
Agrochão	373	293	2,8	-21,4
Alvaredos	117	83	0,8	-29,1
Candedo	145	117	1,1	-19,3
Celas	210	170	1,6	-19,0
Curopos	152	138	1,3	-9,2
Edral	139	127	1,2	-8,6
Edrosa	163	132	1,2	-19,0
Ervedosa	442	308	2,9	-30,3
Espinhoso (Candedo)	322	243	2,3	-24,5
Fresulfe	90	68	0,6	-24,4
Gestosa (Vilar Seco da Lomba)	121	117	1,1	-3,3

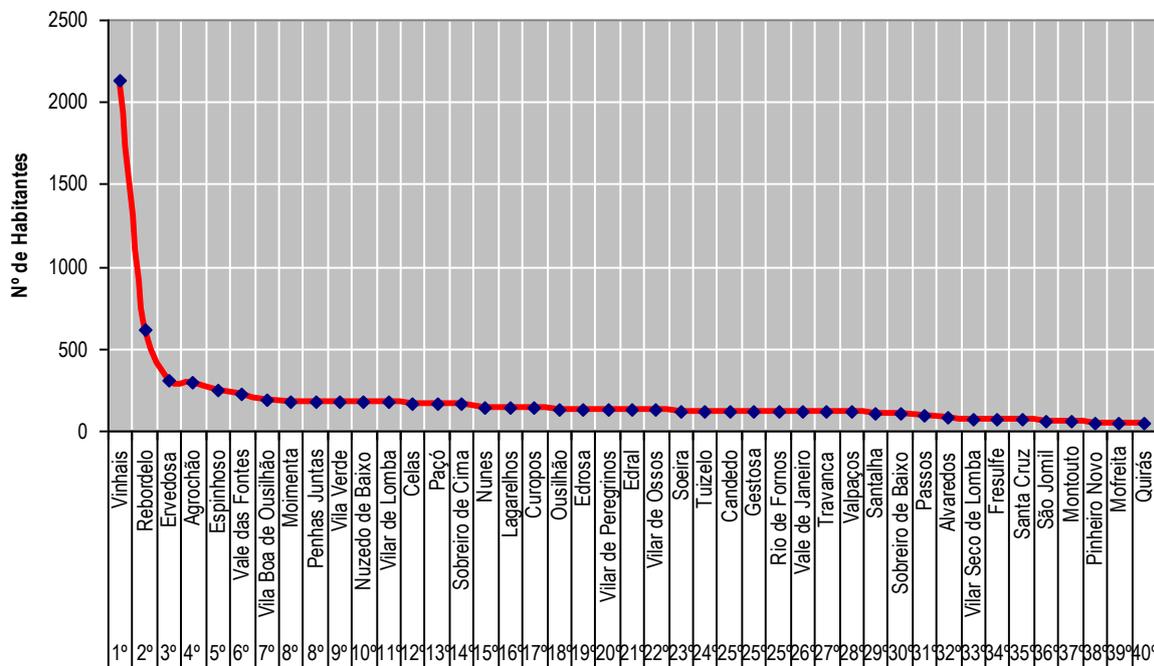
Centros Urbanos	População 1991	População 2001		Taxa de Variação 1991/2001 (%)
		n.º	Peso no total concelho (%)	
Lagarelhos (Vilar de Ossos)	185	142	1,3	-23,2
Mofreita	97	44	0,4	-54,6
Moimenta	249	182	1,7	-26,9
Montouto	54	55	0,5	1,9
Nunes	151	144	1,4	-4,6
Nuzedo de Baixo (V. Fontes)	209	174	1,6	-16,7
Ousilhão	193	135	1,3	-30,1
Paçó	171	166	1,6	-2,9
Passos (V.Seco da Lomba)	138	100	0,9	-27,5
Penhas Juntas	249	182	1,7	-26,9
Pinheiro Novo	86	51	0,5	-40,7
Quirás	66	43	0,4	-34,8
Rebordelo	807	618	5,8	-23,4
Rio de Fornos (Vinhais)	134	117	1,1	-12,7
Santa Cruz	103	67	0,6	-35,0
Santalha	151	112	1,1	-25,8
São Jumil	88	62	0,6	-29,5
Sobreiro de Baixo	118	102	1,0	-13,6
Sobreiro de Cima (S. de Baixo)	154	165	1,5	7,1
Soeira	148	120	1,1	-18,9
Travanca	150	115	1,1	-23,3
Tuizelo	163	118	1,1	-27,6
Vale das Fontes	278	230	2,2	-17,3
Vale de Janeiro	137	116	1,1	-15,3
Valpaços (Curopos)	155	114	1,1	-26,5
Vila Boa de Ousilhão	201	186	1,7	-7,5
Vila Verde	196	176	1,7	-10,2
Vilar de Lomba	187	172	1,6	-8,0
Vilar de Ossos	145	125	1,2	-13,8
Vilar de Peregrinos	174	129	1,2	-25,9
Vilar Seco de Lomba	98	75	0,7	-23,5
Vinhais	1892	2128	20,0	12,5

Fonte: Recenseamentos Gerais da População, 1991 e 2001, INE

Os 43 Centros Urbanos analisados no âmbito desta abordagem representavam 78% da população concelhia em 2001, destacando-se claramente, a vila de Vinhais como o mais importante pólo demográfico, por representar 20% da população total do concelho, seguida por Rebordelo (5,8%) e depois por um conjunto de Centros Urbanos com pesos muito idênticos, mas já bastante distanciados (Ervedosa - 2,9%; Agrochão - 2,8%, Espinhoso - 2,3% e Vale das Fontes - 2,2%).

O escalonamento dos Centros Urbanos em função do seu volume demográfico é o que se apresenta na Figura e Quadro seguintes.

Figura 29: Curva de Zipf - Escalonamento Urbano (Dimensão demográfica dos Centros Urbanos do concelho de Vinhais, em 2001)



Fonte: INE-Portugal, XIV Recenseamento Geral da População, 2001

Quadro 50: Número de Ordem dos Centros Urbanos, de acordo com a sua Dimensão Demográfica, em 2001

N.º de Ordem	Centros Urbanos	População 2001
1º	Vinhais	2128
2º	Rebordelo	618
3º	Ervedosa	308
4º	Agrochão	293
5º	Espinhoso	243
6º	Vale das Fontes	230
7º	Vila Boa de Ousilhão	186
8º	Moimenta	182
8º	Penhas Juntas	182
9º	Vila Verde	176
10º	Nuzedo de Baixo	174
11º	Vilar de Lomba	172
12º	Celas	170
13º	Paçó	166
14º	Sobreiro de Cima	165
15º	Nunes	144
16º	Lagarelhos	142
17º	Curopos	138
18º	Ousilhão	135
19º	Edrosa	132
20º	Vilar de Peregrinos	129
21º	Edral	127
22º	Vilar de Ossos	125

N.º de Ordem	Centros Urbanos	População 2001
23º	Soeira	120
24º	Tuizelo	118
25º	Candedo	117
25º	Gestosa	117
25º	Rio de Fornos	117
26º	Vale de Janeiro	116
27º	Travanca	115
28º	Valpaços	114
29º	Santalha	112
30º	Sobreiro de Baixo	102
31º	Passos	100
32º	Alvaredos	83
33º	Vilar Seco de Lomba	75
34º	Fresulfe	68
35º	Santa Cruz	67
36º	São Jumil	62
37º	Montouto	55
38º	Pinheiro Novo	51
39º	Mofreita	44
40º	Quirás	43

Fonte: INE-Portugal , XIV Recenseamento Geral da População, 2001

6.1.4 Funções Centrais do Sector Privado

O escalonamento urbano de uma rede de centros, tendo por base unicamente as dinâmicas demográficas, resultaria incompleto, se não fosse analisada a situação dos núcleos urbanos ao nível da oferta de bens, serviços e equipamentos, quer do sector privado, quer do sector público.

As funções centrais que representam o resultado da iniciativa empresarial de entidades privadas (indivíduos e grupos económicos) assumem-se como os grandes indicadores da dinâmica funcional de cada centro. Esta imagem resulta da grande flexibilidade da iniciativa privada que se adapta com certa facilidade e rapidez às variações e às potencialidades de cada lugar em termos de importância demográfica e económica.

Consideram-se funções centrais do sector privado aquelas que se referem sobretudo a serviços e unidades comerciais retalhistas. A sua localização dependerá da existência de uma procura que as justifique.

A análise funcional teve como suporte a quantificação das funções centrais e das unidades funcionais que se encontram sistematizadas no quadro seguinte:

Quadro 51: Número de Unidades Funcionais por Função Central do sector privado e por centro urbano, em 2004

Centro Urbano Função Central	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15
Mercearia/Taberna	3			2	2	1		2			1	1			
Mercearia/Mini-mercado	1	1				1			2			1		2	
Talho	1														
Peixaria									2						
Padaria					2						1				
Café/Pastelaria	3		2	3		2	2	1	3		1		1	2	
Restaurante					1				1					1	
Comércio Misto									3						
Barbeiro									2						
Carpintaria/Serralharia								1			1	1			
Materiais de Construção						1			3						
Electrodomésticos									1		1				
Material eléctrico									1						
Móveis e decorações						1									
Bar/Discooteca									1						
Seguros	1								1						
Táxi	2			1		1	1	1	1	1				1	
Posto telefónico	1	1	1	1	1	1		1		1	1	1	1	1	1
Posto de Correio	1														
Bomba Gasolina	1					1									
Total Unid. Funcionais	14	2	3	7	6	9	3	6	21	2	6	4	2	7	1
Total Funções Centrais	9	2	2	4	4	8	2	5	12	2	6	4	2	5	1

1 - Agrochão 4 - Celas 7 - Edrosa 10 - Fresulfe 13- Mofreita
 2 - Alvaredos 5 - Curopos 8 - Ervedosa 11 - Gestosa 14- Moimenta
 3 - Candedo 6 - Edral 9 - Espinhoso 12 - Lagarelhos 15- Montouto

Fonte: Câmara Municipal de Vinhais

Quadro 52: Número de Unidades Funcionais por Função Central do sector privado e por centro urbano, em 2004 (continuação)

Centro Urbano Função Central	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30
Mercearia/Taberna	1		1	1		2					1	2			1
Mercearia/Mini-mercado		1					1		4				1	1	
Supermercado									4						
Talho									3						
Café/Pastelaria		1		2	1	2		1	9	1	1	1			
Restaurante									3						
Comércio Misto					1				1						
Cabeleireiro									1						
Jornais/Revistas									1						
Carpintaria/Serralharia									2						1
Materiais de Construção						1			1						
Electrodomésticos									2						
Material eléctrico									2						

Centro Urbano															
Função Central	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30
Sapateiro									1						
Oficina Automóv./Motos		1				1			2						
Móveis e decorações						1			2						
Pronto-a-Vestir									1						
Sapataria									1						
Residencial									1						
Farmácia									1						
Médico									1						
Banco									1						
Seguros									2						
Taxi	1		1	1		1	1	1	2						
Posto telefónico	1	1	1	1	1	1	1	1	2	1	1	1	1	1	1
Estação de Correios									1						
Posto de Correio									1						
Bomba Gasolina									1						
Lagares de Azeite									2						
Adega Cooperativa									1						
Total Unid. Funcionais	3	4	3	5	3	9	3	3	87	2	3	4	2	2	3
Total Funções Centrais	3	4	3	4	3	7	3	3	29	2	3	3	2	2	3

16- Nunes
17- Nuzedo de Baixo
18- Ousilhão

19 - Paçó
20 - Passos
21 - Penhas Juntas

22 - Pinheiro Novo
23 - Quirás
24 - Rebordelo

25 - Rio de Forno
26- Santa Cruz
27- Santalha

28- São Jumil
29- Sobreiro de Baixo
30- Sobreiro de Cima

Fonte: Câmara Municipal de Vinhais

Quadro 53: Número de Unidades Funcionais por Função Central do sector privado e por centro urbano, em 2004 (conclusão)

Centro Urbano													
Função Central	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40	41	42	43
Mercearia/Taberna	1	1	1	2		1	2	1			1		1
Mercearia/Mini-mercado								1	1				9
Supermercado													5
Talho								1					9
Padaria													2
Café/Pastelaria			2		1	1	1	1	3				21
Restaurante													13
Comércio Misto								1					6
Barbeiro													2
Cabeleireiro													5
Lavandaria													1
Florista													2
Papelaria													2
Jornais/Revistas													1
Carpintaria/Serralharia		1		1				1					
Materiais de Construção													3
Electrodomésticos													5
Material eléctrico													1
Sapateiro													2
Oficina Automóv./Motos													12
Fotógrafo													2

Centro Urbano	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40	41	42	43
Função Central													
Móveis e decorações													3
Ourivesaria													3
Pronto-a-vestir													9
Sapataria													2
Bar/Discoteca												1	2
Escola de Condução													1
Pensão													4
Residencial													1
Farmácia													2
Médico													3
Banco													4
Advogados													5
Seguros													7
Táxi			1				1	1			1	1	5
Posto telefónico	1		1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	3
Estação de Correios													1
Posto de Correio		1											1
Bomba Gasolina													3
Serração de madeiras			1	1		1							
Total Unid. Funcionais	2	3	6	5	2	4	5	8	4	1	3	3	163
Total Funções Centrais	2	3	5	4	2	4	4	8	3	1	3	3	38

31 - Soeira 35 - Vale de Janeiro 39 - Vilar de Lomba 43 - Vinhais
32 - Travanca 36 - Valpaços 40 - Vilar de Ossos
33 - Tuizelo 37 - V. Boa de Ousilhão 41 - Vilar de Peregrinos
34 - Vale das Fontes 38 - Vila Verde 42 - Vilar Seco de Lomba

Fonte: Câmara Municipal de Vinhais

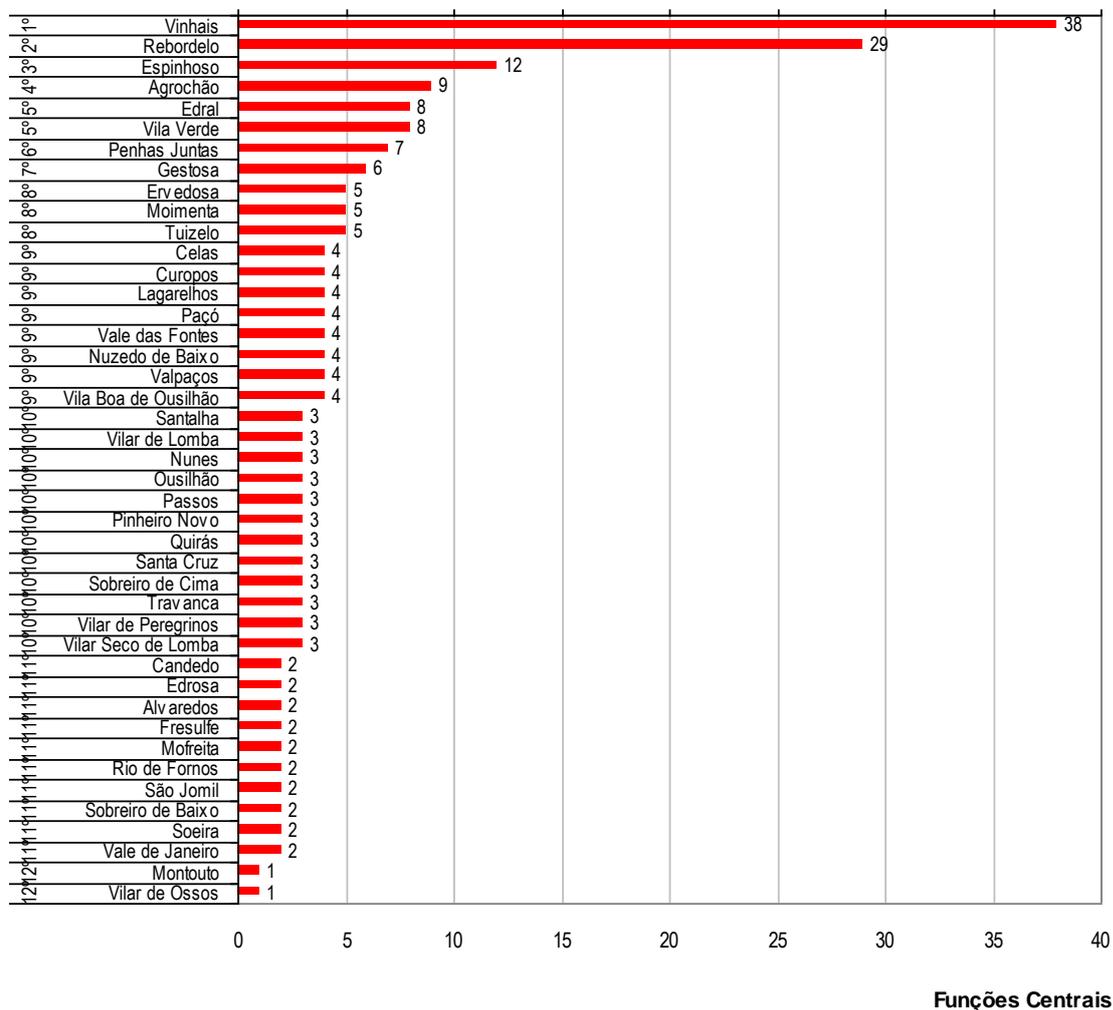
Quadro 54: Número de Ordem dos Centros Urbanos, de acordo com as Funções Centrais do Sector Privado, em 2004

N.º de Ordem	Centros Urbanos	Funções Centrais (F.C.)	Unidades Funcionais (U.F.)
1º	Vinhais	38	163
2º	Rebordelo	29	87
3º	Espinhoso	12	21
4º	Agrochão	9	14
5º	Edral	8	9
5º	Vila Verde	8	8
6º	Penhas Juntas	7	9
7º	Gestosa	6	6
8º	Ervedosa	5	6
8º	Moimenta	5	7
8º	Tuizelo	5	6
9º	Celas	4	7
9º	Curopos	4	6
9º	Lagarelhos	4	4
9º	Paçó	4	5
9º	Vale das Fontes	4	5
9º	Nuzedo de Baixo	4	4
9º	Valpaços	4	4

N.º de Ordem	Centros Urbanos	Funções Centrais (F.C.)	Unidades Funcionais (U.F.)
9º	Vila Boa de Ousilhão	4	5
10º	Santalha	3	4
10º	Vilar de Lomba	3	4
10º	Nunes	3	3
10º	Ousilhão	3	3
10º	Passos	3	3
10º	Pinheiro Novo	3	3
10º	Quirás	3	3
10º	Santa Cruz	3	3
10º	Sobreiro de Cima	3	3
10º	Travanca	3	3
10º	Vilar de Peregrinos	3	3
10º	Vilar Seco de Lomba	3	3
11º	Candedo	2	3
11º	Edrosa	2	3
11º	Alvaredos	2	2
11º	Fresulfe	2	2
11º	Mofreita	2	2
11º	Rio de Fornos	2	2
11º	São Jumil	2	2
11º	Sobreiro de Baixo	2	2
11º	Soeira	2	2
11º	Vale de Janeiro	2	2
12º	Montouto	1	1
12º	Vilar de Ossos	1	1

Fonte: Câmara Municipal de Vinhais

Figura 30: Hierarquia dos Centros Urbanos, de acordo com as Funções Centrais do Sector Privado, em 2004



Fonte: Câmara Municipal de Vinhais

6.1.5 Funções Centrais do Sector Público

As funções centrais do sector público são aquelas que dizem respeito essencialmente a serviços e equipamentos de uso colectivo, e, enquanto tal, possuem uma componente social muito importante. A sua localização depende maioritariamente de factores administrativos, muito embora esteja subjacente à sua localização a tentativa de racionalização económica dos investimentos públicos.

A caracterização funcional dos centros pela ocorrência de equipamentos colectivos transmite frequentemente uma imagem desajustada da importância real do lugar central. Muito facilmente se pode constatar a existência de casos em que a dinâmica demográfica e sócio-económica de um centro não corresponde ao nível de equipamentos públicos existentes, quer por defeito, quer por excesso. Daí que a análise dos Centros Urbanos pela ocorrência de funções centrais do sector privado, deva ser feita em conjunto com as funções centrais do sector público.

Nesta análise não se consideraram os serviços públicos porque, dadas as características do concelho, a sua quase totalidade se localiza na sede concelhia.

A dotação de equipamentos sociais do concelho de Vinhais colocará, naturalmente, a sede concelhia em primeiro plano, bastante destacada dos restantes Centros Urbanos.

A ocorrência de funções centrais do sector público, por centro urbano, está representada no Quadro seguinte:

Quadro 55: Funções Centrais do Sector Público, por centro urbano, em 2004

	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15
ENSINO															
Pré-escolar	•			•				•						•	
EB 1º ciclo	•			•	•	•	•	•	•		•	•		•	
EBM 2º ciclo				•				•							
SAÚDE															
Extensão C. Saúde	•				•		•	•			•			•	
ACÇÃO SOCIAL															
Lar da 3ª Idade	•														
Centro de Dia	•							•							
DESPORTO															
Pequeno Campo Jogos													•		
Grande Campo Jogos	•		•	•	•	•	•	•	•		•			•	•
CULTURA															
Museu	•														
Associação	•	•	•		•	•		•	•				•	•	
Total de Funções Centrais	8	1	2	4	4	3	3	7	3	0	3	1	2	5	1

● Assinala a existência de uma Função Central, independentemente se existe apenas uma ou mais unidades.

1 - Agrochão	4 - Celas	7 - Edrosa	10 - Fresulfe	13- Mofreita
2 - Alvaredos	5 - Curopos	8 - Ervedosa	11 - Gestosa	14- Moimenta
3 - Candedo	6 - Edral	9 - Espinhoso	12 - Lagarelhos	15- Montouto

Fonte: Câmara Municipal de Vinhais

Quadro 56: Funções Centrais do Sector Público, por centro urbano, em 2004 (continuação)

	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30 *
ENSINO															
Pré-escolar									•						
EB 1º ciclo	•	•		•	•	•			•				•		•
EBM 2º ciclo									•			•			
SAÚDE															
Extensão C. Saúde				•		•	•		•						
DESPORTO															
Grande Campo Jogos		•	•	•		•			•		•	•	•	•	•
CULTURA															
Associação		•	•	•	•			•	•		•	•		•	•
PREV. SEGURANÇA															
GNR									•						
Total de Funções Centrais	1	3	2	4	2	3	1	1	7	0	2	3	2	2	3

● Assinala a existência de uma Função Central, independentemente se existe apenas uma ou mais unidades.

16- Nunes	19 - Paçó	22 - Pinheiro Novo	25 - Rio de Forno	28- São Jumil
17- Nuzedo de Baixo	20 - Passos	23 - Quirás	26- Santa Cruz	29- Sobreiro de Baixo
18- Ousilhão	21 - Penhas Juntas	24 - Rebordelo	27- Santalha	30- Sobreiro de Cima

Fonte: Câmara Municipal de Vinhais

Quadro 57: Funções Centrais do Sector Público, por centro urbano, em 2004 (conclusão)

	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40	41	42	43
ENSINO													
Pré-escolar				•					•				•
EB 1º ciclo		•	•	•	•		•		•	•	•		•
EB 2º/3º ciclos													•
ES/3º Ciclo													•
EBM 2º ciclo				•					•			•	
SAÚDE													
Centro de Saúde													•
Sub -Extensão C. Saúde											•		
Farmácia													•
ACÇÃO SOCIAL													
Creche													•
ATL													•
Lar da 3ª Idade													•
Centro de Dia													•
DESPORTO													
Pequeno campo Jogos		•											•
Grande Campo Jogos	•	•	•	•	•		•	•	•	•	•		•
Pavilhão/Sala Desporto													•
Piscina													•
CULTURA													
Salas de Espectáculos													•
Salão de Festas													•
Museu													•
Posto de Turismo													•

	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40	41	42	43
Rádio Local													•
Associação		•		•	•	•	•	•					•
PREV. SEGURANÇA													
Bombeiros													•
GNR													•
Total de Funções Centrais	1	4	2	5	3	1	3	2	4	2	3	1	22

- Assinala a existência de uma Função Central, independentemente se existe apenas uma ou mais unidades.

31 - Soeira	35 - Vale de Janeiro	39 - Vilar de Lomba	43 - Vinhais
32 - Travanca	36 - Valpaços	40 - Vilar de Ossos	
33 - Tuizelo	37 - V. Boa de Ousilhão	41 - Vilar de Peregrinos	
34 - Vale das Fontes	38 - Vila Verde	42 - Vilar Seco de Lomba	

Fonte: Câmara Municipal de Vinhais

No quadro seguinte encontram-se ordenados os Centros Urbanos de acordo com a sua dotação ao nível das funções centrais do sector público (equipamentos colectivos).

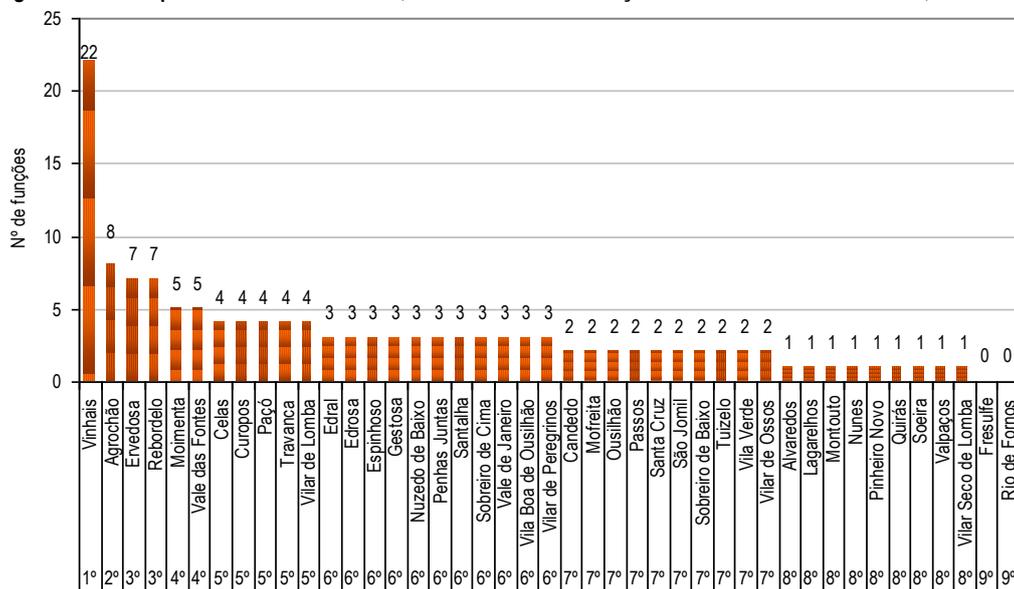
Quadro 58: Número de ordem dos Centros Urbanos, de acordo com as Funções Centrais do Sector Público, em 2004

N.º de Ordem	Centros Urbanos	Funções Centrais (F.C.)
1º	Vinhais	22
2º	Agrochão	8
3º	Ervedosa	7
3º	Rebordelo	7
4º	Moimenta	5
4º	Vale das Fontes	5
5º	Celas	4
5º	Curopos	4
5º	Paçó	4
5º	Travanca	4
5º	Vilar de Lomba	4
6º	Edral	3
6º	Edrosa	3
6º	Espinhoso	3
6º	Gestosa	3
6º	Nuzedo de Baixo	3
6º	Penhas Juntas	3
6º	Santalha	3
6º	Sobreiro de Cima	3
6º	Vale de Janeiro	3
6º	Vila Boa de Ousilhão	3
6º	Vilar de Peregrinos	3
7º	Candedo	2
7º	Mofreita	2
7º	Ousilhão	2
7º	Passos	2
7º	Santa Cruz	2
7º	São Jumil	2
7º	Sobreiro de Baixo	2
7º	Tuizelo	2
7º	Vila Verde	2
7º	Vilar de Ossos	2
8º	Alvaredos	1
8º	Lagarelhos	1

N.º de Ordem	Centros Urbanos	Funções Centrais (F.C.)
8º	Montouto	1
8º	Nunes	1
8º	Pinheiro Novo	1
8º	Quirás	1
8º	Soeira	1
8º	Valpaços	1
8º	Vilar Seco de Lomba	1
9º	Fresulfe	0
9º	Rio de Fornos	0

Fonte: Câmara Municipal de Vinhais

Figura 31: Hierarquia dos Centros Urbanos, de acordo com as Funções Centrais do Sector Público, em 2004



Fonte: Câmara Municipal do Vinhais

6.1.6 Definição dos níveis hierárquicos

A primeira aproximação à hierarquia dos Centros Urbanos do concelho de Vinhais é a seguinte:

Níveis Hierárquicos	Hierarquia actual dos Centros Urbanos
1º Nível	Vinhais
2º Nível	Rebordelo
3º Nível	Agrochão Ervedosa Espinhoso Vale das Fontes Moimenta Vila Verde Penhas Juntas Edral Gestosa
4º Nível	Vila Boa de Ousilhão Nuzedo de Baixo

Níveis Hierárquicos	Hierarquia actual dos Centros Urbanos
4º Nível	Vilar de Peregrinos
	Tuizelo
	Celas
	Curopos
	Paçó
	Vilar de Lomba
	Lagarelhos
	Sobreiro de Cima
	Nunes
	Santalha
	Valpaços
	Ousilhão
	Travanca
	Passos
	Edrosa
	Candedo
	Vale de Janeiro
	Sobreiro de Baixo
	Vilar Seco de Lomba
	Santa Cruz
Pinheiro Novo	
Quirás	
Rio de Fornos	
Alvaredos	
Mofreita	
São Jumil	
Soeira	
Vilar de Ossos	
Fresulfe	
Montouto	
5º Nível	Restantes Centros Urbanos

O **Nível I** é constituído pela sede concelhia – **Vinhais**, facto que decorre, em primeiro plano, da sua importância administrativa, sendo polarizadora de todo o funcionamento municipal, pois é aqui que se concentram o comércio e serviços privados e os equipamentos colectivos e serviços públicos de nível superior, estando direccionada para servir uma procura especializada e esporádica. Presentemente, possui 2128 residentes, e detém 38 funções centrais do sector privado e 163 unidades funcionais, assim como 22 funções centrais do sector público.

O **Nível II** é constituído por **Rebordelo** que, à excepção das funções centrais do sector público (equipamentos sociais) e funções administrativas (serviços públicos), funciona, para muitas funções privadas e públicas como alternativa à sede de concelho. Este centro urbano possui uma dimensão populacional assinalável no contexto concelhio (618 habitantes), bem como um desenvolvimento substancial ao nível das funções comerciais, de serviços e de equipamentos colectivos. Detém 29 funções centrais do sector privado e 87 unidades funcionais, assim como 7 funções centrais do sector público.

O **Nível III** é constituído pelos Centros Urbanos de **Agrochão, Ervedosa, Espinhoso, Vale das Fontes, Moimenta, Vila Verde, Penhas Juntas, Edral e Gestosa**. Estes centros encontram-se num nível intermédio, entre Rebordelo e os restantes centros urbanos, por possuírem um volume populacional considerável, no contexto concelhio (à excepção de Gestosa) e também um nível de dotação funcional superior que os diferencia do nível seguinte. Nestes centros a população oscila entre 308 e os 127 residentes, as funções centrais do sector privado variam entre as 12 e as 4 funções centrais e as funções privadas do sector público entre as 8 e as 2 funções centrais.

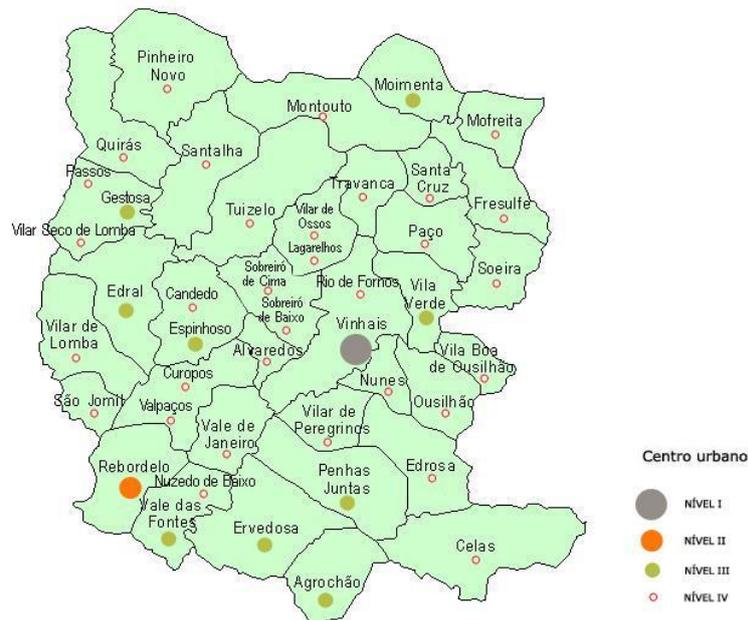
O **Nível IV** é constituído pelos centros urbanos de **Vila Boa de Ousilhão, Nuzedo de Baixo, Vilar de Peregrinos, Tuizelo, Celas, Curopos, Paçó, Vilar de Lomba, Lagarelhos, Sobreiro de Cima, Nunes, Santalha, Valpaços, Ousilhão, Travanca, Passos, Edrosa, Candedo, Vale de Janeiro, Sobreiro de Baixo, Vilar Seco de Lomba, Santa Cruz, Pinheiro Novo, Quirás, Rio de Fornos, Alvaredos, Mofreita, São Jumil, Soeira, Vilar de Ossos, Fresulfe e Montouto**, centros urbanos que são caracterizados, por uma fraca importância funcional. As funções existentes neste nível são, na sua maioria, as que servem uma procura diária e local (mercearia, café, táxi, etc.) e os equipamentos colectivos que possuem são do nível mais básico, como por exemplo o campo de futebol, a associação, etc.

O **Nível V** é constituído por **Restantes Centros Urbanos** de reduzida dimensão, com fraca ou nula dinâmica funcional, mas com alguma expressão demográfica e dimensão territorial à escala do Plano, sendo delimitados por perímetro urbano.

Sendo esta a hierarquia urbana actual, está apta a sofrer alterações decorrentes da evolução e discussão das propostas apresentadas e a apresentar, sobretudo a nível urbanístico e de infraestruturas viárias, **podendo vir a configurar-se uma nova hierarquia, em função, não só dos aspectos referidos, mas também da própria estratégia de desenvolvimento, a definir para o concelho.**

Na proposta final estará sempre presente a importância da hierarquização dos Centros Urbanos enquanto estrutura orientadora da implantação espacial de equipamentos colectivos e de actividades económicas promotoras de desenvolvimento e atenuadoras das desigualdades espaciais. Neste sentido, é muito provável que a nova proposta venha a sugerir a junção dos actuais níveis 3 e 4, na perspectiva da sua dotação funcional e desenvolvimento futuros permitir a igualdade de oportunidades a todos os centros urbanos.

Figura 32: Rede Urbana do Concelho de Vinhais, 2004 (Hierarquia dos Centros Urbanos – Situação existente)



Fonte: Plural

6.2 ANÁLISE DA EVOLUÇÃO DOS AGLOMERADOS URBANOS

6.2.1 Considerações Gerais

Neste sub-capítulo pretende-se fazer uma análise da estrutura urbana concelhia, assim como, analisar a dinâmica construtiva e a evolução dos aglomerados à luz do Plano Director Municipal em vigor, tendo, ainda, em atenção o desenvolvimento dos sistemas construtivos e da linguagem arquitectónica. Desta forma, a componente seguinte constituirá, essencialmente, uma comparação entre a situação descrita no PDM em vigor e a avaliação que se fez no trabalho de levantamento.

Importa, antes de mais, perceber como se estrutura o povoamento na área do concelho de Vinhais.

Como se referiu no Capítulo 2 (Vinhais e o Contexto Regional), o concelho da Vinhais, situado no distrito da Bragança, confronta a Norte e Noroeste com Espanha, a Sul com Mirandela e Macedo de Cavaleiros, a Este com Bragança e a Oeste com Chaves e Valpaços, e engloba 34 freguesias predominantemente rurais e 1 mediamente urbana (Vinhais).

Como se sabe, a concentração da população num determinado território está directamente ligada às características geomorfológicas e biofísicas do território objecto de povoamento.

Situado no nordeste do distrito de Bragança, o concelho é atravessado, de Norte para Sudeste, pelo rio Tuela. Este rio, que nasce em Espanha, na serra del Marabón, constitui a linha de água mais importante de todo o território concelhio, e marca profundamente a paisagem das suas zonas nordeste, central e sudoeste. Para além do rio Tuela existem outras duas linhas de água importantes, que marcam a paisagem poente do concelho, e por isso merecem destaque, nomeadamente: o rio Rabaçal, que atravessa, de Norte para Sul a parte poente do concelho; e o rio Mente, paralelo ao Rabaçal, que limita em grande parte da sua extensão o concelho a Oeste, indo desaguar ao rio Rabaçal, a sudeste de São Jumil. Finalmente destaque para o rio Baceiro, que separa o concelho de Vinhais do de Bragança, a sul da Soeira e se junta ao Tuela a Sudeste de Vila Verde e para o Rio Assureira, que atravessa o concelho na direcção Norte para Sudoeste, desaguardo no Rabaçal, a poente de Contim.

Fotografia 59: Rio Tuela



Toda o Norte de Portugal está integrado no Maciço Hespérico, uma extensa área constituída por rochas consolidadas essencialmente durante orogenia Hercínica, cujos últimos movimentos terão ocorrido provavelmente há 280 milhões de anos. Desta forma, excluindo algumas rochas básicas existentes nos maciços de Vinhais e Bragança, no essencial as litogias presentes são pouco variadas, tratando-se basicamente de xistos, grauvaques e granitos. Pontualmente, encontram-se alguns quartzitos que ajudam a definir alguns relevos (por exemplo, pequenas cristas quartzíticas em Trás-os-Montes).

O território do concelho encontra-se inserido na área da bacia hidrográfica do rio Douro. A região de Trás-os-Montes abarca duas zonas distintas vulgarmente designadas por Terra Fria e Terra Quente. A primeira, constituída pelas regiões montanhosas, acima da cota dos 500 metros, e pelo planalto transmontano, sendo caracterizada por um clima extremamente rigoroso. Aí abundam lameiros, castanheiros, criação de gado, etc. O vale do Douro, dos seus afluentes e algumas bacias tectónicas suficientemente deprimidas, com um clima semelhante aos vales encaixados dos planaltos (invernos menos rigorosos e verões secos), denominam-se Terra Quente. Nestas zonas medram culturas mediterrâneas como a vinha, a oliveira, a figueira, etc. A ocorrência no concelho da fusão de áreas tão díspares, permite um ênfase especial da riqueza paisagístico/cultural.

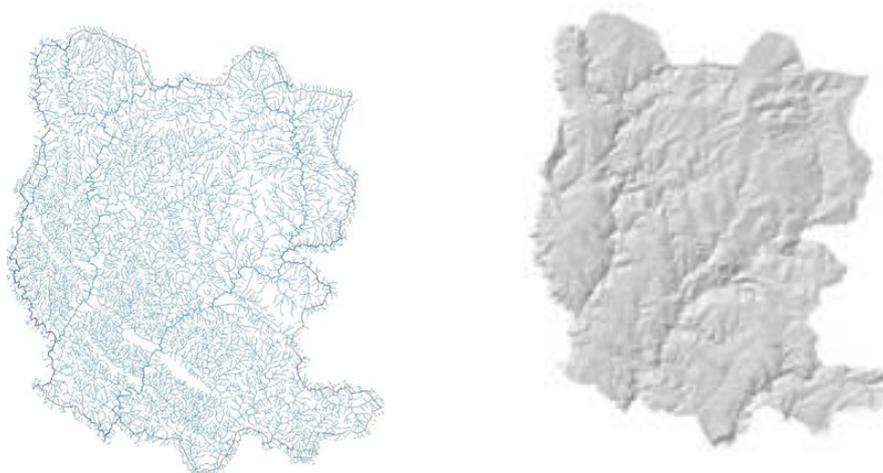
O planalto transmontano é constituído por blocos extensos desnivelados por acidentes tectónicos, gerador de um relevo “muito movimentado”. Na zona nordeste transmontana o arranque das montanhas faz-se a partir de interflúvios que rondam os 700 metros de altitude. Estas características conferem à área uma impressão de

maior platitude das formas e de maior regularidade do relevo, justificando, desta forma, a denominação de planalto transmontano.

Esta formação corresponde à Meseta Setentrional – superfície poligénica de aplanamento, que em Portugal ocorre nos dois lados da bacia do Douro, apresentando grandes diferenças de altitude entre os Maciços de Bragança-Morais (700 e 900 metros) e o Planalto Mirandês no extremo Nordeste do país.

As vertentes da serra da Coroa (Norte e Nordeste do concelho de Vinhais), que culmina a 1272 metros, seriam um rebordo de erosão. Desta forma seria um resto do nível cumiante da superfície da meseta. Esta serra, juntamente com a serra de Montesinho, formam o Parque Natural de Montesinho. A área do parque é dominada por xisto, com relevo arredondado, separados aqui e ali por vales encaixados

Figura 33: O concelho de Vinhais – hidrografia e orografia



Fonte: Plural

A existência de água e o relevo, foram factores que, à semelhança do que acontece em qualquer outro lugar, influenciaram decisivamente o estabelecimento da população.

No primeiro caso, a disponibilidade de uma fonte de água para consumo humano ou agrícola conduziu ao estabelecimento de aglomerados populacionais nas margens de linhas de água ou nas suas proximidades. Apesar das margens muito declivosas que caracterizam uma grande parte quer do Tuela, quer do Rabaçal, muitos aglomerados do concelho desenvolveram-se nas proximidades dos afluentes deste rios.

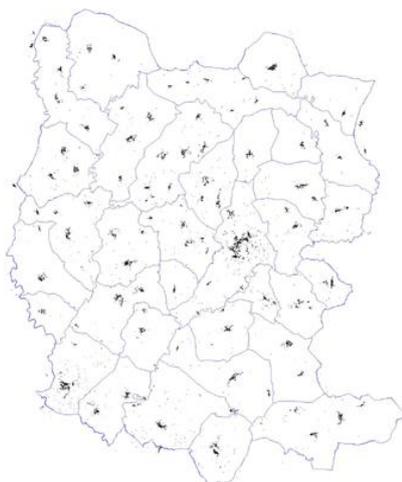
Já o factor relevo terá desempenhado um papel mais dicotómico na fixação das populações: se por um lado as zonas mais altas, escarpadas ou inacessíveis apresentavam dificuldades ao estabelecimento humano e à implantação das suas construções, razões estratégicas, como a necessidade de protecção e pelo facto de permitir alcançar toda a área envolvente conduziram frequentemente à colonização dessas zonas.

Assim, a procura de áreas mais ou menos elevadas, ou mais ou menos declivosas, variou com o tempo e com a estabilidade política da região, podendo dizer-se que, de forma geral, os povoamentos situados em zonas mais altas e de acessos difíceis, são mais antigos, e resultam, em grande medida, das primeiras colonizações. No concelho de Vinhais, no cimo de alguns montes subsistem ainda sinais relevantes de fortificações castrejas, muitas delas sobranceiras aos actuais aglomerados (Cidadelha, sobranceiro a Vinhais, Castro, junto à ribeira das Trutas, Seuanes, entre Vilarinho e Cisterna, Castrilhão, a Norte de Carvalhas, o castro de Soutelo, a Sudeste do aglomerado, o castro de Ousilhão, o castro do Cerro de Penhas Juntas, o Castelo Seixão em Seixas, o castro da Cigadonha a Sudeste de Gestosa, o castro do Lombeiro da Ponte, o castro de Sangemil, o castro de Ferreiros, o castro de Sandim, o castro de Casarelhos a Nordeste de Vilar de Ossos, por exemplo).

Posteriormente, com a necessidade de procurar campos férteis, a população desce à planície. Desta forma, as zonas mais baixas tornam-se verdadeiros centros colonizadores, surgindo delas os principais aglomerados urbanos.

Hoje em dia, uma grande percentagem da população distribui-se essencialmente pelos aglomerados do concelho de maior dimensão (1/3 da população do concelho concentra-se em 12 aglomerados das freguesias de Rebordelo, Vinhais e Tuizelo), sendo relativamente raras as situações de construções dispersas. No entanto o povoamento existente não apresenta as características típicas de um povoamento concentrado (pelo menos nos moldes que se verificam no Sul do país). Isto porque existe um grande número de povoados, sendo que, muitas vezes, estes se encontram relativamente próximos. Esta realidade é observada em alguns locais do concelho.

Figura 34: Rede Urbana do Concelho de Vinhais



Fonte: Plural

Apesar de ser comum afirmar-se que no concelho de Vinhais estão presentes mais de 90 povoações, para fugir a critérios subjectivos, e para efeitos do presente documento, apenas se considerou como aglomerado (ou povoação) um conjunto de 12, ou mais, edificações, minimamente próximas, com mais de 15 residentes (estes núcleos serão alvo de marcação de perímetro urbano).

Assim, a população do concelho distribui-se por 87 aglomerados¹⁰, sendo que destes, apenas Vinhais tinha, em 2001, mais de 1000 habitantes. Este aglomerado, não obstante ser, indubitavelmente, o mais importante do concelho, reúne apenas 22,4 da população, o que, apesar de ser uma percentagem significativa do total concelhio, bastante distanciado de qualquer outro aglomerado, é bastante inferior a outros concelhos do norte que geralmente concentram nos seus principais aglomerados (nomeadamente na sede do concelho) uma percentagem bastante maior do total da população. No caso de Vinhais, esta dispersão populacional explica-se pela existência de um elevado número de aglomerados urbanos de dimensão pequena que, pelo seu número, absorvem no cômputo geral, quantitativos populacionais assinaláveis, embora individualmente insignificativos. Refira-se, a título exemplificativo, que, em 2001, existiam, em Vinhais, 56 povoações com uma população inferior a 100 habitantes e 28 com uma população entre os 100 e os 199 habitantes.

A perda de população continuada a que se tem assistido, contrariada apenas na última década censitária pela sede de concelho (fruto da tendência de emigração dentro do próprio concelho), tem afectado sobremaneira os aglomerados rurais, com forte incidência nas suas zonas mais centrais onde algumas construções deixaram de ter as desejáveis condições de habitabilidade, provocando a sua desertificação progressiva e o abandono de diversos edifícios que detinham funções habitacionais ou que suportavam as actividades de subsistência da população.

Os dois meios de subsistência principais da região, a agricultura e pastorícia, obrigaram à pequena dimensão das aldeias. Desta forma a distância entre as terras cultivadas e as casas era encurtada. Razões defensivas (inicialmente), os factores climáticos, os fracos recursos naturais e o instinto social, e a atracção pela água, influenciaram a concentração das aldeias. Este tipo de povoamento subjugou para segundo plano aspectos tão importantes como uma boa exposição das habitações, a protecção contra ventos, etc.

Regra geral os aglomerados constituídos por pequenos grupos de habitações e conjuntos de construções que serviam a exploração agrícola familiar, fixaram-se em torno de fortificações, no alto dos cabeços, presos a flancos de serras, debruçados sobre terrenos agrícolas ou ao longo de vias de comunicação.

¹⁰Agrochão, Alvaredos, Candedo, Aboá, Espinhosos, Celas, Mós de Celas, Negreda, São Cibrão, Curopos, Valpaços, Edral, Brito de Lomba, Frades, Sandim, Edrosa, Melhe, Ervedosa, Falgueiras, Soutilha, Fresulfe, Dine, Mofreita, Moimenta, Montouto, Carvalhas, Casares, Cerdedo, Vilarinho das Touças, Nunes, Romariz, Ousilhão, Paço, Quintela, Penhas Juntas, Brito de Baixo, Eiras Maiores, Pinheiro Novo, Pinheiro Velho, Semande, Quirás, Cistema, Edroso, Vilarinho, Rebordelo, Santa Cruz, Santalha, Contim, Penso, Seixas, São Jupil, Sobreiró de Baixo, Caroeiras, Sobreiró de Cima, Soutelo, Soeira, Travanca, Tuizelo, Cabeça da Igreja, Cruz de Revelhe, Nuzedo de Cima, Peleias, Quadra, Salgueiros, Vale das Fontes, Nuzedo de Baixo, Minas de Nuzedo de Baixo, Vale de Janeiro, Maçaria, Vila Boa de Ousilhão, Vila Verde, Prada, Vilar de Lomba, Ferreiros, Vilar de Ossos, Lagarelhos, Zido, Vilar de Peregrinos, Cidões, Vilar Seco de Lomba, Gestosa, Passos, Vinhais, Ermida, Moaz, Rio de Fornos.

A estrutura urbana, tipicamente orgânica, toma por vezes uma forma radial ou concêntrica, tendo como ponto central o castelo, a igreja ou o largo da feira (muito pontualmente). As habitações são, maioritariamente, unifamiliares e os edifícios, nas zonas mais antigas, surgiram de forma espontânea e linear, permitindo o desencadear de arruamentos, que surgem estreitos e tortuosos, por vezes talhados nas rochas (Fotografia 60), adaptam-se à topografia do terreno, acautelando os terrenos mais férteis. Nos aglomerados de maior dimensão, o traçado das ruas, sem ser geométrico, é mais regular, terminando por vezes em largos e praças.

Os materiais de construção utilizados encontram razão de ser nas características geológicas e matérias primas existentes na região, destacando-se, naturalmente, o domínio do granito e do xisto.

Tal como os materiais utilizados na construção dos edifícios, a forma de povoamento e a tipologia da habitação enquadram-se nas condições geográficas, climáticas geológicas e agrícolas da região.

As zonas de expansão, desenvolveram-se, naturalmente, na periferia dos aglomerados, em torno dos conjuntos urbanos originais ou ao longo dos arruamentos e vias mais importantes, de forma geralmente dispersa. No entanto, parte das construções novas surgem no interior da estrutura urbana, associadas ao processo de renovação urbana, o que, em algumas situações, contribuí para a descaracterização dos aglomerados, tanto pela introdução de linguagens arquitectónicas importadas e distintas das locais, como pela utilização de materiais desadequados. Este aspecto predomina um pouco por todo o concelho, e está, de alguma forma, intimamente ligado ao elevado peso que a emigração assumiu até à década de 70.

Fotografia 60: Rua em Travanca



6.2.2 Dinâmica Construtiva e Estado de Conservação

O estado de conservação dos aglomerados não depende somente das condições de habitabilidade dos edifícios, mas também da qualidade estética do conjunto em que se inserem. Paradoxalmente, a melhoria nas condições de habitabilidade conduz, por vezes, à destruição arquitectónica de alguns núcleos primitivos dentro dos aglomerados. No concelho de Vinhais, esta situação verifica-se somente em determinados aglomerados, uma vez que a pressão construtiva, é reduzida.

Como já se referiu, em alguns casos, os núcleos mais antigos têm vindo a ser abandonados, ficando os edifícios votados ao abandono. É necessário implementar medidas que permitam inverter esta tendência, promovendo a recuperação destes imóveis, à luz dos parâmetros e das necessidades actuais, pois só assim se poderá evitar o abandono das zonas antigas e a redução da ocupação em áreas periféricas.

Como foi referido anteriormente, grande parte das edificações novas localizam-se, tendencialmente, nas zonas envolventes ao conjunto urbano, ao longo dos eixos viários, ou em alguns casos, como já se mencionou, em zonas centrais, correspondendo a operações de renovação urbana.

O estado de conservação dos edifícios é de difícil caracterização pois existem, pelo menos, duas realidades distintas: a parte mais antiga dos aglomerados, muitas vezes decadente e com construções votadas ao abandono, e as zonas de expansão (quando existem) com edifícios de construção recente e em melhor estado de conservação.

Fotografia 61: Casario tradicional abandonado
(Fresulfe)

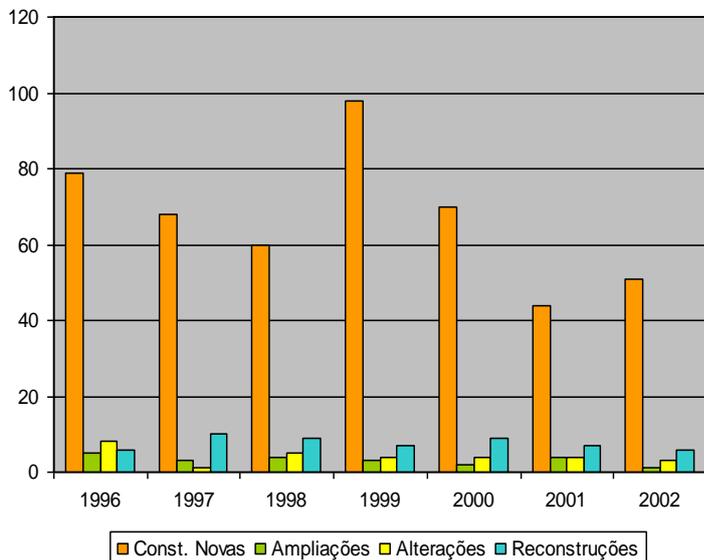


Fotografia 62: Casa típica recuperada
(Moimenta)



Procurou-se efectuar uma análise dos dados relativos às **intervenções efectuadas sobre o edificado**, entre 1993 e 2003. Para tal foram considerados os dados disponíveis no INE relativos às licenças concedidas pela Câmara Municipal para construção entre 1996 e 2002, segundo o tipo de obra, e as obras concluídas, segundo o tipo de obra, no mesmo período, bem como os dados fornecidos pela Câmara Municipal relativos aos licenciamentos de obras particulares entre, 1993 e 2003, por freguesia.

Figura 35: N.º Obras Concluídos, entre 1996 e 2003, no concelho de Vinhais

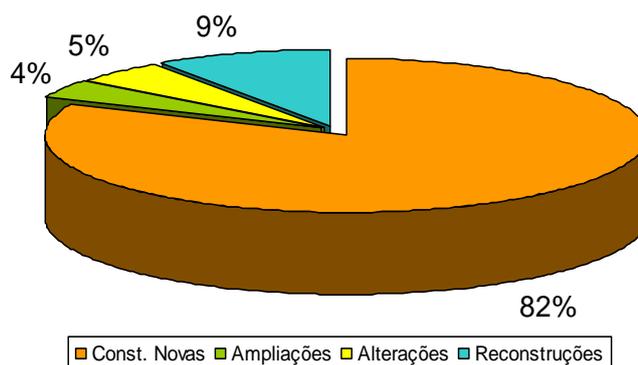


Fonte: Estatísticas da Construção de Edifícios. Tratamento de dados – Plural.

Uma análise simples ao gráfico apresentado na Figura 35 permite destacar as Construções Novas como o tipo de intervenção mais comum no concelho de Vinhais. O ano de 1999, foi o ano de conclusão da maior parte das obras. Nesse ano foram concluídas praticamente o dobro das obras (112), que no ano transacto (61). Desta forma, desde de 1999, que se tem observado uma queda, progressivamente mais acentuada, no total de obras. No entanto, de 2001 para 2002, observou-se um ligeiro aumento de construções novas, tendo as alterações e reconstruções diminuído ligeiramente.

A nível concelhio, e durante o período em análise, as Construções Novas representaram 82% das intervenções efectuadas, as Reconstruções 9%, as Alterações 5% e as Ampliações 4%. As Reconstruções ocupam ainda uma fatia pouco significativa no total de intervenções a nível concelhio. É de todo o interesse que sejam introduzidas de incentivo a este tipo de intervenção, uma vez que deverá ser entendida como um sinal positivo, a crescente preocupação com o património edificado. Este processo deverá ser acompanhado pelos Serviços Camarários, já que, não raras vezes (e à semelhança do que também acontece com as Ampliações e as Alterações) estas intervenções estão associadas à introdução de linguagens dissonantes nos edifícios alvo da intervenção.

Figura 36: Peso de cada tipo de intervenção no total de intervenções ocorridas (1993-2003)



Fonte: Estatísticas da Construção de Edifícios. Tratamento de dados – Plural.

Quadro 59: Licenciamento de Obras Particulares, por freguesia de 1993 a 2003

Freguesias	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	Totais	
												N.º	%
Agrochão	0	0	0	0	0	0	12	3	1	1	2	19	1.8
Alvaredos	0	0	1	0	0	0	4	2	0	0	0	7	0.7
Candedo	0	0	0	0	0	0	4	2	3	2	2	13	1.2
Celas	1	0	0	3	1	1	9	4	1	3	1	24	2.3
Curopos	0	2	4	3	8	4	5	9	7	8	5	55	5.2
Edral	3	1	1	4	4	1	2	4	2	4	0	26	2.5
Edrosa	0	0	0	0	0	0	1	1	4	4	0	10	0.9
Ervedosa	1	3	2	6	11	6	15	7	7	9	2	69	6.5
Fresulfe	0	0	0	0	0	0	1	0	0	3	1	5	0.5
Mofreita	0	0	0	0	0	0		1	0	0	0	1	0.1
Moimenta	0	0	0	2	2	1	2	0	1	3	0	11	1.04
Montouto	1	0	1	1	1	1	1	0	0	1	0	7	0.7
Nunes	1	0	5	3	0	2	5	1	4	6	0	27	2.5
Ousilhão	0	0	0	2	1	0	2	1	0	1	3	10	0.9
Paçó	0	1	2	0	0	1	5	2	0	3	3	17	1.6
Penhas Juntas	0	0	1	5	1	2	5	1	4	4	3	26	2.5
Pinheiro Novo	0	0	2	2	0	1	0	0	2	1	1	9	0.9
Quirás	0	1	1	1	1	0	5	1	0	2	0	12	1.1
Rebordelo	3	10	4	9	9	7	10	6	7	9	11	85	8.0
Santa Cruz	0	1	0	0	1	0	2	1	0	2	0	7	0.7
Santalha	0	0	0	0	0	0	5	2	6	3	3	19	1.8
São Jumil	0	0	0	0	0	0	0	1	1	0	0	2	0.2
Sobreiró de Baixo	2	0	1	5	4	4	8	3	7	1	4	39	3.7
Soeira	0	0	1	0	0	0	1	0	1	1	1	5	0.5
Travanca	0	1	0	0	2	1	1	1	2	2	2	12	1.1
Tuizelo	3	2	3	2	3	5	20	18	5	5	2	68	6.4
Vale das Fontes	3	1	2	6	4	1	4	5	7	2	4	39	3.7
Vale de Janeiro	0	0	0	0	0	0	3	0	1	0	2	6	0.6
Vila Boa de Ousilhão	0	1	2	0	0	0	1	0	0	0	1	5	0.5
Vila Verde	0	2	1	0	0	0	3	1	5	2	0	14	1.3
Vilar de Lomba	0	2	2	1	1	0	4	1	0	0	0	11	1.0
Vilar de Ossos	1	3	1	0	1	2	6	3	3	4	4	28	2.7
Vilar de Peregrinos	0	2	0	1	1	3	5	4	1	0	3	20	1.9
Vilar Seco de Lomba	1	2	2	1	0	0	3	8	1	1	2	21	2.0
Vinhais	6	19	19	22	28	9	52	47	33	44	53	332	31.3
Total	26	54	58	79	84	52	206	140	116	131	115	1061	100.0
(%)	2.5	5.1	5.5	7.5	7.9	4.9	19.4	13.2	10.9	12.4	10.9	100.00	

Fonte: Câmara Municipal de Vinhais

No Quadro 58, relativo ao licenciamento de obras particulares de 1993 a 2003 (dados fornecidos pela Câmara Municipal de Vinhais¹¹), observa-se, como é natural, que é para a sede de concelho que ocorrem a maior parte dos pedidos de licenciamento para a realização de obras particulares. Desta forma, 31% do total de solicitações ocorre na freguesia de Vinhais. Seguidamente, as duas freguesias que revelaram maior dinâmica construtiva foram Rebordelo e Ervedosa com 8% e 6.5%, respectivamente, dos pedidos de licenciamento. Das freguesias do concelho de que se dispõe informação, Mofreita e S. Jumil, são as que, nos últimos dez anos, menos pedidos de licenciamento apresentaram à Câmara Municipal.

Relativamente a valores absolutos, observou-se, desde 1993, um aumento do número de pedidos de licenciamento. Em 1998, registou-se uma inversão da tendência de diminuição do número de pedidos de licenciamento, seguindo-se dois anos de decréscimo. Em 2002, o número de licenças emitidas voltou a subir (2), sendo que em 2003 voltou a sofrer uma nova quebra.

6.2.3 Evolução Urbanística dos Aglomerados e Tipologias Arquitectónicas

A este nível far-se-á uma análise da estrutura urbana dos aglomerados, particularmente da sua evolução recente, identificando a posição de cada núcleo face às redes urbana e viária e identificando, sempre que possível, as áreas preferenciais de ocupação.

A estrutura urbana dos diversos aglomerados que constituem o concelho é, geralmente, semelhante, possuindo todos eles um núcleo mais antigo perfeitamente identificável e uma malha urbana bastante característica da época e das condições da sua formação, tal como foi já referido anteriormente.

O concelho de Vinhais, encontra-se numa região geologicamente dominada pelos xistos, com pequenos afloramentos de granito. Os aglomerados, integram-se perfeitamente pela sua implantação, forma e cor predominantes nas paisagens envolventes. Da silhueta de cada aglomerado, sobressai distintamente a torre da Igreja, geralmente em forma de campanário, acessível por uma escada exterior.

Em geral, as **habitações tradicionais** da região são de feição rude pobre e apresentam, na maioria das vezes, uma forma irregular, interdependendo-se umas das outras. São geralmente compostas por dois pisos, destinando-se o r/c ao gado (lojas) e o andar sobrado à habitação, sendo este piso acessível geralmente por uma escada de pedra exterior que culmina numa varanda. O telhado, de telha caleira ou, por vezes, de placas de lousa dispostas um pouco desordenadamente, é de duas ou quatro águas, raramente com chaminé. O material de construção é o xisto e por vezes o granito, dependendo do tipo de pedra mais abundante na zona, raramente aparelhado e quase nunca com argamassa ou reboco. (ainda que este tipo de intervenção seja comum em obras de “requalificação” das casas tradicionais).

¹¹ Não foram disponibilizados dados relativos às freguesias de Agrochão, de Candedo, da Edrosa, de Fresulfe de Santalha, de São Jomil e de Vale de Janeiro

No conjunto dos aglomerados do concelho, o xisto é predominante, à excepção dos **edifícios mais nobres**, como sejam as Igrejas, Capelas e as casas senhoriais. A cor predominante, para além da pedra, é o branco à volta dos vãos ou em toda a fachada principal. Por vezes, no topo da escada, aparece um patim coberto por um alpendre, ou uma varanda coberta com balaústre de madeira. É de salientar o uso da madeira nas ombreiras e padieiras das janelas e portas. Característica desta zona e também a casa com forno saliente de forma arredondada, além dos pombais, edifícios circulares com telhado de uma água e que, geralmente, aparecem espalhados pelas encostas ou mesmo no interior dos aglomerados.

Fotografia 63: Conjunto habitacional tradicional de 2 pisos e balcão alpendrado (Pinheiro Novo)



As argamassas e rebocos são de uso relativamente recente, posterior ao século XVII, só utilizadas nas casas senhoriais, pertença dos proprietários mais abastados, em Igrejas ou em edifícios de carácter religioso, como o convento de S. Francisco de Assis, datado do século XVIII. As casas solarengas, do século XVII, XVIII e XIX, são mais comuns nos aglomerados com maior expressividade. Neste concelho, para além dos edifícios existentes em Vinhais, encontram-se outros exemplos desta arquitectura erudita como seja a casa dos Condes de Vilar de Ossos. Estes solares, que nem sempre se integram nas correntes da arquitectura regional, distinguem-se pela sua dimensão e linguagem, com algumas influências do Barroco, traduzidas nos materiais utilizados, no trabalho da pedra em cantarias, cunhais, cornijas e no acabamento em rebocos caiados, que cobre as fachadas.

As igrejas e capelas do Concelho, também de feição mais erudita, são predominantemente de granito, muitas das vezes com as fachadas caiadas de branco, apresentando, no entanto, um traçado simples e robusto de raízes românicas.

As novas casas rurais são construídas em qualquer local. Surgem ao longo das vias que atravessam os aglomerados ou no centro dos mesmos. A feição destas casas nada tem a ver com a tradicional. Este processo não tem poupado as casas velhas, adulteradas ou simplesmente abandonadas.

Em grande parte dos aglomerados, os exemplos da arquitectura tradicional têm vindo a desaparecer, mutilados ou destruídos para dar lugar a construções novas, dissonantes, que descaracterizam o conjunto arquitectónico dos aglomerados.

A par destas remodelações sem critério (de que o aglomerado de Espinhoso e o interior da muralha de Vinhais, são exemplos), onde se acrescentam pisos e varandas com estrutura de betão armado, onde o xisto e o granito são rebocados e pintados com cores vivas, ou revestidos a azulejo, onde as portas, caixilharias e portadas de

madeira são substituídas pelo alumínio e pelo estore de plástico, assiste-se ao desmembrar dos limites dos aglomerados, com a construção desordenada ao longo das vias de comunicação e nos terrenos agrícolas, resultando na sistemática degradação da paisagem, e qualidade de vida.

Fotografia 64: Exemplar de construção recente e descaracterizada (Soutilha)



A casa “à emigrante” é o principal responsável por este crescimento descontrolado. Aparece geralmente na periferia dos aglomerados, em pequenos lotes isolados ou em loteamentos de pequena dimensão, mas sempre em lugar de destaque. As vias de acesso são o local preferencial para as novas ocupações de terreno.

Esta “tipologia” caracteriza-se pelo seu volume exagerado e desproporcionado, destacando-se assim da silhueta do aglomerado, por uma

anarquia formal, e pela utilização de materiais e cores não tradicionais.

São de referir também os edifícios de **habitação colectiva**, com 3 ou mais pisos, que surgem particularmente na vila de Vinhais e em Rebordelo e, quase sempre, são resultantes de intervenções efectuadas na segunda metade do século XX.

Fotografia 65: Edifícios de habitação colectiva (Vinhais)



Fotografia 66: Edifícios de habitação colectiva (Rebordelo)



Concluindo, pode-se dizer que os aglomerados, na generalidade, apresentam uma imagem de contraste entre a casa tradicional e a moradia unifamiliar de linguagem tantas vezes dissonante face ao contexto em que se insere. É importante focar, uma vez mais, o gradual abandono a que têm sido votados alguns edifícios tradicionais e nobres destes núcleos.

De seguida, e em resultado dos trabalhos de campo efectuados, da análise do PDM em vigor, dos dados fornecidos pela autarquia relativos às intervenções sobre o edificado (já referidos anteriormente) e dos Censos de 1991 e de 2001, pretende-se efectuar uma breve abordagem dos principais aspectos que caracterizam a estrutura urbana de cada aglomerado e a sua evolução, assim como identificar, sempre que possível, as alterações mais significativas verificadas nestes últimos anos, sob a vigência do Plano Director Municipal.

Vinhais

A freguesia de Vinhais, sede de concelho, fica situada no Centro-Este do concelho. Os seus acessos rodoviários principais são feitos através da EN 103, que atravessa o aglomerado longitudinalmente, e pela EN 316, que permite o acesso a Norte, por Vilar de Ossos.

A freguesia de Vinhais (para além da vila é composta por Moaz, Ermida e Rio de Fornos), é a mais densamente povoada do concelho, e aquela que apresenta os maiores efectivos populacionais, muito por conta da vila de Vinhais, sede de concelho, que, em 2001, possuía mais de 89 da população da freguesia e cerca de 20 da população do município.

Paralelamente, a freguesia de Vinhais, em termos de área, é a terceira maior (33.76 Km²). Relativamente ao total de população residente, foi a única freguesia do concelho que, ente 1991 e 2001, registou um ganho de população (8.6%).

Fotografia 67: Vinhais – Vista Panorâmica



A vila de Vinhais localiza-se na encosta Sul do monte da Cidadelha voltada sobre o largo vale do Tuela. Da estrada que vem de Bragança (EN103), a vista sobre a vila, permite alcançar todo o conjunto, com o núcleo primitivo destacado no cabeço e as extensões para Nascente, relativamente recentes, e para Poente, que se formaram a partir da muralha. A vila desenvolve-se, a vila, fundamentalmente ao longo de uma via principal (EN 103), que funciona como eixo gerador, de onde partem diversas ramificações, para conjuntos ou bairros localizados na periferia do núcleo central.

A estrutura urbana da vila de Vinhais pode, e deve, ser analisada à luz da evolução histórica.

Vinhais é uma povoação muito antiga, anterior à formação da nacionalidade, outrora denominada Póvoa Rica. Julga-se que o aglomerado original de Vinhais se terá erguido mais a Norte do sítio actual, junto à margem direita do rio Tuela, no monte da Vidueira (a nascente de Rio de Fornos) ou no monte da Cidadelha (a Nordeste de Vinhais), ambos na serra da Coroa. Nestes locais, para além de moedas romanas, foram encontrados vestígios de edificações da antiga cidade romana de *Veniatia* e da estrada militar romana vinda de Braga, por Chaves, passando por Bragança (ou perto de Castro de Avelãs-Rabal), e dirigindo-se por Pardonelo-Pedralba ou Puebla de Sanabria, para Astorga.

Desta forma, primitivamente, constitui um castro de povoamento lusitano que os romanos transformaram num forte castro luso-romano, com a sua fortaleza, e é natural que os suevos ou visigodos tivessem levantado o castelo e cercado de muralhas a localidade. Depois da expulsão dos mouros, assiste-se à reacção neo-gótica (séculos X e XI), e à conseqüente destruição de Vinhais. Seguiram-se períodos de reconstrução e repovoamento. Primeiro pelos reis de Castela e Leão, e mais tarde pelo conde D. Henrique, por D. Afonso Henriques, por D. Sancho I, por D. Afonso II, por D. Sancho II e por D. Afonso IV De acordo com o foral de D. Afonso III (1253), Vinhais já existia, e as suas muralhas teriam sido restauradas e aumentadas. Posteriormente D. Dinis mandou restaurar o castelo e efectuar obras estruturantes na muralha.

Finalmente, durante os séculos XIV, XV e XVI, reinados de D. Fernando, D. João I, D. Manuel, ter-se-ão efectuado novas obras importantes na cerca amuralhada.

Actualmente, da cerca amuralhada apenas restam pequenos lanços dos muros, alguns ainda com ameias, uma torre do seu castelo (possuía duas) e as duas portas.

As duas portas das velhas muralhas, ainda conservam os arcos, bem como um postigo, a cerca de 30 metros distancia da porta Norte, na qual existe um nicho sobre a chanfradura, utilizado para venerar a imagem de Santo António. Em tempos, sobre a chanfradura da porta Sul, existiu um nicho com a imagem de Nossa Senhora das Portas, tendo entretanto sido retirada. Ainda se preservam dois torreões (cubelos) que defendiam as duas portas. No local onde existiu propriamente o Castelo de Vinhais, no ponto mais alto da vila intramuros, foi edificada a Igreja Matriz. Constituí um belo templo de uma só nave e de traçado simples cujos materiais construtivos foram parcialmente retirados do castelo.

O núcleo antigo, desenvolveu-se a partir do Castelo que, por razões defensivas, foi implantado no ponto mais alto da vila, vindo a constituir o seu elemento mais marcante.

Fotografia 68: Vinhais – Cubelo responsável pela defesa da porta da muralha



Este núcleo é, assim, caracterizado por uma organização compacta de edifícios de pequena cêrcea (1 ou 2 pisos) aglutinados no interior das antigas muralhas da vila, em torno do local onde em tempos se localizou o castelo. Apesar da imagem de conjunto ainda estar relativamente bem preservada, o mau estado de conservação de alguns edifícios e as intervenções descaracterizadoras de que outros foram alvo, poderão vir a comprometé-la a curto prazo.

Posteriormente, iniciou-se o crescimento extramuros. A expansão inicial deu-se para Poente, ao longo da rua principal, através do qual se desenvolve o aglomerado. Assim, contiguamente ao núcleo mais antigo, encontram-se as principais casas senhoriais e edifícios mais antigos, que, exceptuando alguns casos pontuais, como por exemplo o solar dos Condes de Vinhais (em avançado estado de degradação), apresentam médio estado de conservação, existindo inclusivamente alguns bons exemplos de recuperação. No entanto, observam-se também alguns edifícios dissonantes, como o edifício dos correios situado na rua Dr. Trigo de Negreiros.

O relevo condicionou, de forma clara a expansão do aglomerado, originando um crescimento polinuclueado, de que se destacam os Bairros do Campo, do Couço, dos Cabeços, do Carvalho, a Sul, os Bairros do Eiró e do Além, separados fisicamente do aglomerado principal, originando grandes áreas sem ocupação edificado.

Fotografia 69: o Núcleo Histórico. de Vinhais



Fotografia 70: Malha urbana do núcleo Medieval de Vinhais



Alguns deste núcleos no arrabalde da vila, nascem em simultâneo com esta primeira fase de expansão fora das muralhas, nomeadamente o Bairro do Eiró, a sul da Igreja de S. Facundo, e o Bairro do Carvalho, a Sudoeste de Vinhais.

As zonas a Nascente, com algumas construções mais recentes, embora se possam considerar na generalidade em bom estado de conservação, apresentam no seu núcleo original vários edifícios em mau estado de conservação, oferecendo más condições de habitabilidade, situação comum a quase todos os restantes conjuntos do aglomerado.

Mais recentemente, começou a dar-se uma expansão mais significativa destes núcleos ao longo das vias que estabelecem a ligação ao centro da vila. Ao contrário da estrutura presente no núcleo antigo, ou mesmo nas zonas adjacentes de expansão inicial, marcadamente concentrada, esta proliferação recente pautou-se por uma ocupação de cariz mais disperso onde predominavam (e predominam) as moradias unifamiliares isoladas, ou em banda. Esta expansão, introduziu, frequentemente, linguagens urbanísticas dissonantes do quadro tradicional - tanto em termos arquitectónicos e volumétricos, como a nível dos materiais utilizados - que alteraram profundamente a imagem da vila.

Genericamente, e em relação aos restantes núcleos, a Poente e a Sul, podem referir-se cenários análogos: o núcleo primitivo, em mau estado, em situação de abandono gradual ou objecto de más recuperações e operações de preenchimentos, à volta do qual, começam a surgir novas construções totalmente incharacterísticas.

Importa referir, relativamente às novas construções, que embora no geral se encontrem em bom estado de conservação, nada têm a ver com as tipologias arquitectónicas tradicionais da região, o que origina frequentemente situações insólitas de dissonância com o conjunto envolvente da vila. No entanto, dos 935 edifícios existentes no aglomerado, apenas 6 são de habitação colectiva (2001).

Poder-se-á dizer que a dinâmica de expansão pode ser considerada média/baixa, atendendo à dimensão da vila e ao elevado número de equipamentos e serviços existentes. Devido a factores relacionados com a emigração, assistimos a um aumento do número de fogos que não é acompanhado ao mesmo ritmo aumento da população.

Como é natural, é na freguesia de Vinhais que se verifica o maior número de intervenções urbanísticas tendo sido registadas um total de 332, entre 1993 e 2003

Como foi referido no capítulo 5, Vinhais possui um rico e vasto património histórico, ocupando um lugar de destaque a Igreja de S. Facundo, a muralha do Castelo de Vinhais, o pelourinho de Vinhais, o convento de S.

Francisco de Assis, a ponte de Arranca, e um interessantíssimo conjunto de solares, alguns deles em avançado estado de degradação (solar dos Condes de Vinhais e capela de S. Caetano, o solar da Corujeira com a capela da Nossa Senhora da Oliveira, o solar da Praça Arrabalde, a capela da Nossa Senhora da Luz, o solar da Quinta da família Sarmiento Pimentel, com capela e o solar dos Crespos, com a capela de Santa Catarina).

Fotografia 71: Edifício de Habitação Colectiva na zona nordeste de Vinhais



Na vila concentram-se os principais equipamentos, serviços e instituições do concelho, com destaque para os Equipamentos Escolares (2 Jardins de Infância, 2 Escolas do 1º Ciclo do Ensino Básico, 1 Escola do 2º Ciclo do

Fotografia 72: Polo de Equipamentos de Vinhais (Sudoeste do núcleo histórico de Vinhais)



Ensino Básico, 1 Escola do 2º e 3º Ciclo do Ensino Básico, 1 Escola do Ensino Secundário), Equipamentos de Segurança Social (Cresce, ATL, Lar, Centro de Dia, Apoio Domiciliário), Equipamentos de Saúde (Centro Saúde, 2 Farmácias), Equipamentos Desportivos (1 Campo de Futebol, 2 Polidesportivos, 1 Pavilhão/Sala de Desporto e 1 Piscina), Equipamentos Culturais e Recreativos (1 Museu, 1 Sala de Espectáculos, 1 Salão de Festas, 1 Rádio Local, 1 Posto de Turismo e 13 Associações Culturais, Recreativas e Desportivas) e Equipamentos de Prevenção e Segurança (1 Posto da GNR e 1 Quartel de Bombeiros). Na zona Nordeste localiza-se a única área industrial do concelho.

Rebordelo

A aldeia de Rebordelo localiza-se na parte Sudoeste do concelho (fazendo fronteira com os concelhos de Mirandela e Valpaços), inserida num vale granítico, junto à margem esquerda do rio Rabaçal. É o único aglomerado da freguesia. Servida de bons acessos - EN 103 e EN 315 -, dista cerca de 30 Km da sede de

Fotografia 73: Rebordelo - Vista panorâmica



concelho. Hoje em dia assume-se como a maior aldeia do concelho de Vinhais, constituindo o segundo aglomerado de maior dimensões a seguir à sede de concelho. A exposição solar e os terrenos férteis, relegaram a actividade pastorícia para segundo plano. Foi um centro importante da indústria da seda que se manteve depois da moléstia do sirgo, que quase aniquilou aquela indústria na região de Bragança.

Ao longo da última década a população tem mantido valores estáveis, encontrando-se a aldeia em constante expansão. É constituída por aproximadamente 400 fogos, dos quais 32 se encontram abandonados, grande parte dos quais inseridos no tecido consolidado do aglomerado. Aí coexistem edifícios, mais ou menos próximos,

da feição tradicional. As construções novas instalam-se ao longo das Estradas Nacionais, dispersas e desordenadas, ampliando as dimensões do aglomerado.

Este núcleo urbano, encontra-se dividido fisicamente pela EN 103, que o atravessa transversalmente, gerando duas zonas distintas: uma alta, a Norte, e outra baixa, a Sudoeste. Trata-se de um exemplo de ocupação de encosta, de carácter orgânico adaptado ao relevo.

O núcleo primitivo é muito extenso (na parte baixa), caracterizado por ocupação de baixa densidade, existindo ainda alguma disponibilidade de terrenos para edificar no seu interior.

Fotografia 74: Núcleo antigo de Rebordelo.



Observam-se algumas intervenções de manutenção e recuperação, pelo que o estado geral de conservação apresenta padrões minimamente satisfatórios.

As vias no interior deste núcleo apresentam um perfil bastante reduzido e por vezes atingem grandes inclinações, dificultando a circulação.

Mais recentemente, fruto da grande dinâmica de crescimento deste aglomerado, observa-se que os terrenos ao longo da EN 103 (para nascente) e EN 315 (para Sul, a poente do Alto do Lombo) têm vindo a ser progressivamente ocupados, originando duas bolsas de expansão do aglomerado, uma das quais afastada do núcleo central do aglomerado, próxima do cruzamento da EN 103 com a EM 529-1. Estas áreas caracterizam-se por serem ocupadas por moradias isoladas, em lotes pequenos, de bastante má qualidade arquitectónica.

Aqui a organização do espaço foi feita em função da presença desta via (EN 103), concentrando-se o edificado ao longo das suas bermas, ou de ruas que lhe são perpendiculares. Esta parte corresponde à zona de desenvolvimento mais recente, e onde os edifícios pontualmente apresentam maiores cêrceas.

No interior do núcleo original, subsistem ainda alguns exemplos de arquitectura popular, onde predominam o xisto esporadicamente, o granito, e a madeira, estrutural ou decorativa, para além de casas de carácter mais elaborado e de construção mais recente. Convém salientar a igreja, exemplar arquitectónico de grande beleza.

Fotografia 75: Ocupação Linear ao longo da EN 103



Fotografia 76: Exemplar de qualidade arquitectónica



Destaca-se a existência de uma série de serviços, unidades comerciais e equipamentos que lhe permitem ter alguma autonomia face à sede de concelho. Neste aglomerado concentram-se alguns equipamentos, serviços e instituições do concelho, nomeadamente Equipamentos Escolares (1 Jardim de Infância, 1 Escola do 1º Ciclo do Ensino Básico, 1 Escola do 2º Ciclo do Ensino Básico), Equipamentos de Saúde (Extensão do Centro Saúde), Equipamentos Desportivos (1 Campo de Futebol) e 4 Associações Culturais, Recreativas e Desportivas.

O facto de ser uma povoação importante reflecte-se, entre outros aspectos, nas dimensões dos edifícios presentes. Assim, e apesar de, à semelhança da quase totalidade dos aglomerados do concelho, predominarem os edifícios de 2 pisos, as

edificações presentes no aglomerado apresentam cérceas que variam entre 1 e 3.

Finalmente, saliente-se que Rebordelo ocupa a segunda posição no “ranking” das freguesias mais dinâmicas em termos construtivos, entre 1993 e 2003, deram entrada nos serviços da Câmara Municipal, 85 pedidos de licenciamento para a realização de obras particulares, representando 8.0% , do total de pedidos de licenciamento emitidos.

Agrochão

Sendo sede de freguesia situada mais a sul do concelho (localizada no centro-Sul), a Sudoeste do Alto dos Malhões e sendo o único aglomerado da freguesia, dista aproximadamente 33 Km da sede de concelho, e tem como principal acesso a EN 206, que o atravessa no sentido Sudoeste-Nordeste.

Até ao final do século XII, fez parte da “terra” de Bragança. Em 1288, D. Diniz concedeu-lhe foral.

Nesta povoação, distinguem-se dois núcleos claramente individualizados, bem como uma terceira área de expansão. Num dos núcleos, a Sul de um dos afluentes da ribeira de S. Cibrão, situa-se o núcleo primitivo. No outro, a Norte do núcleo antigo,

Fotografia 77 e 78: Agrochão – Vistas do arruamento principal



localiza-se uma zona de expansão mais recente, apoiada na EN 206. Esta linha de água personifica a fronteira entre as duas áreas. A ligação entre ambas é feita por um prolongamento da rua principal do núcleo primitivo. Entre ambos os pólos, junto à linha de água, existe uma área desocupada de construções, reservada à actividade agrícola. À entrada do aglomerado (para quem vem de Poente, e a Noroeste do núcleo antigo) localiza-se um terceiro núcleo, de crescimento mais recente e povoamento mais disperso que os anteriores que é delimitados a Sul pela EN 206.

O núcleo antigo apresenta maior dimensão e densidade que a zona de expansão. A implantação dos edifícios fez-se maioritariamente ao longo da rua geradora do núcleo, existindo uma “segunda linha” de expansão, apoiada nos caminhos perpendiculares a esta via. O estado de conservação do edificado pode-se considerar mediano, sendo as construções tradicionais, maioritariamente, em granito observando-se a utilização da parede de tabique no 2º piso, e da madeira na guarnição das portas e janelas, nas varandas e, inclusivamente, na própria estrutura de alguns edifícios. Neste aglomerado, para além de se encontrarem muitos exemplares da arquitectura característica da região, existe uma boa cobertura ao nível dos equipamentos e serviços, nomeadamente 1 Jardim de Infância, 1 Escola Básica do 1º Ciclo, 1 Mini-Lar e 1 Centro de Dia, Apoio Domiciliário, uma extensão do Centro de Saúde, 1 Campo de Jogo de grandes dimensões, 1 Museu (Etnográfico do Meio Rural) e 1 Associação Cultural e Recreativa.

Relativamente ao património, para além dos exemplares de arquitectura característicos da arquitectura popular da região e alguns exemplares de arquitectura erudita (por exemplo a Igreja Matriz), é de realçar o solar da família Sá Morais

Para além da reconstrução e renovação no interior do núcleo primitivo, a área de expansão regista alguma dinâmica de construção, comparativamente a outros aglomerados do concelho. No entanto, dificilmente se encontram referências arquitectónicas de qualidade nestas intervenções mais recentes.

Dos 131 edifícios da freguesia, apenas existe uma habitação colectiva.

Fotografia 79: Igreja Matriz de Agrochão



Ervedosa

Ervedosa, situa-se a junto à margem esquerda do rio Tuela, a aproximadamente 35 km da sede do concelho. Os seu acesso faz-se pela EM 529, que atravessa o aglomerado transversalmente, ligando-o às freguesias de Vale das Fontes (Noroeste) e Agrochão (Sudeste). Juntamente com Figueiras e Soutilha, constitui freguesia de Ervedosa.

Ervedosa recebeu forais de D. Dinis, em 1288, e de D. Manuel I, em 1514. Desse tempo conserva ainda o Pelourinho junto da Igreja, símbolo da autonomia judicial, constituído por uma coluna octogonal, sendo o capitel trapezoidal, encimado por uma esfera.

O núcleo primitivo deste aglomerado desenvolveu-se originalmente a Sul da igreja, sendo caracterizado por ser pouco denso, subsistindo muitas parcelas de terreno cultivadas no seu interior. Os edifícios antigos são em alvenaria de pedra miúda, xisto ou granito, destacando-se o trabalho do granito na alvenaria, nas varandas de colunas, nos cunhais e outros elementos estruturantes.

Este núcleo, anteriormente concentrado, encontra-se hoje em estado de conservação médio devido a inúmeras operações de renovação, que deterioraram o seu aspecto original. Existem edifícios habitacionais que foram reconvertidos em edifícios de apoio agrícola, e que, regra geral, estão muito degradados. Os arruamentos, comparativamente largos, apresentam um razoável estado de conservação.

Lugar de excelência é o Largo do Cruzeiro (Fotografia 81), a Nascente do núcleo central, com um conjunto notável constituído pela Capela de Santa Ana, pela Escola Primária, pelo Cruzeiro, pela Casa do Povo, pela Residência Paroquial e pelo Coreto octogonal, em pedra.

As zonas de expansão situam-se a Nascente do núcleo inicial, e, sobretudo, junto à estrada.

Relativamente à dinâmica de construção, observou-se, nos últimos 50 anos, uma primeira fase de crescimento do número de fogos (201, em 1950 para 267, em 1960), registando-se um decréscimo e estabilização nas duas décadas seguintes (184 fogos, em 1970 e 1980). A partir do início dos anos 80, presenciou-se um aumento

Fotografia 80: Ervedosa - Vista aglomerado



Fotografia 81: Ervedosa Largo do Cruzeiro



progressivo do número de fogos, tendo, em 2001 sido contabilizados 269 fogos. Desde 1993, foram emitidas 69 licenças para a realização de obras particulares (terceira freguesia com mais pedidos de licenciamentos aprovados).

Relativamente à população residente, durante o mesmo período, a evolução foi semelhante. Em 1960, a população atingiu o seu valor máximo dos últimos 50 anos (1135 residentes). Em 2001, a população de Ervedosa era de 269 habitantes (menos 866 pessoas)

São evidentes os efeitos da emigração. Mesmo assim, a agricultura familiar de subsistência continua a ser a principal ocupação, com recurso cada vez mais frequente à mecanização tal como as produções abundantes de vinho, castanha, cereal e azeite. Em termos de pecuária há gado bovino, ovino e caprino. A grande tradição reside na exploração mineira. Em 1926, estavam em elaboração as minas com, 254 operários. Esta exploração mineira acabou por fechar em 1969.

Este aglomerado é ainda caracterizado por conservar o seu património (marcadamente religioso). No centro da aldeia pontifica, desde 1720, a Igreja Matriz. A capela de Santa Ana e a capela de São Nicolau, são outros excelentes exemplares de arquitectura religiosa. Destacam-se ainda três fontes de origem romana e o pelourinho do século XVI.

Ao nível de Equipamentos e Serviços Públicos, Ervedosa apresenta uma cobertura satisfatória nas diversas valências dispondo de Jardim de Infância, de uma Escola Básica do 1º Ciclo do Ensino Básico, de Escola Básica do 2º Ciclo do Ensino Básico, do Centro de Dia, de Apoio Domiciliário, da Extensão do Centro de Saúde, do Campo de Jogos e da Associação Caça e Pesca de Ervedosa.

Fotografia 82: Ervedosa – Fonte das Nogueiras



Espinhoso

Este aglomerado, faz parte da freguesia de Candedo, a nascente do rio Rabaçal e a Oeste de Vinhais. Espinhoso localiza-se no final da EM 530, que estabelece a ligação entre a povoação e o Km 220 da EN 103, entre Sobreiró de Baixo e Curopos. O aglomerado dista aproximadamente 15 Km da sede de Concelho.

Este núcleo, encaixado entre os vales do Perdigão e de Salgueiro, apesar de não ser a sede de freguesia, representa 60.5 da população da freguesia de Candedo. Dos 231 edifícios da freguesia, 142 localizam-se na aldeia de Espinhoso.

É um aglomerado marcadamente rural, cujo núcleo primitivo, situado numa pequena depressão de terreno, se apresenta muito denso e tortuoso. No entanto, dentro da malha urbana, praça (a Sudoeste da Igreja Paroquial) assume especial importância pelo desafogamento que representa numa malha tão consistente. O conjunto encontra-se muito degradado e descaracterizado, fruto de novas construções de má qualidade arquitectónica e construtiva, e de reconstruções feitas sem qualquer critério.

As construções mais recentes, com uma extensão considerável localizam-se ao longo da EM 530, caracterizando-se por tipologias em moradia unifamiliar isolada em pequenos lote.

Relativamente a elementos com expressão patrimonial, deveram ser consideradas as duas capelas e a igreja paroquial da aldeia, visto que pouco resta da traça original das construções que constituem o núcleo primitivo.

Relativamente à dotação em Equipamentos Espinhoso dispõe de uma Escola Básica do 1º Ciclo e da Associação Cultural Espinhosense.

Vale das Fontes

Esta freguesia, entre as de Rebordelo (Poente) e Ervedosa (Nascente), faz fronteira, a Sul com o concelho de Mirandela. Situada na margem direita do rio Tuela, dista da sede de concelho 29 Km. Os seu acessos são feitos pela EM 529 (a partir de Nuzedo de Baixo, Nordeste) e pela EM 529-1 (a partir de Rebordelo, Noroeste) que se intersectam a Norte do aglomerado (junto ao campo de futebol).

O núcleo primitivo desenvolve-se de forma estrelar, em função dos diversos arruamentos que convergem para o pequeno largo da igreja. Coeso, é pequeno e denso, fruto da sua localização num vale relativamente profundo e

Fotografia 83: Espinhoso – Vista do Interior do aglomerado



de pequenas dimensões. Simultaneamente o núcleo primitivo é limitado a Norte por uma linha de água afluente da ribeira do Vale das Cadelas. Observam-se na margem esquerda do afluente, algumas construções, dispersas e mais recentes.

Fotografia 84: Vale das Fontes- Vista do aglomerado



O edificado encontra-se em estado de conservação médio, mais uma vez motivado por algumas intervenções de manutenção, reconstrução e preenchimento, desqualificadoras da imagem de conjunto.

Dada a pequena dimensão do aglomerado, o crescimento urbano dos últimos anos é responsável pela ocupação de uma área relativamente extensa. Exceptuando as intervenções no interior do núcleo primitivo, grande parte das novas construções ocupa espaços entre o núcleo e a estrada (na direcção de Rebordelo) e em alguns casos, pontuais, na zona Sul do Aglomerado. Considera-se, no entanto, que as novas construções foram erguidas sem respeitar critérios qualificadores, quer ao nível arquitectónico, quer urbanístico.

Para além da Igreja de belo traçado arquitectónico encontram-se também alguns bom exemplares de arquitectura popular.

Vale das Fontes dispõe de uma Escola de Ensino Pré-Escolar, de uma Escola do Ensino Básico do 1º Ciclo e de outra do 2º Ciclo. A Noroeste do núcleo primitivo, localiza-se um Campo de Jogos, existindo ainda, a Associação Caça e Pesca de Vale das Fontes.

Fotografia 85: Vale das Fontes – Conjunto com interesse



Moimenta

Moimenta localiza-se no extremo Norte do Concelho, a Norte da serra da Coroa, junto à fronteira com Espanha. Localizada no extremo Sudeste de um planalto amplo, entre as faldas Norte da serra da Coroa, em Portugal, e as serras espanholas de Rechouso e da Canda., faz parte do extremo Norte da Terra Fria Transmontana, numa zona em que a raia faz uma bolsa que empurra o termo espanhol para Norte e Nordeste. Cerca de 50% do termo de Moimenta é limitado pela fronteira espanhola.

Fotografia 86: Panorâmica de Moimenta



O aglomerado desenvolve-se junto à margem direita do rio Tuela. Dista aproximadamente 21 Km de Vinhais, sendo servido pela EN 308, que aí termina.

A malha urbana caracteriza-se por apresentar características orgânicas, sendo estruturalmente rádio-concêntrica.

Trata-se de um aglomerado tipicamente rural onde o núcleo primitivo (maioritariamente a Sul da via principal) se caracteriza por ser bastante denso e por manter intactas as suas principais características, comparativamente a outros aglomerados do concelho. A ribeira da Anta, a Poente, limita o núcleo antigo. A implantação dos edifícios, junto à estrada, permitiu que, no interior dos quarteirões, fossem preservados espaços não edificados. Estes terrenos mantêm-se afectos a actividades agrícolas.

O seu relativo bom estado de conservação, deve-se talvez ao isolamento que a serra da Coroa lhe impunha. Esta capacidade de atractiva tem se desvanecendo, observando-se nas últimas duas décadas, percas consideráveis de população (de 293 residentes ,em 1981, passa para os 182, em 2001). Moimenta é uma das 14 freguesias em que se observou um agravamento claro da tendência da perda populacional

O seu casario (uma das jóias do Parque Natural de Montesinho), é construído com granito tosco da região e telhados de 2 águas. Apesar de maculado aqui e ali com algumas intervenções modernas, é ainda um bom exemplo de integração harmoniosa do homem no meio. Não existem no aglomerado, edifícios de habitação colectiva.

Relativamente à dinâmica de construção e crescimento, pode considerar-se baixa (apenas 11 licenciamentos aprovados nos últimos 10 anos), tendo-se verificado alguma ocupação a Norte e a Nordeste do aglomerado, principalmente relacionada com usos agrícolas, e em dissonância com o restante conjunto (edificações caracterizadas pela má qualidade arquitectónica), e algumas operações de reconstrução e preenchimento no núcleo primitivo.

Fotografia 87: Moimenta – Interior do Aglomerado



Moimenta é uma aldeia de arquitectura e costumes característicos. O património não se limita à existência de exemplos pontuais, devido à existência de um elevado número de edificações de feição popular e mesmo de arquitectura mais erudita. A Igreja Matriz é anterior à fundação da nacionalidade, tendo sofrido diversas alterações e alguns acrescentos.

Ao nível dos Equipamentos, o aglomerado dispõe de um Jardim de Infância, de Escola Básica do 1º Ciclo, de uma Extensão do Centro de Saúde, de um Campo de Jogos e de 2 Associações - Associação Recreativa de Moimenta e Associação de Caça e Pesca de Moimenta.

Vila Verde

Vila Verde localiza a Noroeste de Vinhais, junto à margem direita do rio Tuela. A freguesia integra dois aglomerados (Vila Verde e Prada). O acesso é efectuado pela EN 103 que liga a Vinhais (Sudoeste) e a Soeira (Nordeste).

A aldeia de Vila Verde, encontra-se num pequeno vale, encaixado entre o cabeço do Redondo, Navalho e o alto de Vila Verde. A presença de diversas linhas de água (afluentes do rio Tuela), condicionaram a implantação do aglomerado. Duas delas limitam o aglomerado a Sul, e a Nascente.

Fotografia 88: Vila Verde - Panorâmica



O núcleo desenvolve-se maioritariamente a Sul da EN 103, apresentando um núcleo primitivo denso, organizado em redor da Igreja, onde se pode identificar claramente um arruamento principal (fronteiro à Igreja) que o atravessa longitudinalmente. Encontra-se bastante descaracterizado, apesar de ainda conservar alguns exemplares de arquitectura tradicional (em mau estado de conservação).

As áreas expansão do aglomerado, caracterizadas por uma maior dispersão da construção e por uma qualidade arquitectónica duvidosa, localizam-se a Norte do núcleo original (junto quer da EN 103, quer da via que lhe é paralela a Sul) e a Nascente da linha de água, nas imediações do cemitério.

Nos últimos 20 anos, a freguesia perdeu aproximadamente 100 pessoas. Na aldeia residem 176 dos 240 habitantes contabilizados em 1991. Não existem edifícios de habitação colectiva.

Em Vila Verde para além do Campo de Futebol, existe a Associação Cultural e Desportiva de Vila Verde.

Penhas Juntas

A Sul de Vinhais, situa-se junto da margem esquerda do rio Tuela e a Noroeste da margem direita da ribeira de Vilares. Localizando-se junto à EN 206, dista aproximadamente 26 Km, por estrada da sede de Concelho

Tal como quase a totalidade das freguesias do Concelho, nos últimos 20 anos, Penhas Juntas tem perdido população. Comparativamente à década de 80, a tendência de perda de população acentuou-se (22.8%, em 81/91, para -30.3%, de 91/01). Aproximadamente 70 da população residente nesta freguesia reside neste aglomerado.

O núcleo primitivo desenvolveu-se ao longo de uma rua, que funcionou como eixo de todo o aglomerado e de onde partem diversos caminhos para os terrenos agrícolas da envolvente. Apesar do edificado se encontrar em mau estado de conservação, comparativamente a outros aglomerados, observa-se uma certa melhoria. No seu interior destacam-se alguns edifícios pelo seu carácter popular. Observa-se também alguma preocupação na recuperação e reconstrução de alguns edifícios. Maioritariamente os edifícios são de 2 pisos.

Fotografia 89: Penhas Juntas - Rua



Com excepção de algumas construções pontuais ao longo da EN 206, para Nascente, a dinâmica neste aglomerado é praticamente inexistente. Na última década apenas foram licenciados 26 pedidos para a realização de obras particulares.

Os 104 edifícios de habitação unifamiliar existentes na aldeia, representam 59.4 do edifícios da freguesia.

Para além de algumas edificações no núcleo primitivo com interesse patrimonial, próximo do Lugar de Penhas Juntas, num monte formado por inúmeros penedos (origem do topónimo do aglomerado), terá existido em tempos remotos um castelo. Estudos arqueológicos possibilitaram a descoberta de muros, calçadas, tanques e de uma galeria subterrânea.

Na aldeia existem uma escola do 1º Ciclo do Ensino Básico, uma Extensão do Centro de Saúde e um Campo de Jogos de pequenas dimensões.

Edral

Situada na parte ocidental do concelho, numa zona denominada Lomba de Baixo, junto da margem direita do Rabaçal, a freguesia do Edral, com 26.47 Km², é composta por 4 aglomerados: Edral, Frades, Sandim e Brito de Lomba.

Esta freguesia, foi umas das freguesias do Concelho onde se observou uma atenuação da tendência de perda populacional. Comparativamente a 1981 e 1991, em que a freguesia perdeu 134 residentes (-29.1%), na última década, perdeu somente 59 residentes (-19%). Dos 263 residentes na freguesia, 48% (127) residiam na sede de freguesia, em 89 edifícios de habitação de unifamiliar.

O acesso viário à sede freguesia - a aldeia de Edral, é feito pela EM 1006 (que a liga à EN 308, a Norte) e pela EM 511 (que a liga a Vilar de Lomba, a Sul).

Trata-se de um aglomerado composto por quatro núcleos distintos. O núcleo primitivo (Bairro da Igreja), mais a Sul, possui uma estrutura mais orgânica, e é atravessado pela via estruturante, que cruza o aglomerado em toda a sua extensão. A Ponte da linha de água que corta o aglomerado (afluente da ribeira de Amanso) desenvolve-se o Bairro de Santo António. Este conjunto, também com uma estrutura orgânica (embora mais denso), desenvolve-se junto de um caminho que, a Norte, intersecta a EM 1006. Ambos os conjuntos apresentam muitas alterações e reconstruções, resultando numa imagem de descaracterização.

Fotografia 90: Edral - Rua



A expansão dos núcleos acima referidos, originou outros dois núcleos (Bairro do Fundo, a Sudeste e Bairro do Calvário, a Nordeste), semelhantes entre si, mas distintos dos núcleos originais. Caracterizam-se por um povoamento disperso, em moradias unifamiliares de dois pisos, com linguagens arquitectónicas de qualidade duvidosa.

No que diz respeito à dinâmica de construção, nos últimos 10 anos, apenas foram aprovadas 26 licenças para a realização de obras particulares.

Na aldeia, ao nível de equipamentos, serviços e instituições foram identificados: uma escola do 1º Ciclo do Ensino Básico; um Campo de Jogos de grandes dimensões e a Associação de Caça e Pesca da Lomba de Baixo.

Relativamente ao património, são de assinalar a Igreja Matriz, a Fonte Romana da Vila Edral e a Capela de S. Tiago de Ribas, a Sudeste do aglomerado, sobranceira à margem direita do rio Rabaçal.

Gestosa

A aldeia de Gestosa é um dos três aglomerados da freguesia de Vilar Seco de Lomba. Esta freguesia junto do limite ocidental do concelho, faz fronteira com Espanha, e é limitada (a Nascente e Poente) pelos rios Rabaçal e Mente, respectivamente.

Vilar Seco de Lomba, faz parte do grupo de 19 freguesias em que, na última década, houve atenuação da tendência de perda populacional. Ao nível da freguesia, observou-se nos últimos 20 anos, um decréscimo no número de residentes de 187 pessoas (39). No entanto, no que diz respeito à dinâmica de construção, desde 1993 só foram aprovados 11 pedidos de licenciamento para a realização de obras particulares.

A proximidade de uma das mais importantes vias de atravessamento do concelho a EN 103 (a Sul), associada à interioridade da sede de freguesia (Vilar Seco de Lomba), justifica a crescente importância que a aldeia de Gestosa tem assumido na dinâmica da freguesia. Gestosa assume-se como o principal aglomerado da freguesia, quer em termos populacionais (40% da população da freguesia), quer em número de edifícios (41% dos edifícios da freguesia). apesar de em termos globais não ter muita importância na Rede Urbana

A aldeia encontra-se implantada num vale aberto. Com uma malha urbana bi-nucleada, estando os núcleos separados fisicamente pela linha de água. O núcleo primitivo, a Nascente do afluente do Rabaçal, com uma estrutura mais orgânica, é compacto, com poucos espaços não construídos. A partir daí desenvolve-se um caminho para Nordeste, que, depois de atravessar a ponte Romana da Gestosa, intersecta a EN 308, junto a Santalha.

O outro núcleo, menos cerrado, localiza-se mais próximo da EM 508. É menos extenso, e é no seu interior que se localiza a capela.

A expansão do aglomerado faz-se maioritariamente nas imediações da EM 509, de uma forma linear, predominantemente para Norte (na direcção de Passos). No entanto, a Norte do núcleo primitivo, localizam-se algumas construções pontuais.

Fotografia 91: Gestosa – Vista Panorâmica



Fotografia 92: Gestosa – Rua



O edificado é caracterizado por cêrceas de 1 e 2 pisos. No núcleo antigo subsistem exemplares de edifícios de feição tradicional (em xisto), alguns dos quais apresentando um razoável estado de conservação. Exceptuando as áreas de expansão, apresenta uma imagem relativamente cuidada.

Apesar de se assumir como a aldeia mais importante da freguesia, a maior parte dos Equipamentos e Serviços Públicos localizam-se na sede de freguesia. Em Gestosa apenas existe uma Escola Básica do 1º Ciclo e um Campo Jogo, no cabeço do Candão, a Sul do aglomerado.

Outras Aldeias

Tendo em conta que muitas das aldeias do concelho apresentam características semelhantes, por forma a obviar análise que se tornaria repetitiva e excessivamente exaustiva, optou-se por agrupar as aldeias de acordo com o seu grau de semelhança, nomeadamente ao nível da morfologia urbana e tipo de povoamento. Assim, os critérios adoptados para este agrupamento foram:

- Aglomerados com uma estrutura urbana linear;
- Aglomerados com uma estrutura urbana nucleada;
- Aglomerados com uma estrutura urbana primitiva nucleada, em que as áreas de expansão se, junto dos principais eixos viários;
- Aglomerados em que a presença de linhas de água, ou zonas baixas (propícias ao desenvolvimento de actividades agrícolas), funcionaram como elemento gerador de polinúcleos

Aglomerados com uma estrutura urbana linear

Apenas quatro aglomerados se inserem neste tipo de estrutura urbana: Prada (Vila Verde), São Cibrão (Celas), Brito de Baixo (Penhas Juntas), Ferreiros (Vilar de Lomba). Em comum, para além da estrutura urbana, têm a sua pequena dimensão. Os edifícios (regra geral contíguos), com um ou dois pisos, dispõem-se alinhados ao longo do arruamento estruturante da povoação. À medida que se sai da zona de desenvolvimento inicial do aglomerado, a implantação dos edifícios é mais dispersa. Normalmente, as áreas de expansão situam-se na proximidade dos principais acessos ao aglomerado.

Fotografia 93: Brito de Baixo – Vista Panorâmica



Aglomerados com uma estrutura urbana nucleada:

Aglomerados com este tipo de estrutura urbana existem em maior número que os anteriores. Foram identificados 14 aglomerados com uma estrutura urbana nucleada: Caroceiras (Sobreiró de Baixo), Soutelo (Sobreiró de Baixo), Falqueiras (Ervedosa), Peleias (Tuizelo), Cabeça da Igreja (Tuizelo), Moaz (Vinhais), Sandim (Edral), Sernande (Pinheiro Novo), Aboá (Candedo), Curopos (Curopos), Pinheiro Velho (Pinheiro Novo) Cidões (Vilar de Peregrinos) e Edroso (Quirás), Romariz (Nunes).

Fotografia 94: Cabeço da Igreja – Vista Panorâmica



Fotografia 95: Curopos – Vista Panorâmica



Deste grupo de aglomerados, destaca-se Curopos. Sede de freguesia, localiza-se a Sudoeste de Vinhais, junto da EN 103. É uma das freguesias onde houve atenuação da tendência de perda populacional, tendo actualmente 138 residentes distribuídos por 77 edifícios. Este núcleo reúne também um conjunto de funções centrais e de equipamentos inexistentes noutros aglomerados de menores dimensões nomeadamente: uma EB do 1º Ciclo, uma Extensão do Centro de Saúde, um Campo de Futebol e a Associação de Caça e Pesca de Curopos.

A dimensão dos restantes aglomerados é variável. Caroceiras e Sernande são o 3º e o 5º aglomerados com menos edifícios do concelho.

Ao nível do **desenvolvimento urbano** grande parte destes aglomerados têm a sua origem associada a um núcleo primitivo de traçado orgânico, que às ruas estreitas e tortuosas, associa largos (quando existem, não são muito amplos) onde é possível encontrar a Igreja, a capela ou o pelourinho. Em alguns destes aglomerados observam-se construções isoladas e dispersas, mais afastadas, normalmente junto às vias de acesso.

Estes núcleos primitivos encontram-se, na sua generalidade, degradados, já que as casas de arquitectura tradicional vão sendo abandonadas ou as sendo usadas como estábulos ou palheiros. Ainda verificam-se algumas operações de substituição e preenchimento, resultando numa imagem heterogénea, agravada pelo facto dos novos edifícios serem completamente dissonantes.

Os terrenos agrícolas, regra geral, situam-se na envolvente, podendo nos aglomerados com um povoamento menos denso, coabitar com as parcelas edificadas, no interior do núcleo.

Nestes conjuntos, o crescimento urbano, nos últimos anos não tem apresentado a mesma dinâmica que outros tipos de aglomerados. Regra geral, resumem-se a situações de preenchimento de lotes no núcleo antigo, e pontualmente, a novas construções vão surgindo no seu prolongamento, na direcção das estradas e caminhos.

Aglomerados com uma estrutura urbana primitiva nucleada, em que as áreas de expansão se desenvolvem junto dos principais eixos viários;

Neste grupo incluem-se aldeias que, ao exemplo das do grupo anterior, também se caracterizam por um desenvolvimento inicial associado a um núcleo embrionário, tendo o crescimento posterior ocorrido linear, contínua ou descontinuamente, junto aos principais acessos ao aglomerado.

Foram identificados 26 aglomerados com este tipo desenvolvimento urbano. Importa distinguir entre estes, os aglomerados que possuem alguma importância, já que constituem, inclusivamente, sedes de freguesia, reunindo algumas, funções centrais e equipamentos (destaquem-se exemplos como Tuizelo, Travanca, Mofreita, Paçó, Alvaredos, Quintela, Montouto e Vila Boa de Ousilhão). Completam este grupo os seguintes aglomerados: Mós de Celas, Salgueiros (Tuizelo), Penso (Santalha), Dine (Quintela), Maçaria (Vale da Janeiro), Rio de Fornos (Vinhais), Passos (Vilar de Lomba), Melhe (Edrosa), Laçarelhos (Vilar de Ossos), Vilarinho das Toucas (Montouto), Quadra (Tuizelo), Valpaços (Curopos), Brito de Lomba (Edral), Ermida (Vinhais), Frades (Edral), Casares (Montouto), Eiras Maiores (Penhas Juntas) e Sobreiró de Cima (Sobreiró de Baixo).

Fotografia 96: Nuzedo de Baixo – Vista Panorâmica



Fotografia 97: Vale de Janeiro – Vista Panorâmica



Ao nível do **desenvolvimento urbano** grande parte destes aglomerados têm a sua origem associada a um núcleo primitivo de traçado orgânico, que, como se referiu, às ruas estreitas associa largos (não muito amplos), onde é possível encontrar a Igreja, a capela ou o pelourinho/cruzeiro.

As áreas de expansão dos núcleos originais destes aglomerados, como foi referido anteriormente, localizam-se junto dos principais acessos viários. Em alguns, a ocupação processa-se de forma linear ao longo dos arruamentos, sendo por vezes mais evidente, nomeadamente quando se realiza de forma mais contínua (por exemplo Vila Boa de Ousilhão, Montouto e Frades). Noutros, por sua vez, embora a expansão também ocorra ao longo das vias, acontece de uma forma mais dispersa, podendo atingir extensões maiores (por exemplo Lagarelhos, Mós de Celas e Alvaredos)

Existem ainda casos onde a partir do núcleo topológico (mais ou menos evidente) o crescimento se fez de forma desordenada e em várias direcções (desenvolvimento estrelar), estando normalmente associadas a uma maior disseminação das construções. Sobreiró de Cima, Salgueiros e Penso, são alguns dos exemplos desta ocorrência.

Finalmente, Cruz de Revelhe e Rio de Fornos, são dois exemplos de aglomerados em que as áreas de expansão se localizam distantes umas das outras, gerando uma estrutura viária mais ramificada e pequenos conjuntos habitacionais disseminados por uma superfície considerável. Os espaços intersticiais não normalmente ocupados por terrenos agrícolas.

Em sùmula, este tipo de povoamento, origina aglomerados pouco coesos, fracamente consolidados, que se vão expandindo de forma dispersa, com a construção de edifícios na generalidade de má qualidade construtiva e estética, factor que conduz a uma progressiva descaracterização do conjunto.

Aglomerados em que a presença de linhas de água, ou zonas baixas (propícias ao desenvolvimento de actividades agrícolas), funcionaram como elemento gerador de aglomerados polinúcleos

A presença de linhas de água, e, conseqüentemente, a existência de terrenos férteis, foi desde sempre um factor importante e dos que mais contribuiu para a fixação das populações numa determinada porção de território.

Vinhais possui uma extensíssima rede hidrográfica e muitos são os aglomerados que procuram a proximidade das linhas de água para se fixar. Sendo a actividade agrícola a principal fonte de subsistência da população de Vinhais, não é de estranhar o facto de 16 das sedes de freguesia do concelho, se encontrarem intimamente relacionadas com as linhas de água.

Para além das sedes de freguesia - São Jumil, Vilar Seco de Lomba, Santa Cruz, Pinheiro Novo, Candedo, Santalha, Fresulfe, Vilar de Ossos, Vilar de Peregrinos, Vale Janeiro, Ousilhão, Nunes, Soeira, Sobreiró de Baixo, e Vilar de Lomba, os aglomerados Soutilha (Ervedosa), Zido (Vilar de Ossos), Nuzedo de Baixo (Vale das Fontes), Vilarinho (Quirás), Seixas (Soutilha), Nuzedo de Cima (Tuizelo) e Cisterna.

Fotografia 98: Ousilhão– Vista Panorâmica



A proximidade de linhas de água ou de terrenos agrícolas (no interior ou na envolvente) condiciona a forma de desenvolvimento dos aglomerados. Se por um lado quando o atravessa gera a cisão de espaços edificados, podendo provocar a formação de dois ou mais núcleos individualizados (estrutura polinucleada), como por exemplo em Sobreiró de Baixo, Santa Cruz, Candedo e Vale de Janeiro, quando localizada na envolvente, limita a expansão das aldeias (Vilar Seco de Lomba, Soutilha e Vilarinho).

Nestes aglomerados, é frequente a coabitação da edificação com as parcelas agrícolas, em virtude da procura terrenos mais húmidos e com maior aptidão agrícola. Surgem frequentemente paisagens de amplos horizontes, embelezadas pelos prados férteis ou lameiros, que se situam perto das povoações e servem de sustento aos animais e onde crescem as principais culturas da região (cultura do centeio, trigo e da batata).

Tal como nos restantes agrupamentos de aldeias, as origens do desenvolvimento urbano destes estão associadas a um núcleo primitivo de traçado orgânico, com ruas estreitas, por vezes tortuosas

As áreas habitadas distribuem-se, como se referiu, em núcleos, com povoamento semi-disperso, servidos por caminhos que por sua vez dão ligação às pequenas explorações agrícolas. As casas, com rés-do-chão e primeiro andar, em geral dispostas em banda e de paredes meias, são construídas em xisto da região. Abrigam sob o mesmo tecto, habitação, estábulos, celeiros e, por vezes, adegas. Junto das casas, há quintais e hortas onde cada família planta legumes para uso caseiro. A maioria das habitações são antigas e pelo facto de serem construídas em xisto e barro obrigam a constantes obras de restauro.

Os aglomerados de Carvalhas (Montouto), Contim (Santalha), Cruz de Revelhe (Tuizelo) Minas da Ervedosa (Ervedosa) e Negreda (Celas), apresentam dimensões tão pequenas que se tornou impossível determinar o seu tipo desenvolvimento urbano.

7. PLANOS, COMPROMISSOS E INTENÇÕES

7.1 INTRODUÇÃO

Neste capítulo pretende-se fazer uma síntese dos planos eficazes com implicações no território concelhio de Vinhais, focando os seus principais objectivos e opções, assim como efectuar uma breve referência àqueles que se encontram em elaboração, procurando, desta forma, agilizar a articulação do PDM (na sua 1ª revisão) com os restantes Instrumentos de Gestão Territorial.

As pretensões resultantes da prévia consulta pública e os compromissos e intenções para o Concelho são também objecto de análise.

7.2 PLANOS E ESTUDOS EFICAZES OU EM ELABORAÇÃO NO CONCELHO DE VINHAIS

No território deste concelho existem três instrumentos de planeamento **eficazes**:

- Plano de Bacia Hidrográfica do Douro;
- Plano Director Municipal de Vinhais;
- Plano de Urbanização de Vinhais.

No que se refere a planos em **elaboração**, há a referir:

- Plano Regional de Ordenamento do Território de Trás-os-Montes e Alto Douro;
- Plano de Ordenamento do Parque Natural de Montesinho;
- Plano de Salvaguarda do Núcleo Histórico de Vinhais.

O **PDM em vigor**, prevê a execução de alguns Planos, designadamente a elaboração de dois Planos de Urbanização, de seis Planos de Salvaguarda e Valorização e de dois Planos de Pormenor, no entanto, saliente-se que grande parte destes PMOT ainda não foram desenvolvidos. Desconhece-se se é intenção da Câmara manter a proposta destas UOPG.

É de salientar ainda a existência do Plano de Desenvolvimento Sustentado da Floresta do concelho de Vinhais, um plano de âmbito estratégico, com vista à criação de um plano de intervenção florestal, que organize e valorize os aspectos ecológicos, sociais e económicos, visando a aplicação integrada e sustentada das acções florestais, tendo em conta a articulação com a legislação em vigor e com os instrumentos de desenvolvimento e planeamento territorial. Este trabalho, para além de descrever as várias metodologias e procedimentos aplicados, apresenta um conjunto de informações relevantes para efeitos florestais, assim como uma proposta de plano de ordenamento. A proposta de plano de ordenamento definida pretende orientar tanto o simples

proprietário, que decide intervir nas suas parcelas, como o político, que pretende montar uma estratégia de actuação florestal no concelho.

De seguida, faz-se uma análise mais pormenorizada das opções de cada um dos Planos em vigor e em elaboração:

7.2.1 Plano de Bacia Hidrográfica do Douro

Os Planos de Bacia Hidrográfica têm por principal objectivo a definição de uma política de planeamento adequada, visando a valorização, a protecção e a gestão equilibrada dos recursos hídricos, assim como a sua correcta articulação com o desenvolvimento regional através da racionalização de usos. Este Plano, que deve ser entendido como um instrumento dinâmico, susceptível de ser actualizado, tem uma vigência de 9 anos, devendo ser iniciado o processo de revisão no prazo máximo de seis anos. O concelho de Vinhais é abrangido pelo Plano de Bacia Hidrográfica do Douro. Este plano sectorial foi **ratificado** pelo Decreto Regulamentar n.º 19/2001, publicado no D.R., 1ª Série – B de 10 de Dezembro de 2001. O PBH do Douro abrange uma área total de 18 854 Km².

7.2.2 Plano Director Municipal de Vinhais

O Plano Director Municipal, agora em fase de revisão, foi **ratificado** pela Resolução de Conselhos de Ministros n.º 56/95, publicada no D.R., 1ª Série – B, n.º 133 de 8 de Junho de 1995, alterada pela Resolução de Conselho de Ministros n.º 10/2000, publicada no D.R., 1ª Série – B, n.º 59 de 10 de Março de 2000.

Antes de mais, é necessário identificar os objectivos que estiveram subjacentes à elaboração do actual PDM. Como objectivos de desenvolvimento, são de salientar os seguintes:

- racionalizar e programar a expansão urbana;
- proporcionar a oferta de solo adequada à cobertura das necessidades de habitação e equipamento social indispensáveis à população e à instalação das actividades económicas d concelho;
- proteger e ordenar a estrutura verde territorial e urbana;
- preservar, recuperar e proteger o património cultural;
- estabelecer as bases para a melhoria das ligações do concelho ao exterior e das ligações internas;
- fornecer indicadores para o planeamento, designadamente para a elaboração de outros planos municipais de nível inferior ou de planos de natureza sub-regional, regional ou nacional;
- servir de enquadramento à elaboração de planos de actividade do município.

À luz do quadro legal em vigor na altura, no PDM estavam previstas três classes de espaços, discriminadas com maior pormenor nas cartas de ordenamento do concelho (à escala 1:25 000). O território concelhio encontra-se então dividido em:

Quadro 60: Espaços do PDM em vigor

Espaços Predominantemente Urbanos	Espaços Urbanos	
	Espaços Urbanizáveis	
	Espaços Verdes	- Verde Urbano - Verde de Protecção
	Espaços Industriais	
Espaços não Urbanos	Espaços Agrícolas I	- Espaços Agrícolas de Produção - Outras Áreas com Aptidão Agrícola
	Espaços Florestais	- Aptidão para Floresta de Produção - Aptidão Silvo-Pastoril
	Espaços Naturais	
	Espaços de vocação turística e recreativa	- Parque de Campismo - Praia Fluvial
	Espaços destinados à indústria extractiva	

Fonte: Planta de Ordenamento do PDM de Vinhais em vigor

O Plano define ainda cinco níveis de hierarquização urbana para os aglomerados do concelho, a saber:

- **Nível I** - vila de Vinhais;
- **Nível II** - Rebordelo e Moimenta;
- **Nível III** – Agrochão, Ervedosa, Espinhoso, Penhas Juntas e Vilar Seco da Lomba;
- **Nível IV** – Alvaredos, Candedo, Celas, Curopos, Edral, Edrosa, Fresulfe, Mofreita, Montouto, Nunes, Ousilhão, Paçó, Pinheiro Novo, Quiraz, São Jumil, Santa Cruz, Santalha, Soeira, Sobreiro de Baixo, Travanca, Tuizelo, Vale das Fontes, Vale de Janeiro, Vila Boa de Ousilhão, Vila Verde, Vilar d`Ossos, Vilar de Peregrinos;
- **Nível V** – todos os outros aglomerados que tenham um mínimo de 10 fogos licenciados e sejam servidos por arruamentos de utilização pública.

O **PDM em vigor**, prevê também a execução de alguns Planos, designadamente a elaboração de dois Planos de Urbanização, para Vinhais e para Rebordelo, a elaboração de seis Planos de Salvaguarda e Valorização para o núcleo histórico de Vinhais, para Moimenta, para Tuizelo, para Travanca, para Quintela e para Dine, e a elaboração de dois Planos de Pormenor para a zona de expansão do centro de Vinhais e para a zona industrial de Vinhais. Contudo, saliente-se que apesar do Plano de Urbanização de Vinhais já ter sido aprovado, e que grande parte dos restantes PMOT ainda não foram desenvolvidos.

Para além das questões comuns a todas as revisões dos PDM's, como a adequação à legislação em vigor, às novas bases cartográficas actualizadas e em suporte informático, às mais recentes orientações para o ordenamento do território e a adequabilidade à nova realidade, decorridos que estão 9 anos sobre ratificação deste PDM, os aspectos que se pretendem pesquisar foram abordados no capítulo I – Introdução e Enquadramento.

7.2.3 Plano de Urbanização de Vinhais

O Plano de Urbanização de Vinhais, foi **aprovado com condições** pelo Decreto n.º 172/92, publicado no D.R., 2ª Série – B, de 28 de Julho de 1992. A área de intervenção do PU corresponde ao perímetro urbano de Vinhais definido no Plano Director Municipal, embora com pequenos acertos. O Plano subdivide a vila em unidades que correspondem a categorias de uso de solo distintas, fazendo corresponder a cada uma delas regras urbanísticas, índices e parâmetros de dimensionamento. Como tal, foram criadas três zonas, para as quais foram tomadas as seguintes opções:

- **Zona Urbana Consolidada** – evitar o abandono do centro, com manutenção e renovação do parque edificado; preservar o património construído mediante a recuperação dos edifícios degradados; e valorizar e promover os espaços exteriores públicos.
- **Zona Urbana de Preenchimento** – preencher e colmatar a rentabilidade das infraestruturas existentes; privilegiar a implantação de equipamentos públicos em detrimento das áreas mais excêntricas do aglomerado; promover a habitação, complementada com unidades de comércio e serviços; e valorizar e promover os espaços públicos.
- **Zona Urbana de Expansão** – organização do espaço apoiado numa rede viária estruturante; e criação de índices e regras de ocupação para as zonas.

Para além destes, são também opções do Plano: constituir uma estrutura viária capaz de responder às necessidades de tráfego interno, e apresentar alternativas de dissuasão ao atravessamento do centro da Vila pelo tráfego de passagem; prever áreas de equipamento; definir o traçado das infraestruturas previstas; definir zonas verdes urbanas, de protecção e de enquadramento; e definir zonas de reserva de solo urbano.

7.2.4 Plano Regional de Ordenamento do Território de Trás-os-Montes e Alto Douro

Actualmente, em **fase de elaboração**, este plano inclui, para além do concelho de Vinhais, todo o território dos municípios de Alfândega da Fé, Alijó, Armamar, Boticas, Bragança, Carrazeda de Ansiães, Chaves, Cinfães, Freixo de Espada à Cinta, Lamego, Macedo de Cavaleiros, Mesão Frio, Miranda do Douro, Mirandela, Moimenta da Beira, Montalegre, Mogadouro, Murça, Penedono, Peso da Régua, Resende, Ribeira de Pena, São João da Pesqueira, Sabrosa, Santa Marta de Penaguião, Sernancelhe, Tabuaço, Tarouca, Torre de Moncorvo, Vale de

Paços, Vila Flor, Vila Nova de Foz Côa, Vila Pouca de Aguiar, Vila Real e Vimioso. A elaboração deste Plano foi determinada pela Resolução de Conselhos de Ministros n.º 124/2003, publicada no D.R. n.º 198 de 28 de Agosto de 2003, que visa a prossecução dos seguintes objectivos estratégicos:

- a) “Definir a estratégia de desenvolvimento e o modelo territorial da região de Trás-os-Montes e Alto Douro, no quadro dos grandes objectivos de desenvolvimento económico e social definidos a nível nacional e regional, de acordo com os princípios gerais de sustentabilidade e de qualificação ambiental, paisagística e urbanística do território, e constituindo a base para a elaboração do próximo plano de desenvolvimento regional (PDR);
- b) *Articular, neste âmbito, as diferentes políticas sectoriais com incidência espacial, com destaque para o ambiente, acessibilidades, transportes, agricultura e desenvolvimento rural, economia, turismo e património cultural;*
- c) *Afirmar a identidade e integridade regional, promovendo a coesão e equidade territorial internas e a integração externa, numa perspectiva de valorização da diversidade e da complementaridade no desenvolvimento de actividades e de desempenho de funções;*
- d) *Promover a estruturação do território, definindo a configuração do sistema urbano regional e os seus perfis em articulação com as redes estruturantes de infra-estruturas, equipamentos e serviços, com as áreas prioritárias para localização de actividades económicas e de grandes investimentos públicos e com o desempenho de funções de apoio ao desenvolvimento do meio rural;*
- e) *Definir a rede de infra-estruturas estruturantes de acessibilidade, mobilidade e comunicação e identificar os eixos, áreas e valências a privilegiar na articulação externa, tendo em vista a sua racionalização e a qualificação do sistema territorial;*
- f) *Definir orientações para o desenvolvimento de actividades no espaço rural, promovendo a afirmação das especificidades locais e a diversificação da base económica na óptica da valorização das actividades inerentes ao meio rural;*
- g) *Identificar a estrutura de protecção e valorização ambiental, integrando as áreas protegidas ou classificadas e outras áreas ou corredores ecológicos relevantes do ponto de vista dos recursos e valores naturais e da estruturação do território, fundamentando-a em termos de continuidade com as unidades territoriais vizinhas e explicitando critérios de identificação das redes ecológicas municipais, que a um outro nível a complementam;*
- h) *Defender o valor da paisagem, nas suas subunidades, bem como o património natural e cultural enquanto elementos de identidade da região e factores directos e indirectos da qualidade de vida*

individual e social das populações, promovendo a sua protecção, ordenamento, gestão e valorização, em articulação com o desenvolvimento das actividades humanas;

- i) Reforçar a coesão social e territorial regional, visando a redução das assimetrias intra-regionais e a definição de padrões mínimos de provimento de bens e serviços públicos fundamentais;*
- j) Estabelecer os mecanismos necessários para assegurar uma melhor integração e coordenação das intervenções públicas com incidência territorial, a partir de uma visão global dos problemas regionais;*
- k) l) Garantir mecanismos de monitorização e avaliação da execução das orientações do PROT - TMAD;*
- l) Contribuir para a formulação da política nacional e regional de ordenamento do território e servir de quadro de referência das decisões da Administração na elaboração de outros instrumentos de gestão territorial, no quadro relacional estabelecido pelo Decreto-Lei n.º 380/99, de 22 de Setembro.”*

7.2.5 Plano de Ordenamento do Parque Natural de Montesinho

O Plano de Ordenamento do Parque Natural de Montesinho, cuja elaboração foi determinada por Despacho conjunto de 9 de Dezembro de 1996, aplica-se à área Parque Natural de Montesinho, abrangendo parte da zona Norte dos concelhos de Vinhais e de Bragança. Encontra-se **em elaboração**.

O plano tem um prazo de execução de dois anos e está a ser elaborado pela Comissão de Coordenação do Desenvolvimento Regional do Norte juntamente com a Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro e o Instituto Politécnico de Bragança.

Os principais objectivos inerentes à criação do Parque foram:

- a) Preservar as espécies animais e vegetais e os habitats naturais que apresentem características peculiares, quer pela sua raridade e valor científico, quer por se encontrarem em vias de extinção;*
- b) Preservar os biótopos e as formações geológicas, geomorfológicas e espeleológicas notáveis;*
- c) Preservar ou recuperar os habitats da fauna migratória;*
- d) Preservar os locais que apresentem um interesse especial e relevante para a evolução natural dos processos ecológicos;*
- e) Preservar e conservar o património natural e paisagístico de todos os impactes negativos que possam resultar directa ou indirectamente de actividades humanas;*

- f) *Promover um modelo de desenvolvimento sustentado, demonstrativo de uma estreita articulação entre a gestão e preservação do património natural e a valorização das manifestações humanas locais;*
- g) *Instituir a participação e o envolvimento activo da população local na prossecução dos objectivos do Parque Natural;*
- h) *Valorizar todas as manifestações peculiares da cultura local;*
- i) *Criar condições que propiciem o lazer e o recreio, numa perspectiva de sensibilização e educação ambiental.*

7.2.6 Plano de Salvaguarda do Núcleo Histórico de Vinhais

Este Plano, em **fase de elaboração**, abrange o núcleo histórico de Vinhais, inserido no perímetro da Vila. Visa propor medidas concretas conducentes à conservação e recuperação deste núcleo, e ainda a prevenir futuras intervenções de carácter descaracterizador, criando um conjunto de medidas de incentivo, através, por exemplo, da redução das taxas de licenciamento nas obras de manutenção.

7.3 COMPROMISSOS E INTENÇÕES

Além dos PMOT referidos, que a Câmara Municipal de Vinhais se encontra a elaborar ou tem intenção de elaborar, existem uma série de outros projectos ou intenções camarárias, ou de outros actores, que interessa destacar:

- Zona Industrial – implementação de um espaço industrial em Rebordelo, que sirva os aglomerados das proximidades e que albergue as empresas interessadas em instalar-se no concelho; expansão da zona industrial de Vinhais;
- Implementação de um Parque Biológico em Cidadelha – situado na freguesia de Vinhais, este parque integra uma área temática que visa a valorização da flora existente assim como a salvaguarda das espécies animais domésticas e selvagens da região. O projecto do parque encontra-se em fase final, prevendo uma zona central, onde se localizam as construções e estruturas de apoio, uma primeira área de influência, que inclui o castro, alguns moinhos e a barragem existente, e uma segunda área de influência, mais abrangente.
- Remodelação e Regualificação do Parque Desportivo de Vinhais, prevendo a construção de um Pavilhão Gimnodesportivo, o alargamento do tanque de aprendizagem da piscina coberta, algumas intervenções no Estádio Municipal, a construção de um Centro de Acolhimento para desportistas ou estudantes e a introdução de melhoramentos em toda a zona envolvente do Parque, dotando-se de condições para a prática de actividades de manutenção física ao ar livre.

- Implementação de pólos de equipamentos, em Rebordelo, em Vinhais e em Tuizelo, que alberguem as opções relacionadas com a instalação de estabelecimentos do 1ºCiclo do EB.

Pretende-se ainda reestruturar/ criar equipamentos nos aglomerados através da elaboração de estudos que permitam detectar carências existentes e otimizar a rede existente, dotando os aglomerados de equipamentos e serviços básicos à população, e ainda incentivar a reutilização de imóveis para o efeito (em execução em alguns aglomerados). Mencionando-se desde já, e para a vila de Vinhas, a intenção de implementar um espaço vocacionado para a actividade física, aproveitando a localização da EB2/ 3 e do campo de futebol e de construir um edifício para o pré-escolar junto às piscinas cobertas. Está também prevista a implementação de lares de 3ª idade nos aglomerados de Agrochão, de Vila Boa de Ousilhão e de Moimenta, assim como algumas unidades de Centros de Noite.

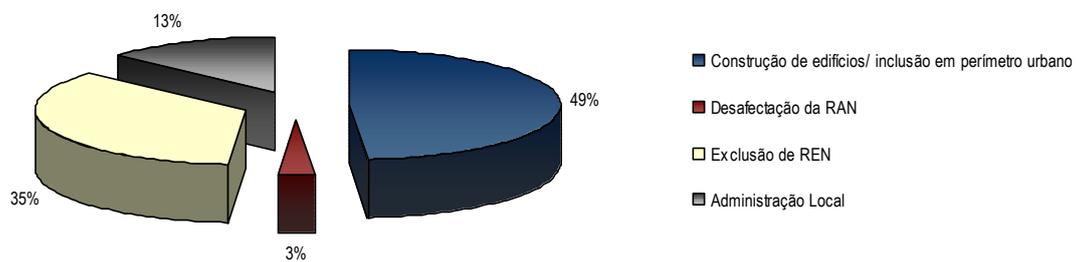
7.4 PRETENSÕES RESULTANTES DA PRÉVIA CONSULTA PÚBLICA

A legislação em vigor (D.L. n.º 310/2003 de 10 de Dezembro) no âmbito dos Planos Municipais de Ordenamento do Território, consagra a participação pública dos cidadãos no processo de planeamento, devendo para tal a Câmara Municipal facilitar o acesso de todos os interessados aos elementos relevantes para que possam conhecer o estado dos trabalhos e formular sugestões. Dentro desta filosofia, a revisão do PDM tem que ser também precedida de uma consulta pública. Neste contexto, foram apresentadas à Câmara Municipal diversas sugestões e pretensões, que se agruparam nas seguintes categorias (a sua identificação consta da Planta anexa):

- Pretensões particulares para construção de edifícios/ inclusão em perímetro
- Pretensões para desafecção da RAN
- Pretensões para exclusão da REN
- Pretensões da Administração Local
- Sugestões

O agrupamento das pretensões por categorias evidenciou, desde logo, que a grande maioria corresponde a pretensões para construção de edifícios e inclusão em perímetro urbano. O gráfico abaixo, indica a percentagem que cada tipo de pretensão representa no total das pretensões apresentadas.

Figura 37: Pretensões e sugestões apresentadas na consulta pública, agrupadas por categorias

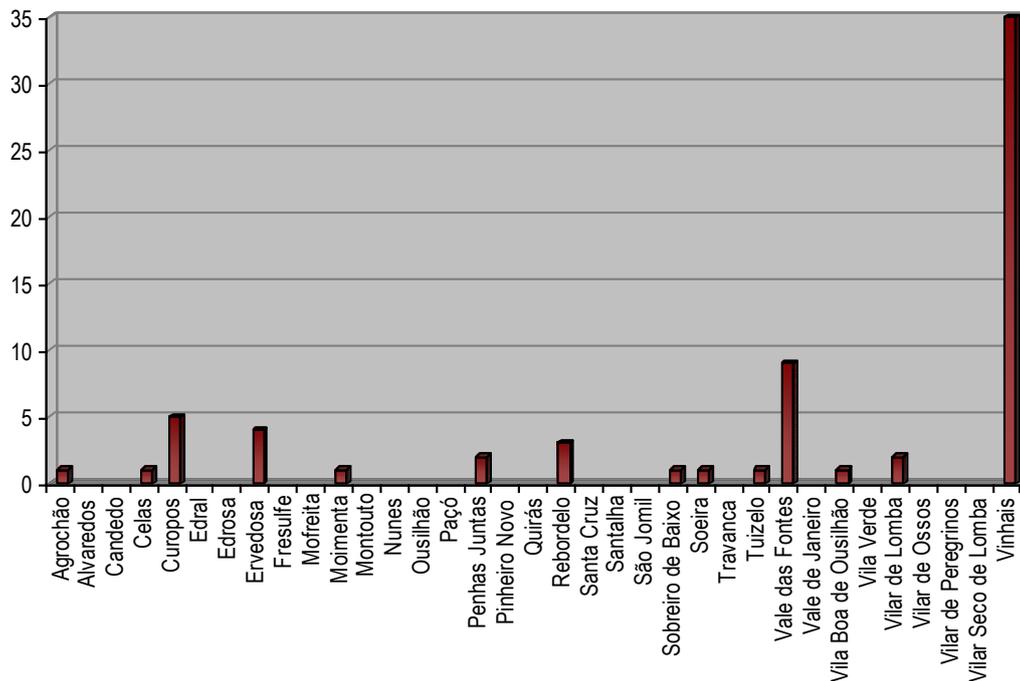


Fonte: Plural

Note-se que, na maior parte dos casos, as pretensões têm como objectivo a construção de edifícios ou a inclusão em perímetro, pelo que a análise efectuada deve ser tomada como meramente ilustrativa da forma como as pretensões foram apresentadas pelos requerentes. Podem, inclusivamente, ocorrer casos em que uma pretensão se enquadra em mais do que um tipo (ex: uma pretensão apresentada como mudança de classe/categoria de espaço podia ser incorporada no grupo das pretensões para exclusão da REN, caso o terreno em causa estivesse sob este regime).

Uma vez cartografadas, foi possível fazer uma leitura espacial sobre as situações que predominam e os locais de maior pressão. Assim sendo, ressalta a incidência destas pretensões nas freguesias de Vinhais e de Vale de Fontes, com, respectivamente, 35 e 9 das 68 pretensões recebidas. Como seria de esperar, estas geralmente ocorrem com maior “densidade” nas áreas próximas aos perímetros urbanos existentes e em aglomerados sem perímetro urbano definido, o que é facilmente explicável pelo facto das pessoas considerarem que, os seus terrenos, estando próximos de zonas urbanas ou integrados em pequenos núcleos urbanos, e muitas vezes próximos de zonas infraestruturadas, são, legitimamente, propensos à edificação.

Figura 38: Distribuição das pretensões e sugestões, apresentadas na consulta pública, pelas freguesias do concelho



Fonte: Câmara Municipal de Vinhais. Tratamento de dados - Plural

Os pedidos para construção de edifícios/ inclusão em perímetro, surgem em oito freguesias do concelho – Vinhais (19), Vale das Fontes (6), Curopos (2), Ervedosa (2), Penhas Juntas (1), Rebordelo (1), Sobreiro Baixo (1) e Vila Boa de Ousilhão (1), embora com maior incidência nas seguintes zonas:

- Vinhais – a Nascente da Vila, junto à EN103; em frente ao campo de futebol na zona de Grilo; em frente ao cemitério; na rua de Baixo; na zona de Espido; na Quinta dos Riassós; a Sudoeste da Vila, ao longo da EM1014; e na zona a Poente da Vila, junto à EN103 e à zona da Portela.
- Vale das Fontes – a Noroeste do aglomerado de Vale das Fontes, ao longo da EM529-1 e em torno do aglomerado de Nuzedo de Baixo, junto à EM529 e a Nordeste do conjunto urbano.
- Curopos – Sudeste do conjunto urbano de Valpaço e em torno do cruzamento da EN103 para Palas.
- Ervedosa – a Nascente do Rio Tuela e de Nuzedo de Baixo, junto à EM529.

Em relação aos pedidos para exclusão de REN, existem 24, que ocorrem em 8 freguesias do concelho, tendo maior incidência na freguesia de Vinhais (15) e em Vale das Fontes (3):

- Vinhais – ao longo da EN316, na saída Noroeste da Vila; a Sudeste da Vila, junto ao Rio Tuela e a Sul do Bairro do Eiró e ao longo da EN103, na zona a Nascente do aglomerado.
- Vale das Fontes – em torno do aglomerado de Nuzedo de Baixo.

Da responsabilidade da Administração Local foram apresentadas sugestões e/ou pretensões de sete freguesias e uma sugestão por parte da Câmara Municipal:

- A Junta de Freguesia de Agrochão pretende o alargamento do perímetro urbano de Agrochão, para Norte, Nascente e Poente.
- A Junta de Freguesia de Celas pretende o alargamento do perímetro urbano de Moimenta, para Norte e Sul, ao longo da EM531.
- A Junta de Freguesia de Curopos pretende o alargamento do perímetro urbano de Curopos e de Valpaço.
- A Junta de Freguesia de Ervedosa pretende incluir em espaço urbano a rua do Souto, desde a casa da Senhora Pureza até à última construção; a rua 25 de Abril até ao alto dos Pinheiros, o caminho da Portela até ao Alto Seixo; a rua da Fonte das Nogueiras até ao vale Baixo; o bairro da capela até ao alto dos Val de Bacelos e a rua das Moreiras até à pipa do aglomerado de Ervedosa. Em Soutilha pretende incluir em perímetro a área entre o rio Tuela, ao longo da EM até à antiga casa da luz, o alto de Santa Barbara até ao Souto escuro e desde a rua do cemitério até ao cruzamento. E em Falgueiras pretende incluir em perímetro urbano o início e o fim da EN e o caminho que sai da capela em direcção à EN.
- A Junta de Freguesia de Moimenta pretende o alargamento do perímetro urbano de Moimenta, para Nascente e Poente.
- A Junta de Freguesia da Rebordelo pretende que seja permitida a construção de moradias com 2 pisos, ao longo da EN 216 (Rebordelo – Mirandela) até ao limite do concelho de Vinhais numa extensão de 600m, ao longo da estrada da Senhora de França numa extensão de 700m, ao longo da EN103 (Rebordelo - Vinhais) até ao limite do Caminho da Chãira numa extensão de 700m, ao longo da EN103 (Rebordelo - Chaves), até ao limite da curva das Olgas numa extensão de 500m, ao longo do Caminho da Canada até ao cruzamento com a EN103 (Rebordelo – Chaves) numa extensão de 200m, ao longo do caminho dos campos até ao campo de futebol numa extensão de 150m, ao longo da Estrada de Vale das Fontes até Trás-Souto numa extensão de 400m e ao longo do caminho da Travessa desde o cruzamento da EN215 (Rebordelo-Mirandela) até ao cruzamento da Travessa numa extensão de 200m e numa faixa de 50m a partir das bermas para todos os pedidos de alargamento.
- A Junta de Freguesia de Vilar de Lomba pretende o alargamento do perímetro urbano de Vilar de Lomba, para Norte e Sul.

A Administração Central apresenta a proposta de articulado para definição dos Espaços de Indústria Extractiva, para ser tomado em consideração na presente revisão do PDM.

Todas as pretensões/sugestões recebidas serão ponderadas e tomadas em consideração, tanto ao nível individual, como ao nível de uma abordagem global. Contudo, isto não significa que venham a ser atendidos todos os intentos dos requerentes, já que, a análise técnica a elaborar, incidirá, essencialmente, sobre perspectivas de ordem estratégica e de viabilidade física, económica, social e ambiental.

7.5 SÍNTESE CONCLUSIVA

No que diz respeito aos instrumentos de planeamento importa salientar a existência de 3 planos com acção sobre o território concelhio (Plano de Bacia Hidrográfica do Douro; Plano Director Municipal e Plano de Urbanização de Vinhais) e de 3 planos em elaboração: Plano Regional de Ordenamento do Território de Trás-os-Montes e Alto Douro; o Plano de Ordenamento da Área Protegida do Parque Natural de Montesinho e o Plano de Salvaguarda do Núcleo Histórico de Vinhais.

De âmbito estratégico, é de referir a existência do Plano de Desenvolvimento Sustentado da Floresta do concelho de Vinhais.

Relativamente às pretensões apresentadas durante o período de prévia consulta pública, estas incidem com maior pressão nas freguesias de Vinhais e de Vale das Fontes, sendo que a maioria corresponde a pretensões para construção de edifícios ou para inclusão em perímetro, logo seguidas das pretensões particulares para exclusão de REN (naturalmente com vista à construção de edifícios). Ressalve-se que, apesar da sua importância enquanto elementos de dinamização do processo de planeamento e de aproximação do Plano às necessidades da população, não há qualquer obrigatoriedade na aceitação ou na aplicação destas pretensões.

8. HABITAÇÃO

8.1 INTRODUÇÃO

A questão habitacional é um dos principais factores que levam à transformação do território, daí que, já os Decretos-Lei n.º 69/90 de 2 de Março e o n.º 211/92, de 8 de Outubro, que regulavam os Planos Municipais de Ordenamento do Território (PMOT), definiam, como um dos objectivos destes Planos, "*determinar as carências habitacionais, enquadrando as orientações e soluções adequadas no âmbito da política de habitação*" (Art.º 5º, n.º 2, alínea C)).

De acordo com a actual legislação (Decreto-Lei n.º 380/99 de 22 de Setembro, alterado pelo D.L. n.º 310/2003, de 10 de Dezembro), "*o Plano Director Municipal estabelece o modelo de estrutura espacial do território municipal, constituindo uma síntese da estratégia de desenvolvimento e ordenamento local prosseguida, (...)*" (Art.º 84º, n.º 1), no âmbito da qual deverá enquadrar-se a política de habitação do município.

Mais à frente, o mesmo diploma explicita, no artigo relativo ao conteúdo material do Plano, que o "Plano Director Municipal define um modelo de organização municipal do território, nomeadamente estabelecendo: (...) i) a definição de programas na área habitacional; (...)" (Art.º 85º, do mesmo diploma).

Não sendo tão pormenorizado, em termos de conteúdo nesta matéria, o actual diploma tem implícito, contudo, o cálculo das carências habitacionais, bem como a estimativa das necessidades previsíveis no período de vigência do Plano, pois só em função daquelas se poderão definir os programas habitacionais, mencionados no Art.º 85º do D.L. n.º 380/99 de 22 de Setembro.

Neste contexto, as características da problemática da habitação combinadas com o quadro legal e administrativo das actuações autárquicas nesta matéria e com as normas estabelecidas no DL n.º 380/99 de 22 de Setembro, recomendam que os PDM desenvolvam os respectivos conteúdos baseando-se em três pontos essenciais:

1. Caracterização da situação - O objectivo desta componente é o de reunir, de forma operacionalizável, o conjunto de informações sobre as situações e os processos definidores da situação existente, nomeadamente na vertente das situações de carência.
2. Estimativa dos parâmetros de planeamento - Os parâmetros de planeamento destinam-se a estabelecer o enquadramento quantificado da intervenção camarária no sector da habitação. Eles fazem a articulação entre o estudo da situação existente e a definição das medidas a tomar com base nos instrumentos disponíveis e nas necessidades previsíveis no período de vigência do Plano.

3. Orientação e medidas de política (definição de programas) - Esta componente consiste na apresentação de propostas/programas ao nível da política de habitação, da produção de habitação social, da reabilitação do parque existente, etc.

O presente Relatório (1ª fase do PDM) integra o ponto **1 - Caracterização da Situação**. Dentro deste capítulo autonomizam-se dois sub-capítulos:

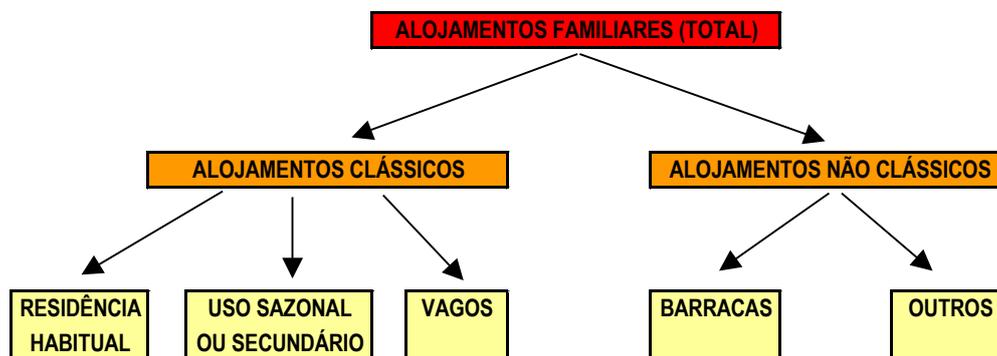
I - O Parque Habitacional: Indicadores Fundamentais de Diagnóstico, que aborda os seguintes temas:

- a) População, alojamentos, famílias, edifícios e indicadores médios de ocupação;
- b) Épocas de construção e dinâmicas de crescimento;
- c) Tipo de alojamentos, formas de ocupação e edifícios segundo o número de alojamentos;
- d) Condições de habitabilidade.

II - Avaliação das Carências Habitacionais, onde é sistematizado e sintetizado, de forma operacional, o conteúdo do ponto anterior e onde são quantificadas as carências habitacionais, por freguesia.

No Relatório final serão tratados os dois outros pontos, nomeadamente a Estimativa dos Parâmetros de Planeamento e as Orientação e Medidas de Política (definição de programas). Será nesse momento que, com base nas carências actuais e nas necessidades estimadas para o horizonte do Plano, se indicará o número previsível de alojamentos que será necessário edificar nos próximos dez anos, em Vinhais, e se identificarão os programas mais adequados para a sua concretização.

O presente capítulo integra já os Resultados Definitivos do XIV Recenseamento Geral da População e IV da Habitação, cujas designações mais comuns se apresentam de seguida:



NOTAS:

Alojamentos Familiares (Total) = Alojamentos Clássicos + Alojamentos Não Clássicos.

Alojamentos das Famílias Residentes = Alojamentos de Residência Habitual + Alojamentos Não Clássicos.

Alojamentos Familiares Ocupados = Alojamentos de Residência Habitual + Aloj. de Uso Sazonal ou Secundário.

A abordagem realizada neste capítulo foi, tanto quanto possível, dirigida aos objectivos a atingir, embora a informação disponível nem sempre esteja adaptada à análise aprofundada da problemática habitacional. Tanto por um motivo, como pelo outro, sugere-se que se considere, sobretudo, o cálculo das carências habitacionais estruturalmente indicativo.

8.2 O PARQUE HABITACIONAL: INDICADORES FUNDAMENTAIS DE DIAGNÓSTICO

8.2.1 População, alojamentos, famílias, edifícios e indicadores médios de ocupação

População e Alojamentos

O parque habitacional do concelho de Vinhais era constituído, em Março de 2001, por 6805 alojamentos que albergavam 10646 pessoas, dos quais, aproximadamente 61% eram ocupados como residência habitual. Relativamente à década anterior registou-se um aumento de 901 alojamentos (+15,3%) e uma perda de 2081 indivíduos (-16,4%).

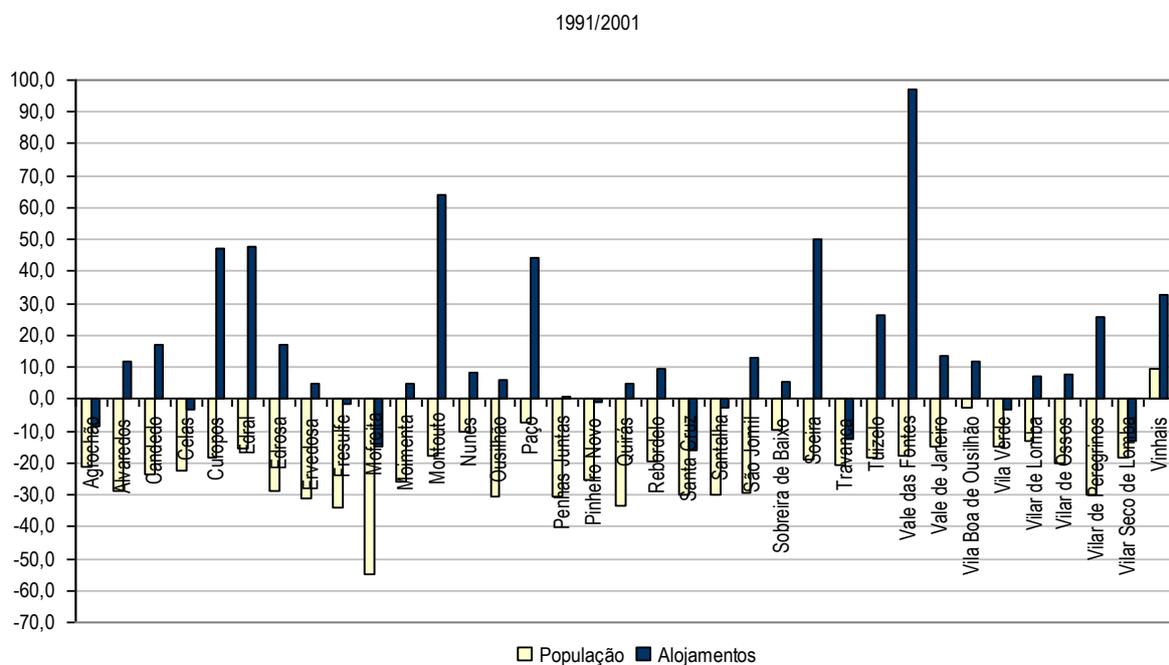
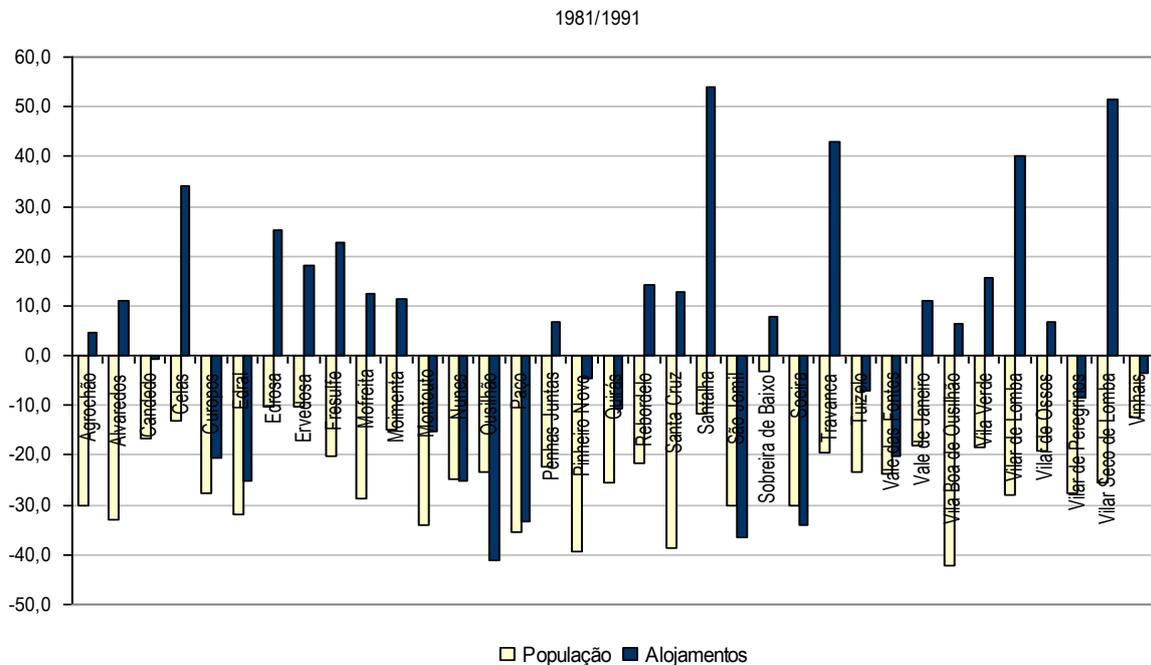
No contexto regional, e em termos de evolução recente, o concelho de Vinhais apresenta comportamentos semelhantes relativamente ao Alto de Trás-os-Montes, tanto em termos demográficos, como habitacionais. Efectivamente, em termos demográficos, em ambas unidades territoriais, verificou-se um decréscimo populacional, embora, em termos relativos, esse decréscimo tenha sido muito mais acentuado no concelho do Vinhais (o Alto de Trás-os-Montes perdeu 5,1% da sua população, enquanto que o concelho de Vinhais perdeu 16,4%), sendo que, ao nível do parque habitacional, o Alto de Trás-os-Montes e o concelho de Vinhais, entre 1991 e 2001, aumentaram o seu parque habitacional em cerca de 15%.

Internamente, o comportamento demográfico das freguesias do concelho, entre 1981 e 1991, baseou-se na diminuição populacional de todas as freguesias, sendo as freguesias de Vila Boa de Ousilhão (-42,1%), Pinheiro Novo (-39,5%), Santa Cruz (-38,7%), Paçó (-35,6%), Montouto (-34,1%) e Alvaredos (-33,1%) as mais atingidas pelo fenómeno da desertificação. Em 2001, verifica-se o reforço da tendência de decréscimo populacional generalizado em todas as freguesias, com excepção de Vinhais que aumentou o seu número de efectivos em cerca de 9,7%. Entre 1991 e 2001, as freguesias que sofreram as maiores perdas populacionais foram Mofreita (-54,6%), Fresulfe (-33,8%), Quirás (-33,2%) e Ervedosa (-31,0%).

Por seu lado, o comportamento do parque habitacional registou crescimentos distintos: se na década de 80 o aumento do número de alojamentos do concelho foi, somente, de 2%, tendo mais de metade (20) das freguesias do concelho contribuído para tal evolução (Cf. Quadro); na década de 90, verifica-se um reforço do aumento do número de alojamentos (+15,3%), tendo sido as freguesias de Vale das Fontes (+97%), Montouto (64,3%), Soeira (+50%), Edral (+47,5%) e Curopos (47,2%), as freguesias que registaram um maior aumento do seu parque habitacional.

São estes fenómenos que estão ilustrados nas figuras seguintes onde se contrapõe, para cada uma das décadas em análise, o crescimento relativo da população *versus* o crescimento dos alojamentos, por freguesia.

Figura 39 - : Evolução da população e dos alojamentos, por freguesia, entre 1981 e 2001 (%)



Fonte: Recenseamentos Gerais da População, INE - Portugal, 1981, 1991 e 2001

Quadro 61: População e Alojamentos por freguesia, em 1981, 1991 e 2001

Freguesias	População					Alojamentos				
	1981	1991	2001	Tx.Var 81/91 (%)	Tx.Var 91/01 (%)	1981	1991	2001	Tx.Var 81/91 (%)	Tx.Var. 91/01 (%)
Agrochão	533	373	293	-30,0	-21,4	242	253	231	4,5	-8,7
Alvaredos	175	117	83	-33,1	-29,1	54	60	67	11,1	11,7
Candedo	629	525	401	-16,5	-23,6	199	198	232	-0,5	17,2
Celas	541	470	365	-13,1	-22,3	197	264	256	34,0	-3,0
Curopos	469	340	278	-27,5	-18,2	155	123	181	-20,6	47,2
Edral	461	314	265	-31,9	-15,6	188	141	208	-25,0	47,5
Edrosa	287	258	184	-10,1	-28,7	95	119	139	25,3	16,8
Ervedosa	719	645	445	-10,3	-31,0	217	256	269	18,0	5,1
Fresulfe	189	151	100	-20,1	-33,8	62	76	75	22,6	-1,3
Mofreita	136	97	44	-28,7	-54,6	48	54	46	12,5	-14,8
Moimenta	293	249	184	-15,0	-26,1	131	146	153	11,5	4,8
Montouto	305	201	165	-34,1	-17,9	99	84	138	-15,2	64,3
Nunes	277	208	187	-24,9	-10,1	131	98	106	-25,2	8,2
Ousilhão	253	194	135	-23,3	-30,4	163	96	102	-41,1	6,3
Paço	396	255	236	-35,6	-7,5	135	90	130	-33,3	44,4
Penhas Juntas	492	382	265	-22,4	-30,6	163	174	175	6,7	0,6
Pinheiro Novo	281	170	127	-39,5	-25,3	129	123	122	-4,7	-0,8
Quirás	452	337	225	-25,4	-33,2	198	177	186	-10,6	5,1
Rebordelo	1054	828	665	-21,4	-19,7	341	389	425	14,1	9,3
Santa Cruz	168	103	72	-38,7	-30,1	55	62	52	12,7	-16,1
Santalha	506	447	312	-11,7	-30,2	154	237	231	53,9	-2,5
São Jumil	126	88	62	-30,2	-29,5	60	38	43	-36,7	13,2
Sobreira de Baixo	461	446	404	-3,3	-9,4	151	163	172	7,9	5,5
Soeira	212	148	120	-30,2	-18,9	88	58	87	-34,1	50,0
Travanca	186	150	119	-19,4	-20,7	56	80	70	42,9	-12,5
Tuizelo	806	617	505	-23,4	-18,2	284	264	333	-7,0	26,1
Vale das Fontes	686	522	430	-23,9	-17,6	212	169	333	-20,3	97,0
Vale de Janeiro	220	180	153	-18,2	-15,0	81	90	102	11,1	13,3
Vila Boa de Ousilhão	347	201	195	-42,1	-3,0	122	130	145	6,6	11,5
Vila Verde	344	281	240	-18,3	-14,6	129	149	144	15,5	-3,4
Vilar de Lomba	328	236	205	-28,0	-13,1	87	122	131	40,2	7,4
Vilar de Ossos	533	431	344	-19,1	-20,2	177	189	204	6,8	7,9
Vilar de Peregrinos	323	234	164	-27,6	-29,9	93	85	107	-8,6	25,9
Vilar Seco de Lomba	479	357	292	-25,5	-18,2	163	247	215	51,5	-13,0
Vinhais	2475	2172	2382	-12,2	9,7	932	900	1195	-3,4	32,8
Concelho de Vinhais	16142	12727	10646	-21,2	-16,4	5791	5904	6805	2,0	15,3
Alto Trás-os-Montes	272486	235241	223333	-13,7	-5,1	100893	119760	137733	18,7	15,0

Fonte: INE - Portugal, Recenseamentos Gerais da População e da Habitação, 1981, 1991 e 2001

Famílias

Nas duas últimas décadas são evidentes a diminuição da dimensão média das famílias e uma tendente alteração da estrutura familiar. Estes fenómenos não são particulares do concelho de Vinhais, mas são extensíveis à generalidade do território nacional.

A análise destas alterações é tanto mais importante quanto se sabe que estes fenómenos têm implicações óbvias na produção de habitação.

As famílias, à imagem da população, têm diminuído progressivamente no concelho de Vinhais, embora a um ritmo relativamente menor. Contudo, e apesar deste facto, entre os dois últimos momentos censitários, o número de pessoas por família passou de 3,5, em 1981, para 2,6 em 2001.

Qualquer redução da dimensão média das famílias, sobretudo quando as amplitudes de variação são maiores, têm efeitos directos na produção de habitação, na medida em que, para um mesmo universo populacional, surgem necessidades de alojamento diferentes (maiores necessidades, quanto menor for a dimensão da família. Para se compreender o efeito que esta diminuição da dimensão média das famílias tem na produção de habitação, refira-se o seguinte exemplo: se em 1981, para um universo de 1000 pessoas eram necessários 286 alojamentos, em 2001, seriam necessários, para o mesmo universo, mais 99, ou seja, 385 alojamentos.

Quadro 62: Variação da Dimensão Média das Famílias, por freguesia, no concelho de Vinhais, 1981 a 2001

Freguesias	Famílias			Tx. Var. 81/91	Tx. Var. 91/2001	Pess./Famíl.		
	1981	1991	2001			1981	1991	2001
Agrochão	162	143	118	-11,7	-17,5	3,3	2,6	2,5
Alvaredos	46	39	38	-15,2	-2,6	3,8	3,0	2,2
Candedo	170	170	161	0,0	-5,3	3,7	3,1	2,5
Celas	153	149	129	-2,6	-13,4	3,5	3,2	2,8
Curopos	137	119	104	-13,1	-12,6	3,4	2,9	2,7
Edral	138	113	112	-18,1	-0,9	3,3	2,8	2,4
Edrosa	76	87	72	14,5	-17,2	3,8	3,0	2,6
Ervedosa	202	204	182	1,0	-10,8	3,6	3,2	2,4
Fresulfe	61	57	53	-6,6	-7,0	3,1	2,6	1,9
Mofreita	38	32	23	-15,8	-28,1	3,6	3,0	1,9
Moimenta	108	87	71	-19,4	-18,4	2,7	2,9	2,6
Montouto	88	75	74	-14,8	-1,3	3,5	2,7	2,2
Nunes	74	67	73	-9,5	9,0	3,7	3,1	2,6
Ousilhão	76	72	59	-5,3	-18,1	3,3	2,7	2,3
Paço	104	87	90	-16,3	3,4	3,8	2,9	2,6
Penhas Juntas	131	126	105	-3,8	-16,7	3,8	3,0	2,5
Pinheiro Novo	88	63	51	-28,4	-19,0	3,2	2,7	2,5
Quirás	155	132	99	-14,8	-25,0	2,9	2,6	2,3
Rebordelo	287	271	260	-5,6	-4,1	3,7	3,1	2,6
Santa Cruz	52	36	32	-30,8	-11,1	3,2	2,9	2,3
Santalha	154	153	132	-0,6	-13,7	3,3	2,9	2,4
São Jumil	40	38	31	-5,0	-18,4	3,2	2,3	2,0
Sobreira de Baixo	127	131	127	3,1	-3,1	3,6	3,4	3,2
Soeira	71	55	48	-22,5	-12,7	3,0	2,7	2,5
Travanca	56	49	35	-12,5	-28,6	3,3	3,1	3,4
Tuizelo	232	221	214	-4,7	-3,2	3,5	2,8	2,4
Vale das Fontes	196	169	165	-13,8	-2,4	3,5	3,1	2,6
Vale de Janeiro	69	73	65	5,8	-11,0	3,2	2,5	2,4
Vila Boa de Ousilhão	102	82	80	-19,6	-2,4	3,4	2,5	2,4
Vila Verde	110	96	94	-12,7	-2,1	3,1	2,9	2,6

Freguesias	Famílias			Tx. Var. 81/91	Tx. Var. 91/2001	Pess./Famíl.		
	1981	1991	2001			1981	1991	2001
Vilar de Lomba	79	83	77	5,1	-7,2	4,2	2,8	2,7
Vilar de Ossos	150	146	138	-3,3	-4,8	3,6	3,0	2,5
Vilar de Peregrinos	77	79	72	2,6	-8,9	4,2	3,0	2,3
Vilar Seco de Lomba	142	134	124	-5,6	-7,5	3,4	2,7	2,4
Vinhais	689	679	855	-1,5	25,9	3,6	3,2	2,8
Concelho de Vinhais	4640	4317	4163	-7,0	-3,6	3.5	2.9	2.6
Alto Trás-os-Montes	77438	76431	81918	-1.3	7.2	3.5	3.1	2.7

Fonte: INE - Portugal, Recenseamentos Gerais da População e da Habitação, 1981, 1991 e 2001

Edifícios

Em 1991, o concelho de Vinhais detinha um parque edificado composto por 5878 edifícios, tendo registado relativamente a 1981, um incremento de 4,8% (+ 270 edifícios). Na década seguinte, o incremento do número de edifícios foi maior em termos relativos e absolutos (12,9% e 760 edifícios), tendo-se atingido, em 2001, um parque edificado constituído por 6638 edifícios.

Dadas as características rurais do concelho e a conseqüente tipologia familiar predominante (moradia/edifício com um alojamento), a evolução ocorrida nas diferentes freguesias, ao nível dos edifícios, é muito semelhante à descrita para os alojamentos.

Quadro 63: Evolução dos Edifícios, por freguesia, no concelho de Vinhais, entre 1981 e 2001

Freguesias	1981	1991	2001	Taxa Var. 81/91 (%)	Taxa Var. 91/01 (%)
Agrochão	229	253	231	10,5	-8,7
Alvaredos	53	60	65	13,2	8,3
Candedo	152	197	231	29,6	17,3
Celas	197	261	253	32,5	-3,1
Curopos	144	123	179	-14,6	45,5
Edral	185	141	208	-23,8	47,5
Edrosa	95	116	139	22,1	19,8
Ervedosa	215	253	269	17,7	6,3
Fresulfe	62	76	77	22,6	1,3
Mofreita	48	53	46	10,4	-13,2
Moimenta	131	146	148	11,5	1,4
Montouto	99	84	138	-15,2	64,3
Nunes	128	98	105	-23,4	7,1
Ousilhão	163	96	102	-41,1	6,3
Paço	134	90	130	-32,8	44,4
Penhas Juntas	162	174	175	7,4	0,6
Pinheiro Novo	129	123	123	-4,7	0,0
Quirás	198	177	186	-10,6	5,1
Rebordelo	311	383	424	23,2	10,7
Santa Cruz	55	61	52	10,9	-14,8
Santalha	154	237	231	53,9	-2,5
São Jumil	60	38	43	-36,7	13,2

Freguesias	1981	1991	2001	Taxa Var. 81/91 (%)	Taxa Var. 91/01 (%)
Sobreira de Baixo	149	163	171	9,4	4,9
Soeira	88	58	87	-34,1	50,0
Travanca	56	80	70	42,9	-12,5
Tuizelo	283	264	333	-6,7	26,1
Vale das Fontes	212	169	304	-20,3	79,9
Vale de Janeiro	81	90	102	11,1	13,3
Vila Boa de Ousilhão	122	131	145	7,4	10,7
Vila Verde	129	149	142	15,5	-4,7
Vilar de Lomba	87	121	131	39,1	8,3
Vilar de Ossos	175	186	204	6,3	9,7
Vilar de Peregrinos	93	85	107	-8,6	25,9
Vilar Seco de Lomba	162	247	215	52,5	-13,0
Vinhais	867	895	1072	3,2	19,8
Concelho de Vinhais	5608	5878	6638	4,8	12,9

Fonte: PDM em vigor; INE - Portugal, Recenseamentos Gerais da População e da Habitação, 1991 e 2001

Indicadores médios de ocupação

Os níveis de ocupação dos alojamentos podem ser, genericamente, avaliados, a partir de indicadores médios, tendo por base os alojamentos clássicos ocupados como residência habitual por famílias clássicas.

O concelho de Vinhais registando valores médios idênticos à Região em que se insere, apresentava, em 2001, 1,0 família por alojamento, 3,0 pessoas por alojamento, 1,0 pessoas por divisão e 5,0 divisões por alojamento.

Representando valores médios, estes indicadores escondem, obviamente, situações críticas, nomeadamente situações de famílias que partilham o mesmo alojamento, bem como a existência de alojamentos superlotados e de situações de falta de condições de habitabilidade, como se terá oportunidade de observar, mais adiante.

Quadro 64: Evolução dos Indicadores Médios de Ocupação, entre 1991 e 2001

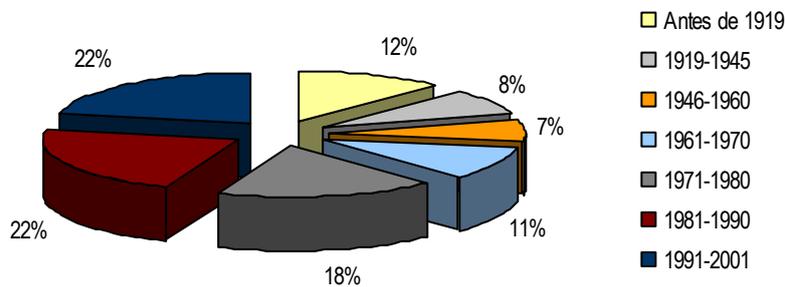
Indicadores	Divisões/ Alojamento		Famílias/ Alojamento		Pessoas/ Alojamento		Pessoas/ Divisão	
	1991	2001	1991	2001	1991	2001	1991	2001
Unidade geográfica								
Concelho de Vinhais	4.7	5	1	1	3	3	0.6	1
Alto Trás-os-Montes	4.8	5	1	1	3.1	3	0.6	1
Região Norte	4.6	5	1	1	3.5	3	0.8	1

Fonte: INE - Portugal, Recenseamentos Gerais da População e da Habitação, 1991 e 2001

8.2.2 Épocas de construção e dinâmicas de crescimento

Desde 1970 até à actualidade (Março 2001), construiu-se mais de metade (62%) do parque edificado existente no concelho de Vinhais (edifícios de habitação, de comércio e serviços e mistos), reflectindo a relativa juventude daquele. No entanto, verifica-se que 12% dos edifícios do concelho são ainda anteriores a 1919.

Figura 40: Edifícios segundo a época de construção, no concelho de Vinhais (em %)



Fonte: INE - Portugal, XIV Recenseamento Geral da População e IV da Habitação 2001

Através do quadro seguinte é possível verificar que as épocas de construção dos edifícios do concelho de Vinhais não distam muito das da região em que se insere, (61% dos edifícios da região do Alto deTrás-os-Montes são posteriores a 1970, registando-se, em Vinhais, apenas mais um ponto percentual em relação a esse valor).

Internamente, as freguesias cuja evolução relativa foi mais significativa na década de 90, traduzindo assim uma maior dinâmica construtiva, foram Mofreita, Celas, Ousilhão, Moimenta, Quirás e Rebordelo.

Quadro 65: Edifícios segundo a época de construção, por freguesia, no concelho de Vinhais (em %)

Freguesias	Total de Edifícios	Antes 1919	1919 a 1945	1946 a 1960	1961 a 1970	1971 a 1980	1981 a 1990	1991 a 2001
Agrochão	231	22,9	15,6	2,6	3,5	18,6	19,9	16,9
Alvaredos	65	13,8	1,5	4,6	9,2	24,6	13,8	32,3
Candedo	231	5,2	0,9	1,7	10,8	33,3	34,6	13,4
Celas	253	3,2	2,4	4,3	7,9	12,3	44,3	25,7
Curopos	179	6,7	21,8	7,3	10,6	24,6	21,8	7,3
Edral	208	37,5	4,3	3,8	13,0	17,3	13,5	10,6
Edrosa	139	28,1	17,3	12,9	15,8	14,4	6,5	5,0
Ervedosa	269	8,2	11,9	8,2	6,3	11,9	25,3	28,3
Fresulfe	77	15,6	11,7	9,1	10,4	10,4	19,5	23,4
Mofreita	46	0,0	2,2	0,0	0,0	2,2	17,4	78,3
Moimenta	148	21,6	0,0	2,0	4,1	10,8	21,6	39,9
Montouto	138	73,2	0,0	1,4	0,7	5,8	14,5	4,3
Nunes	105	19,0	1,9	1,0	9,5	20,0	15,2	33,3
Ousilhão	102	13,7	3,9	1,0	5,9	13,7	27,5	34,3
Paço	130	5,4	10,0	3,8	6,2	18,5	24,6	31,5
Penhas Juntas	175	5,1	10,9	9,1	12,0	24,0	22,3	16,6
Pinheiro Novo	123	6,5	11,4	10,6	6,5	10,6	24,4	30,1
Quirás	186	10,8	4,3	4,3	9,1	11,8	23,1	36,6
Rebordelo	424	4,0	5,0	5,9	6,8	18,6	18,4	41,3
Santa Cruz	52	13,5	25,0	11,5	11,5	17,3	5,8	15,4
Santalha	231	6,1	6,9	14,3	16,0	21,6	21,2	13,9
São Jumil	43	4,7	9,3	18,6	18,6	16,3	25,6	7,0
Sobreira de Baixo	171	11,7	17,5	5,3	10,5	26,9	13,5	14,6
Soeira	87	16,1	12,6	6,9	11,5	26,4	20,7	5,7

Freguesias	Total de Edifícios	Antes 1919	1919 a 1945	1946 a 1960	1961 a 1970	1971 a 1980	1981 a 1990	1991 a 2001
Travanca	70	20,0	8,6	2,9	8,6	20,0	7,1	32,9
Tuizelo	333	5,7	5,1	4,5	17,7	19,2	24,3	23,4
Vale das Fontes	304	10,9	9,5	12,8	11,2	18,1	19,7	17,8
Vale de Janeiro	102	10,8	3,9	2,9	11,8	25,5	21,6	23,5
Vila Boa de Ousilhão	145	40,0	8,3	6,2	6,2	16,6	10,3	12,4
Vila Verde	142	19,0	2,8	2,8	15,5	16,2	31,7	12,0
Vilar de Lomba	131	20,6	3,1	4,6	9,9	16,0	23,7	22,1
Vilar de Ossos	204	4,4	11,3	8,8	12,3	11,8	21,6	29,9
Vilar de Peregrinos	107	4,7	16,8	8,4	13,1	29,0	12,1	15,9
Vilar Seco de Lomba	215	3,7	14,0	8,4	10,7	21,4	23,3	18,6
Vinhais	1072	5,8	9,4	8,8	14,0	18,5	24,9	18,7
Concelho de Vinhais	6638	12,1	8,5	6,7	10,6	18,2	22,1	21,8
Alto Trás-os-Montes	120285	8,9	9,1	9,2	11,4	20,5	23,4	17,5

Fonte: INE - Portugal, XIV Recenseamento Geral da População e IV da Habitação 2001

Outros dados, obtidos a partir do quadro dos edifícios segundo a época de construção, nomeadamente o número médio de edifícios construídos por ano, tanto no concelho de Vinhais, como na região do Alto de Trás-os-Montes, evidenciam uma dinâmica (média) superior, da região relativamente à verificada no concelho.

Assim, os valores seguintes informam da posição de Vinhais em relação à média da região em que se insere, em que Vinhais apresentou, desde sempre, um ritmo de construção de edifícios inferior ao ritmo médio do Alto de Trás-os-Montes. Só entre 1991 e 2001, essa diferença, foi a seguinte: foram construídos, em média no concelho de Vinhais, 145 edifícios por ano, enquanto que no Alto de Trás-os-Montes, a média foi de 2099 edifícios por ano.

Quadro 66: Média de Edifícios por ano em Vinhais e em Alto Trás-os-Montes, entre 1919 e 2000

Período	Média de Edifícios/Ano no concelho de Vinhais	Média de Edifícios/Ano em Alto Trás-os-Montes
1919 – 1945	21,6	421,4
1946 – 1960	31,8	791,1
1961 – 1970	78,2	1517,4
1971 – 1980	134,2	2742,2
1981 – 1990	163,2	3129,9
1991 – 2000	144,7	2099,2

Fonte: INE, RGP; Cálculos próprios.

Interessa salientar que a retracção na construção de edifícios, na década de 90, relativamente à década anterior, no concelho de Vinhais, é acompanhada pela região do Alto de Trás-os-Montes.

8.2.3 Tipo de alojamentos, formas de ocupação e edifícios segundo o número de alojamentos

Tipo de alojamentos

O parque habitacional do concelho de Vinhais é constituído, quase na totalidade, por alojamentos clássicos (99,9%), sendo completamente insignificante o número de alojamentos não clássicos. Em 2001, existiam apenas 4 alojamentos não clássicos (2 barracas e 2 alojamentos improvisados).

Este cenário, referindo-se aos quantitativos em questão, é relativamente melhor que o registado uma década antes (em 1991 existiam 14 alojamentos não clássicos), sendo certo que este fenómeno é irrelevante no contexto global. No entanto, falar-se em alojamentos clássicos não quer dizer, forçosamente, que existam condições dignas de habitabilidade, pois poderão existir outros contextos que perturbem a habitabilidade, como a partilha de um mesmo alojamento, situações de sobrelotação ou de degradação do alojamento.

Quadro 67: Tipo de Alojamentos no concelho de Vinhais, 1991 e 2001

Freguesias	Alojamentos Clássicos		Barracas		Outros		Total	
	1991	2001	1991	2001	1991	2001	1991	2001
Agrochão	253	231	-	-	-	-	253	231
Alvaredos	60	67	-	-	-	-	60	67
Candedo	197	232	-	-	1	-	198	232
Celas	264	256	-	-	-	-	264	256
Curopos	123	181	-	-	-	-	123	181
Edral	141	208	-	-	-	-	141	208
Edrosa	115	139	-	-	4	-	119	139
Ervedosa	254	269	-	-	2	-	256	269
Fresulfe	76	75	-	-	-	-	76	75
Mofreita	54	46	-	-	-	-	54	46
Moimenta	146	153	-	-	-	-	146	153
Montouto	84	138	-	-	-	-	84	138
Nunes	98	106	-	-	-	-	98	106
Ousilhão	96	102	-	-	-	-	96	102
Paço	90	130	-	-	-	-	90	130
Penhas Juntas	174	175	-	-	-	-	174	175
Pinheiro Novo	123	122	-	-	-	-	123	122
Quirás	177	186	-	-	-	-	177	186
Rebordelo	387	425	-	-	2	-	389	425
Santa Cruz	61	52	1	-	-	-	62	52
Santalha	237	231	-	-	-	-	237	231
São Jumil	38	43	-	-	-	-	38	43
Sobreira de Baixo	163	171	-	1	-	-	163	172
Soeira	58	87	-	-	-	-	58	87
Travanca	80	70	-	-	-	-	80	70
Tuizelo	264	333	-	-	-	-	264	333
Vale das Fontes	169	332	-	-	-	1	169	333
Vale de Janeiro	90	101	-	-	-	1	90	102
Vila Boa de Ousilhão	130	145	-	-	-	-	130	145

Freguesias	Alojamentos Clássicos		Barracas		Outros		Total	
	1991	2001	1991	2001	1991	2001	1991	2001
Vila Verde	149	144	-	-	-	-	149	144
Vilar de Lomba	121	131	-	-	1	-	122	131
Vilar de Ossos	188	204	-	-	1	-	189	204
Vilar de Peregrinos	85	107	-	-	-	-	85	107
Vilar Seco de Lomba	247	215	-	-	-	-	247	215
Vinhais	898	1194	-	1	2	-	900	1195
Concelho de Vinhais	5890	6801	1	2	13	2	5904	6805

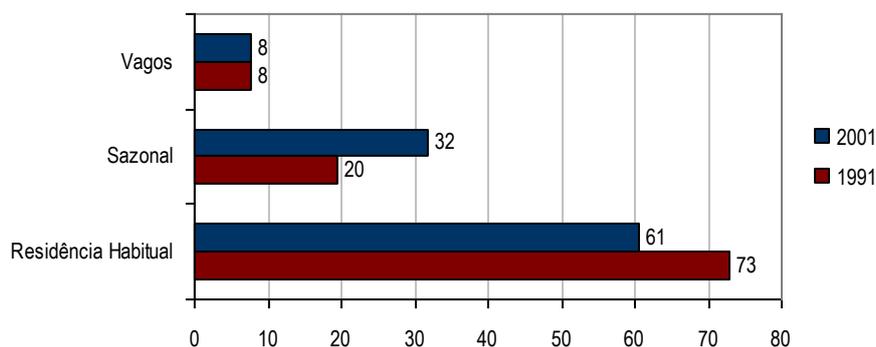
Fonte: INE - Portugal, Recenseamentos Gerais da População e da Habitação, 1991 e 2001

Formas de Ocupação

Os alojamentos ocupados como residência habitual representam, aproximadamente, 61% dos alojamentos existentes no concelho de Vinhais, sendo de assinalar que os alojamentos com uso sazonal ou secundário representam 31,8%. Os fogos devolutos representam o peso residual (7,5%).

Esta distribuição das diferentes formas de ocupação do parque habitacional é um claro reflexo das dinâmicas populacionais do concelho, nomeadamente a regressão demográfica que, desde sempre muito determinada pela emigração, provoca o abandono das habitações que, por sua vez, só são utilizadas pontualmente nos períodos de férias. A evolução mais recente (1991/2001) ditou um reforço do peso dos fogos de uso sazonal ou secundário e uma diminuição da proporção dos alojamentos de residência habitual, em clara conformidade com o decréscimo demográfico verificado no mesmo período. O peso dos fogos vagos manteve-se neste mesmo período.

Figura 41: Formas de Ocupação dos Alojamentos no Concelho de Vinhais, em 1991 e 2001



Fonte: INE - Portugal, XIV Recenseamento Geral da População e IV da Habitação, 2001

Ao nível das formas de ocupação dos alojamentos, o concelho de Vinhais apresenta uma estrutura semelhante à Região em que se insere, ainda que apresente um peso de alojamentos ocupados como residência habitual ligeiramente superior ao que se verifica no conjunto sub-regional.

Internamente, são de salientar os seguintes comportamentos:

- freguesias com peso superior ao do concelho em termos de residência habitual (60,6%): Sobreira de Baixo, São Jumil, Vinhais, Candedo, Paço, Nunes, Ervedosa, Vilar de Peregrinos, Fresulfe, Vila Verde, Vilar de Ossos, Tuizelo, Vale de Janeiro, Santa Cruz e Rebordelo.
- freguesias com um peso de fogos vagos superior ao do concelho (> 7,5%): Travanca, Montouto, Moimenta, Vale das Fontes, Edrosa, Santalha, Agrochão, Edral, Rebordelo, e Candedo.
- freguesias com maior componente de fogos afectos ao uso sazonal ou secundário (> 31,8%): Pinheiro Novo, Monfreita, Quirás, Celas, Alvaredos, Soeira, Vila Boa de Ousilhão, Vilar de Lomba, Penhas Juntas, Ousilhão, Curopos, Edral, Vale de Janeiro, Agrochão, Tuizelo, Vilar Seco de Lomba, Vila Verde, Fresulfe, Santa Cruz e Ervedosa.

Quadro 68: Formas de Ocupação dos Alojamentos Clássicos, 1991 e 2001 (em %)¹²

Freguesias	Residência Habitual		Uso Sazonal ou Secundário		Vagos		Total Alojamentos (N.º)	
	1991	2001	1991	2001	1991	2001	1991	2001
Agrochão	56,5	50,6	23,3	36,4	20,2	13,0	253	231
Alvaredos	65,0	55,2	31,7	40,3	3,3	4,5	60	67
Candedo	85,8	69,4	13,2	22,4	1,0	8,2	197	232
Celas	56,4	50,4	31,1	42,2	12,5	7,4	264	256
Curopos	96,7	57,5	3,3	37,6	0,0	5,0	123	181
Edral	80,1	51,4	18,4	37,0	1,4	11,5	141	208
Edrosa	72,2	51,8	27,8	30,2	0,0	18,0	115	139
Ervedosa	79,5	67,7	16,9	32,3	3,5	0,0	254	269
Fresulfe	75,0	65,3	25,0	34,7	0,0	0,0	76	75
Monfreita	59,3	50,0	37,0	47,8	3,7	2,2	54	46
Moimenta	59,6	46,4	29,5	30,7	11,0	22,9	146	153
Montouto	89,3	53,6	10,7	15,2	0,0	31,2	84	138
Nunes	68,4	68,9	26,5	28,3	5,1	2,8	98	106
Ousilhão	75,0	57,8	25,0	38,2	0,0	3,9	96	102
Paço	96,7	69,2	2,2	30,0	1,1	0,8	90	130
Penhas Juntas	71,8	60,0	20,7	39,4	7,5	0,6	174	175
Pinheiro Novo	51,2	41,8	30,1	58,2	18,7	0,0	123	122
Quirás	74,6	53,2	24,9	43,5	0,6	3,2	177	186
Rebordelo	69,3	61,2	17,6	28,5	13,2	10,4	387	425
Santa Cruz	59,0	61,5	9,8	34,6	31,1	3,8	61	52
Santalha	64,6	57,1	30,0	29,4	5,5	13,4	237	231
São Jumil	100,0	72,1	0,0	27,9	0,0	0,0	38	43
Sobreira de Baixo	80,4	73,7	17,2	26,3	2,5	0,0	163	171
Soeira	94,8	55,2	5,2	40,2	0,0	4,6	58	87
Travanca	55,0	50,0	8,8	15,7	36,3	34,3	80	70
Tuizelo	83,7	63,7	15,9	36,0	0,4	0,3	264	333
Vale das Fontes	100,0	49,1	0,0	28,3	0,0	22,6	169	332
Vale de Janeiro	81,1	63,4	18,9	36,6	0,0	0,0	90	101

¹² Nos Censos 91, o Uso Sazonal ou Secundário estava desagregado em Uso Sazonal e Ocupante Ausente.

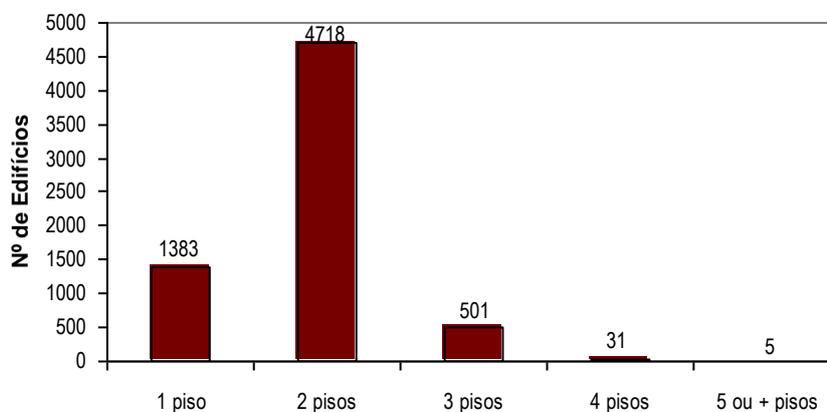
Freguesias	Residência Habitual		Uso Sazonal ou Secundário		Vagos		Total Alojamentos (N.º)	
	1991	2001	1991	2001	1991	2001	1991	2001
Vila Boa de Ousilhão	63,1	55,2	33,1	40,0	3,8	4,8	130	145
Vila Verde	64,4	65,3	24,2	34,7	11,4	0,0	149	144
Vilar de Lomba	67,8	58,8	28,1	39,7	4,1	1,5	121	131
Vilar de Ossos	76,1	64,2	19,1	30,4	4,8	5,4	188	204
Vilar de Peregrinos	92,9	66,4	7,1	29,0	0,0	4,7	85	107
Vilar Seco de Lomba	54,3	57,2	21,1	35,8	24,7	7,0	247	215
Vinhais	75,3	70,4	16,6	23,8	8,1	5,8	898	1194
Concelho de Vinhais	72,9	60,6	19,5	31,8	7,6	7,5	5890	6801
Alto Trás-os-Montes	63.1	58.7	25.3	32.4	11.6	8.9	119166	137430

Fonte: INE - Portugal, XIV Recenseamento Geral da População e IV da Habitação, 2001

Edifícios segundo o número de pisos

Fazendo jus à sua vocação rural e à tipologia dominante neste contexto, o parque edificado do concelho de Vinhais, é predominantemente constituído por moradias com dois (71%) e um pisos (21%), existindo, num total de 6638 edifícios, apenas 39 edifícios com quatro ou mais pisos (0,6%), estando estes últimos situados, maioritariamente na freguesia de Vinhais (cerca de 28 edifícios com quatro ou mais pisos).

Figura 42: Edifícios segundo o número de pisos, 2001



Fonte: INE - Portugal, XIV Recenseamento Geral da População e IV da Habitação, 2001

Quadro 69: Edifícios segundo o número de pisos, 2001

Freguesias	1 Piso	2 Pisos	3 Pisos	4 Pisos	5 Pisos ou mais	Total edifícios
Agrochão	19	208	3	1	-	231
Alvaredos	11	54	-	-	-	65
Candedo	24	201	6	-	-	231
Celas	34	154	65	-	-	253
Curopos	21	151	7	-	-	179
Edral	24	165	19	-	-	208
Edrosa	21	100	18	-	-	139
Ervedosa	21	210	35	3	-	269
Fresulfe	4	72	1	-	-	77

Freguesias	1 Piso	2 Pisos	3 Pisos	4 Pisos	5 Pisos ou mais	Total edifícios
Mofreita	44	2	-	-	-	46
Moimenta	25	122	1	-	-	148
Montouto	94	41	3	-	-	138
Nunes	10	95	-	-	-	105
Ousilhão	9	93	-	-	-	102
Paço	3	124	3	-	-	130
Penhas Juntas	54	117	4	-	-	175
Pinheiro Novo	22	93	8	-	-	123
Quirás	12	168	6	-	-	186
Rebordelo	43	292	87	1	1	424
Santa Cruz	11	41	-	-	-	52
Santalha	14	200	17	-	-	231
São Jumil	10	33	-	-	-	43
Sobreira de Baixo	63	107	1	-	-	171
Soeira	3	81	3	-	-	87
Travanca	4	61	5	-	-	70
Tuizelo	318	15	-	-	-	333
Vale das Fontes	74	203	26	1	-	304
Vale de Janeiro	10	92	-	-	-	102
Vila Boa de Ousilhão	14	116	15	-	-	145
Vila Verde	9	128	5	-	-	142
Vilar de Lomba	24	90	17	-	-	131
Vilar de Ossos	20	177	6	1	-	204
Vilar de Peregrinos	16	86	5	-	-	107
Vilar Seco de Lomba	25	185	5	-	-	215
Vinhais	273	641	130	24	4	1072
Concelho de Vinhais	1383	4718	501	31	5	6638

Fonte: INE - Portugal, XIV Recenseamento Geral da População e IV da Habitação, 2001

8.2.4 Condições de habitabilidade

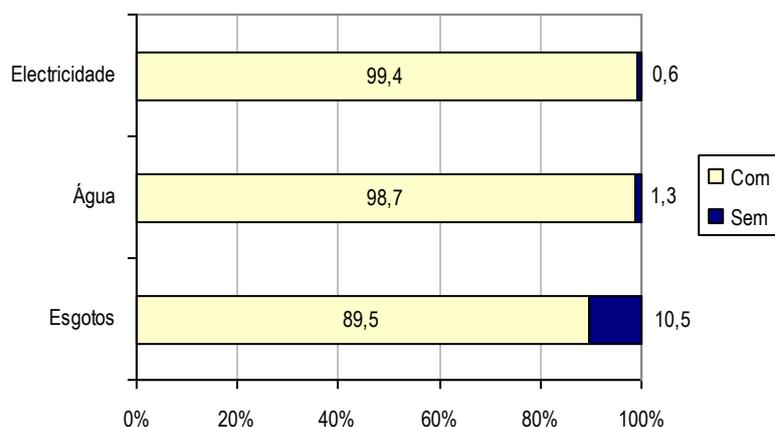
As condições de habitabilidade são um importante indicador de avaliação de qualidade de vida da população. Podem ser avaliadas, genericamente, através dos seguintes indicadores:

- dotação de infraestruturas básicas (electricidade, abastecimento de água e saneamento básico);
- instalações existentes nos alojamentos (instalações de banho ou duche e sistema de aquecimento);
- tipo de ocupação (simples ou partilhada);
- índices de lotação (sub ou sobrelotação).

De acordo com as informações disponíveis no INE, no âmbito do serviço de infraestruturas (electricidade, abastecimento de água e saneamento básico) o concelho está praticamente coberto (cf. Figura seguinte). Este é um domínio que conheceu melhorias significativas nas últimas décadas, pois em 1981: 22,2% dos alojamentos

não possuía electricidade (contra 0,6% em 2001), 47,5% não possuía abastecimento de água (contra 1,3% em 2001) e 75,7% não possuía esgotos (contra 10,5% em 2001).

Figura 43: Alojamentos familiares ocupados como residência habitual por existência de infraestruturas urbanas, em 2001



Fonte: INE - Portugal, XIV Recenseamento Geral da População e IV da Habitação, 2001

Quadro 70: Alojamentos Familiares de Residência Habitual sem Infraestruturas Urbanas(%)

Tipo de Infraestrutura	Alojamentos SEM infraestruturas		
	1981	1991	2001
Electricidade	22.2	3.3	0.6
Abastecimento de Água	47.5	6.4	1.3
Saneamento Básico	75.7	34.6	10.5

Fonte: Censos 81, 91 e 2001, INE

Em 2001, relativamente à situação intra-concelhia, verifica-se que as freguesias de Celas, Edral, Moimenta, Montouto, Santalha, São Jumil e Vale de Janeiro são aquelas que apresentam maiores carências relativas ao nível da dotação de infraestruturas urbanas.

Quadro 71: Alojamentos familiares ocupados como residência habitual segundo a dotação infraestruturas urbanas, por freguesia (%) em 2001

Freguesias	Alojamentos Famil. Ocup Resid. Habit.	Electricidade		Abastecimento de Água		Esgotos	
		Com	Sem	Com	Sem	Com	Sem
Agrochão	117	99,1	0,9	98,3	1,7	84,6	15,4
Alvaredos	37	100,0	0,0	100,0	0,0	81,1	18,9
Candedo	161	99,4	0,6	99,4	0,6	90,1	9,9
Celas	129	97,7	2,3	94,6	5,4	86,0	14,0
Curupos	104	100,0	0,0	100,0	0,0	88,5	11,5
Edral	107	97,2	2,8	96,3	3,7	84,1	15,9
Edrosa	72	98,6	1,4	97,2	2,8	88,9	11,1
Ervedosa	182	100,0	0,0	99,5	0,5	94,0	6,0
Fresulfe	49	100,0	0,0	100,0	0,0	98,0	2,0

Freguesias	Alojamentos Fam. Ocup Resid. Habit.	Electricidade		Abastecimento de Água		Esgotos	
		Com	Sem	Com	Sem	Com	Sem
Mofreita	23	100,0	0,0	100,0	0,0	91,3	8,7
Moimenta	71	100,0	0,0	98,6	1,4	83,1	16,9
Montouto	74	100,0	0,0	86,5	13,5	64,9	35,1
Nunes	73	100,0	0,0	100,0	0,0	84,9	15,1
Ousilhão	59	100,0	0,0	100,0	0,0	86,4	13,6
Paço	90	100,0	0,0	100,0	0,0	86,7	13,3
Penhas Juntas	105	100,0	0,0	100,0	0,0	81,9	18,1
Pinheiro Novo	51	98,0	2,0	98,0	2,0	86,3	13,7
Quirás	99	100,0	0,0	99,0	1,0	90,9	9,1
Rebordelo	260	99,2	0,8	99,6	0,4	91,9	8,1
Santa Cruz	32	100,0	0,0	100,0	0,0	84,4	15,6
Santalha	132	98,5	1,5	96,2	3,8	78,0	22,0
São Jumil	31	100,0	0,0	100,0	0,0	74,2	25,8
Sobreira de Baixo	127	100,0	0,0	100,0	0,0	83,5	16,5
Soeira	48	100,0	0,0	100,0	0,0	85,4	14,6
Travanca	35	100,0	0,0	100,0	0,0	97,1	2,9
Tuizelo	212	99,1	0,9	98,6	1,4	86,3	13,7
Vale das Fontes	164	98,8	1,2	98,2	1,8	87,2	12,8
Vale de Janeiro	65	98,5	1,5	96,9	3,1	83,1	16,9
Vila Boa de Ousilhão	80	98,8	1,3	98,8	1,3	87,5	12,5
Vila Verde	94	100,0	0,0	96,8	3,2	90,4	9,6
Vilar de Lomba	77	98,7	1,3	97,4	2,6	89,6	10,4
Vilar de Ossos	131	100,0	0,0	98,5	1,5	91,6	8,4
Vilar de Peregrinos	71	100,0	0,0	100,0	0,0	94,4	5,6
Vilar Seco de Lomba	123	100,0	0,0	100,0	0,0	94,3	5,7
Vinhais	842	99,6	0,4	99,8	0,2	98,0	2,0
Concelho de Vinhais	4127	99,4	0,6	98,7	1,3	89,5	10,5

Fonte: INE - Portugal, XIV Recenseamento Geral da População e IV da Habitação, 2001

Relativamente às instalações existentes nas habitações a situação, é hoje, francamente satisfatória, embora não sendo ainda a desejável, atendendo a que cerca de 13% dos alojamentos de residência habitual não tem instalações de banho ou duche. Contudo, é de assinalar a evolução claramente positiva registada na última década, atendendo a que, em 1991, cerca de 38% dos alojamentos não possuía este tipo de instalações. Relativamente a sistema de aquecimento é de registar que apenas 17 alojamentos não possuíam qualquer tipo de aquecimento e, dos sistemas existentes, o grande predomínio é, naturalmente, a lareira (91%).

A ocupação partilhada de um alojamento (mais de uma família por alojamento), bem como a existência de situações de sobrelotação, denunciam, na maior parte dos casos, a ausência de condições dignas de habitabilidade. No concelho de Vinhais existiam, em 2001, 54 famílias que partilhavam alojamento e 463 famílias a residir em fogos com divisões a menos para a população que nelas residia (alojamentos sobrelotados).

Em termos da distribuição espacial destes fenómenos, são as freguesias de Vilar de Ossos e Vinhais que registam o maior volume de ocupação partilhada, enquanto que os casos de sobrelotação existem,

indiscriminadamente, em todas as freguesias do concelho, embora, em termos absolutos, os maiores registos se verifiquem nas freguesias de Vinhais, Rebordelo, Celas e Vale das Fontes.

Quadro 72: Famílias que partilham o alojamento e famílias em alojamentos sobrelotados, 2001

Freguesias	Ocupação Partilhada (N.º de famílias)	Sobrelotação (N.º de famílias)
Agrochão	-	13
Alvaredos	2	1
Candedo	-	21
Celas	-	25
Curopos	-	5
Edral	8	18
Edrosa	-	4
Ervedosa	-	21
Fresulfe	8	4
Mofreita	-	-
Moimenta	-	11
Montouto	-	10
Nunes	-	11
Ousilhão	-	5
Paço	-	7
Penhas Juntas	-	17
Pinheiro Novo	-	7
Quirás	-	2
Rebordelo	-	30
Santa Cruz	-	3
Santalha	-	22
São Jumil	-	3
Sobreira de Baixo	-	21
Soeira	-	5
Travanca	-	4
Tuizelo	4	22
Vale das Fontes	2	24
Vale de Janeiro	-	8
Vila Boa de Ousilhão	-	5
Vila Verde	-	14
Vilar de Lomba	-	11
Vilar de Ossos	14	20
Vilar de Peregrinos	2	9
Vilar Seco de Lomba	2	16
Vinhais	12	64
Concelho de Vinhais	54	463

Fonte: INE - Portugal, XIV Recenseamento Geral da População e IV da Habitação, 2001

8.3 AVALIAÇÃO DAS CARÊNCIAS HABITACIONAIS

O parque habitacional é uma área de estudo onde a análise global de números é perigosa e só permite uma aproximação à realidade, para além da frequente falta de adequação da informação estatística à análise

aprofundada do problema. No entanto, apresenta-se uma análise, em termos estruturais, das situações de carência.

No presente caso, quando se fala em défices/carências habitacionais não se está a referir a falta absoluta de alojamentos mas a falta adequada às necessidades da população, em função dos escalões de rendimento.

Consideram-se, então, défice/carência habitacional, situações em que:

1. famílias vivem em alojamentos não clássicos;
2. famílias partilham fogos;
3. famílias que, vivendo sozinhas em fogos clássicos, sobreocupam-nos por falta de divisões assoalhadas;
4. famílias vivem em fogos obsoletos (degradados);

Existem vários critérios utilizados no cálculo de carências habitacionais (estáticas). Por razões de consenso é utilizado, estruturalmente, o de Abílio Cardoso¹³, que considera que as carências quantitativas resultam da "soma das famílias em alojamentos não clássicos com metade do excesso de famílias (ou indivíduos isolados) sobre fogos no parque partilhado e com um terço das famílias que não partilhando, sobreocupam as suas habitações", à qual se adiciona a componente dinâmica da depreciação do parque habitacional (1/3 dos fogos anteriores a 1932).

Assim, para efeitos de cálculo das carências habitacionais no concelho de Vinhais, utilizou-se a seguinte fórmula:

$$CQ = F_{an}C + 1/2F_{FP} + 1/3F_S + 1/3 F_{a1932}$$

CQ = Carência Quantitativa

FA_nC = Famílias em Alojamentos não Clássicos

FFP = Famílias em Fogos Partilhados

FS = Fogos Sobrelotados

Fa₁₉₁₉ = Fogos de construção anterior a 1932

Os alojamentos não clássicos, são todos aqueles que não correspondem aos padrões de habitabilidade socialmente aceites (barracas, improvisações, construções rudimentares de madeira, instalações móveis, entre outros). Consideram-se, portanto, carências todas as situações existentes contabilizadas. Existiam, à data dos Censos 2001, 4 alojamentos não clássicos, nos quais 4 viviam famílias.

¹³ Planeamento Municipal e a Habitação, Coleção CCRN, Escher, Nov.1991

As situações de partilha ocorrem quando um alojamento familiar é ocupado, como residência habitual, por mais de uma família. Existiam, à data dos Censos de 2001, 54 famílias em fogos partilhados.

Os fogos sobrelotados são aqueles em que existe défice de divisões em relação às pessoas que nele residem. Existiam, à data dos Censos 2001, 463 famílias em fogos sobrelotados.

A obsolescência do parque habitacional (componente qualitativa dinâmica) tenta captar a depreciação do parque, quantificando as necessidades de substituição dos fogos que vão atingindo o termo da vida útil, isto é, quando começam a faltar alguma ou algumas funções e/ou surgem deficiências no desempenho global (degradação). Este indicador é representado por parte dos alojamentos de construção anterior a 1932. À data dos Censos 2001, existiam 582 fogos anteriores a 1932.

A ponderação feita nos quatro indicadores tem a ver com a necessidade de consideração de algumas situações, nomeadamente:

- a ponderação feita no segundo e terceiro indicadores (1/2 Famílias em Fogos Partilhados + 1/3 Fogos Superlotados) está a considerar a existência de casos de partilha de alojamentos por pessoas consideradas como famílias diferentes e que podem não necessitar de alojamentos independentes, enquanto jovens casais que ficam em casa dos pais por dificuldade de acesso a uma habitação são consideradas como fazendo parte da família daqueles. O conceito de núcleo familiar seria mais operacional, mas o cada vez maior número de famílias sem núcleos, impede o conhecimento das carências reais de alojamento para os utentes destes fogos. Acresce, ainda, a possível ocorrência de situações de dupla contagem, devido ao facto de que fogos partilhados poderão estar sujeitos a superlotação crítica;
- sendo a "Obsolescência do Parque Habitacional" um indicador difícil de contabilizar é representado por 1/3 dos edifícios de construção anterior a 1932 (considerando-se a idade técnica limite de ± 70 anos). A ponderação feita neste indicador contempla a eventual tripla contagem devido à possível hipótese de os fogos mais antigos poderem registar, paralelamente, situações de partilha, as quais, por sua vez, poderão ocorrer, em simultâneo, com situações de superlotação crítica.

De acordo com esta metodologia, à data do último Recenseamento Geral da População e da Habitação (2001), existia no Concelho de Vinhais, um défice de, aproximadamente, 379 fogos (cerca de 5,6% do parque de alojamentos clássicos) e as freguesias com maior peso de carências habitacionais, naquela data, eram Montouto, Fresulfe, Edral, Sobreira de Baixo e Vila Boa de Ousilhão.

Se atendermos a que estão devolutos cerca de 7,5% dos alojamentos clássicos (513 fogos), afigura-se imediato concluir que não há necessidade de mais fogos para suprir as carências actualmente existentes. Obviamente, esta é uma análise pouco legítima na medida em que quando se fala em défice/carências habitacionais não se

está a referir a falta absoluta de alojamentos, mas a falta adequada às necessidades da população em função dos escalões de rendimento.

Os fogos identificados como “carência”, referem-se exclusivamente a situações de barracas e outras improvisações, a fogos com ocupação partilhada (mais de uma família por fogo), a situações de falta se assoalhadas para a população residente (sobrelotação) e fogos (teoricamente) degradados, com idades superiores a 70 anos, onde as condições de habitabilidade não serão as ideais. Mas porque, à excepção das barracas e outras improvisações (4 fogos e 4 famílias), as situações identificadas anteriormente não terão de ser forçosamente casos de carência, foram feitas ponderações (explicadas anteriormente).

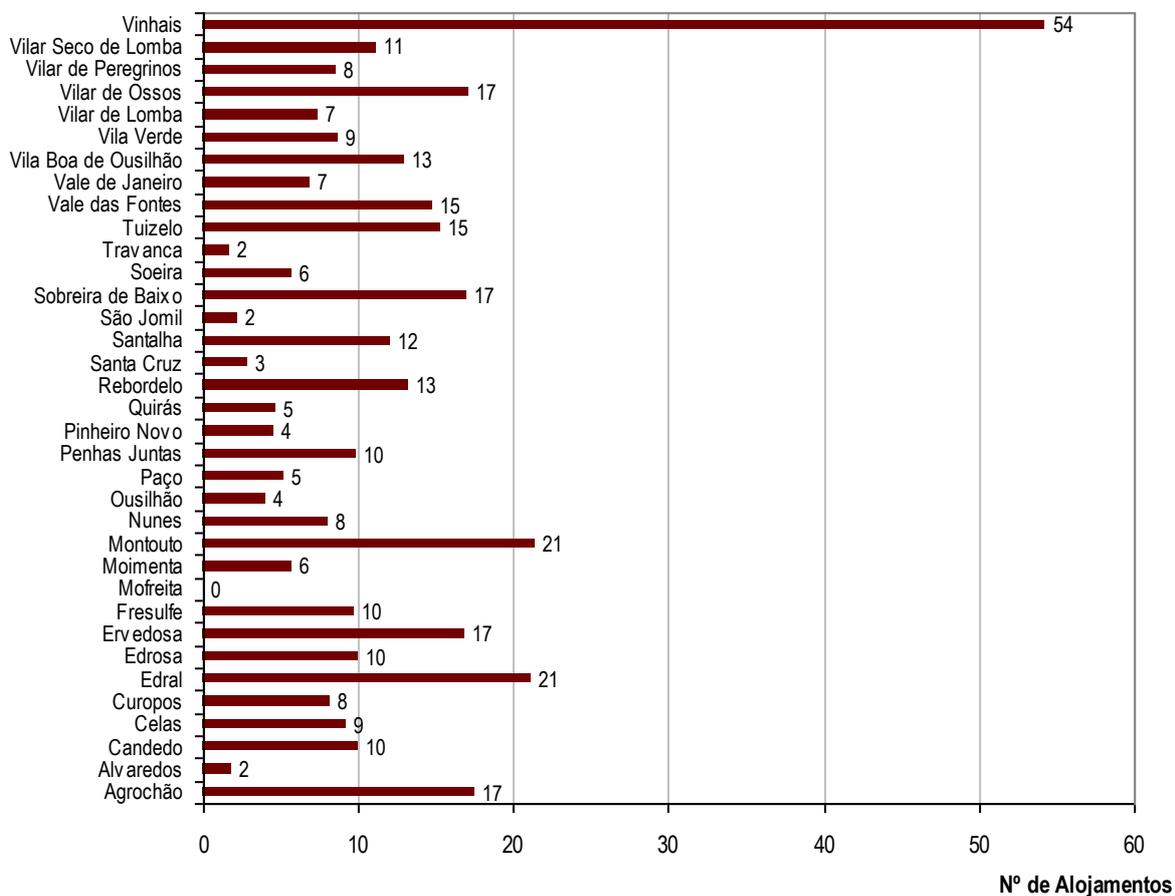
Os fogos devolutos, dos quais 22 para venda e 32 para aluguer, não serão provavelmente destinados à população residente nos alojamentos referidos anteriormente, daí referir-se que se considera carência quando há falta de alojamento a custos adequados aos escalões de rendimento da população e não à falta absoluta de casas que, como se sabe, não é o caso do concelho de Vinhais.

Obviamente que neste contexto, devem considerar-se situações de carência habitacional mais premente e preocupante os casos de alojamentos não clássicos, nomeadamente as barracas e outras improvisações, que no caso, e em 2001, eram 4, nos quais residiam 4 famílias.

Como se referiu no início deste sub-capítulo, o parque habitacional é uma área de estudo onde a análise global de números pode ser perigosa e só permite uma aproximação da realidade, para além da frequente falta de adequação da informação estatística à análise aprofundada do problema, tendo por este mesmo motivo de usar-se vias indirectas e aplicação de ponderações numa tentativa de aproximação à realidade. Daí que, os valores apresentados sejam, obviamente, indicativos. Um conhecimento exaustivo das situações de carência extravasa a escala do PDM, mas será naturalmente importante conhecer num contexto de necessidade de resposta social.

Por freguesia, a **distribuição de carências habitacionais** é a que se pode observar na figura e quadro seguintes:

Figura 44:: Carências habitacionais (em n.º de alojamentos), por freguesia, em 2001



Fonte: Plural

Quadro 73: Carências habitacionais, por freguesia, no concelho de Vinhais, em 2001

Freguesias	Alojamentos Clássicos	Carências Habitacionais (alojamentos)	
	(N.º)	N.º	%
Agrochão	231	17	7,6
Alvaredos	67	2	2,7
Candedo	232	10	4,3
Celas	256	9	3,6
Curopos	181	8	4,5
Edral	208	21	10,2
Edrosa	139	10	7,2
Ervedosa	269	17	6,3
Fresulfe	75	10	12,9
Mofreita	46	0	0,4
Moimenta	153	6	3,7
Montouto	138	21	15,5
Nunes	106	8	7,5
Ousilhão	102	4	3,9
Paço	130	5	4,0
Penhas Juntas	175	10	5,6

Freguesias	Alojamentos Clássicos	Carências Habitacionais (alojamentos)	
	(N.º)	N.º	%
Pinheiro Novo	122	4	3,7
Quirás	186	5	2,5
Rebordelo	425	13	3,1
Santa Cruz	52	3	5,4
Santalha	231	12	5,2
São Jumil	43	2	5,0
Sobreira de Baixo	171	17	9,9
Soeira	87	6	6,5
Travanca	70	2	2,4
Tuizelo	333	15	4,6
Vale das Fontes	332	15	4,5
Vale de Janeiro	101	7	6,8
Vila Boa de Ousilhão	145	13	9,0
Vila Verde	144	9	6,0
Vilar de Lomba	131	7	5,6
Vilar de Ossos	204	17	8,4
Vilar de Peregrinos	107	8	7,9
Vilar Seco de Lomba	215	11	5,2
Vinhais	1194	54	4,6
Concelho de Vinhais	6801	379	5,6

Fonte: Plural

8.4 SÍNTESE CONCLUSIVA

No passado mais recente (últimos 20 anos) o parque habitacional do concelho de Vinhais tem sentido o reflexo dos efeitos da sua interioridade, nomeadamente o êxodo da população activa, e o conseqüente esvaziamento das aldeias e abandono das habitações.

Com efeito, o parque habitacional do concelho de Vinhais era constituído, em Março de 2001, por 6805 alojamentos que albergavam 10646 pessoas, dos quais aproximadamente 61%, eram ocupados como residência habitual. Relativamente à década anterior, registou-se um aumento de 901 alojamentos (+15,3%) e uma perda de 2081 indivíduos (-16,4%).

Em 2001, a ocupação dos alojamentos é feita de três formas e com pesos bastante diferenciados: residência habitual (61%), ocupação sazonal ou secundária (31,8%) e fogos vagos (7,5%). O reforço do peso da ocupação sazonal ou secundária reflecte a situação demográfica e económica do concelho.

Relativamente à existência de condições de habitabilidade, a situação é muito satisfatória, tendo-se registado, nos últimos vinte anos, melhorias assinaláveis, sendo que a taxa de cobertura das infraestruturas de electricidade e abastecimento de água é, hoje, muito próxima da cobertura total. Apenas as infraestruturas de

saneamento não cobrem, ainda, uma parcela do território (11%), no entanto, deu-se uma evolução assinalável, pois vinte anos antes, aquele valor era de 76%.

O peso das situações críticas, nomeadamente, barracas e outras improvisações, sobrelotação, ocupação partilhada, vetustez do parque habitacional, no seu conjunto apresenta ainda algum significado. Com efeito, a análise conjunta destes indicadores permitiu identificar cerca de 379 fogos em carência, à data de 2001, valor que, em termos relativos, representa cerca de 6% do parque habitacional clássico (fogos de residência habitual, de uso sazonal ou secundário e vagos).

Se se atender ao facto de que estão devolutos cerca de 8% dos alojamentos clássicos (513 fogos) afigura-se imediato concluir que não haveria necessidade de mais fogos para suprir as carências actualmente existentes. Obviamente, esta não é uma análise legítima, na medida em que, quando se fala em défice/carências habitacionais não se está a referir a falta absoluta de alojamentos mas a falta adequada às necessidades da população em função dos escalões de rendimento.

Na próxima fase do PDM, a este valor de carência será acrescentado o número previsível de fogos necessários para colmatar as necessidades que vão surgir no decurso da vigência do presente PDM, determinadas, por sua vez, pela população esperada no horizonte do Plano.

9. EQUIPAMENTOS COLECTIVOS

9.1 INTRODUÇÃO

9.1.1 Enquadramento geral

No âmbito da legislação vigente (Decreto-Lei n.º 380/99, de 22 de Setembro, alterado pelo DL n.º310/2003, de 10 de Dezembro) “o Plano Director Municipal define um modelo de organização municipal do território, nomeadamente estabelecendo “ *b) A definição e caracterização da área de intervenção identificando as redes urbana, viária, de transportes e de equipamentos de educação, de saúde, de abastecimento público e de segurança, bem como os sistemas de telecomunicações, de abastecimento de energia, de captação, de tratamento e abastecimento de água, de drenagem e tratamento de efluentes e de recolha, de depósito e tratamento de resíduos*” (Art.º 85º, n.º 2).

O nível de desenvolvimento sócio-económico de qualquer população mede-se não só pelo nível de rendimento, condições de habitabilidade, etc., mas também pelas possibilidades de acesso a uma determinada gama de equipamentos colectivos, cabendo ao Estado (Poder Central e/ou Local) garantir que todos os indivíduos tenham acesso a esses equipamentos.

Os equipamentos colectivos possuem uma componente determinante ao nível do tecido social, no sentido em que promovem a qualidade de vida da população ao assegurarem a optimização do acesso à educação, à saúde, à segurança social, ao desporto, à cultura e ao lazer, sendo, também, fundamentais no apoio prestado à actividade económica. Para além da componente social, são normalmente elementos polarizadores do espaço envolvente, funcionando como referências nos percursos e na paisagem urbana.

A sua disseminação pelo território concelhio não é, naturalmente, viável pelo que deve optar-se por uma distribuição equilibrada, em função da dinâmica económica e social do concelho, de forma a ser possibilitado o acesso fácil aos seus potenciais utilizadores. É, neste sentido, que se fez a análise da situação actual e, em fase posterior, serão ponderadas as tendências futuras, em termos de necessidades para cada equipamento, de acordo com o cenário demográfico adoptado no Plano Director.

9.1.2 Metodologia

Os equipamentos colectivos considerados, pelo seu papel essencial de apoio social e de satisfação das necessidades básicas da população, são os seguintes:

- Equipamento escolar
- Equipamento de segurança social

- Equipamento de saúde
- Equipamento desportivo
- Equipamento cultural e recreativo
- Equipamento de prevenção e segurança

São analisadas duas componentes no âmbito das carências actuais e, posteriormente, nas necessidades futuras de equipamento escolar:

- Necessidades quantitativas, que deverão traduzir um ajustamento entre a população utilizadora, específica para cada tipo de equipamento, e o equipamento necessário;
- Necessidades de melhorias qualitativas, de acordo com o estado de conservação actual dos edifícios e com a existência de instalações próprias ou provisórias/adaptadas. A necessidade de melhorias "qualitativas" é representada pelos edifícios em mau estado de conservação e em instalações provisórias/adaptadas, sendo consideradas como carência "quantitativa". Com efeito, estas unidades não estarão nas condições normais de funcionamento, representando muitas vezes perigo, devendo ser, progressivamente, substituídas. Estas situações, associadas a outras, em que há subutilização de determinados espaços, deverão conduzir a soluções de melhor gestão e não forçosamente a mais construção, como normalmente se procede.

Os critérios utilizados na análise e diagnóstico estão em conformidade com as "Normas para a Programação e Caracterização de Equipamentos Colectivos" da Direcção-Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano, Edição Revista e Actualizada, Maio 2002. Estas normas constituem apenas uma base de trabalho de carácter indicativo e relativo, não devendo ser analisadas de forma linear e mecânica. Caso a caso são feitas as adaptações necessárias, de acordo com as características e enquadramento das áreas e equipamentos em estudo.

Os dados populacionais de base datam de 2001 (Resultados Definitivos do XIV Recenseamento Geral da População e IV da Habitação, INE). No caso das escolas, os dados referem-se ao ano lectivo 2002/2003, e os dados dos restantes equipamentos datam do primeiro trimestre de 2004.

A metodologia e faseamento utilizados no decurso da elaboração do PDM será a seguinte:

1. na presente Fase (1ª), faz-se a análise da situação actual e determinam-se as carências existentes;
2. na 2ª Fase, será desenvolvida a proposta de novos equipamentos que se prevê virem a ser necessários durante a vigência deste Plano (previsivelmente 2004/2014), em função do cenário demográfico adoptado e do modelo de desenvolvimento proposto para o território concelhio.

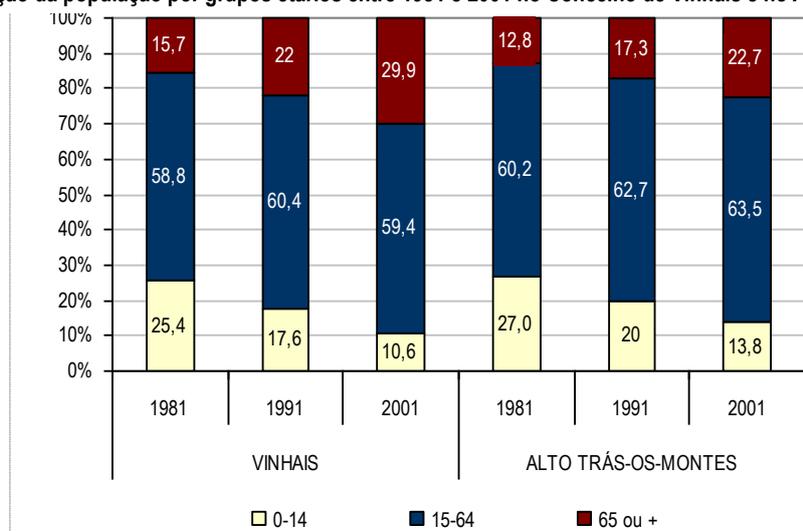
9.1.3 Considerações de destaque

As tendências demográficas mais recentes apontam, em termos nacionais e regionais, para o aumento do peso da população idosa e para a diminuição da proporção da população jovem. Esta evolução é especialmente importante quando se estão a prever equipamentos a médio prazo. Neste sentido, as tendências de evolução desenhadas são importantes alertas, por um lado, para o sistema de protecção social, pois é, significativamente, crescente o número de cidadãos "não produtivos" ou a atingir a idade da reforma e a reclamar pensões, lares de terceira idade, assistência domiciliária, hospitais, medicamentos; e, por outro lado, o abrandamento da pressão dos jovens apresenta-se como uma oportunidade estratégica para a melhoria qualitativa dos equipamentos de apoio à população jovem.

Efectivamente, e de acordo com o já mencionado na Caracterização Demográfica (Capítulo 3), o concelho de Vinhais está a registar um tendencial envelhecimento da sua pirâmide etária, materializado duplamente, tanto ao nível do esvaziamento da base (de 1991 para 2001, a população jovem passou de 18% para 11%), bem como do empolamento do topo (no mesmo período, a população idosa, que representava 22% da população total, viu ascender este valor para 30%).

Não obstante este cenário, a evolução da distribuição e a própria distribuição da população por grupos etários no concelho de Vinhais acompanham, estruturalmente, a região em que o concelho se insere, embora, em termos gerais, o concelho seja mais velho do que a sub-região do Alto de Trás-os-Montes. Com efeito, Vinhais, nas duas últimas décadas, tem apresentado uma menor proporção de jovens e uma maior proporção de idosos.

Figura 45: Distribuição da população por grupos etários entre 1981 e 2001 no Concelho de Vinhais e no Alto de Trás-os-Montes



Fonte: INE-Portugal, Recenseamentos Gerais da População, 1981, 1991 e 2001

Os equipamentos colectivos são destinados à utilização de toda a população concelhia, com o fim último de satisfazer as necessidades básicas da população.

A análise do dimensionamento de cada tipologia de equipamento face à população que se destina servir exige, em alguns casos, o conhecimento da idade da população, por grupos etários específicos. Com efeito, se os equipamentos de saúde, desportivos e culturais e recreativos são dimensionados tendo por base a população concelhia total, já os equipamentos de ensino e segurança social destinam-se a populações específicas, nomeadamente crianças, jovens e idosos.

Tendo em conta esta necessidade, apresenta-se, no quadro seguinte, a população por idades para as tipologias de equipamentos ou níveis de ensinos considerados nesta abordagem.

Quadro 74: População em 1991 e 2001, por grupo etário, em função da tipologia do equipamento ou nível de ensino

Escalão etário	Nível de Ensino e/ou Tipologia do Equipamento	População 1991	População 2001
0 – 2 anos	Creche	299	181
3 – 5 anos	Jardim Infantil	331	187
6 – 9 anos	1º Ciclo do Ensino Básico	588	283
10 – 11 anos	2º Ciclo do Ensino Básico	375	176
12 – 14 anos	3º Ciclo do Ensino Básico	647	304
Sub-total (população jovem)	-	2240	1131
15 – 17 anos	Ensino Secundário	672	387
> 65 anos (população idosa)	Lares e Centros de Dia	2803	3186

Fonte: INE-Portugal, Recenseamentos Gerais da População, 1991 e 2001

9.2 EQUIPAMENTO ESCOLAR

9.2.1 Introdução

Os níveis de ensino da rede escolar, em análise, são os seguintes:

- Ensino Pré-escolar:
 - Jardins de Infância
- Ensino Básico Integrado:
 - 1º Ciclo (EB1)
 - 2º Ciclo (EB2)
 - 3º Ciclo (EB3)
- Ensino Secundário

No ano lectivo de 2002/2003 o concelho encontrava-se bem dotado face aos quantitativos populacionais em presença: nove jardins de infância, trinta e uma escolas básicas do 1º ciclo, sete estabelecimentos de ensino básico mediatizado, uma Escola Básica do 2º e 3º ciclo e uma Escola Secundária com 3º Ciclo. Quase todos os

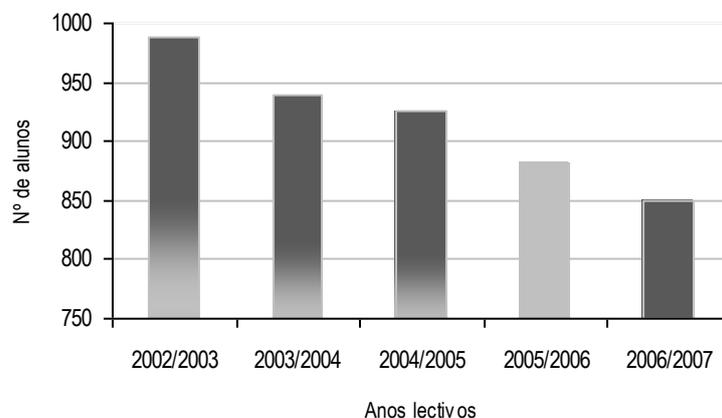
estabelecimentos se encontravam sub-ocupados, à excepção da EB2,3 de Vinhais que funcionava no limite das suas capacidades.

Uma análise mais pormenorizada, nomeadamente a realizada no âmbito da Carta Educativa, veio denunciar alguns desajustes espaciais e funcionais entre a oferta e a procura existentes na altura, o que já justificou a integração e a suspensão de vários estabelecimentos de ensino.

Quatro anos lectivos volvidos, os dados mais recentes conhecidos (ano lectivo 2006/2007) apresentam um cenário bastante distinto, sobretudo ao nível das EB1 e da integração dos 2º e 3º Ciclos e do Secundário num só estabelecimento. Assim, **no ano lectivo 2006/2007 existiam 9 Jardins de Infância** (Educação pré-escolar), **5 Escolas Básicas do 1º Ciclo e 1 estabelecimento com o 2º e 3º ciclos e o ensino secundário** (EB2,3/S D. Afonso III, que resultou da Integração da Escola Secundária D. Afonso III e da EB2,3 de Vinhais).

A evolução do número de alunos total e por nível de ensino entre o anos 2002/2003 e 2006/2007 foi a representada nos gráficos seguintes e que se materializou, globalmente, na diminuição de 189 alunos em apenas 4 anos lectivos.

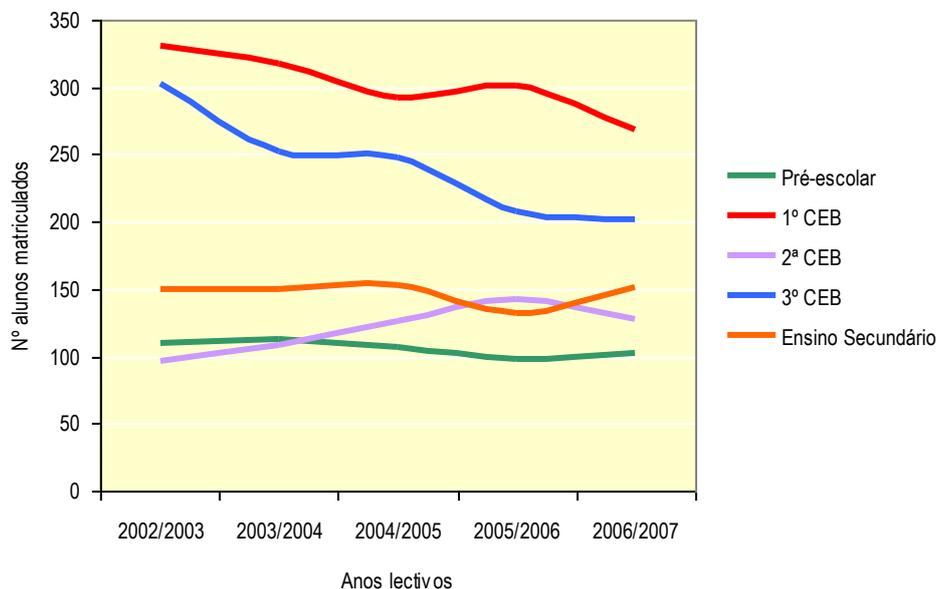
Figura 46: Evolução do nº de alunos matriculados nas escolas do concelho de Vinhais, entre 2002/2003 e 2006/2007



Fonte: Carta Educativa de Vinhais

Os dados mais relevantes da evolução por nível de ensino dizem respeito, nos quatro anos em questão, à significativa diminuição dos alunos do 1º e do 3º CEB (- 19% e - 33,4%, respectivamente), à estabilização do número de alunos na educação pré-escolar e no ensino secundário e ao aumento do número de alunos no 2º CEB (31%).

Figura 47: Evolução do nº de alunos matriculados nas escolas do concelho de Vinhais, por nível de ensino, entre 2002/2003 e 2006/2007



Fonte: Carta Educativa de Vinhais

A evolução registada, globalmente no sentido da diminuição progressiva do número de alunos, tem tido óbvias implicações nas taxas de ocupação dos equipamentos. Os dados mais recentes conhecidos (2005/2006) das taxas de ocupação dos estabelecimentos, segundo os vários níveis de ensino, eram os seguintes: 8,9 alunos/sala no pré-escolar, 8,1 alunos/sala no 1º CEB, 9,5 alunos/sala na, então, EB2,3 (5º, 6º e 7º) e de 18,4 alunos/sala na Escola Secundária (3º CEB e Secundário). Trata-se de uma ocupação muito baixa e que atingia todos os níveis de ensino.

Estas baixas taxas de ocupação das salas de aula serão colmatadas com a reestruturação da rede educativa prevista na Carta Educativa do município.

9.2.2 Ensino pré-escolar

De acordo com a Lei de Bases do Sistema Educativo "a educação pré-escolar é facultativa e destinada a crianças com 3, 4 e 5 anos de idade" (n.º 3 e n.º 8, Art.º 5º). Nos termos do artigo 40º da mesma Lei, está determinado que a "educação pré-escolar deve ser realizada em unidades distintas ou incluídas em unidades escolares em que também seja ministrado o 1º ciclo do ensino básico ou, ainda, em edifícios onde se realizem outras actividades sociais, nomeadamente de educação extra-escolar".

O ensino pré-escolar (Ensino Pré-Primário) é ministrado nos Jardins de Infância (estabelecimentos da rede oficial - Ministério da Educação/Autarquia, mas também por Instituições de Solidariedade Social e Privados). No

ano lectivo 2002/2003, as unidades existentes no concelho de Vinhais, cobriam, globalmente, em termos teóricos e quantitativos, as necessidades da população afectada a este nível de ensino, não significando, que caso a caso (análise à freguesia), não existissem assimetrias na distribuição dos estabelecimentos face às populações a servir.

No concelho de Vinhais existiam, no ano lectivo 2002/2003, **9 Jardins de Infância**, distribuídos pelas freguesias de Agrochão, Celas, Ervedosa, Moimenta, Rebordelo, Vale das Fontes, Vilar de Lomba e Vinhais, (menos quatro estabelecimentos que em 1990/1991), **com capacidade para 225 crianças**, mas apenas 112 crianças frequentaram este nível de ensino (menos 67 que em 1990/91). Estes volumes indicavam uma subocupação global, já que a totalidade da capacidade existente não era utilizada, existindo somente um estabelecimento que funcionava acima do limiar das suas capacidades, nomeadamente o JI de Vinhais n.º 1.

Quatro anos volvidos (ano lectivo 2006/2007), os Jardins-de-Infância mantêm-se os 9 e o número de alunos diminuiu, ainda que ligeiramente.

De um modo geral o estado de conservação dos edifícios era razoável, apenas se destacando o JI de Vale das Fontes e o JI de Vinhais n.º 1, que se encontravam a funcionar em instalações adaptadas e em mau estado de conservação.

Quadro 75: Educação pré-escolar (Jardins de Infância), no concelho de Vinhais, nos anos lectivos 2002/2003 e 2006/2007

Freguesias	Designação	Capacidade de (n.º de alunos)	Número de alunos 2002/2003	Número de alunos 2006/2007	Número de salas	Entidade proprietária
Agrochão	JI de Agrochão	25	12	10	1	Público
Celas	JI de Celas	25	7	8	1	Público
Ervedosa	JI de Ervedosa	25	7	4	1	Público
Moimenta	JI de Moimenta	25	7	4	1	Público
Rebordelo	JI de Rebordelo	25	16	11	1	Público
Vale das Fontes	JI de Vale das Fontes	25	9	4	1	Público
Vilar de Lomba	JI de Vilar de Lomba	25	15	6	1	Público
Vinhais	JI de Vinhais n.º 1	25	27	36	2	Público
	JI de Vinhais n.º 2	25	12	20*	1	Privado
CONCELHO		225	112	103	10	-

* EPEI Vinhais

Fonte: Câmara Municipal de Vinhais

Tendo em conta que, em 2001, existiam, no concelho de Vinhais, 187 crianças com idade para frequentar este nível de ensino, o concelho de Vinhais tinha, teoricamente¹⁴, uma taxa de cobertura na ordem dos 60, ainda um pouco aquém do que são os objectivos da actual Administração Central para os próximos anos, nomeadamente uma cobertura do ensino pré-escolar na ordem dos 90%. Aquela taxa deverá ser superior já que os dados

¹⁴ Deste valor desconhece-se se alguma criança é proveniente de outros concelhos.

populacionais se referem a 2001 e os da população escolar datam de 2006/2007 e é previsível um menor número de indivíduos com entre 3 e 5 anos no ano 2006.

9.2.3 Ensino Básico Integrado e Ensino Secundário

"O ensino básico compreende três ciclos sequenciais, sendo o 1º de 4 anos, o 2º de dois anos e o 3º de três anos" (n.º1, Art.º 8º da LBSE) e "a articulação entre os ciclos obedece a uma sequencialidade progressiva, conferindo a cada ciclo a função de completar, aprofundar e alargar o ciclo anterior, numa perspectiva de unidade global do ensino básico" (Art.º 8º n.º 2).

1º Ciclo do Ensino Básico

O 1º ciclo do ensino básico corresponde ao antigo ensino primário, compreendendo a faixa etária dos 6 aos 9 anos.

O ensino básico que se pretende implantar, e de acordo com a actual Lei de Bases, deverá assegurar a sequencialidade dos três ciclos em que se divide, devendo evitar-se a vinculação exclusiva das instalações a um único ciclo de ensino. No entanto, a rede do ensino primário era composta, até há pouco tempo, por edifícios de pequena dimensão, situados em zonas de significativa dispersão populacional.

Em Vinhais, no ano lectivo 2002/2003, existiu um total de 36 salas de aula **em 31 Escolas Básicas do 1º Ciclo** (EB 1), frequentadas por 317 alunos (menos 550 que no ano lectivo 1990/91), o que, em termos médios, se resumia à existência de 9 alunos/sala. Este valor situava-se abaixo do intervalo de variação indicado oficialmente, nomeadamente entre o limite mínimo de 20 alunos e o limite máximo de 25 alunos/turma.

Das 31 Escolas Básicas do 1º Ciclo existentes em 2002/2003, 25 tinham menos de 10 alunos, facto que, de acordo com a actual política da Administração Central, levou ao encerramento das mesmas.

Quadro 76: 1º Ciclo do Ensino Básico, no concelho de Vinhais, no ano lectivo 2002/2003

Freguesia	Estabelecimento de ensino	N.º de alunos	N.º de salas	Alunos/sala	Estado de Conservação
Agrochão	EB do 1º Ciclo de Agrochão	12	1	12	Razoável
Candedo	EB do 1º Ciclo de Espinhoso	8	1	8	Razoável
Celas	EB do 1º Ciclo de Celas	8	1	8	Razoável
	EB do 1º Ciclo de Mós de Celas	3	1	1	Razoável
Curopos	EB do 1º Ciclo de Curopos	4	1	1	Razoável
Edral	EB do 1º Ciclo de Edral	7	1	7	Razoável
Edrosa	EB do 1º Ciclo de Edrosa	4	1	4	Razoável
Ervedosa	EB do 1º Ciclo de Ervedosa	6	1	6	Razoável
Moimenta	EB do 1º Ciclo de Moimenta	9	1	9	Razoável
Nunes	EB do 1º Ciclo de Nunes	4	1	4	Razoável
Paçó	EB do 1º Ciclo de Paçó	11	1	11	Bom
Penhas Juntas	EB do 1º Ciclo de Penhas Juntas	21	2	11	Razoável

Freguesia	Estabelecimento de ensino	N.º de alunos	N.º de salas	Alunos/sala	Estado de Conservação
Rebordelo	EB do 1º Ciclo de Rebordelo	34	2	17	Razoável
Santalha	EB do 1º Ciclo de Penso	4	1	4	Razoável
Sobreiro de Baixo	EB do 1º Ciclo de Sobreiro de Baixo	9	1	9	Razoável
	EB do 1º Ciclo de Sobreiro de Cima	7	1	7	Razoável
Travanca	EB do 1º Ciclo de Travanca	3	1	3	Bom
Tuizelo	EB do 1º Ciclo de Tuizelo	5	1	5	Razoável
Vale das Fontes	EB do 1º Ciclo de Nuzedo de Baixo	8	1	8	Razoável
	EB do 1º Ciclo de Vale das Fontes	8	1	8	Razoável
Vale de Janeiro	EB do 1º Ciclo de Vale de Janeiro	4	1	4	Razoável
Vila Boa de Ousilhão	EB do 1º Ciclo de Vila Boa de Ousilhão	5	1	5	Razoável
Vilar de Lomba	EB do 1º Ciclo de Vilar de Lomba	15	1	15	PBom
Vilar de Ossos	EB do 1º Ciclo de Lagarelhos	2	1	2	Razoável
	EB do 1º Ciclo de Vilar de Ossos	4	1	4	Razoável
	EB do 1º Ciclo de Zido	3	1	3	Razoável
Vilar de Peregrinos	EB do 1º Ciclo de Vilar de Peregrinos	5	1	5	Razoável
Vilar Seco de Lomba	EB do 1º Ciclo de Gestosa	3	1	3	Razoável
	EB do 1º Ciclo de Passos	2	1	2	Razoável
Vinhais	EB do 1º Ciclo de Vinhais n.º 1	90	4	23	Razoável
	EB do 1º Ciclo de Vinhais n.º 2	9	1	9	Razoável
CONCELHO	31 EB1	317	36	9	-

Fonte: Câmara Municipal de Vinhais

No ano lectivo de 2006/2007, estavam a leccionar apenas 5 EB1: Ervedosa, Penhas Juntas, Rebordelo, Vilar da Lomba e Vinhais.

Quadro 77: EB1 e número de alunos respectivos, no concelho de Vinhais, no ano lectivo 2006/2007

Freguesia	Estabelecimento de ensino	N.º de alunos
Ervedosa	EB1 de Ervedosa	20
Penhas Juntas	EB1 de Penhas Juntas	15
Rebordelo	EB1 de Rebordelo	31
Vilar daLomba	EB1 de Vilar da Lomba	23
Vinhais	EB1 de Vinhais	179
Total		268

Fonte: ME-GIASE (www.min-edu.pt)

2º, 3º Ciclo e Ensino Secundário

O **2º ciclo** do ensino básico corresponde ao antigo ciclo preparatório e ao escalão etário 10-11 anos (5º e 6º anos).

Este nível de ensino foi prestado a 130 alunos no ano lectivo 2002/2003 e assegurado por oito estabelecimentos de ensino básico mediatizado (EBM), localizados nas freguesias de Celas, Ervedosa, Rebordelo, Santalha, Vale das Fontes, Vilar de Lomba e Vilar Seco de Lomba, e pela escola básica de 2º e 3º ciclos localizada na freguesia de Vinhais.

Quadro 78: 2º Ciclo do Ensino Básico, no concelho de Vinhais, no ano lectivo 2002/2003

Freguesia	Nome do Estabelecimento de Ensino	Capacidade (n.º alunos)	Número de Alunos
Celas	EBM de Celas	25	4
Ervedosa	EBM de Ervedosa	25	2
Rebordelo	EBM de Rebordelo	25	14
Santalha	EBM de Santalha	25	6
Vale das Fontes	EBM de Vale das Fontes	25	4
Vilar de Lomba	EBM de Vilar de Lomba	25	2
Vilar Seco de Lomba	EBM de Vilar Seco de Lomba	25	3
Vinhais	EB2/3 de Vinhais	95	95
TOTAL		270	130

Fonte: Câmara Municipal de Vinhais e Agrupamento Educativo Vertical de Vinhais

As necessidades, em termos de estruturas físicas, para este nível escolar encontravam-se satisfeitas nas escolas de ensino básico mediatizado, se considerarmos que qualquer um destes estabelecimentos tinha uma taxa de ocupação inferior à capacidade existente na altura. A Escola EB2/3 de Vinhais, funcionava no limiar máximo das suas capacidades.

O **3º ciclo** encerra os 9 anos de escolaridade básica e corresponde a um período de 3 anos (7º, 8º e 9º anos), destinado à população com 12, 13 e 14 anos.

Este nível de ensino foi assegurado a 296 alunos no ano lectivo 2002/2003 por dois estabelecimentos de ensino: Escola EB2/3 de Vinhais e Escola Secundária D. Afonso III, ambas localizadas na freguesia de Vinhais.

Quadro 79: 3º Ciclo do Ensino Básico, no concelho de Vinhais, no ano lectivo 2002/2003

Freguesia	Estabelecimento de Ensino	Capacidade (n.º alunos)	Número de Alunos
Vinhais	EB 2/3 de Vinhais	220	220
	Escola Secundária D. Afonso III	500	76
TOTAL		720	296

Fonte: Câmara Municipal de Vinhais e Agrupamento Educativo Vertical de Vinhais

As necessidades, em termos de estruturas físicas, para este nível escolar encontravam-se satisfeitas, se se considerar que, no global, a capacidade conjunta daqueles dois estabelecimentos estava longe de ser atingida. Contudo, ao nível dos estabelecimentos de ensino, verificava-se que, ao contrário da Escola Secundária D. Afonso III, a EB2/3 de Vinhais funcionava no limiar das suas capacidades. No seu conjunto, só 45% da população em idade de frequentar este nível de ensino o fazia, situação que se enquadrava na ruralidade do concelho e nos baixos níveis de instrução.

O **ensino secundário** corresponde a um ciclo global com a duração de 3 anos e surge no final dos nove anos de escolaridade básica. A faixa etária a que se destina este nível de ensino é a dos 15-17 anos.

Em Vinhais, este nível de ensino foi assegurado, no ano lectivo 2002/2003, pela Escola Secundária D. Afonso III a 205 alunos.

As necessidades, em termos de estruturas físicas, para este nível escolar encontravam-se satisfeitas, uma vez que este estabelecimento de ensino se encontrava subocupado (capacidade para 400 alunos), num contexto em que a taxa de cobertura bruta¹⁵ rondava apenas os 30%.

No ano lectivo 2006/2007 o cenário relativo a estes níveis de ensino era bastante distinto do existente em 2002/2003:

- o reordenamento da rede educativa em curso originou a suspensão da EB2,3 de Vinhais e a alteração da tipologia da Escola ES/3 D. Afonso III, hoje designada de EB2,3/S D. Afonso III, onde são leccionados todos os níveis de ensino superiores ao 1º ciclo;
- as escolas do Ensino Básico mediatizado, criadas no ano lectivo 1989/1990 (14 escolas e 307 alunos) e que foram muito importantes, na época, para aumentar o nível de instrução, foram entretanto extintas e, hoje, os alunos deste nível de ensino frequentam a EB2,3/S D. Afonso III;
- no ano lectivo 2006/2007, existiam 479 alunos distribuídos pelo 2º CEB (127 alunos), 3º CEB (201 alunos) e Secundário (151 alunos), menos 70 alunos que quatro anos lectivos antes.

Quadro 80: Evolução do nº de alunos do 2º e 3º CEB e do Ensino Secundário, no concelho de Vinhais, entre 2002/2003 e 2006/2007

	2002/2003	2003/2004	2004/2005	2005/2006	2006/2007
2º CEB	97	109	126	142	127
3º CEB	302	252	247	208	201
Ensino Secundário	150	150	153	132	151
Total	549	511	526	482	479

Fonte: Carta Educativa de Vinhais

As propostas de reordenamento da rede educativa do município de Vinhais, preconizadas na Carta Educativa do município¹⁶ apontam, basicamente para a **criação do Centro escolar de Vinhais** e para a **manutenção da EB1 de Rebordelo**, os quais concentrarão todos os alunos do 1º Ciclo do concelho:

- **Centro Escolar de Vinhais.** Consistirá na construção de raiz de um Centro Escolar que responda adequadamente a todos os requisitos que actualmente se exige de uma escola a tempo inteiro, com todas as condições de conforto, segurança e salubridade. Uma vês que este centro escolar vai integrar as crianças da Educação Pré-escolar e 1.º ciclo, prevê-se uma capacidade para 9 turmas para o ensino do 1.º ciclo e 2 a 3 turmas para o Jardim de Infância. Este Centro Escolar irá ser

¹⁵ Quociente entre a população escolarizada e a população escolarizável (com idade entre os 12 e os 14 anos).

¹⁶ Homologada a 20/02/08, carecendo a sua actualização de monitorização

construído num local em que se concentram vários equipamentos cuja sua utilização será otimizada, como por exemplo o Complexo Desportivo, composto por ginásio, piscinas cobertas e descobertas e campo de jogos, o futuro Parque Verde da Vila e Central de Camionagem.

- **EB1 de Rebordelo.** Esta escola vai agregar as actuais EB1 de Ervedosa e EB1 de Vilar de Lomba e as intervenções a efectuar serão a ampliação/ requalificação do espaço exterior, que implicará a construção de 3 espaços específicos englobando: i) polivalente/refeitório, cozinha, biblioteca e sala de professores; ii) execução dos arranjos exteriores dentro do perímetro do estabelecimento de ensino; iii) material didáctico, equipamento informático e mobiliário escolar.

Esta última matéria (propostas da Carta Educativa) está tratada com maior desenvolvimento no Relatório de Proposta do PDM de Vinhais.

9.3 EQUIPAMENTO DE SEGURANÇA SOCIAL

9.3.1 Introdução

Com o objectivo de satisfazer as necessidades de grupos sociais mais carentes ou escalões etários mais dependentes, as instituições de Segurança Social baseiam a sua acção na tentativa da satisfação das necessidades específicas das crianças, dos jovens e dos idosos.

No Concelho de Vinhais, essa acção passa designadamente por:

- apoio à infância e juventude:
 - creches
 - centros ATL
- apoio à população idosa:
 - lares
 - centros de dia
 - apoio domiciliário

9.3.2 Creches

As creches destinam-se a acolher crianças dos 3 meses até aos 2 anos de idade, durante as horas de trabalho dos pais, visando proporcionar igualdade de oportunidades a todas as crianças, nomeadamente as que concorrem para o desenvolvimento físico, emocional, intelectual e social.

De acordo com as normas de programação para este equipamento, a área de irradiação deve estender-se à freguesia e a população base não deverá ser inferior a 5000 habitantes. A unidade mínima não deverá ter menos

de 5 crianças, nem a máxima mais de 35. A taxa de cobertura deverá ser, de acordo com as actuais intenções da Administração Central, de 20% até 2005 e 33% até 2010.

A existência de equipamento de apoio à infância, em especial no período que antecede a escolaridade obrigatória, torna-se fundamental em áreas onde se verificam elevadas taxas de actividade feminina.

De acordo com a informação disponível, existe somente uma creche, que se localiza na freguesia de Vinhais. No ano lectivo de 2002/2003, prestou apoio a 35 crianças. Este estabelecimento tem capacidade para 40 utentes e funciona em instalações próprias e em bom estado de conservação.

Tendo em conta que em Vinhais, em 2001, existiam 181 crianças com idade para frequentar este tipo de estabelecimento, o concelho de Vinhais apresenta uma taxa de cobertura de aproximadamente 19%, encontrando-se ligeiramente abaixo da dotação mínima exigida pelo Estado até 2005.

9.3.3 Actividades de Tempos Livres

Os centros de actividades de tempos livres destinam-se a acolher crianças de idade compreendida entre a idade legal de ingresso no ensino básico e os 12 anos e funcionam em dois grupos - manhã e tarde. Nestes centros são desenvolvidas actividades de animação sócio-recreativa com o objectivo da prevenção de situações sociais de risco.

Os critérios de dimensionamento oficiais não apresentam valores indicativos, apenas aconselham a existência destas unidades em situações de elevada percentagem de mão-de-obra feminina e situações de risco social.

Existe apenas **uma unidade de ATL** localizada na freguesia de Vinhais, que apoiou, no ano lectivo 2002/2003, 47 crianças, estando quase lotada a capacidade deste mesmo estabelecimento (50 utentes), propriedade da Santa Casa da Misericórdia.

9.3.4 Lares, Centros de Dia e Centros de Convívio

É cada vez mais preocupante e problemática, a questão do envelhecimento demográfico e, por consequência, do apoio à 3ª Idade, com todos os problemas que lhes são inerentes. Estas questões deverão ser tratadas com mais acuidade, devendo começar-se a pensar no conjunto de condições, que forçosamente terão de vir a ser criadas, de resposta a este fenómeno emergente.

"O chamado **envelhecimento demográfico** da Europa comunitária é, segundo a publicação "A Europa em Números", do Serviço de estatística da CE, "o fenómeno mais importante deste fim de século" e "levanta problemas múltiplos: a redução de parte dos activos criará dificuldades financeiras ao financiamento das

pensões de reforma, porá em perigo o equilíbrio dos orçamentos de protecção social e **aumentará a necessidade de serviços especializados de alojamento**" (Expresso, 12 de Junho de 1993).

Entre outras consequências, aparentemente mais importantes, coloca-se, precisamente, a questão que nos interessa, da "necessidade de serviços especializados de alojamento".

O recurso ao Lar obriga ao abandono das casas e, normalmente, têm implícita uma maior dependência dos idosos. Os Centros de Dia têm por objectivo evitar o isolamento dos idosos, favorecendo as relações pessoais e permitem colocar, à disposição dos idosos, formas de ajuda adequadas à sua situação, não obrigando, desta forma, ao abandono das suas casas.

Existem **um lar, um mini lar e três centros de dia**, distribuídos por três freguesias: Agrochão, Ervedosa e Vinhais. Enquanto os Centros de Dia se encontram subocupados, os lares estão próximos da sua lotação¹⁷, o que aliado ao tendencial envelhecimento demográfico concelhio, apontam para a necessidade de uma melhor dotação a este nível.

Quadro 81: Lares e Centros de Dia, no Concelho de Vinhais, 2004

Freguesia	Tipologia	Capacidade (N.º utentes)	N.º de Utentes	Entidade Proprietária
Agrochão	Mini-Lar	16	16	IPSS
	Centro de Dia	25	6	IPSS
Ervedosa	Centro de Dia	25	15	IPSS
Vinhais	Lar	a)	40	IPSS
	Centro de Dia	a)	5	IPSS
Total	-	66	82	-

a) Desconhecem-se os valores relativos à capacidade

Fonte: Câmara Municipal de Vinhais

Encontram-se em fase de projecto 2 Centros de Noite (Ervedosa e Vale de Fontes) e 6 Centros de Dia e Mini-Lar (Quirás, Vilar de Lomba, Moimenta, Edral, Celas e Rebordelo), dois dos quais foram financiados no âmbito do QCA (Quirás e Ervedosa).

9.3.5 Apoio domiciliário

O apoio domiciliário é considerado a forma mais eficaz e económica de resolver o problema do apoio à população idosa, não só por não implicar o abandono do meio familiar, com as consequências psicológicas e sociais que daí advêm, como também a sua existência é menos dispendiosa do que a manutenção de lares.

A ajuda domiciliária pode incluir serviços de alimentação, higiene e conforto, assim como trabalhos caseiros e percursos ao ar livre.

¹⁷ Ainda que se desconheça a lotação do lar da freguesia de Vinhais.

Quadro 82: Apoio domiciliário no concelho de Vinhais, em 2004

Freguesias	Capacidade	Utentes
Agrochão	22	10
Ervedosa	15	10
Vinhais	a)	30
TOTAL	37	50

a) Desconhecem-se os valores relativos à capacidade

Fonte: Câmara Municipal de Vinhais

No concelho, o apoio domiciliário complementa a intervenção do município neste grupo etário. O apoio domiciliário é realizado nas freguesias de Agrochão (10 pessoas), Ervedosa (10 pessoas) e Vinhais (30 pessoas). Destaca-se ainda o facto das freguesias de Agrochão e Vinhais prestarem apoio domiciliário integrado a 6 e 15 utentes, respectivamente.

No seu conjunto, os equipamentos e as valências de assistência à terceira idade (lares, centros de dia e apoio domiciliário) apenas apoiam 4% da população com mais de 65 anos do concelho, o que é manifestamente insuficiente.

9.4 EQUIPAMENTO DE SAÚDE

9.4.1 Introdução

O equipamento de saúde considerado integra as seguintes tipologias:

- Centros de Saúde
- Extensões do Centro de Saúde
- Farmácias

9.4.2 Centros de Saúde e Extensões

Os centros de saúde constituem o primeiro nível de contacto da população com os serviços de saúde, cujo objectivo é o diagnóstico e a resolução de situações de doença que não necessitem de cuidados especializados.

Em termos indicativos o Centro de Saúde deverá ser dimensionado tendo por base entre 25.000 e 30.000 pessoas. As extensões deste centro justificam-se em zonas de fraca acessibilidade da área de influência do centro de saúde.

Existe um Centro de Saúde em Vinhais e Extensões do mesmo nas freguesias de Agrochão, Curopos, Edrosa, Ervedosa, Moimenta, Paçó, Penhas Juntas, Pinheiro Novo, Rebordelo, Santalha (no aglomerado de Seixas) e

em Vilar Seco de Lomba (no aglomerado de Gestosa). Existe ainda uma sub-extensão da extensão de Edrosa na freguesia de Vilar de Peregrinos.

O estado de conservação destes equipamentos é bom, desconhecendo-se quais os que funcionam em instalações próprias ou adaptadas.

A nível de estabelecimentos de saúde privados, o concelho possui uma clínica médica que presta serviços clínicos especializados (consultas de especialidade, laboratório de recolha de análises clínicas, centro de exames médicos ...) e dois consultórios de medicina dentária.

Quadro 83: Centro de Saúde e Extensões em 2004

Freguesia	Tipologia	N.º de utentes inscritos	Estado de Conservação
Agrochão	Extensão C.S.	161	Bom
Curopos	Extensão C.S.	85	Bom
Edrosa	Extensão C.S.	154	Bom
Ervedosa	Extensão C.S.	210	Bom
Moimenta	Extensão C.S.	133	Bom
Paçó	Extensão C.S.	82	Bom
Penhas Juntas	Extensão C.S.	80	Bom
Pinheiro Novo	Extensão C.S.	41	Bom
Rebordelo	Extensão C.S.	288	Bom
Santalha	Extensão C.S.	24	Bom
Vilar de Peregrinos	Sub-extensão	*	Bom
Vilar Seco de Lomba	Extensão do C.S.	411	Bom
Vinhais	Centro de Saúde	10494	Bom

* é uma sub-extensão da extensão de Edrosa

Fonte: Câmara Municipal de Vinhais e Conselho Local de Acção Social de Vinhais - Diagnóstico Social, 2002.

No âmbito da reabilitação do Centro de Saúde de Vinhais está prevista a criação de uma Unidade de Cuidados Intensivos.

9.4.3 Farmácias

A implantação de farmácias, segundo as "Normas de Programação" está condicionada à capitação de pelo menos 4000 habitantes/farmácia e a uma área de irradiação de 250 metros.

As três farmácias existentes no concelho localizam-se nas freguesias de Rebordelo e Vinhais (duas farmácias).

Em relação à capitação farmácia/habitantes, o concelho responde largamente àqueles critérios (4000 habitantes * 3 farmácias = 12 000 habitantes), e Vinhais possui cerca de 10646 habitantes, de acordo com os Resultados Definitivos do XIV Recenseamento Geral da População, INE, 2001).

Não obstante a dotação actual, a área noroeste do concelho, que inclui algumas das freguesias mais desfavorecidas e mais afastadas, tanto do centro de Vinhais, como dos outros pólos de desenvolvimento do concelho, justificará a existência de uma farmácia ou de um posto de medicamentos que sirva esta área do concelho.

9.5 EQUIPAMENTO DESPORTIVO

Na análise da situação dos equipamentos desportivos do Concelho de Vinhais consideram-se todas as áreas desportivas existentes, cujo acesso e prática desportiva são facultados à população em geral, incluindo os recintos integrados no parque escolar.

Segundo as Normas para a Programação de Equipamentos Colectivos (GEPAT) e em conformidade com as recomendações do Conselho da Europa e do Conselho Internacional para a Educação Física e o Desporto (UNESCO), deve ser atribuída **a quota global de 4 m² de superfície desportiva útil por habitante**. Evidentemente que se trata de uma base normativa sem carácter rígido e que deve adaptar-se com a necessária flexibilidade às variáveis específicas de cada território.

São predominantes os grandes campos de jogos (42), seguida e pelos pequenos campos de jogos (7). Em menor número, existem uma piscina e um pavilhão/sala de desporto.

Quase todas as freguesias possuem pelo menos uma instalação desportiva, exceptuando-se as freguesias de Alvaredos e Fresulfe, verificando-se, no entanto, grandes desigualdades espaciais na distribuição destes equipamentos quando aferidos com a população residente respectiva. Com efeito, temos áreas úteis/habitante que oscilam entre 4,4 m²/habitante, na freguesia de Vinhais, e 129 m²/habitante, em São Jumil.

Quadro 84: Número e área (m²) das instalações desportivas, por freguesia, em 2004

Freguesias	Área útil/ habitante	Área total (m ²)	Grandes Campos de Jogos (Campos de Futebol, ...)		Pequenos Campos de Jogos (Polidespor- tivos, ...)		Pavilhões e Salas de Desporto		Piscinas (cobertas e descobertas)	
			N.º	Área (m ²)	N.º	Área (m ²)	N.º	Área (m ²)	N.º	Área (m ²)
Agrochão	27,3	8000	1	8000						
Candedo	39,9	16000	2	16000						
Celas	57,5	21000	3	21000						
Curopos	46,8	13000	2	13000						
Edral	30,2	8000	1	8000						
Edrosa	70,7	13000	2	13000						
Ervedosa	36,0	16000	2	16000						
Mofreita	34,1	1500			1	1500				
Moimenta	43,5	8000	1	8000						
Montouto	30,3	5000	1	5000						
Nunes	26,7	5000	1	5000						
Ousilhão	59,3	8000	1	8000						

Freguesias	Área útil/ habitante	Área total (m ²)	Grandes Campos de Jogos (Campos de Futebol, ...)		Pequenos Campos de Jogos (Polidespor- tivos, ...)		Pavilhões e Salas de Desporto		Piscinas (cobertas e descobertas)	
			N.º	Área (m ²)	N.º	Área (m ²)	N.º	Área (m ²)	N.º	Área (m ²)
Paço	21,2	5000	1	5000						
Penhas Juntas	30,2	8000	1	8000						
Pinheiro Novo	11,8	1500			1	1500				
Quirás	71,1	16000	2	16000						
Rebordelo	12,0	8000	1	8000						
Santa Cruz	111,1	8000	1	8000						
Santalha	67,3	21000	3	21000						
São Jumil	129,0	8000	1	8000						
Sobreiro de Baixo	39,6	16000	2	16000						
Soeira	66,7	8000	1	8000						
Travanca	79,8	9500	1	8000	1	1500				
Tuizelo	9,9	5000	1	5000						
Vale das Fontes	37,2	16000	2	16000						
Vale de Janeiro	52,3	8000	1	8000						
Vila Boa de Ousilhão	41,0	8000	1	8000						
Vila Verde	39,6	9500	1	8000	1	1500				
Vilar de Lomba	39,0	8000	1	8000						
Vilar de Ossos	23,3	9500	1	8000	1	1500				
Vilar de Peregrinos	30,5	5000	1	5000						
Vilar Seco de Lomba	27,4	8000	1	8000						
Vinhais	4,4	10400	1	8000	2	1300	1	450	1	650
Concelho	30,0	318900	42	309000	7	8800	1	450	1	650

Fonte: Câmara Municipal de Vinhais

No seu conjunto, a relação área desportiva útil/habitante é, neste concelho, de 30,0 m², largamente superior aos 4 m² indicados. A repartição da área total pelas três grandes tipologias dista do que é recomendado oficialmente, já que se constata que existe um excesso de instalações ao ar livre em detrimento das salas de desporto e das superfícies de plano de água.

Quadro 85: Área Desportiva Útil recomendada e existente, de acordo com tipologia, em 2004

Tipologias	Área Recomendada (%)	Área Existente em Vinhais(%)
Ar livre	95%	99,7%
Salas de Desporto	2 a 2,5%	0,1 %
Superfícies de plano de água	1,5%	0,2 %

Fonte: Câmara Municipal de Vinhais; PLURAL: Cálculos próprios.

Tendo em consideração a dotação actual e a tendência para o envelhecimento demográfico, o concelho de Vinhais encontra-se bastante bem dotado ao nível do equipamento desportivo.

9.6 EQUIPAMENTO CULTURAL E RECREATIVO

O equipamento cultural, enquanto estrutura física fixa, não traduz, necessariamente, a actividade cultural de um concelho ou região, estando esta, sobretudo, dependente de uma política autárquica de promoção cultural e do dinamismo dos grupos e das associações culturais e recreativas.

Em termos de estruturas fixas, existe, no concelho de Vinhais, pouca oferta, nomeadamente: dois museus, uma sala de espectáculos, um salão de festas, uma rádio local e um posto de turismo.

Quadro 86: Equipamento Cultural e de Recreio, em 2004

Tipologia do equipamento	Número de Unidades	Freguesia
Museu	2	Agrochão e Vinhais
Sala de espectáculos	1	Vinhais
Salão de Festas	1	Vinhais
Rádio Local	1	Vinhais
Posto de Turismo	1	Vinhais
Associações Culturais, Recreativas e Desportivas	47	Agrochão, Alvaredos, Candedo, Curopos, Edral, Ervedosa, Mofreita, Moimenta, Nunes, Ousilhão, Paçó, Quirás, Rebordelo, Santa Cruz, Santalha, Sobreiro de Baixo, Travanca, Vale das Fontes, Vale de Janeiro, Vila Boa de Ousilhão, Vila Verde, Vilar de Ossos, Vilar Seco de Lomba e Vinhais

Fonte: Câmara Municipal de Vinhais

É de salientar, contudo, a actividade associativa do concelho, marcada pela existência de um vasto conjunto de associações, com incidência para as actividades desportivas, culturais e recreativas.

Quadro 87: Associações culturais, recreativas e desportivas, em 2004

Freguesia	Associação
Agrochão	Associação Cultural e Recreativa de Agrochão
Alvaredos	Associação Recreativa e Cultural S. João Baptista
Candedo	Associação Recreativa e Cultural de Candedo Associação Cultural e Recreativa Espinhosense Associação Filarmónica Santo Estevão
Curopos	Associação Caça e Pesca de Curopos Associação Cultural e Recreativa de Valpaço
Edral	Associação Caça e Pesca de Lomba de Baixo
Ervedosa	Associação Caça e Pesca de Ervedosa
Mofreita	Associação Cultural de Melhoramentos de Mofreita
Moimenta	Associação Cultural e Recreativa de Moimenta Associação Caça e Pesca de Moimenta
Nunes	Associação Cultural e Desportiva de St.º Antão de Romariz
Ousilhão	Associação Recreativa e Cultural de Ousilhão
Paçó	Associação Caça e Pesca de Coroa da Freguesia de Paçó
Quirás	Associação Sócio Cultural Quiraz de Lomba Associação Cultural e Recreativa os Mamoteiros Vilarinho de Lomba

Freguesia	Associação
Rebordelo	Associação Filarmónica Rebordelense Associação Desportiva de Rebordelo Associação Cultural e Recreativa de Rebordelo Associação Caça e Pesca de Rebordelo
Santa Cruz	Associação Cultural e Recreativa “Os raposos de Stª Cruz”
Santalha	Associação Caça e Pesca de Castelo de Seixão Associação Cultural e Recreativa Stª Eulália
Sobreiro de Baixo	Associação Cultural e Recreativa “As Castanheiras de Sobreiro Cima” Grupo de Pauliteiros
Travanca	Associação Caça e Pesca de Coroa de Cima
Vale das Fontes	Associação Cultural e Recreativa de Nuzedo de Baixo Associação Caça e Pesca de Vale das Fontes
Vale de Janeiro	Associação Caça e Pesca de Vale de Janeiro
Vila Boa de Ousilhão	Associação Desportiva e Cultural de Vila Boa
Vila Verde	Associação Cultural e Desportiva de Vila Verde
Vilar de Ossos	Associação Cultural e Recreativa Santiago
Vilar Seco de Lomba	Associação Caça e Pesca de Lomba de Cima
Vinhais	Associação Professores e Educadores de Infância de Vinhais Associação Centro Cultural Recreativo do Calvário Associação Artesanal de Vinhais Associação Fraga da Moura de Moas Associação Cultural e Recreativa de Reformados Associação Cultural e Recreativa Vinhaense Associação Comercial e Industrial de Vinhais Associação Nacional de Criadores da Raça Bízara Associação Florestal da Terra Fria Transmontana “A Castanheiro”, Associação de Amigos de Vinhais Associação Industrial Vinhaense de Transportes Ligeiros de Passageiros Corpo Nacional de Escutas de Vinhais Associação Futebol Clube de Vinhais

Fonte: Câmara Municipal de Vinhais

9.7 PREVENÇÃO E SEGURANÇA

As instituições de prevenção e segurança existentes no concelho de Vinhais são a GNR, localizada nas freguesias de Rebordelo e Vinhais, e os Bombeiros, que se encontram na freguesia de Vinhais.

Das três unidades existentes, apenas o posto da GNR de Rebordelo está a funcionar em instalações adaptadas, apresentando um mau estado de conservação.

Quadro 88: Equipamento de Prevenção e Segurança, em 2004

Tipo de Unidade	Freguesia	N.º de efectivos	Tipo de Instalações	Estado de Conservação	Dimensão
Posto da GNR	Rebordelo	10	Adaptadas	Mau	Suficiente
	Vinhais	26	Próprias	Bom	Suficiente
Quartel de Bombeiros	Vinhais	15	Próprias	Razoável	Suficiente

Fonte: Câmara Municipal de Vinhais

9.8 SÍNTESE CONCLUSIVA

O concelho de Vinhais encontra-se, em termos globais, **razoavelmente dotado de equipamentos**, nomeadamente de educação e desporto, quando dimensionados em função dos quantitativos populacionais em presença, existindo, contudo, alguns domínios onde ainda se terá de intervir, de modo a dar uma resposta mais adequada às necessidades actuais e previsíveis da população.

Na óptica da distribuição espacial dos equipamentos colectivos, salienta-se que é na sede de Concelho que se localizam os de ordem superior e que as freguesias de Rebordelo e Ervedosa são a segunda e terceira melhor equipadas do concelho.

Um aspecto fundamental na análise e avaliação dos equipamentos colectivos é o significativo envelhecimento demográfico da população concelhia: i) envelhecimento na base da pirâmide: reduzida dimensão da população jovem (11%) e ii) significativa percentagem de população idosa (30%). Este facto obriga a pensar, em termos estratégicos, que a dotação de equipamentos colectivos deverá ser reforçada no sector de apoio da população idosa e, por outro lado, o abrandamento da pressão dos jovens deverá ser aproveitado para a melhoria qualitativa dos equipamentos de apoio à população jovem.

Uma avaliação por tipo de equipamentos, permite salientar os seguintes aspectos:

- a **nível escolar**, o concelho encontra-se bem dotado face aos quantitativos populacionais em presença: nove jardins de infância, trinta e uma escolas básicas do 1º ciclo, sete estabelecimentos de ensino básico mediatizado, uma Escola Básica do 2º e 3º ciclo, e uma Escola Secundária com 3º Ciclo. Quase todos os estabelecimentos se encontram subocupados, à excepção da EB2,3 de Vinhais que funciona no limite das suas capacidades. Uma análise mais pormenorizada, envolvendo outros aspectos mais específicos, que ultrapassam o âmbito do PDM, poderá denunciar alguns desajustes espaciais e funcionais entre a oferta e a procura existentes, que poderão vir a justificar um reordenamento da rede pré-escolar que actualmente serve a população concelhia;
- os **serviços de saúde** no concelho são prestados pelo centro de saúde e pelas onze extensões distribuídas pelas freguesias de Agrochão, Curopos, Edrosa, Ervedosa, Moimenta, Paçó, Penhas Juntas, Pinheiro Novo, Rebordelo, Santalha (no aglomerado de Seixas) e em Vilar Seco de Lomba (no aglomerado de Gestosa), existindo ainda uma sub-extensão da extensão de Edrosa na freguesia de Vilar de Peregrinos. Todas as extensões se encontram em bom estado de conservação; existem três farmácias no concelho (duas em Vinhais e uma em Rebordelo);
- ao nível do **apoio à infância**, há a registar a existência de somente uma creche inserida num centro ATL, localizados na freguesia de Vinhais, o que aliado ao facto de se encontrarem a funcionar próximo do limiar da sua lotação, poderá indiciar a existência de carências a este nível;

- ao nível do **apoio à 3ª idade**, existem poucas estruturas de apoio, que passam pela existência de um lar, de um mini lar, de três centros de dia, e pela prestação de apoio domiciliário, estando estas estruturas localizadas nas freguesias de Agrochão, Ervedosa e Vinhais. No seu conjunto, os equipamentos e as valências de assistência à terceira idade (lares, centros de dia e apoio domiciliário) apenas apoiam 4% da população com mais de 65 anos do concelho, o que é manifestamente insuficiente. Não só a dotação actual como o tendencial envelhecimento da população, deverá vir a exigir uma muito maior dotação do Concelho a este nível;
- na oferta de **equipamento desportivo** salienta-se a tipologia designada por “grandes campos de jogos” (42), seguidos pelos pequenos campos de jogos (7) e por fim pelo os “pavilhões/salas de desporto” (1) e pelas piscinas (1). De acordo com os indicadores oficiais (4m²/hab de superfície desportiva útil), este concelho ultrapassa largamente o definido oficialmente (30,0 m²/hab.). Tendo em conta que a população potencialmente utilizadora do equipamento desportivo está tendencialmente em regressão, julga-se que o concelho tem capacidade para satisfazer as exigências a este nível;
- no âmbito do **equipamento cultural**, há uma reduzida oferta de equipamentos culturais e recreativos, sendo de salientar, no entanto, a importância da intervenção da população, nomeadamente materializada nas 47 associações culturais/recreativas/ desportivas existentes. Enquanto estruturas fixas, podem encontrar-se em Vinhais dois museus, uma sala de espectáculos, um salão de festas, uma rádio local e um posto de turismo.

Em síntese, estamos em presença de um concelho razoavelmente equipado quando dimensionado em função da respectiva população, havendo no entanto espaço para:

- reordenar a rede escolar, adaptando-a às novas exigências da Lei de Bases do Sistema Educativo;
- Incrementar a dotação de estruturas sociais de apoio, tanto a jovens (creches e ATL), como aos idosos (sobretudo lares e apoio domiciliário).

10. REDE VIÁRIA E TRANSPORTES

10.1 INTRODUÇÃO

Neste Capítulo é desenvolvida a caracterização das infraestruturas viárias e do sistema de transportes do Concelho de Vinhais, referente, nomeadamente à rede rodoviária - incluindo a análise das acessibilidades servidas, funções desempenhadas e suas características físicas – ao tráfego e ao serviço de transporte público, procurando estabelecer uma análise dos seus actuais níveis funcionais e operacionais.

Metodologicamente, esta caracterização foi desenvolvida com base numa recolha de elementos diversos, processada a diferentes níveis:

- contactos com técnicos da Câmara Municipal de Vinhais;
- contactos com outras entidades (I.E.P., operadores de transportes, etc.);
- levantamentos de campo;
- consulta de dados estatísticos, estudos e publicações existentes.

O tratamento da informação recolhida, possibilitou a caracterização do sistema, nas suas diferentes vertentes, identificando os seus principais estrangulamentos e deficiências e perspectivando a sua evolução, por forma a que se possa desenvolver uma estratégia de intervenção adequada que, no âmbito da presente Revisão do PDM, possibilite a melhoria efectiva da sua qualidade e eficácia.

Assim, no **sub-capítulo 10.2** procede-se à análise e caracterização da rede viária concelhia, nomeadamente, no que diz respeito à sua inserção na rede exterior, às acessibilidades servidas, à estrutura e hierarquia actual e às suas características físicas e geométricas (extensões, perfis transversais, traçado, pavimentação, etc.), salientando ainda alguns dos aspectos mais significativos relativamente às perspectivas de evolução no prazo de vigência do presente Plano Director.

No **sub-capítulo 10.3** efectua-se uma análise sumária das características mais relevantes do tráfego nas vias da rede nacional – intensidade, composição, evolução recente – tendo por base os dados disponíveis a partir dos recenseamentos do IEP.

Por último, no **sub-capítulo 10.4**, é caracterizado o serviço de transporte público de passageiros existente, incidindo sobretudo no domínio da oferta e da qualidade do serviço prestado.

10.2 REDE VIÁRIA

10.2.1 Inserção Nacional, Regional e Local

10.2.1.1 Principais Ligações à Rede Exterior

As funções desempenhadas pelas vias que integram a rede concelhia, nomeadamente no que se refere aos níveis de acessibilidades servidos, apresentam-se como um factor determinante no estabelecimento da sua adequada hierarquização, constituindo objecto de análise a verificação do seu ajustamento à estrutura, às características e à importância dos troços que a constituem.

Deste modo, a análise da sua inserção na rede exterior assume um papel fundamental na compreensão das relações estabelecidas com os principais pólos de geração/atração de deslocações, relacionadas, em larga medida, com a qualidade das ligações existentes, sendo de salientar os seguintes aspectos:

- Situado na Sub-região do Alto de Trás-os-Montes a zona central do território é **atravessada transversalmente pela EN103** – Chaves (IP3)/Vinhais/Bragança(IP4) –, a qual, atendendo à estrutura da rede viária existente e à **articulação estabelecida com a ER315** junto ao limite Poente/Sul do Concelho (Rebordelo), serve algumas das mais relevantes acessibilidades exteriores, nomeadamente, tendo por referência a localização da Vila de Vinhais:
 - na **direcção Nascente, à Cidade de Bragança** - Sede de Distrito e, destacadamente, o mais importante polo de nível regional - e, pela conexão com o IP4, à **Frenteira de Quintanilha**, servindo ligações a Zamora e a Madrid, situada a cerca de 330km desta importante fronteira internacional;
 - na **direcção Poente**, desempenha funções de menor relevância a este nível, servindo **essencialmente acessibilidades ao Concelho de Chaves**, sendo contudo de salientar a ligação internacional estabelecida através da **Frenteira de Vila Verde da Raia** (Província de Ourense e Galiza);
- Desenvolvendo-se para Sul a partir de Rebordelo (segundo pólo mais importante em termos de hierarquia urbana concelhia) e da EN103, constituí, no contexto da rede concelhia, uma curta ramificação desta, a **ER315** – Rebordelo (EN103)/Mirandela (IP4)/Alfandega da Fé – serve as **principais ligações externas de âmbito Nacional**, estabelecendo a ligação mais favorável ao IP4;
 - Este facto, resulta directamente da **inexistência de uma ligação longitudinal adequada entre Vinhais e este Itinerário Principal** – presentemente servida pelo eixo formado pelo CM1015 e pelo troço Ousilhão/Macedo de Cavaleiros (IP4) da EN316 –, bem como das **deficientes características apresentadas pelo IP2** (EN102) na ligação Macedo de Cavaleiros (IP4) - Celorico da Beira (IP5/A25), o qual, sobretudo após a recente implementação da A23 (SCUT da Beira Interior), deveria constituir uma alternativa eficaz nas ligações à Região Sul, nomeadamente à Região de Lisboa e Vale do Tejo;

Quadro 89: Principais Ligações à Rede Exterior

Via	Principais Ligações Asseguradas (Nível)		
	Nacional / Internacional	Regional	Local
EN103	Espanha (Front. V. V. da Raia e Quintanilha)	Bragança Litoral Norte	Chaves
EN316 ¹⁾	Lisboa (via IP2/IP6) Região Sul (idem)	Guarda Interior Centro	Macedo de Cavaleiros
ER315	Porto Coimbra Lisboa ²⁾ Região Sul	Vila Real Viseu	Mirandela Valpaços (via ER206)
Via C ³⁾	Espanha (Front. Carvalhas)		

1) Troço Ousilhão (CM1015) - M. Cavaleiros (IP4); 2) Via Porto (IP4/IP1) ou Viseu (IP4/IP3/IP1); 3) Via não classificada

Fonte: Plural

- Relativamente à **EN316** (troço Ousilhão - Macedo de Cavaleiros/IP4), em virtude dos condicionalismos atrás mencionados, a importância das acessibilidades servidas apresenta um âmbito relativamente limitado, constituindo, ainda assim, a principal ligação de Vinhais na direcção Sul (via IP2), nomeadamente ao Distrito da Guarda e ao Interior Centro e Sul (Alentejo);
 - Refira-se que, **apesar de contemplada no âmbito de sucessivos PRN's** (designadamente, no PRN2000¹⁸, em vigor), esta via da Rede Nacional Complementar **não se encontra implementada na sua totalidade** – estando por concretizar a ligação entre Vinhais e Ousilhão – sendo que a sua **continuidade é actualmente assegurada por uma via municipal** (CM1015) com características claramente inadequadas à importância das funções desempenhadas no contexto da rede;
- Por fim, saliente-se a importância assumida pela **Frenteira de Carvalhas**, que constitui a ligação mais favorável de Vinhais à Província de Ourense e à Galiza (via A52), sendo servida pelo **eixo formado pelas antigas EN's 316** (troço desclassificado a Norte da EN103) e **308** (troço Salgueiros/Carvalhas) e pela **via municipal não classificada**, designada como **Via C** (ver Desenho 09).

Das restantes vias, destacam-se as funções desempenhadas pela **ER206** – Vila Pouca de Aguiar (IC5)/Valpaços/Bouça (ER315)/Bragança (IP4) –, que **atravessa parte da região Sul do território**, e pelo troço da **ant. EN308** que se desenvolve a **Nascente de Mofreita**, que servem acessibilidades locais aos concelhos de Mirandela, Valpaços e Bragança (ambas), de reduzida importância no que diz respeito à Sede de Concelho, mas bastante relevantes relativamente a zonas significativas do território, nomeadamente às freguesias situadas nas regiões Sul e Norte, respectivamente, assumindo ainda a primeira um papel estruturante a nível intra-concelhio.

¹⁸ Decreto-Lei n.º 222/98;

Para além destas, existe ainda um conjunto significativo de vias municipais que asseguram ligações exteriores de importância nitidamente inferior a nível concelhio, servindo sobretudo **acessibilidades locais de algumas freguesias mais periféricas aos concelhos limítrofes** de Chaves (CM1055, via Sandim), Mirandela (EM529-1), Macedo de Cavaleiros (EM537, não pavimentada) e Bragança (EM531 e CM1186) e ainda ao **território espanhol**, existindo duas alternativas a partir da zona Norte do Concelho, nomeadamente, através do CM1001(Cisterna) e, a partir da EM509 (Pinheiro Velho), através da Via B (não classificada) que se encontra em fase de construção (ligação a Esculqueira).

10.2.1.2 Análise das Acessibilidades Externas

A acessibilidade entre dois locais é sempre uma função da distância e das características das infra-estruturas viárias que os unem. Assim, a análise que seguidamente se apresenta foi efectuada tendo por base estes dois elementos, procurando traduzir as acessibilidades mais favoráveis servidas pelo conjunto de vias existente. No **Quadro 87** apresentam-se as distâncias registadas entre a Vila de Vinhais e os principais pólos geradores de importância nacional, regional e local.

Quadro 90: Distâncias da Sede de Concelho aos Principais Pólos Geradores

Nível Hierárquico	Designação	Distância (km)	Principais Vias Utilizadas
Polos Nacionais	Lisboa ¹⁾	520	EN103, ER315, IP4, IP1
	Porto	210	EN103, ER315, IP4
	Coimbra	325	EN103, ER315, IP4, IP1
Polos Regionais	Bragança	34	EN103
	Vila Real	115	EN103, ER315, IP4
	Guarda	200	CM1015, EN316, IP4, IP2 (EN102), IP5
Polos Locais	Chaves	65	EN103
	Valpaços	52	EN103, ER315, ER206
	Mirandela	60	EN103, ER315
	Macedo de Cavaleiros	46	CM1015, EN316
Fronteiras	Quintanilha	58	EN103, IP4
	Vila Verde da Raia	72	EN103, ant. EN103-5
	Carvalhas	21	ant. EN's 316/308, Via C
	Cisterna	34	EN103, ant. EN103-6, EM509, CM1001

¹⁾ Alternativas via Viseu (IP3) e via Guarda (IP2/IP6);

Fonte Plural

Assim, é possível constatar o **reduzido grau de acessibilidade relativamente aos principais pólos de importância nacional**, factor que deriva quer da sua localização geográfica e, logo, da distância a que estes se encontram, quer das condições oferecidas por parte das infra-estruturas viárias que servem algumas destas ligações, as quais, pelo facto de ainda não se encontrarem implementadas na sua totalidade ou de apresentarem características pouco adequadas às funções desempenhadas – caso do IP4/A4 a Nascente de

Amarante (a integrar na Rede Nacional de Auto-estradas) ou do IP2 (IP4/ M. Cavaleiros – Celorico da Beira/IP5) –, garantem padrões de utilização inferiores ao desejável.

Relativamente a este aspecto, nomeadamente às **acessibilidades à Região Sul do país**, importa referir que a **recente conclusão do IP2/A23** (Guarda/IP5 – Gardete/IP6) e do **IP6/A23** (Mouriscas – Gardete/IP2), deveria constituir uma melhoria significativa ao nível das acessibilidades concelhias às regiões da Beira Interior e do Alentejo, bem como nas ligações à Região de Lisboa e Vale do Tejo, envolvendo mesmo a utilização de uma maior extensão de troços em Auto-estrada e, a manter-se o estatuto previsto¹⁹, usufruindo da isenção de pagamento de portagem em parte considerável do percurso.

Neste domínio, é igualmente de salientar a **inexistência de uma ligação satisfatória entre Vinhais e o IP4** na direcção Sul, tal como já referido, actualmente assegurada em condições bastante penalizantes através do CM1015 e do troço Ousilhão/Macedo de Cavaleiros da EN316.

A **nível regional**, à excepção de Bragança, situada a curta distância²⁰ e servida por uma via nacional com características bastante razoáveis (EN103), os **níveis de acessibilidade** relativamente aos restantes oscilam, globalmente, entre o **médio e o reduzido** (caso da Guarda), atendendo sobretudo aos condicionalismos atrás mencionados.

Quanto à **acessibilidade local**, traduzida nas ligações às restantes sedes de concelhos limítrofes (além de Bragança), esta deverá, globalmente, ser considerada como **reduzida**, tendo em conta as distâncias registadas (da ordem dos 45 a 65km) e, sobretudo, as condições de mobilidade oferecidas por algumas das vias utilizadas, face ao tipo de relações de proximidade naturalmente existentes, assumindo Macedo de Cavaleiros e Mirandela uma importância destacada neste contexto, exercendo uma influência determinante no desenvolvimento de algumas das freguesias situadas na zona Sul do território (v. G. Rebordelo, Vale das Fontes, Ervedosa e Agrochão).

Por último, e como consequência natural da sua localização geográfica, assinala-se a **favorável acessibilidade a diversas fronteiras internacionais** – duas das quais (Carvalhas e Cisterna) com importância meramente a nível local –, aspecto que assume um potencial muito significativo como factor de desenvolvimento económico concelhio e regional, sendo de salientar as relações de proximidade existentes com as regiões espanholas da Galiza, Castilla-Leon e, ainda, o facto de Madrid se encontrar a uma distância significativamente inferior à registada relativamente a Lisboa (inferior aos 400 km).

Importa referir que, a análise atrás efectuada teve por referência a Sede de Concelho, que beneficia duma localização central em relação ao restante território e, sobretudo, da proximidade directa aos eixos rodoviários

¹⁹ Os lanços Abrantes/Gardete do IP6 e Gardete/Guarda do IP2, deverão ser explorados em regime de concessão SCUT (Beira Interior).

²⁰ A nível distrital, Vinhais é a Sede de Concelho que beneficia de uma maior proximidade à Cidade de Bragança.

mais importantes em termos de ligações externas, sendo de salientar que, tendo em atenção a elevada dimensão do concelho e a estrutura interna da sua rede viária, estes **padrões de acessibilidade diminuem significativamente nas zonas mais periféricas**, podendo, genericamente, considerar-se a sua zona Norte como a mais desfavorecida a este nível, constituindo a **orografia desfavorável de parte do território** uma penalização acrescida a este nível, bem como da sua mobilidade interna, afectando directamente as características de traçado de algumas vias.

10.2.2 Rede Viária Concelhia

10.2.2.1 Estrutura e Hierarquização Actual

A rede viária do Concelho de Vinhais, representada no **Desenho 09**, é fundamentalmente composta por **três níveis hierárquicos**, diferenciados quanto à respectiva categoria administrativa, a saber:

- Vias integradas na **Rede Nacional Complementar e na Rede Regional** – Estradas Nacionais (EN) e Regionais (ER) - classificadas de acordo com o PRN2000 em vigor;
- As **antigas Estradas Nacionais** (ant. EN), desclassificadas no âmbito do PRN2000, passando a integrar a Rede Municipal;
- As restantes vias, integradas na **Rede Municipal**, constituída por estradas e caminhos (EM, CM e vias não classificadas).

Refira-se que, tal como se terá oportunidade de analisar adiante, a **implementação do PRN2000** (Decreto-Lei n.º 222/98), nomeadamente, no que diz respeito aos **troços desclassificados/a desclassificar** (nalguns casos, já prevista no âmbito do PRN85), tem como consequência uma redução significativa do número e extensão dos troços integrados na Rede Nacional através da sua municipalização.

Tendo em consideração o **prazo de vigência da presente Revisão do PDM**, e o facto de a passagem definitiva à competência da autarquia dos diversos troços dever ocorrer de forma faseada ao longo desse período, considerar-se-á, desde já, para efeitos de análise, a totalidade das **vias desclassificadas** (ant. EN's 103-6, 308 e 316) **como parte integrante da Rede Municipal**.

Relativamente aos troços das **ER's 206 e 315** que fazem parte da rede concelhia, **integrados na Rede Regional**, é de referir que, não estando ainda claramente definido o respectivo estatuto de competência, esta poderá, tal como previsto no referido Dec. Lei, vir igualmente a fazer parte da Rede Municipal, mediante protocolo a celebrar com a autarquia em condições semelhantes às estabelecidas relativamente às antigas EN's.

Assim, da **Rede Nacional Complementar** que serve o concelho, fazem parte apenas dois troços, classificados como Estradas Nacionais. Para além das **ligações exteriores relevantes** asseguradas por ambas (ver ponto anterior), **a nível interno**, assumem funções bastante diferenciadas em termos de importância:

- A **EN103**, que atravessa transversalmente parte das zonas central e poente/Sul do território, **servindo directamente a Sede de Concelho**, e assumindo um papel fundamental ao nível das suas acessibilidades externas. Este eixo, que assegura igualmente ligações às sedes de freguesia de Soeira (prox.), Vila Verde, Curopos e Rebordelo, desempenha um papel fundamental a nível interno, constituindo o **eixo estruturante mais importante no contexto da rede concelhia**;
- A **EN316** (troço Ousilhão - Macedo de Cavaleiros/IP4), cuja importância no contexto da rede apenas assume relevância em virtude da **articulação estabelecida com o CM1015** o qual, tal como referido anteriormente, assegura a sua continuidade e ligação à Vila de Vinhais, colmatando a ausência do troço em falta deste eixo (há muito planeado);
 - Deste modo, considerando o **eixo formado pelo CM1015 e pela EN316** que, a partir de Vinhais e da EN103, se desenvolve na direcção Sul (ligação exterior a Macedo de Cavaleiros), são de salientar as acessibilidades asseguradas a um conjunto significativo de freguesias situadas na zona Nascente/Sul, quer de modo directo – Nunes, Ousilhão e Celas –, quer através da sua articulação com outros eixos, caso da EM516 (prox. Vila Boa de Ousilhão) e, sobretudo com a ER206.

Por seu turno, da **Rede Regional** fazem parte dois troços:

- A **ER206** (V. Pouca de Aguiar/IC5 – Valpaços – Bragança/IP4), que atravessa a região nascente/Sul servindo directamente as freguesias de Agrochão, Penhas Juntas e Edrosa e, tal como anteriormente referido, acessibilidades secundárias aos concelhos de Mirandela, Valpaços e Bragança, próximo de cujo limite estabelece **articulação com a EN316**. A nível interno, salientem-se as conexões com a **EM515** (lig. V. de Peregrinos) e, sobretudo, com a **EM529** (Rebordelo/EN103 – V. Fontes – Ervedosa);
- A **ER315** (Rebordelo/EN103 – Mirandela/IP4 – Alfândega da Fé) que, para além das importantes **funções de acesso exterior** anteriormente descritas, não apresenta, face à sua reduzida extensão (2.3km), qualquer relevância a nível interno.

No que diz respeito ao conjunto das **antigas Estradas Nacionais**, este integra diversos troços, sendo de salientar as funções desempenhadas por cada um deles a nível interno:

- A **antiga EN103-6** que, a partir da EN103 (Sobreiró de Cima), se desenvolve na direcção Poente, entroncando com a ant. EN308 e com a EM509 a Sul de Gestosa, constituindo o principal eixo de acesso à região noroeste do concelho, designada como “Zona da Lomba”;

- A **ant. EN308**, inicialmente (PRN de 1945) planeada com o objectivo de estabelecer a ligação entre os concelhos de Chaves e Bragança através da zona Norte do Concelho de Vinhais, constituída por **três troços distintos** e, em virtude da existência de troços em falta, sem continuidade entre si:
 - o **troço Poente**, que efectua a ligação entre o lugar de Sandim (CM1055) e o entroncamento atrás referido, a Sul de Gestosa, formando em conjunto com a ant. EN103-6 o principal eixo transversal que serve esta região do território;
 - o **troço Santalha – Moimenta** que, em conjunto com algumas vias municipais, assegura acessibilidades aos principais aglomerados urbanos situados na zona Norte, incluindo as sedes de freguesia de Tuizelo e de Montouto (via EM507). A partir deste troço, é ainda de salientar o estabelecimento da **ligação à Fronteira de Carvalhas** (Via C), cuja importância a nível concelhio foi já salientada;
 - a recente implementação da ligação Moimenta - Mofreita (Via D, não classificada), permitiu a sua interligação com o **troço Nascente da ant. EN308** (Dine – Mofreita – LC Bragança) o qual, para além da ligação de nível local ao Concelho de Bragança, não apresenta qualquer relevância a nível interno;
- O **troço Norte da ant. EN316** (ant. EN308/Salgueiros - Vinhais) que efectua a principal ligação de Vinhais à zona Norte, servindo as freguesias de Vilar de Ossos e, através da EM508, de Travanca.

A **restante Rede Municipal** abrange um conjunto de vias bastante heterogéneo, quer em termos físicos, quer funcionais, passando pelo assegurar de algumas ligações exteriores de âmbito local, mas devendo, sobretudo, ser considerada pela importância que assume ao nível das deslocações intra-concelhias, no acesso às sedes de freguesia (na sua maioria, através de EM's) e na ligação complementar a alguns lugares de menor importância.

Pelas funções desempenhadas, destacam-se as seguintes:

Na região Norte

- a **EM509** que, a partir do entroncamento com as ant. EN's 103-6 e 308, forma um “arco” – recentemente complementado através da construção da ligação Vilarinho (prox.) - Pinheiro Novo – que percorre longitudinalmente toda a região noroeste do território, servindo as freguesias de V. Seco da Lomba (via EM510) e Quirás, e entroncando com o troço central da ant. EN308 (Seixas);
- o **eixo formado pelo CM1003** (ant. EN308/Seixas – V. de Touças – Cerdedo – Casares – ant EN308/Carvalhas) e **pela Via D** (lig. Moimenta - Mofreita), servindo acessibilidades alternativas ao Concelho de Bragança e, no caso da Via D (recentemente implementada), colmatando a inexistência de uma ligação de importância regional anteriormente planeada, a EN308;
- o **CM1010** (ant. EN308/Tuizelo - Peleias - ant. EN103-6) que constitui uma alternativa à ant. EN316 no estabelecimento de deslocações entre a zona Norte (incluindo a Fronteira de Carvalhas) e a EN103 (via Sobreiró de Cima) na direcção Poente/Sul, envolvendo, conseqüentemente, acessibilidades exteriores proporcionadas por esta via da Rede Nacional;

- a **EM505** (EN103 - Paçó - Fresulfe/EM506 – ant. EN308/prox. Mofreita) que assegura a ligação mais favorável entre a Sede de Concelho e a zona nordeste do território.

Na região Central

- o **CM1015** (Vinhais - Ousilhão) que, tal como já foi salientado, assegura a continuidade do troço classificado da EN316, desempenhando importantes funções quer no âmbito das acessibilidades exteriores, quer a nível interno;
- o eixo formado pelos **CM's 1016 e 1016-1** que, a partir de Vinhais servem acessibilidades directas à zona Sul, nomeadamente, à Freguesia de Vilar de Peregrinos e, através da **EM515**, à ER206.

Nas regiões Poente e Sul

- o eixo formado pelo **CM1006 e pelas EM's 511-1 e 511** que, a partir do troço Poente da ant. EN308 se desenvolve para Sul ao longo duma extensão bastante assinalável (aprox. 18km), estabelecendo **continuidade à EM509** no atravessamento Norte/Sul de toda esta região Poente, interligando um conjunto significativo de freguesias – v.g. Pinheiro Novo, Quirás, V. Seco da Lomba, Edral, Vilar de Lomba, São Jumil e Rebordelo (EN103) – e servindo acessibilidades exteriores com alguma relevância a nível local através da EN103 e da ER315;
- a **EM529** que efectua a ligação entre a EN103 (Rebordelo) e a ER206 (prox. Agrochão), efectuar o atravessamento directo das sedes de freguesia de Vale das Fontes e de Ervedosa;

A análise anteriormente efectuada, servirá de base ao estabelecimento de uma proposta de **hierarquização funcional da rede concelhia**, relacionada directamente com as **funções desempenhadas pelas vias** (independentemente da sua categoria administrativa), constituindo matéria a tratar, de forma aprofundada, em fase posterior, considerando a adequação entre as características das vias e a importância das funções desempenhadas, quer no âmbito das deslocações internas, quer pelo peso específico das relações de atractividade existentes entre as diferentes zonas do território concelhio e o exterior, tendo como objectivo concreto a definição de **níveis hierárquicos com diferentes exigências operacionais**.

10.2.2.2 Caracterização Física

a) Extensões Viárias

A rede viária objecto de inventário **englobou a totalidade dos troços que desempenham funções relevantes** no contexto da rede concelhia, nomeadamente, todos os que asseguram acessibilidade a aglomerados urbanos, não se considerando relevante nem conveniente, neste âmbito, a consideração de vias com funções exclusivamente urbanas, de acesso local a propriedades isoladas ou integradas na rede florestal.

No **Quadro 88** apresentam-se as extensões viárias totais da rede inventariada, desagregadas de acordo com a sua hierarquia administrativa, elemento base na avaliação da sua adequada estruturação.

Quadro 91: Extensões Viárias por Categoria Administrativa

Tipos de Vias	Extensão (km)	
	Rede Nacional (EN)	55.9
Rede Regional (ER)	19.4	4.9%
Rede Municipal	323.4	81.1%
antigas EN's	56.3	17.4%
Estradas Municipais (EM)	125.3	38.7%
Caminhos Municipais (CM) ¹⁾	141.8	43.8%
Total	398.7	

1) Engloba as vias não classificadas

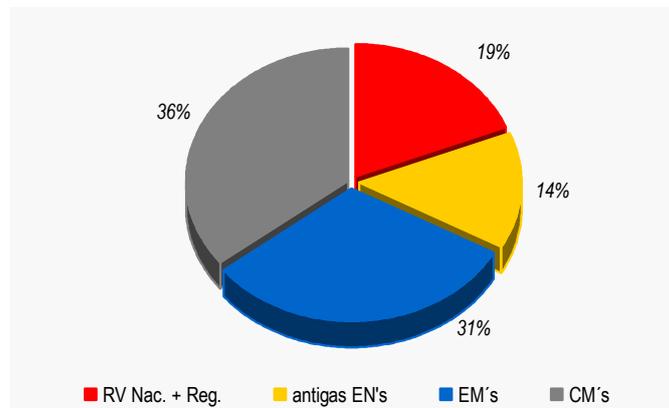
Fonte: Plura

Assim, a **extensão total** da rede considerada é da ordem dos **399 km**, a que corresponde uma **densidade viária** global de **574 m/km²**, valor que se deve considerar como elevado, tendo em conta a dimensão do Concelho e as suas características rurais, com inúmeras áreas de reduzida densidade, traduzindo, deste modo, um grau de cobertura territorial satisfatório. Nas **regiões Sul e Noroeste**, a estrutura viária é mais rarefeita e tem maiores condicionalismos de ordem geo-morfológica, sendo que as **principais insuficiências a este nível**, resultam da ocorrência de um número considerável de casos em que a **inexistência de troços que assegurem o fecho de malha** penalizam substancialmente o estabelecimento de ligações adequadas entre zonas significativas do território.

A sua repartição **relativamente à categoria administrativa** denota o **peso relativamente reduzido assumido pelas vias integradas nas redes Nacional e Regional** (19% do total) as quais, considerando a configuração da rede e a localização geográfica da Sede de Concelho, desempenham um papel fundamental, quer ao nível das acessibilidades externas concelhias, quer da distribuição de diversas deslocações de âmbito intra-concelhio.

Este aspecto resulta da **transferência para a autarquia dos troços desclassificados** (antigas EN's), acauteladas previamente as necessárias intervenções de beneficiação, representando um **aumento da ordem dos 21% relativamente à extensão da Rede Municipal** (incluindo, desde já, a ant. EN308, cujo processo de municipalização não se encontra ainda concluído em virtude do estado de conservação deficiente e tendo como consequência **atribuições e competências acrescidas por parte da autarquia** ao nível da sua gestão, exploração e manutenção global.

Figura 48: Estrutura Administrativa da Rede Viária Concelhia



Fonte: Plural

Refira-se que, esta distribuição é **reveladora de um certo défice de troços de hierarquia superior**, devendo implicar, ao nível da proposta de hierarquização funcional, a integração no Sistema Primário (com maiores exigências de mobilidade) de diversos troços da Rede Municipal – nomeadamente, daqueles que servem quadrantes do território não abrangidos por vias de hierarquia superior –, em sobreposição com o inerente desempenho de funções distribuidoras ou de acesso local, implicando a necessidade de assegurar características adequadas.

No que diz respeito à Vila de Vinhais (destacadamente, o principal polo gerador), esta circunstância é significativamente atenuada pela configuração da rede, com os eixos viários mais importantes a desenvolverem-se radialmente a partir do seu perímetro, servindo portanto de forma adequada as principais deslocações concelhias, quer a nível interno, quer no estabelecimento das ligações ao exterior mais relevantes.

Por seu turno, o grau de cobertura proporcionado pelos cerca de 323 km de vias que integram a Rede Municipal é bastante significativo, servindo a esmagadora maioria das sede de freguesia, com alguns troços de hierarquia inferior (os CM's) a desempenharem um papel complementar no acesso a alguns lugares de menor dimensão, ou na interligação entre troços de maior importância na estrutura da rede.

b) Pavimentação

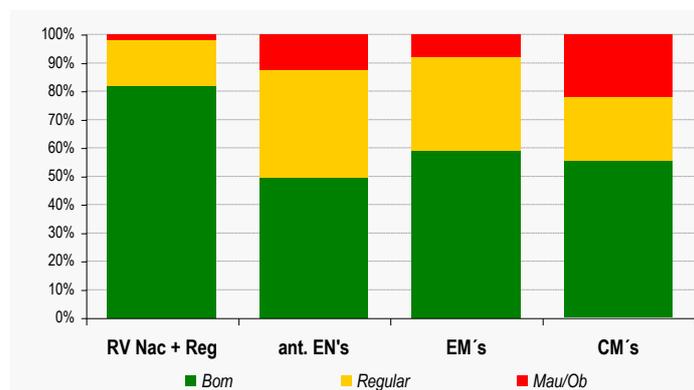
O tipo e o estado de conservação dos pavimentos constituem importantes factores na avaliação qualitativa da rede, com repercussões ao nível da sua capacidade, segurança, economia e conforto de utilização.

Com o objectivo de caracterizar a rede viária concelhia relativamente a estes aspectos, bem como às suas características geométricas, foi **efectuado um levantamento exaustivo** (ver **Desenho 10**), abrangendo a totalidade das vias consideradas (aquelas que desempenham funções relevantes), que consistiu na recolha de

elementos respeitantes a troços homogéneos significativos. O **Quadro 89** apresenta uma síntese deste inventário, incluindo ainda a identificação das acessibilidades servidas por cada um dos troços que a constituem.

Da sua leitura, constata-se que a **quase totalidade** da rede viária inventariada (numa extensão de 398.7 km) se encontra **pavimentada em betuminoso**, constituindo excepções os troços em calçada, de reduzida extensão, existentes no interior de alguns aglomerados urbanos, representando em conjunto apenas 1% do total.

Figura 2: Estado de Conservação por Categoria Administrativa



Fonte: Plural

Pela relevância que alguns deles apresentam no contexto da rede, colmatando nalguns casos a inexistência de troços que assegurem a continuidade adequada a vias municipais, e, também, como elemento base ao desenvolvimento de propostas futuras de intervenção, foi igualmente considerado um conjunto significativo de **troços não pavimentados** (em terra batida), totalizando 27.3km, que correspondem a 6.8% do total e a 8.4% da Rede Municipal.

Relativamente ao seu **estado de conservação** verifica-se que, se considerada globalmente, a **maioria** dos troços que constituem a rede se apresentam em **bom** (BB = 60.7% do total) **ou regular** (BR + CR = 26.8%) **estado**, configurando um cenário francamente positivo. Importará contudo distinguir aquilo que sucede relativamente aos diferentes níveis hierárquicos administrativos.

Quadro 92: Rede Viária Concelhia - Inventário Físico e Acessibilidades

Via	Extensão (km)	Dimensões larg. FR (m)	Tipo e Estado do Pavimento (km)					Principais Ligações Asseguradas
			BB	BR	BM/Ob	CR	TB	
Rede Nacional								
EN103	43.8	6.2 - 7.0 ¹⁾	43.8					LC Chaves, Rebordelo (ER315), EM529, EM511, Curopos, EM530, EM512, ant. EN103-6 (Sob. Cima) EM513, Vinhais, EM505, Vila Verde, EM506, LC Bragança
EN316	12.1	5.5 - 7.0	8.8	3.3				Ousilhão (CM1015), EM516, LC Bragança, EM531 (Celas), LC Macedo Cavaleiros
Rede Regional								
ER206	17.1	5.0 - 6.0	9.0	6.6	1.5			LC M. Cavaleiros (lig. Conc. Mirandela), EM529, Agrochão, Penhas Juntas, EM515, Edrosa, LC Bragança
ER315	2.3	5.2		2.3				Rebordelo (EN103), LC Mirandela
sub Total (R. Nac. + Reg.)	75.3 19%		61.6 81.8%	12.2 16.2%	1.5 2.0%			
Rede Municipal								
ant. EN103-6	14.1	4.5 - 5.0		14.1				EN103 (Sob. Cima), CM1010, Cabeça de Igreja, Praia Fluvial do Rabaçal, entonc. ant. EN308/EM509
ant. EN308	6.0	5.2	1.0	5.0				Sandim (CM1055, lig. Conc. Chaves), Ferreiros (EM511), CM1006, entonc. ant. EN103-6/EM509
"	22.2	4.0 - 6.5	15.1		7.1			Santalha, EM509 (Seixas), Tuizelo (CM1010), ant. EN316, Landedo, EM507, Carvalhas, Moimenta (Via D)
"	5.0	5.2	2.8	2.2				Dine, EM505, Fresulfe (Via D), LC Bragança
ant. EN316	9.0	5.5 - 6.0 ²⁾	9.0					ant. EN308 (Salgueiros), Vilar de Ossos (EM508), Rio de Fornos, Vinhais (EN103)
sub Total (antigas EN's)	56.3 17%		27.9 49.6%	21.3 37.8%	7.1 12.6%			
EM505	12.1	4.2	4.2	7.9				EN103 (prox. Vila Verde), Paçó (CM1017), EM505-1, EM506 (prox. Fresulfe), ant. EN308
EM505-1	2.7	4.0		2.4		0.3		EM505, Santa Cruz (Via F, lig. a Travanca/EM508)
EM506	8.5	3.5 - 4.5	6.3	1.8	0.4			EN103, Soeira, Fresulfe, EM505
EM507	1.6	4.0	1.6					ant. EN308, Montouto
EM508	5.4	3.5 - 4.5	5.2			0.2		Vilar de Ossos, ant. EN316, Travanca (Via F)
EM509	30.6	4.2 - 5.2	24.3	6.3				ent. ant. EN's 103-6/308, Gestosa, EM510, Quirás, Vilarinho, Pinh. Novo, Pinh. Velho, ant. EN308 ((Seixas)
EM510	2.2	2.5		1.9		0.3		EM509 (Passos), Vilar Seco da Lomba
EM511	14.8	5.2	12.6	0.9			1.3	EN103, V. Armeiro, S. Jumil, Vilar de Lomba, ant. EN308 (Ferreiros)
EM511-1	2.3	5.2 ³⁾	2.3					EM511, Edral (CM1006)
EM512	4.2	4.0	4.2					EN103, Aboá, Candedo
EM513	2.2	3.5 - 5.2	1.7		0.5			EN103, Soutelo, Sobreiró de Baixo
EM514	4.5	3.0	0.3	0.2	4.0			EN103 (Curopos), Maçaira, Vale de Janeiro

1) PT a nascente e a poente de Vinhais, respectivamente; 2) troço urbano em Vinhais com PT = 9.0m; 3) Estrangulamento em Edral;

Via	Extensão (km)	Dimensões larg. FR (m)	Tipo e Estado do Pavimento (km)					Principais Ligações Asseguradas
			BB	BR	BM/Ob	CR	TB	
EM515	3.1	4.5	3.1					ER206, Vilar de Peregrinos (CM's 1016-1/1020)
EM516	3.1	5.0	2.9	0.2				EN316, Vila Boa de Ousilhão (CM1186)
EM529	13.5	4.5 - 5.0	3.4	10.1				EN103 (Rebordelo), Vale das Fontes (EM529-1), <i>Nuzedo de Baixo</i> , Ervedosa, ER206
EM529-1	2.0	5.0	1.5			0.5		Vale das Fontes/EM529, LC Mirandela (lig. S. Pedro Velho)
EM530	1.4	4.0 - 5.0		1.4				EN103, <i>Espinhoso</i>
EM531	6.8	4.0		6.1		0.7		EN316 (cruz. CM1023), Celas, <i>São Cibrão</i> , LC Bragança (lig. Refoios)
EM537	4.3	<i>não inv.</i>	0.4				3.9	ER206 (Agrochão), LC Macedo de Cavaleiros (lig. Murçós)
sub Total (EM's)	125.3 39%		74.0 59.1%	39.2 31.3%	4.9 3.9%	2.0 1.6%	5.2 4.2%	
CM1001	2.1	5.0	2.1					EM509 (prox. <i>Vilarinho</i>), <i>Cistema</i> , Espanha
CM1002	1.8	4.2	1.8					EM509, <i>Semande</i>
CM1003	11.5	3.5 - 4.0	3.6	7.9				ant. EN308, <i>Carvalhas</i> , <i>Casares</i> , <i>Cerdedo</i> , <i>Vilarinho das Touças</i> , ant. EN308 (<i>Seixas</i>)
CM1004	0.8	3.0			0.5	0.3		ant. EN308, <i>Quadra</i>
CM1005	1.5	2.5		1.0	0.5			EM509, <i>Edroso</i>
CM1006	3.0	5.2	3.0					ant. EN308, <i>Edral</i> (EM511-1)
CM1006-1	1.1	5.0	1.1					CM1006, <i>Frades</i>
CM1007	4.1	4.0 - 4.5	3.6			0.5		Santalha (ant. EN308), <i>Penso</i> (Via H)
CM1008	1.2	4.0		1.2				ant. EN103-6 (<i>Cruz de Revelhe</i>), <i>Cabeça de Igreja</i>
CM1009	3.6	4.8	3.6					ant. EN103-6 (<i>Sobreiró de Cima</i>), <i>Caroceiras</i>
CM1010	5.0	4.0 - 4.5	0.7	4.3				ant. EN103-6, <i>Peleias</i> , <i>Tuizelo</i> (ant. EN308)
CM1011	1.5	3.0		1.2		0.3		ant. EN308 (<i>Tuizelo</i>), <i>Nuzedo de Cima</i>
CM1012	3.1	4.0 - 4.5	3.1					ant. EN316 (cruz. EM508), <i>Zido</i> , <i>Lagarelhos</i>
CM1013	1.2	4.0		1.2				EM513, <i>Castro</i>
CM1014	3.8	4.0 - 7.0 ⁴⁾	3.4	0.2		0.2		Vinhais (EN103), CM1016, <i>Moaz</i>
CM1015	7.8	3.5 - 4.5		4.6	3.2			Vinhais (EN103), Nunes, <i>Romariz</i> , EN316 (Ousilhão)
CM1016	7.6	4.5	7.6					Vinhais (CM1014), <i>Ermida</i> , CM1016-1, <i>Armoniz</i>
CM1016-1	4.1	3.5 - 5.0 ⁵⁾	4.1					CM1016, <i>Cidões</i> , Vilar de Peregrinos (EM515)
CM1017	4.2	4.0 - 4.5	3.7		0.5			Paçó (EM505), <i>Quintela</i> , EN103
CM1019	1.2	2.5 - 3.0			1.2			EN103, <i>Valpaços</i>
CM1020	5.1	4.0 - 4.5	5.1					Vilar de Peregrinos (EM515), <i>Brito de Baixo</i>
CM1021	3.0	3.5 - 4.0			3.0			ER206 (prox. <i>Penhas Juntas</i>), <i>Eiras Maiores</i>

4) PT na zona urbana de Vinhais; 5) Ponte Rio Tuela com PT = 3.0m;

Via	Extensão (km)	Dimensões larg. FR (m)	Tipo e Estado do Pavimento (km)					Principais Ligações Asseguradas
			BB	BR	BM/Ob	CR	TB	
CM1022	1.5	4.0		1.5				ER206 (Conc. Bragança), <i>Melhe</i>
CM1023	2.9	4.0	2.9					EN316 (prox. Celas), <i>Negreda</i>
CM1024	1.7	4.0	1.7					EN316 (prox. Celas), <i>Môs de Celas</i>
CM1055	1.5	3.5		1.5				ant. EN308 (<i>Sandim</i>), LC Chaves (lig. Segirei)
CM1186	2.1	4.0		2.1				Vila Boa de Ousilhão (EM516), LC Bragança
CM1199	5.0	4.0	5.0					EN103, Alvaredos
<u>Vias n/Classificadas</u>								
A	2.3	2.5 - 4.5	1.0	1.1		0.2		CM1001, <i>Cistema</i>
B ⁶⁾	3.2	<i>não inv.</i>	3.2					EM509 (<i>Pinheiro Velho</i>), Espanha (lig. Esculqueira)
C	1.1	6.0	1.1					ant. EN308/CM1003 (<i>Carvalhas</i>), Espanha
D	11.2	4.5 - 4.8 ⁵⁾	11.2					Moimenta (ant. EN308, troço central), Mofreita (ant. EN308, troço nascente)
E	1.2	2.5 - 3.0		1.2				EM509, Quirás
F	4.5	4.2	4.5					Travanca (EM508), Santa Cruz (EM505-1)
G	0.5	3.5		0.5				ant. EN308, <i>Brito de Lomba</i>
H	2.5	<i>não inv.</i>				0.2	2.3	ant. EN103-6 (<i>Praia Fluvial do Rabaçal</i>), CM1007 (<i>Penso</i>)
I	0.7	<i>não inv.</i>					0.7	ant. EN103-6, <i>Cruz de Revelhe</i>
J	4.4	<i>não inv.</i>	0.3				4.1	Edral (EM511-1), <i>Capela de Santiago de Ribas</i>
K	2.2	4.0 - 4.5					2.2	EN103, <i>Palas</i>
L	2.6	3.0 - 4.5		0.3			2.3	Vale de Janeiro (EM514), <i>Santuário Sra. da Saúde</i>
M	5.4	<i>não inv.</i>					5.4	EM529 (<i>Nuzedo de Baixo</i>), Vale de Janeiro (Via L)
N	1.7	2.5 - 3.5	1.3	0.1		0.3		EM529 (<i>Nuzedo de Baixo</i>), <i>Minas da Ervedosa</i>
O	3.0	<i>não inv.</i>					3.0	ER206 (prox. <i>Falqueiras</i>), <i>Vale da Abelheira</i>
P	1.2	<i>não inv.</i>		0.2			1.0	Agrochão (EM537), <i>Santuário Sra. da Piedade</i>
Q	1.1	<i>não inv.</i>					1.1	Agrochão (Via P), <i>Capela Sra. do Areal</i>
sub Total (CM's + vias n/Class.)	141.8 44%		78.7 55.5%	30.1 21.2%	8.9 6.3%	2.0 1.4%	22.1 15.6%	
sub Total (Rede Municipal)	323.4 81%		180.6 55.8%	90.6 28.0%	20.9 6.5%	4.0 1.2%	27.3 8.4%	
TOTAL	398.7		242.2 60.7%	102.8 25.8%	22.4 5.6%	4.0 1.0%	27.3 6.8%	

6) Ligação em fase de construção com conclusão prevista a curto prazo (consideração de revestimento BB);

Tipo e Estado de Conservação dos Pavimentos: BB - Betuminoso Bom; BR - idem Regular; BM/Ob - idem Mau ou Obras; CR - Calçada Regular; TB - Terra Batida

Síntese das Características da Rede Viária Concelhia						
Tipo de Via	Extensão (km)	Tipo e Estado do Pavimento (km)				
		BB	BR	BM	CR	TB/Ob
Rede Nacional e Regional	75.3 19%	61.6 25%	12.2 12%	1.5 7%		
antigas EN's	56.3 14%	27.9 12%	21.3 21%	7.1 32%		
Est. Municipais (EM)	125.3 31%	74.0 31%	39.2 38%	4.9 22%	2.0 50%	5.2 19%
Cam. Municipais (CM)	141.8 36%	78.7 32%	30.1 29%	8.9 40%	2.0 50%	22.1 81%
Rede Municipal	323.4 81%	180.6 75%	90.6 88%	20.9 93%	4.0 100%	27.3 100%
TOTAL	398.7	242.2 61%	102.8 26%	22.4 6%	4.0 1%	27.3 7%

Fonte: Plural

Assim, são de salientar as **satisfatórias condições** de manutenção apresentadas pela **quase totalidade das vias da Rede Nacional e Regional**, com 82% dos troços em bom estado de conservação, sendo contudo de salientar o estado algo deteriorado do **troço Penhas Juntas – LC Bragança da ER206** aspecto que, atendendo às funções de atravessamento desempenhadas por este eixo – assegura uma alternativa de ligação a Bragança a partir da zona Sul do concelho -, deverá merecer a devida atenção da Administração Central.

No que diz respeito às **antigas EN's**, é de mencionar com particular destaque o **mau estado** de conservação de parte do **troço central da ant. EN308**, nomeadamente da ligação EM509/Seixas - Tuizelo – ant. EN316/Salgueiros, situação que, compreensivelmente, obvia à sua aceitação por parte da autarquia como parte integrante da Rede Municipal sob a sua competência. De igual modo, é igualmente de assinalar o mau estado de conservação da **ant. EN103-6 na totalidade da sua extensão**, fazendo prever, a prazo, a necessidade de realização de algumas intervenções de conservação e beneficiação.

Já relativamente à **restante Rede Municipal** (EM's, CM's e vias não classificadas), verifica-se que uma **significativa extensão** dos troços considerados apresenta condições de pavimentação **bastante deficientes** – 13.8km em mau estado e 27.3km não pavimentados, perfazendo mais de **15% do total destes** –, o que implica a necessidade de obras de reconstrução profundas e, relativamente às vias não pavimentadas, a ponderação de investimentos relevantes (beneficiação/construção) no sentido de dotar alguns deles com características adequadas ao desempenho de funções mais relevantes.

Contudo, são de salientar os **excelentes padrões adoptados nalgumas vias municipais**, caso da EM509 e do eixo formado pelo CM1006 e pelas EM's 511-1 e 511, em ambos os casos, percorrendo longitudinalmente a zona poente do território – embora, por vezes com insuficiências ao nível da marcação rodoviária por pintura, sinalização vertical, drenagem e colocação de guardas de segurança - aspectos a que deverá ser dada especial atenção, sobretudo nos troços que efectuem travessias urbanas de aglomerados, bem como naqueles que apresentam maiores condicionalismos em termos de traçado, como aqui sucede frequentemente.

Neste âmbito, importará salientar as **deficientes condições de segurança** que se verificam ao longo do troço classificado da **EN316**, via com uma importância estratégica ao nível das acessibilidades externas concelhias, onde existe uma ausência absoluta de implementação de acessórios que permitam dotar este traçado - sinuoso e acidentado – de condições minimamente adequadas.

Por fim, refira-se a **ausência de mecanismos limitadores da velocidade** (através de semáforos actuados) na travessia de diversos aglomerados por vias de maior importância, bem como de **medidas de ordenamento e de requalificação do espaço urbano** - envolvendo, por exemplo, a construção de passeios, a delimitação de zonas de estacionamento, ou a implementação de passadeiras sobrelevadas para travessia de peões, etc. - que atenuem os efeitos indesejáveis daí decorrentes.

De um modo geral, verifica-se que as **melhorias introduzidas** nos últimos anos **ao nível das vias municipais** (através da sua pavimentação e/ou beneficiação), permitiram um acréscimo da sua extensão e importância no contexto da rede, com benefícios claros ao nível da mobilidade e das acessibilidades locais e promovendo o fecho de malhas viárias significativas, aspecto, que, tal como já mencionado, se reveste de particular importância ao nível da estrutura da rede concelhia, constituindo a orografia acidentada do terreno e a existência de importantes barreiras físicas um elemento de elevada complexidade, sobretudo ao nível dos elevados custos das intervenções a levar a efeito.

c) Características Geométricas e de Ocupação Marginal

As **características geométricas** das vias - perfil transversal, perfil longitudinal e traçado em planta -, tal como as suas **condições marginais de ocupação** - travessias urbanas, conflitos com peões ou veículos estacionados, etc. - têm igualmente uma influência determinante nas condições de operação da rede viária, com reflexos directos ao nível dos parâmetros enunciados anteriormente.

Numa análise sucinta, refira-se que, de um modo geral, **as vias das redes Nacional e Regional apresentam dimensões adequadas** às características do tráfego servido e à sua inserção territorial, sendo de assinalar apenas o caso das **ER's 206** (troço P. Juntas – LC Bragança) e **315** (em ambos os casos com $FR < 5.5m$) e, no caso da primeira, a existência de alguns **condicionalismos impostos pela travessia de alguns núcleos urbanos** (v.g. Penhas Juntas e Edrosa).

Relativamente à **Vila de Vinhais**, nomeadamente no que diz respeito ao seu **atravessamento por parte da EN103**, verificam-se **estrangulamentos de diversa ordem**, motivados quer pela intensidade de ocupação marginal naturalmente existente, quer pela conflituosidade gerada pela procura de tráfego e estacionamento local, situação que apenas poderá encontrar resolução satisfatória com a construção de uma variante urbana, potenciando a adopção de medidas de gestão e de requalificação que permitam melhorar substancialmente as condições de vivência urbana da Sede de Concelho.

Em termos de **traçado**, as características do terreno constituem, como é natural, uma significativa penalização, verificando-se que parte significativa dos troços que servem o concelho apresentam características algo desajustadas à importância das funções desempenhadas, nomeadamente, atendendo à sua sinuosidade, sendo que a este nível são de mencionar as melhorias introduzidas ao longo do traçado da EN103, sobretudo a poente de Vinhais.

Relativamente à **Rede Municipal**, apesar de algumas operações de beneficiação e alargamento levadas a efeito num passado recente, subsistem ainda **características físicas algo limitativas** ao nível do perfil transversal de algumas delas ($FR < 4.5$ ou, mesmo, $4.0m$), cumprindo, ainda assim, satisfatoriamente as funções desempenhadas face às reduzidas solicitações por parte do tráfego que as utiliza.

Igualmente de assinalar, são os **estrangulamentos** existentes na transposição de diversas linhas de água e, sobretudo, os problemas motivados pelo atravessamento de alguns núcleos urbanos, sendo de mencionar os casos de Moimenta (ant. EN308/Via D), Fresulfe e Soeira (EM506), Paçó (EM505), Edral (EM511-1/CM1006), Ervedosa (EM529), Celas e S. Cibrão (EM531).

Para além destas, diversas outras vias efectuem igualmente a travessia de aglomerados, contribuindo negativamente para a qualidade de vida e segurança dos cidadãos e, em simultâneo, na proporção directa da importância das funções desempenhadas, constituindo uma penalização efectiva das suas condições de utilização.

Estas circunstâncias, deixam antever a necessidade de adoptar **medidas de ordenamento adequadas** (de que já foram mencionados alguns exemplos) ou, nas situações mais sensíveis, a **implementação de variantes** a alguns dos núcleos mais importantes, devendo esta opção colocar-se, em primeira instância, no que diz respeito às vias com maiores exigências em termos de mobilidade/velocidade e com uma utilização mais intensiva por parte de tráfego de passagem (vias dos sistemas Primário e Secundário), onde, actualmente, se verifica uma quase total ausência de soluções deste tipo.

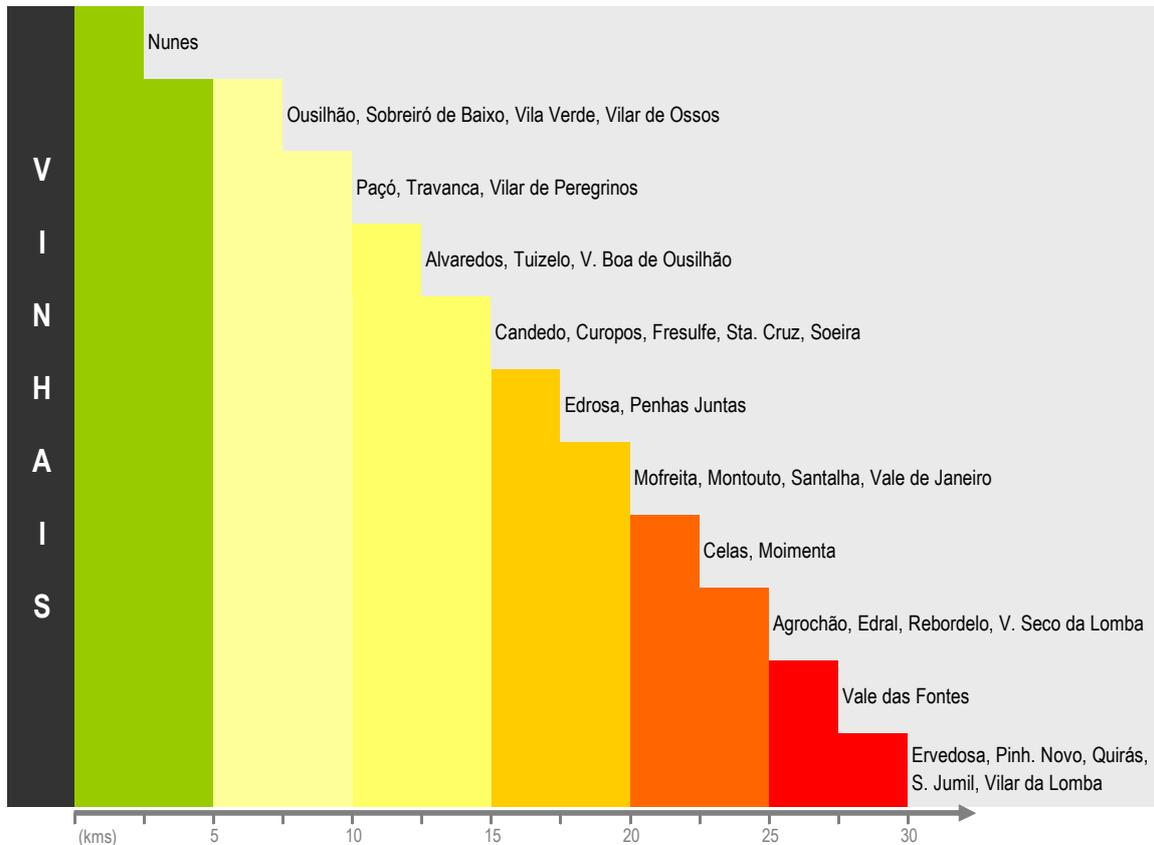
10.2.2.3 Análise das Acessibilidades Internas

Neste ponto efectua-se uma análise das acessibilidades intra-concelhias, nomeadamente, das **ligações entre Vinhais e as diversas sedes de freguesia** – as mais relevantes no âmbito da geração interna de deslocações - baseada nas respectivas distâncias (**Figura 3**), na estrutura, hierarquia e características das vias utilizadas.

Tendo em conta a **localização geográfica central da Vila de Vinhais**, a configuração do território e a sua estrutura viária, pode proceder-se à agregação das diversas sedes de freguesia **em quatro grandes zonas** com condições de acessibilidade distintas:

- uma **zona Central**, na sua periferia próxima, englobando **5 freguesias** situadas a distâncias reduzidas (3 a 8 km) e, portanto, beneficiando de um **grau de acessibilidade elevado**;
- a **segunda coroa envolvente**, agregando **11 freguesias**, servidas essencialmente por ligações radiais à Sede de Concelho ou por ramificações destas, situadas a distâncias da ordem dos 10 a 15km e uma **acessibilidade média**;

Figura 3: Distâncias entre a Sede de Concelho e os Principais Pólos Geradores



Fonte: Plural

- uma **terceira coroa**, com uma distribuição territorial que engloba **8 freguesias** situadas predominantemente nas **regiões nordeste e sudeste do território** e, ainda, as freguesias de **Santalha e Vale de Janeiro**, situadas nas zonas poente/Norte e Sul, respectivamente, com distâncias a percorrer da ordem dos 17 a 22km e, portanto, uma acessibilidade **média a reduzida**;
- as restantes **10 freguesias**, localizadas, à **exceção de Agrochão e Ervedosa**, ao longo da **zona nascente** – Pinheiro Novo, Quirás, V. Seco da Lomba, Edral, Vilar de Lomba, S. Jumil, Rebordelo e Vale das Fontes –, com um **grau de acessibilidade reduzido**.

Esta análise permite constatar a relativa centralidade geográfica de Vinhais, verificando-se distâncias da mesma ordem de grandeza nas ligações a muitas sedes de freguesia situadas em diferentes quadrantes, sendo as respectivas acessibilidades favorecidas pela configuração radial da rede e, globalmente, pelas razoáveis características de grande parte das vias utilizadas.

Deste modo, considerando a agregação espacial anteriormente apresentada, pode considerar-se, **globalmente**, como **elevada a média a acessibilidade interna**, com a maioria das sedes de freguesia situadas a distâncias inferiores aos 20km relativamente à Sede de Concelho o que, atendendo à elevada dimensão espacial do território, se deve considerar como razoável.

Saliente-se que, embora o **grau de dependência relativamente à Sede de Concelho** (associada a serviços, equipamentos, emprego, ensino, etc.) constitua um **factor determinante** na matriz de mobilidade interna, é de referir que, algumas freguesias mais periféricas registam fortes **relações de proximidade relativamente a regiões próximas**, nomeadamente, aos concelhos limítrofes e, sobretudo no caso da zona Norte, a Espanha.

Por último, refira-se que, apesar da elevada extensão da rede municipal, denotando um esforço assinalável no sentido de garantir uma cobertura alargada a todo o território, se verificam ainda algumas situações que merecem ser assinaladas, nomeadamente, aquelas que dizem respeito a alguns lugares isolados cujo único acesso é estabelecido através de vias florestais não pavimentadas (v.g. Palas ou Vale da Abelheira).

10.2.3 Perspectivas de Evolução

As perspectivas de evolução da rede viária concelhia decorrerão das intervenções previstas, quer a **nível nacional e regional**, com a gradual implementação do PRN2000, quer a **nível local**, através da reclassificação viária prevista ao abrigo do mesmo, da construção de novas vias ou da beneficiação das existentes.

Assim, a implementação a prazo de algumas das **vias integradas na Rede Nacional** permitirá, tal como se verificou recentemente com a conclusão do IP2/A23, uma melhoria sensível das suas ligações exteriores de nível nacional e regional, salientando-se as seguintes:

- A **curto prazo**, o **prolongamento da Auto-Estrada A4 até Vila Real**, através da remodelação do actual traçado do IP4 entre Amarante e esta cidade Capital de Distrito, contribuindo, de forma evidente, para um acréscimo qualitativo das acessibilidades ao Porto e à Região Litoral Norte;
- a gradual implementação do **IP3** (V. Verde da Raia–Vila Real–Lamego–Viseu–Coimbra), **igualmente integrado na Rede Nacional de Auto-Estradas (A24)**, assumindo uma importância significativa ao nível da qualidade das acessibilidades regionais concelhias, constituindo uma alternativa no estabelecimento de deslocações na direcção Sul (Viseu e Litoral Centro);
- a **conclusão do IC5**, ligação Póvoa de Varzim/IC1 - Guimarães - Cabeceiras de Basto (A7) - Vila Pouca de Aguiar/IP3/ER206, servindo acessibilidades à zona Norte da Região do Grande Porto e ao Litoral Norte (Ave, Cávado e Minho Lima);
- a **curto/médio prazo**, a **construção do sub-lanço Trancoso/Celorico do IP2**, melhorando substancialmente as características da ligação existente – coincidente com a antiga EN102 – e as suas condições de articulação com o IP5, com reflexos nas ligações à Região da Beira Interior (ou, tal como anteriormente referido, a toda a Região Sul, incluindo Lisboa), através do IP2/A23, e ainda à Fronteira de Vilar Formoso;

- Quanto ao restante traçado do IP2, a Norte, é igualmente de prever a realização de operações de beneficiação em alguns troços que apresentam características menos adequadas à importância estruturante desta via, mesmo tendo em consideração os reduzidos níveis de procura de tráfego que regista presentemente;
- A **remodelação** (em curso) **do traçado do IP5** (futura A25 – SCUT das Beiras Litoral e Alta) – envolvendo a adopção de perfil transversal duplo e a eliminação dos troços com sinuosidade e pendentes acentuadas –, aumentando os seus padrões de mobilidade e segurança (em conformidade com os parâmetros exigíveis à sua integração na Rede Nacional de Auto-estradas);

A **nível concelhio**, tal como foi salientado anteriormente, a implementação do PRN2000 implica a **desclassificação de três troços da Rede Nacional**, envolvendo, mediante protocolo a celebrar entre o IEP e a autarquia, a **passagem à tutela municipal de 56.3 km de antigas EN's**, ou seja, de aproximadamente **43% da extensão total da rede de vias nacionais** que anteriormente serviam o concelho, devendo para o efeito ser previamente efectuadas as *“intervenções de conservação que as reponham em bom estado de utilização ou, em alternativa, mediante protocolo equitativo com a respectiva autarquia”* (Artº 13º do Dec.-Lei nº 222/98).

Por outro lado, os troços das EN's 206 e 315 (19.4 km) foram integrados na categoria das **Estradas Regionais** (ER), criada com o intuito de promover *“a ligação de agrupamentos de municípios e núcleos territoriais e o fecho de malhas viárias”*, podendo, futuramente, tal como previsto no mesmo Dec. Lei, **vir igualmente a fazer parte da Rede Municipal**, em condições semelhantes às estabelecidas relativamente às antigas EN's.

Por iniciativa da autarquia, está planeado, ou em fase de projecto, um conjunto relativamente vasto de investimentos, abrangendo intervenções em diversas estradas e caminhos municipais, incluindo a construção de novos troços, a pavimentação ou a beneficiação dos existentes, salientando-se os seguintes:

- beneficiação do CM1015, entre Vinhais e Ousilhão (a curto prazo);
- beneficiação da EM505, entre EN103/Paçó/Fresulfe/ant. EN308 (em concurso);
- beneficiação da EM531 (troço S. Cibrão – Refoios), de iniciativa intermunicipal (com CM de Bragança), em concurso;
- beneficiação imediata do CM1003 (ant. EN308/Carvalhas – ant. EN308/Seixas);
- beneficiação do CM1005 (EM509 – Edroso), em fase de candidatura de financiamento;
- beneficiação dos Caminhos Rurais Negreda/CM1023 - Eiras Maiores/CM1021 (incluindo construção de pontão sobre Rio de Guide, em curso) e Vilar Seco da Lomba – Segirei (Conc. Chaves), beneficiando da existência de pontão Rio Mente, mantendo, em ambos os casos, o pavimento em terra batida;

Este conjunto de intervenções, configurando desde já um cenário bastante positivo, pressupõe, no caso das intervenções que envolvem a construção de novos troços ou a rectificação dos existentes, a definição em tempo útil das respectivas soluções de traçado, tendo em vista a sua consideração no âmbito da presente revisão, permitindo a necessária salvaguarda de espaços canais e o desenvolvimento de propostas que conduzam à sua correcta articulação com a restante rede concelhia, elemento determinante na optimização das acessibilidades concelhias.

10.3 TRÁFEGO RODOVIÁRIO

Apesar de bastante escassos, os dados disponíveis a partir dos **Recenseamentos de Tráfego efectuados pelo I.E.P.** (ex JAE), possibilitam uma breve análise da evolução verificada a este nível nos últimos anos, uma vez que **apenas dois postos de contagem**, ambos situados na EN103, apresentam dados recentes e representativos do tráfego na região: o **Posto 141**, localizado no troço compreendido entre a ant. EN103-6 (Sob. de Cima) e a EM512 (acesso a Candedo); o **Posto 142U**, no Concelho de Bragança a Nascente de Gondosende.

No **Quadro 90** apresenta-se uma síntese dos resultados das contagens efectuadas nestes postos, abrangendo o período 1990/2001, sendo indicados o respectivo Tráfego Médio Diário Anual (TMDA), a composição do tráfego (% de Pesados) e as taxas médias de crescimento anual verificadas (TMCA).

Quadro 93: Evolução do Tráfego nas Vias Nacionais (período 1990/2001)

Posto / Localização	Anos	Volume de Tráfego (TMDA)			TMCA
		Ligeiros	Pesados	Total	
141 EN103 - km 225.80 (Sobreiró de Cima - EM512)	1990	832	92 10%	924	9.2%
	1995	1235	199 14%	1434	
	2001	1196	177 13%	1373	
142U EN103 - km 259.15 (Gondosende - IP4/Bragança)	1990	1123	202 15%	1325	8.0%
	1994	1665	140 8%	1805	
	2001	1772	157 8%	1929	

Fonte: Recenseamento de Tráfego do I. E. P.

A leitura destes dados, permite, naturalmente, concluir pela ocorrência de **volumes muito reduzidos de procura**, bem como pela estagnação registada no último período de análise – contrariando o crescimento exponencial ocorrida no período anterior -, tendência que se deverá ter acentuado com a entrada em serviço de alguns novos sub-lanços do IP4, retirando claramente importância ao papel desempenhado por este eixo viário.

Em termos comparativos, assinala-se a **maior relevância dos valores registados no Posto 142U**, situado entre Vinhais e Bragança, situação que decore da natural atractividade exercida pela Cidade de Bragança como principal polo de importância regional, aspecto que se reflecte igualmente na diminuta expressão do tráfego pesado (da ordem dos 8%) face ao volume de deslocações em transporte individual inerentes às relações de proximidade existentes a diversos níveis.

10.4 TRANSPORTE PÚBLICO DE PASSAGEIROS

10.4.1 Transporte Rodoviário

A nível concelhio, o **serviço de transporte colectivo rodoviário é bastante escasso**, sendo essencialmente assegurado por **dois operadores** - as empresas RodoNorte e Auto Viação do Tâmega - os quais asseguram unicamente duas ligações:

- **1 carreira regular local**, com pontos terminais em Vinhais e Rebordelo (2 circ./dia/sent.) percorrendo a EN103;
- **1 carreira interurbana**, com ponto terminal em Bragança e o lugar de Penso (Freguesia de Santalha), percorrendo a EN103 (Soeira, Vila Verde e Vinhais) e as ant. EN's 316 e 308 (via Rio de Fornos, Vilar de Ossos, Tuizelo, Seixas e Santalha).

Conforme se pode observar, estas carreiras, têm na sua totalidade **pontos intermédios de passagem ou terminais na Sede de Concelho**, sendo o serviço prestado a nível local assegurado por paragens intermédias em alguns aglomerados urbanos situados ao longo dos eixos viários mencionados.

Observando a configuração da rede servida por estas carreiras, constata-se que a sua **cobertura territorial é bastante diminuta**, concluindo-se igualmente, pelo escasso número de circulações diárias disponíveis, pela existência de um serviço adaptado a **níveis de procura relativamente diminutos** e com necessidades de mobilidade muito específicas, como sucede no caso do acesso da população estudantil aos estabelecimentos de ensino situados em Vinhais.

Em síntese, atendendo às características geográficas do território e à ocupação do solo, bastante dispersa nalgumas zonas, implicando um esforço significativo no sentido da prestação de um serviço deste tipo, podemos **considerar como muito reduzido o grau de cobertura alcançado** pelo transporte colectivo de passageiros.

Para além destas, o concelho é servido por um conjunto razoável de **carreiras do tipo Expresso**, assegurando, entre outras, ligações a Lisboa, Porto, Vila Real e Chaves, as quais percorrem o eixo da EN103.

Complementarmente, o serviço de **Transporte Escolar** – destinado sobretudo a garantir transporte aos alunos que frequentam o ensino básico e secundário em Vinhais mas, também, alguns estabelecimentos do 1º Ciclo

situados noutras sedes de freguesia –, abrange horários e zonas não servidas pelo transporte público regular, incluindo alguns lugares isolados, sendo assegurado pelas **carreiras regulares** atrás mencionadas (com acesso através de passe específico) e através da realização de **diversos “Circuitos Especiais”** estabelecidos exclusivamente com este objectivo, mediante protocolo com os dois operadores rodoviários atrás mencionados no concelho, através da utilização de **meios próprios da C.M. de Vinhais** e, nalguns casos (onde o acesso por autocarro não é possível), através de **veículos ligeiros de aluguer** (táxis).

Em termos de **infraestruturas de apoio**, para além de um espaço destinado a estacionamento de autocarros (situado junto ao entroncamento da EN103 com o CM1015), o concelho **não dispõe de qualquer terminal rodoviário** que permita apetrechar o serviço de melhores condições de comodidade para os utentes, sendo igualmente de assinalar a quase total **ausência de abrigos adequados junto das paragens** situadas ao longo dos percursos servidos o que, atendendo às frequentemente adversas condições climáticas verificadas nesta região, representa igualmente um factor de fraca atractividade e de desconforto de utilização.

Por fim, referênciã para o serviço de **transporte público prestado pelos táxis** licenciados no concelho, os quais apresentam uma importância significativa no transporte esporádico de passageiros com necessidades específicas não asseguradas pela oferta em transporte colectivo.

No total, o Concelho dispõe de um contingente de 31 veículos (sendo o n.º de lugares preenchidos de 30), com a seguinte distribuição pelas diferentes freguesias: Vinhais – 6; Agrochão e Rebordelo – 2; as restantes, à excepção de Alvaredos, Mofreita, Montouto, Santa Cruz, Santalha, São Jumil, Soeira, Travanca, Vale das Fontes, Vale de Janeiro, Vilar de Lomba e Vilar de Ossos, com 1 veículo cada (no caso de Ervedosa, com uma licença não preenchida).

11. INFRAESTRUTURAS URBANAS

11.1 INTRODUÇÃO

Um dos principais objectivos do desenvolvimento sustentável consiste na melhoria da qualidade de vida das populações e das condições ambientais, o que resulta, em grande medida, do grau de dotação dos aglomerados urbanos em infraestruturas básicas, nomeadamente, de abastecimento de água, de recolha e tratamento de águas residuais, de recolha e tratamento de resíduos sólidos, eléctricas, de comunicação e gasistas.

Consequentemente, e por condicionarem também o ordenamento do território, as infraestruturas urbanas requerem um cuidado especial, não só ao nível do seu dimensionamento, mas também no que diz respeito à monitorização da qualidade e do grau de cobertura dos serviços prestados e das necessidades existentes em cada momento, sempre numa óptica de optimização dos sistemas.

Desde a data de publicação do último PDM foram introduzidas algumas melhorias a este nível, com destaque para as infraestruturas de recolha e tratamento de águas residuais e de recolha e de tratamento de resíduos sólidos. Neste contexto, importa salientar:

- A nível de saneamento: a constituição de sistemas de recolha e tratamento de água residuais para um número considerável de aglomerados, nomeadamente: Agrochão, Cidões, Candedo, Cisterna, Curopos, Edral, Ervedosa, Espinhoso, Frades de Lomba, Gestosa, Moimenta, Montouto, Nunes, Nuzedo de Baixo, Moaz, Paçó, Passos de Lomba, Penhas Juntas, Pinheiro Novo, Romariz, Sobreiró de Baixo, Sobreiró de Cima, Tuizelo, Vale das Fontes, Vale de Lomba, Valpaço, Vilar de Peregrinos, Vilarinho de Lomba, Vila Verde, Edroso, Vila Boa de Ousilhão e Vinhais. Neste último caso é de destacar a construção da ETAR que, actualmente, permite o tratamento dos efluentes da vila sede de concelho.
- Em 2008, procedeu-se à substituição de algumas fossas sépticas por ETAR's compactas nas seguintes localidades: Celas, Candedo, Edral, Ervedosa (duas ETAR'S), Espinhoso, Passos, Sobreiró de Cima, Tuizelo, Vila Boa de Ousilhão, Vilar de Peregrinos, Valpaço e, Vilar Seco de Lomba. Executaram-se novos saneamentos com sistema de tratamento (ETAR Compacta) nas localidades de Agrochão, Edroso, Moas, Montouto, Nunes, Sandim e Vila Verde.
- A nível de Resíduos Sólidos Urbanos (RSU's): a integração do concelho num sistema intermunicipal de recolha e tratamento de RSU's, o encerramento e selagem da lixeira municipal (em 2000/2001), a construção do Ecocentro/Estação de Transferência de Vinhais e a instalação de ecopontos, visando a recolha selectiva dos resíduos.

Contudo, ainda existem alguns constrangimentos a que urge dar solução, nomeadamente:

- A nível do abastecimento de água, deverão ser substituídas algumas redes mais antigas e deverá ser estudada a possibilidade de corrigir o abastecimento a lugares que possuem uma capacidade irregular, sensível a variações sazonais. Neste contexto, seria também importante consciencializar a população para a importância de poupar água durante os meses de estio, época em que a escassez deste recurso é mais crítica.
- Relativamente à drenagem e tratamento de águas residuais, importa prover de rede e de sistema de tratamento o número considerável de locais que ainda não dispõe destas infraestruturas, bem como substituir algumas redes mais antigas.
- Finalmente, a nível de resíduos sólidos, salienta-se a presença de pequenas lixeiras e sucatas em várias áreas do concelho.

Uma vez que alguns dos problemas referidos são comuns aos existentes em concelhos vizinhos, sentiu-se a necessidade de criar entidades que coordenassem e gerissem, de forma tão articulada quanto possível, os sistemas de infraestruturas urbanas dos diferentes municípios.

Figura 49: Concelhos abrangidos pelo sistema Multimunicipal de Abastecimento de Água e de Saneamento de Trás-os-Montes e Alto Douro



Assim, com a publicação do Decreto-Lei n.º 270-A/2001 de 6 de Outubro, foi criado o **Sistema Multimunicipal de Abastecimento de Água e de Saneamento de Trás-os-Montes e Alto Douro** para captação, tratamento e distribuição de água para consumo público e para recolha, tratamento e rejeição de efluentes (em alta) dos concelhos de Aljô, Alfândega da Fé,

Armamar, Boticas, Bragança, Chaves, Freixo de Espada à Cinta, Lamego, Macedo de Cavaleiros, Mesão Frio, Mirandela, Mogadouro, Moimenta da Beira, Montalegre, Murça, Peso da Régua, Resende, Ribeira de Pena,

Sabrosa, Santa Marta de Penaguião, Sernancelhe, São João da Pesqueira, Tabuaço, Tarouca, Torre de Moncorvo, Valpaços, Vila Flor, Vila Nova de Foz Côa, Vila Pouca de Aguiar, Vila Real e Vinhais.

Dos objectivos que presidiram à constituição deste Sistema, são de destacar a necessidade de garantir um abastecimento fiável de água em quantidade e qualidade, contribuindo para a promoção do nível de vida das populações, da melhoria da saúde pública e da qualificação do património ambiental regional. Trata-se do maior projecto de investimento no sector do ambiente a favor desta região, garantindo um abastecimento fiável de água em quantidade e qualidade, contribuindo para a promoção do nível de vida das populações, da melhoria da saúde pública e da qualificação do património ambiental regional.

Assim, foi constituída a sociedade Águas de Trás-os-Montes e Alto Douro, S.A. (ATMAD), à qual foi concessionada a exploração e gestão (concepção, construção, exploração, reparação, renovação e manutenção de obras e equipamentos) dos sistemas de abastecimento e saneamento em alta, para os concelhos aderentes, encontrando-se abrangida uma parte do concelho de Vinhais. Esta concessão foi acordada por um prazo de 30 anos. As intervenções previstas pela ATMAD serão convenientemente explicitadas adiante neste relatório.

Para efeitos de triagem, recolha selectiva, valorização e tratamento de resíduos sólidos urbanos (RSU) foi criado o **Sistema Intermunicipal de Gestão de Resíduos do Nordeste Transmontano**, congregando a Associação de Municípios da Terra Quente Transmontana, a Associação de Municípios da Terra Fria do Nordeste

Figura 50: Concelhos integrantes do Sistema Intermunicipal de Gestão de Resíduos do Nordeste Transmontano



Transmontano e a Associação de Municípios do Douro Superior e que resultou na criação da empresa intermunicipal Resíduos do Nordeste, EIM. Esta empresa assumiu a gestão da recolha e tratamento dos resíduos sólidos urbanos da área geográfica dos concelhos de: Alfândega da Fé, Bragança, Carrizada de Ansiães, Freixo de Espada à Cinta, Macedo de Cavaleiros, Miranda do Douro, Mirandela, Mogadouro, Torre de Moncorvo, Vila Flor, Vila Nova de Foz Côa, Vimioso e Vinhais.

Seguidamente procede-se, então, à caracterização da situação actual das Infraestruturas Urbanas no concelho do Vinhais, com base em dados da própria Câmara Municipal e em informação recolhida junto do Instituto Nacional de Estatística e das restantes entidades com intervenção nesta área (Águas de Trás-os-Montes e Alto Douro S.A., Associação de Municípios da Terra Fria do Nordeste Transmontano, EDP Distribuição, Portugal Telecom e operadores de comunicações móveis – Optimus, Vodafone e TMN).

11.2 INFRAESTRUTURAS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA

11.2.1 Considerações Gerais

A água, enquanto bem insubstituível na totalidade das actividades humanas e componente essencial dos sistemas naturais, requer que sejam impostas regras próprias de gestão, numa abordagem territorial integrada. Os usos múltiplos, por vezes conflituantes, da água obrigam a uma integração no espaço das utilizações, devendo proceder-se à compatibilização das lógicas e dinâmicas próprias de cada sector e da acção das diversas entidades que participam, directa ou indirectamente, no planeamento, gestão e utilização dos recursos hídricos.

11.2.2 Sistemas actuais de abastecimento de água

Neste sub-capítulo proceder-se-á à caracterização do sistema de abastecimento de água, nomeadamente no que se refere à composição, ao funcionamento e à taxa de cobertura da rede.

Actualmente, a totalidade das povoações do concelho é servida com água ao domicílio, cuja distribuição é assegurada pelos serviços camarários. A ATMAD está responsável pelo abastecimento *em alta* em três zonas bastante específicas do concelho: a zona ocidental do concelho, a ocidente do rio Rabaçal (Subsistema da Lomba), a zona sudoeste do concelho (Subsistema de Aguieiras) e a zona de Vinhais (Subsistema de Vinhais).

Existe uma cobertura de 100% em termos de abastecimento, embora haja situações em que a população utiliza a água dos fontanários para consumo humano. Salienta-se que existem alguns fontanários no concelho que também são abastecidos por água da rede. A Câmara Municipal colocou placas informativas nos fontanários que não estão a ser abastecidos pela rede pública de abastecimento.

1.2.2.1 Captação e Adução

Como foi referido, o abastecimento aos aglomerados concelhios assenta em três sistemas (ATMAD) e em vários sistemas individuais. Os sistemas individuais são constituídos, de modo geral, por uma, ou mais, captações, (a que correspondem um, ou mais, reservatórios), por condutas de adução entre cada captação e o respectivo reservatório, e por condutas de distribuição. O Quadro 94 tem por base informação da Câmara Municipal de

Vinhais e apresenta as características das captações e sistemas de adução dos diferentes subsistemas que abastecem cada um dos aglomerados concelhios.

Quadro 94: Características das captações e das condutas de adução dos sistemas de abastecimento de água municipais

Subsistema	Captação			Condutores Adução			
	Localização	Tipo	Caudal (l/min)	Tipo	Extensão (m)	Diâmetro (mm)	Material
Armoniz	Armoniz	Furo + Nascente	20	Elevatória + Gravítica	2000 + 80	63	PVC
Alvaredos	Alvaredos	Nascente	15	Gravítica	1500	63	Poliestireno
Aboá	Aboá	Nascente	10	Gravítica	150	63	PVC
Agrochão*	Agrochão	Nascente	25	Gravítica	6000	63	PVC
Brito de Baixo	Brito de Baixo	Nascente	30	Gravítica	3500	63	PVC
Cidões	Cidões	Nascente	30	Gravítica	1500	63	Poliestireno
Cisterna**	Cisterna	Nascente	20	Gravítica	300	63	PVC
Curopos	Curopos	Furo + Nascente	15 + 10	Elevatória + Gravítica	30 + 150	63	PVC
Candedo	Candedo	Furo + Nascente	20 + 12	Elevatória + Gravítica	100 + 50	63	PVC
Caroceiras	Caroceiras	Nascente	15	Gravítica	200	63	PVC
Cobelas	Cobelas	Nascente	15	Gravítica	100	63	PVC
Castro	Soutelo	Nascente	15	Gravítica	400	63	Poliestireno
Contim	Contim	Nascente	10	Gravítica	30	63	PVC
Cruz de Revelhe	Cruz de Revelhe	Furo	15	Elevatória	100	63	PVC
Cabeça de Igreja	Cabeça de Igreja	Nascente	15	Gravítica	2000	63	PVC
Casares	Casares	Nascente	20	Gravítica	100	63	Poliestireno
Cerdedo	Cerdedo	Nascente	15	Gravítica	200	63	PVC
Carvalhas	Carvalhas	Nascente	15	Gravítica	100	63	PVC
Dine	Dine	Nascente	20	Gravítica	300	63	PVC
Eiras Maiores	Eiras Maiores	Furo + Nascente	20 + 10	Elevatória + Gravítica	250 + 300	63	PVC
Ermida	Ermida	Nascente	100	Gravítica	1500	50	FFD
Ervedosa*	Ervedosa	Nascente	25	Gravítica	9000	63	PVC
Espinhoso	Espinhoso	Furo + Nascente	20 + 15	Elevatória + Gravítica	70 + 1500	63	PVC/Poliestireno
Edroso**	Edroso	Nascente	20	Gravítica	500	63	Poliestireno
Edral***	Edral	Nascente	20	Gravítica	50	63	PVC
Fresulfe	Fresulfe	Nascente	20	Gravítica	300	63	PVC
Frades de Lomba***	Frades de Lomba	Furo + Nascente	20 + 15	Elevatória + Gravítica	40 + 100	63	PVC
Falgueiras	Falgueiras	Furo	20	Elevatória	200	63	PVC
Gestosa***	Gestosa	Furo + Nascente	20 + 12	Elevatória + Gravítica	30 + 100	63	PVC/Poliestireno
Lagareiros	Lagareiros	Nascente	20	Gravítica	2000	63	PVC
Landedo	Landedo	Furo + Nascente	20 + 10	Elevatória + Gravítica	150 + 30	63	PVC
Minas de Ervedosa	Minas de Ervedosa	Nascente	12	Gravítica	2000	63	PVC
Maçaira	Maçaira	Nascente	15	Elevatória	1800	63	PVC
Moimenta	Moimenta	Nascente	30	Gravítica	1500	63	PVC
Montouto	Montouto	Nascente	15	Gravítica	150	63	PVC
Moás	Moás	Furo + Nascente	30	Elevatória	400 + 300	63	PVC
Mofreita	Mofreita	Nascente	20	Gravítica	200	63	PVC
Nuzedo de Cima	Nuzedo de Cima	Nascente	20	Gravítica	150	63	PVC
Nuzedo de Baixo**	Nuzedo de Baixo	Furo + Nascente	15 + 15	Elevatória + Gravítica	70 + 1800	63	PVC
Passos de Lomba***	Passos de Lomba	Nascente	25	Gravítica	150	63	Poliestireno
Penhas Juntas	Penhas Juntas	Nascente	25	Gravítica	150	63	PVC

Subsistema	Captação			Conduta Adução			
	Localização	Tipo	Caudal (l/min)	Tipo	Extensão (m)	Diâmetro (mm)	Material
Pinheiro Novo	Pinheiro Novo	Nascente	20	Gravítica	100	63	Poliestireno
Paçó	Paçó	Nascente	40	Gravítica	300	63	PVC
Prada	Prada	Nascente	30	Gravítica	300	63	PVC
Penso	Penso	Furo	15	Elevatória	1000	63	PVC
Peleias	Peleias	Furo + Nascente	20 + 15	Elevatória + Gravítica	100 + 200	63	PVC
Pinheiro Velho	Pinheiro Velho	Nascente	20	Gravítica	100	63	Poliestireno
Quadra	Quadra	Nascente	15	Gravítica	150	63	PVC
Quintela	Quintela	Nascente	40	Gravítica	500	63	PVC
Quirás***	Quirás	Nascente	20	Gravítica	100	63	Poliestireno
Rio de Fornos	Lamas de Rio de Fornos	Nascente	30	Gravítica	2500	63	PVC
Rebordelo**	Rebordelo	Furo + Nascente	20 + 30	Elevatória + Gravítica	100 + 200	63	PVC
Santa Cruz	Santa Cruz	Nascente	30	Gravítica	400	63	PVC
Soeira	Soeira	2 Nascentes	20+10	Gravítica	300+30	63	PVC
Seixas	Seixas	Nascente	20	Gravítica	150	63	PVC
Salgueiros	Salgueiros	Nascente	20	Gravítica	200	63	PVC
Soutilha**	Soutilha	Nascente	12	Gravítica	30	63	PVC
São Jumil***	São Jumil	Nascente	15	Gravítica	150	63	Poliestireno
Sobreiró de Cima	Sobreiró de Cima	Furo + Nascente	15 + 10	Elevatória + Gravítica	100 + 50	63	PVC
Sobreiró de Baixo	Sobreiró de Baixo	Nascente	20	Gravítica	200	63	PVC
Soutelo	Soutelo	Nascente	10	Gravítica	200	63	PVC
Sernande	Sernande	Nascente	15	Gravítica	200	63	PVC
Tuizelo	Tuizelo	Nascente	20	Gravítica	2000	50	Poliestireno
Travanca	Travanca	2 Nascentes	15+20	Gravítica	200	63	PVC
Vale das Fontes**	Vale das Fontes	Poço + Nascente	20 + 15	Elevatória + Gravítica	2300 + 100	63	PVC
Vila Verde	Vila Verde	Nascente	40	Gravítica	100	63	PVC
Vilar de Ossos	Vilar de Ossos	Nascente	25	Gravítica	1500	63	PVC
Vilarinho de Lomba***	Vilarinho de Lomba	Nascente	20	Gravítica	150	63	PVC
Vilar Seco***	Vilar Seco	Nascente	20	Gravítica	150	63	Poliestireno
Vilar de Lomba***	Vilar de Lomba	Nascente	20	Gravítica	200	63	PVC
Vilar de Peregrinos	Vilar de Peregrinos	Nascente	20	Gravítica	2500	63	PVC
Vale do Armeiro	Vale do Armeiro	Nascente	15	Gravítica	150	63	Poliestireno
Valpaço	Valpaço	Nascente	20	Gravítica	100	63	PVC
Vale de Janeiro	Vale de Janeiro	Nascente	20	Gravítica	80	63	Poliestireno
Vilarinho de Touças	Vilarinho de Touças	Nascente	15	Gravítica	400	63	PVC
Vinhais*	Vinhais	Captação Superficial	75	Elevatória	1900	200	PVC/FFD
Brito de Lomba***	Brito de Lomba	Nascente	15	Gravítica	60	63	PVC
Zido	Zido	Furo	20	Elevatória	50	63	PVC
Vila Boa de Ousilhão	Vila Boa de Ousilhão	Nascente	40	Gravítica	300	63	PVC
Santalha	Santalha	Nascente	31	Gravítica	50	63	PVC
Sandim***	Sandim	Nascente	15	Gravítica	15	63	-
S. Cibrão	S. Cibrão	Nascente	14	Gravítica	5	63	PVC
Romariz	Romariz	Nascente	9	Gravítica	300	63	PVC
Revelhe	Revelhe	Furo	2	Gravítica	5	63	PVC

Subsistema	Captação			Conduta Adução			
	Localização	Tipo	Caudal (l/min)	Tipo	Extensão (m)	Diâmetro (mm)	Material
Palas	Palas	2 Nascentes	6	Gravítica	3	63	PVC
Ousilhão	Ousilhão	3 Nascentes	38	Gravítica	350	63	PVC
Nunes	Nunes	2 Nascentes	28	Gravítica	200	63	PVC
Negreda	Negreda	Nascente	13	Gravítica	Próximo	63	PVC
Mós de Celas	Mós de Celas	Nascente + Furo	19	Gravítica + Elevatória	200	63	PVC
Melhe	Melhe	Nascente	18	Gravítica	900	63	PVC
Ferreiras***	Ferreiras	Nascente	10	Elevatória	-	63	PVC
Edrosa	Edrosa	Nascente + Furo	32	Gravítica + Elevatória	100	63	PVC
Celas	Celas	2 Nascentes	38	Gravítica	300	63	PVC

*Sistema de Vinhais (ATMAD) / **Sistema de Aguiéiras (ATMAD) / ***Sistema de Lomba (ATMAD)

Nota: Todas as captações são subterrâneas à exceção da que serve a vila de Vinhais que é superficial. Não foram disponibilizadas as características das Captações e de Adução para os aglomerados de Vinhais, Brito de Lomba, Sandim e Ferreiros, que serão incluídas quando esta informação vier a ser disponibilizada.

Fonte: Câmara Municipal de Vinhais

A análise da tabela permite perceber que a maioria das captações se situa em nascentes e em furos, existindo, inclusivamente, aglomerados que são servidos simultaneamente por captações em furos e em nascentes.

As condutas de adução são, na maior parte dos sistemas, elevatórias, no caso da captação se tratar de um furo, ou gravíticas, quando se tratam de captações em nascentes. Apresentam, quase sempre, diâmetros de 63 mm, e são construídas em PVC ou Poliestireno.

Todos os sistemas têm um funcionamento satisfatório na maior parte do ano, sendo que, globalmente, as infraestruturas de captação e adução se encontram (à data da revisão do PDM) em razoável, ou bom, estado de conservação.

Subsistema de Vinhais (ATMAD)

O Subsistema de Vinhais é responsável pelo abastecimento à área da sede de concelho, e está apoiado numa captação superficial e duas nascentes alternativas. A água captada é conduzida ao reservatório da vila, e distribuída aos consumidores a partir deste.

A alimentação destes sistemas é efectuada pela captação superficial correspondente ao poço (situado na margem direita do rio Tuela), que assegura o abastecimento de água à vila de Vinhais, sendo que as restantes captações constituíam reserva para situações de avaria da primeira captação, e estavam ligadas ao reservatório do Carvalhal, cuja cota de soleira permitia servir melhor a zona de expansão na parte mais alta da vila. A partir do momento da integração deste sistema no ATMAD estas captações alternativas foram seladas, ficando apenas o abastecimento da vila a ser feito pela ETA (captação superficial).

Relativamente ao funcionamento do sistema baseado no poço, após captação, a água é conduzida para a Estação de Tratamento de Águas (ETA) de Vinhais, situada na zona de Quintela. Este processo é feito por intermédio de uma conduta elevatória em PVC 200 de, aproximadamente, 300 metros. Os grupos elevatórios que elevam a água para a ETA estão dimensionados para um caudal de cerca de 50m³/h, a uma altura manométrica de 103,4 metros.

Após ter sido sujeita a um tratamento físico e químico na ETA, a água é elevada para o reservatório R0 (apenas de passagem) localizado no alto de Vila Verde, por intermédio de uma conduta elevatória de 3000 metros de 200 mm de diâmetro, construída em PVC (2000 metros) e em Ferro Fundido (1000 metros). O reservatório de Vila Verde é do tipo elevado, e possui uma capacidade de armazenamento de 100 m³. Deste reservatório, a água é aduzida graviticamente até ao reservatório R1 (reservatório de distribuição), localizado no alto da Cidadela, em Vinhais, por intermédio de uma conduta de 5000 metros de extensão em PVC 200. O reservatório R1 é do tipo apoiado e é constituído por duas células de 450 m³ cada. A partir do reservatório R1 é feita a distribuição.

O Subsistema de Vinhais, resultou fundamentalmente da integração, por parte da ATMAD, do antigo sistema municipal. Naturalmente, foram efectuadas algumas remodelações em equipamentos existentes, nomeadamente na captação (para um caudal de 13 l/s) e nos reservatórios R0 (em Vila Verde) e R1²¹ (em Vinhais).

Pretende-se que este subsistema, que actualmente abastece apenas a vila de Vinhais, permita, também, o abastecimento aos aglomerados de Rio de Forno e Vila Verde, quando plenamente implementado.

Subsistema da Lomba (ATMAD)

O Subsistema da Lomba foi quase inteiramente construído de raiz pela ATMAD, à excepção dos reservatórios, dos pontos de entrega que foram remodeladas pela Câmara e posteriormente integradas no sistema.

Permite o abastecimento às povoações de Brito de Lomba, Cisterna, Edral, Edroso, Ferreiros, Frades, Gestosa, Passos, Quiraz, Sandim, São Jumil, Vilar de Lomba, Vilar Seco de Lomba e Vilarinho.

A origem da água é uma captação sub-superficial no rio Rabaçal, com um caudal de dimensionamento de 6,5 l/s. A água é elevada mais de 400 metros até ao local onde foi construída a ETA e um reservatório, próximo da localidade de Edroso. A ETA trata um caudal médio diário de cerca de 182 m³/dia, para um período de funcionamento de 16 horas diárias. Nesta infraestrutura a água captada é sujeita a tratamentos de pré-oxidação e coagulação/floculação em linha de tubagem, a decantação num decantador lamelar, a filtração por intermédio de filtros fechados em pressão e a desinfecção, através da injeção de hipoclorito de sódio na tubagem de água filtrada, antes da entrada da água no reservatório final.

²¹ Apenas foi realizada a beneficiação de uma das células

Resumidamente, as operações de captação, elevação, tratamento e reserva da água implicaram a construção das seguintes infraestruturas:

- Captação (dreno sub-superficial) e poço de bombagem, no rio Rabaçal;
- Estação elevatória do Rabaçal;
- Condução elevatória do Rabaçal, em aço e PEAD, com diâmetros de 125, 140 e 160 mm. A condução terá cerca de 3500 metros de comprimento;
- ETA de Edroso;
- Reservatório de Edroso com um volume útil de 150 m³ (2 células de 75 m³), a localizar no recinto da ETA;
- Condução adutora de ligação entre a ETA e o sistema adutor da Lomba, em PEAD de 110 mm.

As características das condutas de adução do Subsistema da Lomba são as apresentadas no **Erro! A origem a referência não foi encontrada.**

Quadro 95: Características das condutas adutoras do Subsistema da Lomba

Troço		Material	Diâmetro (mm)
Início	Fim		
ETA	Derivação Cisterna/São Jumil	PEAD	110
Derivação Cisterna/São Jumil	Gestosa	PEAD	110
Gestosa	Edral	PEAD	90
Edral	Ferreiros	PEAD	75
Ferreiros	São Jumil	PEAD	63
Derivação Cisterna/São Jumil	Cisterna	PEAD	93

Fonte : ATMAD

Importa, ainda, referir que toda a adução deste Subsistema é efectuada graviticamente.

Subsistema de Aqueiras (ATMAD)

O Subsistema de Aqueiras é responsável pelo abastecimento de partes do concelho de Mirandela e do concelho de Vinhais. Neste último concelho, abastece os aglomerados de Agrochão, Ervedosa, Falgueiras, Minas de Ervedosa, Nuzedo de Baixo, Rebordelo, Soutilha e Vale das Fontes.

A origem da água é uma captação no rio Rabaçal, no extremo norte do concelho de Mirandela, muito próxima do concelho de Vinhais. A implementação deste subsistema implicou a remodelação e ampliação da ETA de Aqueiras, cuja capacidade de tratamento passou de 20 l/s para 41,7 l/s, e a construção e remodelação de 4 estações elevatórias.

Foram construídas cerca de 40 km de condutas com diâmetros compreendidos entre os 63 e os 200 mm.

11.2.2.1 Distribuição de água

Como se viu, após a captação a água é aduzida aos reservatórios - correspondendo, frequentemente, um reservatório a cada captação -, e distribuída à população a partir destes.

O Quadro 96 faz a correspondência entre os sistemas associados a cada captação e os respectivos sistemas de distribuição de água.

Quadro 96: Características dos reservatórios e das condutas de distribuição associadas dos sistemas municipais de abastecimento de água

Localização	Reservatório	Conduta Distribuição		
	Capacidade (m3)	Extensão (m)	Diâmetro (mm)	Material
Armoniz	30	800	63	PVC
Alvaredos	30	1000	63	PVC
Aboá	20	500	63	PVC
Agrochão	50	4000	63	PVC
Brito de Baixo	30	250	63	PVC
Cidões	30	250	63	PVC
Cisterna	30 + 40	1400	63	PVC
Curopos	30 + 40	2500	63	PVC
Candedo	30 + 50	3000	63	PVC
Caroceiras	40	500	63	PVC
Cobelas	40	400	63	PVC
Soutelo	30	1000	63	PVC
Contim	20	400	63	PVC
Cruz de Revelhe	20	1000	63	PVC
Cabeça de Igreja	50	1500	63	PVC
Casares	30	800	63	PVC
Cerdedo	20	800	63	PVC
Carvalhas	30	1500	63	PVC
Dine	30	1500	63	PVC
Eiras Maiores	30	1600	63	PVC
Ermida	50	1500	63	PVC
Ervedosa	50 + 30	4000	63	PVC
Espinhoso	40	2500	63	PVC
Edroso	40	1600	63	PVC
Edral	30	2000	63	PVC
Fresulfe	40	1500	63	PVC
Frades de Lomba	40	400	63	PVC
Falgueiras	30	700	63	PVC
Gestosa	40	800	63	PVC
Lagarelhos	40	2000	63	PVC
Landedo	40	800	63	PVC
Mós de Celas	30	200	63	PVC
Nunes	40+30+30	300	63	PVC

Localização	Reservatório	Conduta Distribuição		
	Capacidade (m3)	Extensão (m)	Diâmetro (mm)	Material
Sandim	30	-	-	-
S. Cibrão	30	5	63	PVC
Vila Boa de Ousilhão	40	300	63	PVC
Ousilhão	35	350	63	PVC
Minas de Ervedosa	40	200	63	PVC
Maçaira	50	1000	63	PVC
Moimenta	50	2000	90	PVC
Montouto	50	1500	63	PVC
Moás	40	2500	63	PVC
Mofreita	30	1500	63	PVC
Nuzedo de Cima	40	2500	63	PVC
Nuzedo de Baixo	40	2500	63	PVC
Passos de Lomba	30	1800	63	PVC
Penhas Juntas	40	4000	90	PVC
Pinheiro Novo	30	800	63	PVC
Paçó	40	2500	90	PVC
Prada	30	1500	63	PVC
Penso	30	1500	63	PVC
Peleias	30	1500	63	PVC
Pinheiro Velho	30	400	63	PVC
Quadra	30	800	63	PVC
Quintela	40	3000	63	PVC
Quirás	40	200+1300	63	PVC + Fibrocimento
Rio de Fornos	40	2500	63	PVC
Rebordelo	50	5000+1500	63+90	PVC
Santa Cruz	50	1500	63	PVC
Soeira	20+50	1500	63	PVC
Seixas	30	1800	63	PVC
Salgueiros	40	2000	63	PVC
Soutilha	25	250	63	PVC
São Jumil	40	800	63	PVC
Sobreiró de Cima	30	1200	63	PVC
Sobreiró de Baixo	40+20	1000	90	PVC
Soutelo	30	1300	90	PVC
Sernande	30	1000	63	PVC
Tuizelo	30	3000	90	PVC
Travanca	30+20	2000	63	PVC
Vale das Fontes	40	2000	63	PVC
Vila Verde	40 + 35	1500	63	PVC
Vilar de Ossos	50	3000	63	PVC
Vilarinho de Lomba	40	1200	63	PVC
Vilar Seco	30	1400	63	PVC
Vilar de Lomba	40 + 60	2000	63	PVC
Vilar de Peregrinos	30	3000	63	PVC
Vale do Armeiro	40	600+400	63	PVC
Valpaço	40	2500	63	PVC

Localização	Reservatório	Conduta Distribuição		
	Capacidade (m ³)	Extensão (m)	Diâmetro (mm)	Material
Vale de Janeiro	40 + 40	1200	63	PVC
Vilarinho de Touças	30	600	63	PVC

Fonte: Câmara Municipal de Vinhais

Os reservatórios de distribuição são, maioritariamente, do tipo apoiado, existindo 23 em Polietileno Reforçado e Fibra de Vidro e apresentam, na maior parte dos casos, capacidade igual ou inferior a 50 m³. As condutas de distribuição são, salvo raras exceções, em PVC de 63 mm. Todas estas infraestruturas se encontram em razoável ou bom estado de conservação.

Importa ainda referir os 7 reservatórios de Polietileno Reforçado a Fibra de Vidro actualmente em execução nas localidades de: Aboá (35 m³), Sernande (35 m³), Frades (40 m³), Casares (35 m³), Seixas (40 m³), Quadra (35 m³) e Ousilhão (40 m³).

11.2.3 Intervenções Previstas

Relativamente às intervenções previstas, importa distinguir dois casos: as intervenções camarárias, associadas ao sistema de abastecimento em Baixa e as intervenções a cargo da Águas de Trás-os-Montes e Alto Douro, relativas ao sistema em Alta.

Em termos de intervenções da responsabilidade da Câmara, para além daquelas que vão geralmente ocorrendo em função de necessidades pontuais, e dizem respeito, na maioria dos casos, a correcções ao abastecimento (reparações de condutas, expansão da rede de distribuição a algumas habitações, etc.), e das naturais ligações em baixa que terão de ser feitas ao sistema em alta da ATMAD, há a destacar a vontade de reformular grande parte do abastecimento das zonas central e oriental do concelho, a partir do Sistema do Alto Sabor, que se prevê que seja implementado a partir da albufeira com o mesmo nome. Foi encomendado um estudo à ATMAD para o abastecimento do concelho de Vinhais a partir deste sistema, que, fundamentalmente, assenta na captação de água na futura Albufeira do Alto Sabor e implica a construção de três reservatórios (em Celas, Travanca e Landedo) e de quatro estações elevatórias. Seriam, assim, abastecidos a maior parte dos aglomerados das freguesias de Alvaredos, Candedo, Celas, Curopos, Edrosa, Fresulfe, Moimenta, Montouto, Nunes, Ousilhão, Paçó, Penhas Juntas, Santa Cruz, Santalha, Sobreiró de Baixo, Soeira, Travanca, Vale de Janeiro, Vila Boa de Ousilhão, Vila Verde, Vilar de Ossos e Vilar de Peregrinos.

A implementação do Sistema do Alto Sabor, que também engloba parte do concelho de Bragança, está no entanto, dependente da construção da barragem com o mesmo nome, que tem estado envolta em polémica em virtude de se situar numa zona de alto valor ecológico, tendo recebido, inclusivamente, um parecer negativo por parte do Instituto de Conservação da Natureza e da Biodiversidade.

Entretanto, a Câmara Municipal de Vinhais tem já em fase de elaboração de projecto de execução a remodelação das redes de distribuição dos aglomerados de Alvaredos, Cabeça de Igreja, Casares, Falgueiras, Fresulfe, Lagarelhos, Melhe, Mofreita, Mós de Celas, Negreda, Nuzedo de Cima, Ousilhão, Peleias, Quadra, Rio de Fornos, S. Cibrão, Salgueiros, Sandim, Santalha, Santa Cruz, Soeira, Travanca e Vale de Janeiro.

Em relação às intervenções da responsabilidade da Águas de Trás-os-Montes e Alto Douro, as que estavam previstas no contrato de concessão estão praticamente todas concluídas destacando-se apenas a beneficiação as adutoras aos reservatórios R0 e R1 do Sistema de Vinhais que, estando prevista, nunca chegou a acontecer.

11.3 DRENAGEM E TRATAMENTO DE ÁGUAS RESIDUAIS

11.3.1 Considerações Gerais

A drenagem e o tratamento de águas residuais são um grave problema a nível nacional. Situações de contaminação das águas (usualmente por falta de tratamento ou tratamento deficiente) e de solos (por saturação) são ainda comuns.

À semelhança do que acontece com as infraestruturas de abastecimento de água, a Câmara Municipal do Vinhais e a ATMAD dividem entre si a responsabilidade da recolha e tratamento das águas residuais do concelho. Esta última entidade, sendo responsável pelo saneamento *em alta*, apenas gere as infraestruturas relacionadas com a drenagem e tratamento das águas residuais nas zonas de Vinhais e Rebordelo, tendo criado dois subsistemas precisamente com esses nomes.

Neste sub-capítulo, procede-se a uma breve caracterização das redes de drenagem de águas residuais no concelho de Vinhais, bem como dos equipamentos e métodos aplicados no seu tratamento.

11.3.2 Sistemas actuais de drenagem e tratamento de águas residuais

Ao contrário do que acontece com o abastecimento de água, que chega a todos os aglomerados concelhios, alguns destes aglomerados não dispõem de sistemas colectivos de saneamento, tendo, nestes casos, os seus habitantes de recorrer a fossas sépticas individuais.

Nos casos em que existe rede de recolha de esgotos - nomeadamente em todas as sedes de freguesia, e nos aglomerados de maior dimensão -, os sistemas de tratamento assentam em fossas sépticas colectivas ou em Estações de Tratamento de Águas Residuais (ETAR) do tipo compacto, sendo que Rebordelo e Vinhais são as únicas povoações que dispõem de ETAR convencional.

De acordo com as informações disponíveis à data de entrega da 1ª fase da revisão do PDM, eram estas as características dos sistemas de saneamento colectivos do concelho de Vinhais:

Quadro 97: Subsistemas de saneamento e respectivos sistemas de tratamento

Subsistema	Tipo de Tratamento
Agrochão	ETAR Compacta
Alvaredos	Fossa Séptica + Trincheira Filtrante
Candedo	ETAR Compacta
Celas	ETAR Compacta
Cidões	Fossa Séptica + Trincheira Filtrante
Cisterna	Fossa Séptica + Trincheira Filtrante
Curopos	ETAR Compacta
Dine	Fossa Séptica + Trincheira Filtrante
Edral	ETAR Compacta
Edrosa	Fossa Séptica + Trincheira Filtrante
Edroso	ETAR Compacta
Ervedosa	Fossa Séptica + Trincheira Filtrante + 2 ETAR Compacta
Espinhoso	Fossa Séptica + Trincheira Filtrante + ETAR Compacta
Frades	Fossa Séptica + Trincheira Filtrante
Fresulfe	Fossa Séptica + Trincheira Filtrante
Gestosa	Fossa Séptica + Trincheira Filtrante
Mofreita	Fossa Séptica + Trincheira Filtrante
Moimenta	ETAR Compacta
Montouto	ETAR Compacta
Nunes	ETAR Compacta
Nuzedo de Baixo	Fossa Séptica + Trincheira Filtrante
Ousilhão	Fossa Séptica + Trincheira Filtrante
Paçó	Fossa Séptica + Trincheira Filtrante
Passos	ETAR Compacta
Penhas Juntas	ETAR Compacta
Pinheiro Novo	Fossa Séptica + Trincheira Filtrante
Quirás	ETAR Compacta
Rebordelo (ATMAD)	ETAR (Leitos Perculadores)
Santa Cruz	Fossa Séptica + Trincheira Filtrante
Santalha	Fossa Séptica + Trincheira Filtrante
Sobreiró de Baixo	ETAR Compacta
Sobreiró de Cima	ETAR Compacta
Soeira	Fossa Séptica + Trincheira Filtrante
Travanca	Fossa Séptica + Trincheira Filtrante
Tuizelo	ETAR Compacta
Vale das Fontes	Fossa Séptica + Trincheira Filtrante
Vale de Janeiro	Fossa Séptica + Trincheira Filtrante
Valpaços	ETAR Compacta
Vila Boa de Ousilhão	ETAR Compacta
Vila Verde	ETAR Compacta
Vilar de Lomba	Fossa Séptica + Trincheira Filtrante
Vilar de Peregrinos	ETAR Compacta
Vilar Seco	ETAR Compacta
Vilarinho	Fossa Séptica + Trincheira Filtrante

Subsistema	Tipo de Tratamento
Vinhais (ATMAD)	ETAR (Leitos Perculadores)
Zido	Fossa Séptica + Trincheira Filtrante

Fonte: Câmara Municipal de Vinhais

Verifica-se que nos interceptores das redes de drenagem, predominam os diâmetros de 200 mm sendo o PVC ou o Polietileno so materiais de eleição. As fossas sépticas estão, normalmente, associadas a trincheiras filtrantes que asseguram a infiltração dos esgotos no solo após tratamento.

Relativamente aos Subsistemas de Vinhais e de Rebordelo, importa referir o seguinte:

Subsistema de Vinhais

O subsistema de Vinhais assenta na ETAR de Vinhais localizada no Bairro do Eiró, e que é constituída por uma Obra de Entrada, dois Tanques Imhoff, um Leito Percolador, um Decantador Secundário, 10 Leitos de Secagem, 3 Estações Elevatórias e pelo Edifício de Exploração. Esta infraestrutura assegura o tratamento secundário de um caudal médio diário de 450 m³/dia de efluentes, cujo destino final é o Regato do Cancelo. Apresenta uma capacidade de tratamento máxima de 10000 habitantes equivalentes.

Os esgotos da vila de Vinhais são conduzidas graviticamente para a ETAR por intermédio do colector EG-02-TF-02 (em PVC de 315 mm).

A ATMAD procedeu recentemente à execução de algumas obras de beneficiação deste sistema, nomeadamente:

- Expansão do colector EG-01-TF-02 para Norte até à povoação de Lagarelhos, onde recolhe as águas residuais desta povoação. Entre Rio de Fornos e a Estação Elevatória de Vinhais foi feito um desvio do troço final deste colector para a berma da estrada que liga estes dois locais;
- Construção do emissário EG-03-TF-02, para recolher as águas residuais do Bairro dos Cabeços e zonas envolventes, conduzindo-as ao colector EG-02-TF-02, fazendo-se esta ligação na zona da Quinta de Piassos;
- Remodelação da ETAR de Vinhais por intermédio da demolição dos leitos de secagem existentes, da construção de um edifício de desidratação de lamas e da implantação de novos circuitos hidráulicos, de ligação entre o Tanque Imhoff e o sistema de desidratação e lamas e entre este e o poço de bombagem, para além de alguns arranjos exteriores.

Estas obras não permitiram contudo dotar este sistema das condições necessárias para o seu funcionamento em pleno pelo que novas obras, que se descreverão à frente, foram programadas.

Subsistema de Rebordelo

O subsistema de Rebordelos é responsável, unicamente, pelo saneamento da aldeia de Rebordelo.

Os efluentes são conduzidos para a ETAR de Rebordelo constituída por uma Obra de Entrada, dois Tanques Imhoff, um Leito Percolador, um Decantador Secundário, 4 Leitões de Secagem, uma Estação Elevatória e pelo Edifício de Exploração. A ETAR foi recentemente remodelada pela ATMAD. Antes desta remodelação assegurava o tratamento secundário de um caudal médio diário de 150 m³/dia de efluentes e apresentava uma capacidade de tratamento máxima de 3500 habitantes equivalentes.

Fotografia 99: ETAR de Rebordelo



Os efluentes tratados são drenados para o Ribeiro de Poulos.

11.3.3 Intervenções Previstas

A precariedade do tratamento providenciado pelas fossas sépticas, tem induzido a Câmara Municipal de Vinhais a fazer um esforço de substituição das fossas sépticas por ETAR compactas, de forma a assegurar um tratamento mais completo dos efluentes, e de minimizar os impactos das descargas no meio receptor.

Assim, está previsto que aglomerados como Pinheiro Novo, Gestosa, Sandim, Vilar de Lomba, Nuzedo de Baixo Vale das Fontes e Moás, passem a dispor, no curto prazo, de Estações de Tratamento Compactas.

Entretanto, e à semelhança do que se passa com a rede de distribuição de água, a Câmara Municipal de Vinhais tem já em fase de elaboração de projecto de execução a remodelação das redes de drenagem dos aglomerados de Alvaredos, Cabeça de Igreja, Casares, Falgueiras, Fresulfe, Lagarelhos, Melhe, Mofreita, Mós de Celas, Negreda, Nuzedo de Cima, Ousilhão, Peleias, Quadra, Rio de Fornos, S. Cibrão, Salgueiros, Sandim, Santalha, Santa Cruz, Soeira, Travanca e Vale de Janeiro.

Também a ATMAD tem previstas algumas intervenções no Subsistema de Vinhais, que resultam de uma já mencionada primeira intervenção que não foi muito bem sucedida. Estas obras de remodelação/benefeciação são essencialmente ao nível da ETAR e constam do seguinte:

- Demolição do leito perperculador existente e execução de um novo de alta carga com enchimento de pedra britada;
- Execução de um decantador secundário com o mesmo volume do existente, por forma a se proceder à repartição do caudal;
- Demolição das 3 estações elevatórias existentes e do casoto com válvulas e quadros eléctricos;
- Execução de duas estações elevatórias;
- Execução dos circuitos de ligação entre diversos órgãos de tratamento e circuitos de descarga.

Este subsistema futuramente vai ser também responsável pelo saneamento de Rio de Fornos e Lagarelhos.

Relativamente aos aglomerados que não dispõem, nem está previsto que venham a dispor, de infraestruturas de saneamento colectivas, importa acompanhar a sua evolução e o impacto que a inexistência destes sistemas tem na qualidade de vida das populações e no meio ambiente. Apesar de, em geral, serem aglomerados de pequenas dimensões, eventualmente poderão ser pensados sistemas que contemplem, pelo menos, a recolha e o tratamento primário dos esgotos domésticos.

11.4 RECOLHA E TRATAMENTO DE RESÍDUOS SÓLIDOS

11.4.1 Considerações Gerais

A crescente preocupação com os aspectos ecológicos, aliada à tomada de consciência da sociedade para a importância de viver em ambientes salubres, trouxeram para a ordem do dia o problema que constituíam os resíduos sólidos, e alertaram para a necessidade da sua recolha e tratamento adequado.

Nos últimos anos o país assistiu ao encerramento de inúmeras lixeiras, à construção de aterros sanitários, de ecocentros, de estações de tratamento, de estações de triagem, à implantação de ecopontos e ao surgimento de diversas campanhas de sensibilização.

Assistiu-se, ainda, à elaboração de muita legislação nacional e comunitária para regulamentar esta área. Fundamentalmente, esta legislação define três linhas estratégicas a seguir:

- Implementação de mais unidades de valorização de matéria orgânica, seguindo o estipulado na Directiva Aterros;
- Criação de condições para que se proceda à reciclagem/ valorização dos resíduos de embalagem, investindo na sensibilização das populações, na eficiência das estruturas de recolha selectiva e de triagem, assim como na investigação, para que cada vez mais resíduos possam ser reciclados;

- Garantia de que as infraestruturas de tratamento, entretanto construídas, são geridas de forma adequada, reforçando a fiscalização/ inspecção e o recurso a auditorias externas realizadas por entidades certificadas.

Caracteriza-se, seguidamente, o sistema actual e futuro de recolha e tratamento de resíduos sólidos no concelho de Vinhais.

11.4.2 Sistema de Recolha e Tratamento de Resíduos Sólidos

Como foi referido, foi adjudicado à empresa CESP, S.A a gestão do sistema de recolha dos RSU do concelho de Vinhais, tanto no que respeita à recolha indiferenciada como à recolha selectiva. A CESP, S.A é, ainda, responsável pela limpeza, varredura e lavagem dos arruamentos e outros espaços públicos da vila de Vinhais.

11.4.2.1 Recolha Indiferenciada

A recolha indiferenciada dos Resíduos Sólidos Urbanos (RSU) é efectuada a partir de contentores, onde a população coloca os resíduos domésticos ou outros semelhantes. Existem actualmente quase 500 contentores (sendo que aproximadamente 40% tem uma capacidade de 360 litros e os restantes 60% de 800 litros) distribuídos pelos aglomerados do concelho, e por outros pontos estratégicos. A recolha processa-se de acordo com seis circuitos de recolha pré-definidos, subdivididos por duas equipas.

Após recolhidos, os resíduos são encaminhados para o Ecocentro de Vinhais, situados na zona industrial, de onde são transportados, pela CESP S.A, para o Aterro Sanitário de Urjais, no concelho de Mirandela.

Fotografia 100: Ecocentro/Estação de Transferência de Vinhais



11.4.2.2 Recolha Selectiva

Relativamente à recolha selectiva, e de acordo com as informações fornecidas, foram instalados 25 ecopontos no concelho, 18 de 1100 litros de capacidade e 4 de 2500 litros, tendo estes últimos sido instalados na vila de Vinhais. O

Quadro 98 apresenta a distribuição dos ecopontos pelas freguesias do concelho.

Quadro 98: Distribuição dos Ecopontos pelas freguesias do concelho de Vinhais de acordo com a sua capacidade

Freguesia	1100 litros	2500 litros
Agrochão	1	
Candedo	1	
Celas	1	
Curopos	1	
Ervedosa	2	
Penhas Juntas	1	
Quiraz	1	
Rebordelo	2	
Sobreiró de Baixo	1	
Tuizelo	2	
Moimenta	1	
Vilar de Ossos	1	
Vilar Seco de Lomba	1	
Vinhais		4
Vale de Janeiro	2	

Fonte: Câmara Municipal de Vinhais

A recolha dos resíduos depositados nos Ecopontos é efectuada em horário diurno e sempre que se verifique que é necessário. Os resíduos são transportados para o EcoCentro de Vinhais sendo posteriormente encaminhados para reciclagem.

A capacidade do EcoCentro de Vinhais, que para além dos resíduos dos ecopontos também acolhe outros de diferentes proveniências com vista à sua valorização, é a representada no quadro seguinte.

Fotografia 101: Ecoponto e contentor em Langarelo



Quadro 99: Capacidade do EcoCentro de Vinhais

Material	Capacidade
Entulhos	17 m ³
Monstros	30 m ³
Madeiras	30 m ³
Papel/Cartão	30 m ³
Pilhas	120 m ³
Baterias Auto	800 litros
Lâmpadas	800 litros
Latas de tinta/diluyente	800 litros
Óleos	800 litros
Medicamentos	800 litros

Fonte: Câmara Municipal de Vinhais

11.4.2.3 Outras acções no âmbito da gestão de RSU

A recolha de resíduos de grande volume (*monstros domésticos*) e de resíduos provenientes de jardins (*resíduos verdes*) é realizada mediante solicitação, por parte dos municípios, através de um linha telefónica gratuita, cujo número se encontra afixado nos contentores instalados.

Finalmente, importa referir que têm sido desenvolvidas várias campanhas de sensibilização para a importância de uma correcta deposição dos resíduos sólidos e da sua valorização, nomeadamente no que respeita à reciclagem.

11.4.3 Intervenções Previstas

Seguindo a lógica dos **três R's**: Reduzir (minimizar a quantidade de resíduos produzidos, através da prevenção da sua produção), Reutilizar (dar um novo uso a materiais já usados) e Reciclar (recuperar os materiais constituintes dos resíduos para os integrar de novo no seu próprio ciclo de produção), a Resíduos do Nordeste propõe-se, por um lado, promover a recuperação ambiental e o encerramento das lixeiras e montureiras e, por outro lado, construir infraestruturas adequadas à remoção, ao tratamento e à reciclagem de resíduos (valorização) desde o consumidor até ao tratamento e destino final.

Uma das intervenções consideradas mais premente é, precisamente, a recuperação ambiental da área da lixeira municipal, que implicará a sua impermeabilização artificial, drenagem das águas lixiviadas, revestimento florestal e limpeza e regularização da envolvente.

Apesar do sistema de recolha e tratamento de resíduos sólidos da Resíduos do Nordeste estar já totalmente enraizado no quotidiano dos municípios, e de não estarem previstas intervenções de vulto no campo dos RSU's para o concelho, subsistem ainda alguns constrangimentos que urge colmatar, nomeadamente:

- O facto da lixeira não ter sido alvo de uma recuperação ambiental e paisagística adequada.
- O facto de existirem locais onde são depositados ilegalmente sucatas e entulhos, um pouco por todo o concelho.

Fotografia 102: Local de deposição clandestina de entulho no concelho de Vinhais



Importa, ainda, referir que a Resíduos do Nordeste elaborou um detalhado Plano de Gestão de Resíduos Sólidos Urbanos para o período 2006-2016, que prevê importantes acções que, incluindo directamente ou indirectamente o concelho de Vinhais, são fundamentais para a gestão de todos os procedimentos de Recolha, Tratamento e Valorização dos RSU's neste concelho.

Entre as acções contempladas neste Plano de Gestão que mais influirão no concelho de Vinhais destacam-se todas as relacionadas com a racionalização e incremento da recolha selectiva, estando previstas para toda a área de actuação da Resíduos do Nordeste um reforço da rede de ecopontos, a criação de uma base de dados dos ecopontos, o desenvolvimento de esquemas integrados de recolha selectiva em zonas rurais, o incremento da recolha selectiva porta-a-porta e a promoção de acções de recolha selectiva de acordo com determinados públicos e materiais específicos.

Outras acções importantes contempladas no Plano de Gestão são todas as relacionadas com a Gestão do Aterro Sanitário (que inclui a sua expansão), as medidas de Valorização Multimaterial, Orgânica e Energética e diversas acções de Comunicação, Sensibilização e Desenvolvimento Sustentável.

11.5 INFRAESTRUTURAS ELÉCTRICAS, DE COMUNICAÇÃO E GASISTAS

11.5.1 Considerações Gerais

O processo de avaliação das infraestruturas eléctricas, de comunicação e gasistas a efectuar no âmbito da 1ª revisão do PDM de Vinhais deve atender à sua adequação e capacidade de contribuição para os modos de desenvolvimento da comunidade definidos pelos órgãos autárquicos e restantes agentes de desenvolvimento local.

Nesta perspectiva as infraestruturas eléctricas, de comunicação e gasistas (IECG) não são um mero serviço prestado por empresas públicas e/ou privadas a entidades/clientes públicos ou particulares, antes constituindo num factor tantas vezes impulsionador ou condicionador de uma determinada política de desenvolvimento. Assim, a existência de IECG de qualidade, fiáveis e a preços competitivos, contribui de forma significativa para a qualificação e atractividade do espaço físico a ser ocupado por potenciais investidores.

A operacionalização da gestão integrada destas infraestruturas no contexto autárquico pode passar pela constituição de um órgão de coordenação e consulta entre as distribuidoras e a autarquia, visando a tomada de decisões e a definição de estratégias de desenvolvimento em tempo útil.

No âmbito da 1ª revisão do PDM será apenas efectuado um breve enquadramento do serviço prestado pelas diversas entidades, já que, as IECG devem, sim, ser consideradas no Plano para efeitos de condicionante à

ocupação do território. Este sub-capítulo será completado assim que se consigam obter todas as informações, já solicitadas às entidades competentes.

11.5.2 Infraestruturas Eléctricas

O concelho do Vinhais está dotado de infraestruturas eléctricas capazes de satisfazer as necessidades da população, apresentando uma taxa de cobertura próxima de 100%.

No quadro seguinte apresenta-se a evolução dos consumos doméstico e industrial entre 1998 e 2000, assim como do número de consumidores de cada uma destas áreas.

Quadro 100: Evolução do n.º de consumidores e do consumo de electricidade no período entre 1998 e 2000, no concelho da Vinhais

Sector	Consumidores			Tx. Var. 98-00	Consumo (1000 kwh)			Tx. Var. 98-00
	1998	1999	2000		1998	1999	2000	
Doméstico	6320	6350	6398	1,23%	6494	6843	7022	8,13%
Industrial	128	139	142	10,94%	886	1091	1217	37,36%

Fonte: INE, Portugal em números

Para o sector doméstico, a análise do quadro permite verificar que tem havido um aumento gradual, tanto no consumo de energia eléctrica, em geral, como no número de consumidores. Porém, como se pode constatar pelas taxas de variação, o crescimento do consumo entre 1998 e 2000 é mais expressivo (8,13%) que o crescimento no número de consumidores (1,23%), o que indicia um crescimento no consumo energético *per capita*.

Da mesma forma, no caso industrial, terá havido um crescimento do consumo por unidade, visto que o aumento no consumo total apresenta uma taxa de variação bastante superior ao aumento no número de consumidores.

Para 2002, o Instituto Nacional de Estatística divulgou os seguintes dados relativos ao consumo de electricidade no concelho de Vinhais:

Quadro 101: Consumo de Energia Eléctrica no concelho de Vinhais em 2002

Consumo Doméstico (milhares de kwh)		Consumo Industrial (milhares de kwh)	
Total	Por Consumidor	Total	Por Consumidor
7897,7	1.2	1544,7	10

Fonte: INE

Apesar de, aparentemente, os valores apresentados para 2002 indicarem um crescimento do consumo energético, não são directamente comparáveis com os divulgados anteriormente pelo INE, pois dizem respeito

ao universo das empresas de produção/distribuição do país (e não apenas aos fornecimentos da EDP) e incluem o autoprodução e a cogeração.

11.5.3 Infraestruturas de Comunicação

Tal como no caso anterior, pode-se considerar que o município do Vinhais não apresenta lacunas significativas a nível de infraestruturas de comunicação.

De acordo com os dados disponíveis no Instituto Nacional de Estatística, em 1999, era este o serviço prestado no concelho de Vinhais pela Portugal Telecom:

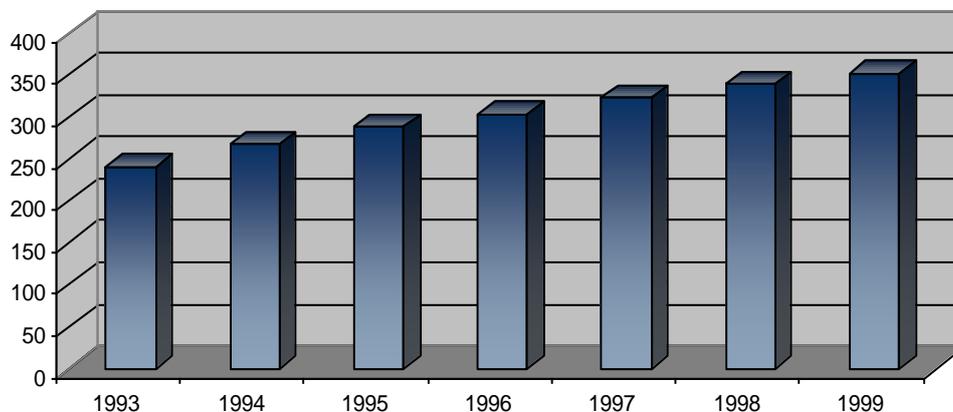
Quadro 102: Parques de Telefones e acessos RDIS da Portugal Telecom em 1999, no concelho do Vinhais

Postos telefónicos principais ²² (acessos)				Telefones per capita
Analógicos			Digitais	
Principais		Públicos		
Residenciais	Profissionais			
3345	315	111	54	0,35

Fonte: INE – Portugal

Ainda de acordo com os dados do INE, em 1999 o número de postos telefónicos principais por cada 1000 habitantes era de, aproximadamente, 352. Este número é inferior à média nacional de 415 postos por 1000 habitantes (em 1999), o que não é de estranhar num concelho que é marcadamente rural. Este valor, quando comparado com os números de 1993, em que o número de postos por 1000 habitantes era de cerca de 300, representa um aumento muito significativo, da ordem dos 47%.

Figura 51: Evolução do número de postos telefónicos principais por 1000 habitantes



Fonte: INE – Portugal

²² Posto telefónico principal: linha telefónica que liga o equipamento terminal do assinante à rede pública e que possui acesso individualizado ao equipamento da Central Telefónica.

Foram efectuados pedidos de informação às três operadoras móveis no sentido de conhecer o grau de cobertura de cada uma no concelho de Vinhais e de localizar as respectivas antenas. Todavia, não foi fornecida atempadamente a informação solicitada. Sabe-se, contudo, que existem muitas áreas no concelho onde o sinal das operadoras móveis é muito fraco, e, por vezes, inexistente. Os dados em falta serão integrados numa fase posterior, caso venham a ser fornecidos.

11.5.4 Infraestruturas Gasistas

O abastecimento de gás no concelho do Vinhais é, em regra, feito com recurso ao gás de botija. Nos casos de maior consumo, nomeadamente em instituições públicas ou privadas de maior dimensão, recorre-se à utilização de gás a granel (por intermédio de depósitos próprios).

11.6 CONCLUSÃO

Nos últimos anos o concelho do Vinhais conheceu um grande incremento nos investimentos realizados nas suas infraestruturas urbanas, o que resultou numa evolução significativa na capacidade de resposta às necessidades básicas da sua população.

Actualmente a esmagadora maioria da população tem abastecimento domiciliário de electricidade e telefone, e o número de pessoas servidas por infraestruturas de saneamento aumentou consideravelmente em relação à situação existente aquando da publicação do primeiro PDM.

A criação do Sistema Multimunicipal de Abastecimento de Água e de Saneamento de Trás-os-Montes e Alto Douro (para captação, tratamento e distribuição de água para consumo público e para recolha, tratamento e rejeição de efluentes) permitirá que, quando totalmente implementado, o abastecimento de água e a recolha e tratamento de águas residuais se faça de uma forma mais regrada, optimizando infraestruturas, garantindo melhor qualidade de serviço e salvaguardando os recursos hídricos e a qualidade das suas águas.

Também a nível do tratamento e recolha dos Resíduos Sólidos Urbanos, houve claras melhorias nos anos mais recentes, em grande parte derivadas da criação do Sistema Intermunicipal de Gestão de Resíduos do Nordeste Transmontano, sendo de destacar o encerramento da antiga lixeira (apesar de ainda não ter sido selada), a construção do Ecocentro/Estação de Transferência de Vinhais e as crescentes medidas de recolha selectiva e reciclagem de resíduos.

ANEXOS:

Pretensões e Sugestões apresentadas durante a prévia consulta pública.

N.º	Requerente	Localização	Objectivos		Justificação	Tipo de Pretensão
			de:	para:		
1	Urbina da Conceição Gonçalves Ribeiro	Rebolinhos, Soeira	REN	Pretende construir	A requerente pretende poder construir uma habitação conforme projecto a apresentar e enquadrado no regime de construção de áreas agrícolas.	Exclusão de REN
2	Ex-Instituto Geológico Mineiro	Concelho de Vinhais	-	-	Proposta de articulado para definição dos Espaços de Indústria Extractiva.	Administração Central
3	José Augusto Fernandes do Vale	Lagoas, Vila-Boa		Urbano	-	Construção de edifícios/ inclusão em perímetro urbano
4	Manuel João Libario	Esbade, Vilar de Lomba	Aptidão Agrícola/ REN	Urbano		Exclusão de REN
5	Junta de Freguesia de Vilar de Lomba	Vilar de Lomba	Ampliar o espaço urbano		A Junta de freguesia de Vilar de Lomba pretende o alargamento do perímetro urbano de Vilar de Lomba, para Norte e para Sul.	Administração Local
6	Junta de Freguesia de Moimenta	Moimenta	Ampliar o espaço urbano		A Junta de freguesia de Moimenta pretende o alargamento do perímetro urbano de Moimenta, para Nascente e Poente.	Administração Local
7	Junta de Freguesia de Celas	Celas	Ampliar o espaço urbano		A Junta de freguesia de Celas pretende o alargamento do perímetro urbano de Moimenta, para Norte e Sul, ao longo da EM531.	Administração Local
8	Amandio Eduardo Baltazar	Áncela, Tuizelo	RAN	Urbano	O requerente pretende que o seu terreno seja retirado da RAN e incluído na área urbana de Tuizelo.	Desafectação da RAN
9	Junta de Freguesia de Agrochão	Agrochão	Ampliar o espaço urbano		A Junta de freguesia de Agrochão pretende o alargamento do perímetro urbano de Agrochão, para Norte, Nascente e Poente.	Administração Local
10	António Morais Soares	Brito, Penhas Juntas	REN	Urbano	O requerente pretende que o seu terreno fique desimpedido de quaisquer condicionantes.	Exclusão de REN
11	Armando Garcia Arcas	Brito de Baixo, Penhas Juntas	Espaço Natural	Urbano	O requerente pretende que o seu terreno seja integrado no perímetro urbano da povoação.	Construção de edifícios/ inclusão em perímetro urbano
12	Ramiro dos Santos Neves	Valpaço, Curopos	REN	Urbano	O requerente pretende integrar a sua propriedade no perímetro urbano de Valpaço.	Exclusão de REN
13	Manuel Luís da Silva	Cruzamento de Palas, Curopos	Integrar em perímetro urbano		O requerente pretende que o local onde reside seja contemplado em zona urbana.	Construção de edifícios/ inclusão em perímetro urbano
14	Junta de Freguesia de Curopos	Curopos	Ampliar o espaço urbano		A Junta de freguesia de Curopos pretende o alargamento do perímetro urbano de Curopos e de Valpaço.	Administração Local
15	Nuno Jorge Afonso	Fonte, Valpaço, Curopos	Espaço Natural	Urbano	O requerente pretende que o seu terreno seja integrado na zona urbana da povoação de Valpaço.	Construção de edifícios/ inclusão em perímetro urbano
16	Junta de Freguesia de Curopos	Curopos	Ampliar o espaço urbano		A Junta de freguesia de Curopos pretende o alargamento do perímetro urbano de Curopos e de Valpaço.	Administração Local
17	António Manuel Gil	Ribeira de ima, Vinhais	REN	Urbano	O requerente, proprietário de um terreno com 1080 m ² , pretende excluir o seu terreno da REN por forma a integrá-lo no perímetro urbano de Vinhais.	Exclusão de REN
18	António Manuel Gil	Irgos, Vinhais	REN	Urbano	O requerente, proprietário de um terreno com 1100 m ² , pretende excluir o seu terreno da REN por forma a integrá-lo no perímetro urbano de Vinhais.	Exclusão de REN

N.º	Requerente	Localização	Objectivos		Justificação	Tipo de Pretensão
			de:	para:		
19	António Manuel Gil	Irgos, Vinhais	REN	Urbano	O requerente, proprietário de um terreno com 1490 m ² , pretende excluir o seu terreno da REN por forma a integrá-lo no perímetro urbano de Vinhais.	Exclusão de REN
20	Manuel António Alves	Sobreiró de Cima, Sobreiro de Baixo	Integrar em perímetro urbano		Como proprietário de um terreno com 2980 m ² , pretende que seja classificado como zona urbana ou urbanizável.	Construção de edifícios/ inclusão em perímetro urbano
21	António Augusto Paz de Carvalho	Rebordelo	Integrar em perímetro urbano		O requerente pretende que os três terrenos de que é proprietário sejam integrados em espaço urbano.	Construção de edifícios/ inclusão em perímetro urbano
22	Junta de Freguesia de Rebordelo	Rebordelo	Ampliar o espaço urbano		A Junta de freguesia de Rebordelo pretende que seja permitido a construção de moradias com 2 pisos, ao longo da EN 216 (Rebordelo – Mirandela) até ao limite do concelho de Vinhais numa extensão de 600m, ao longo da estrada da Senhora de França numa extensão de 700m, ao longo da EN103 (Rebordelo - Vinhais) até ao limite do Caminho da Chãira numa extensão de 700m, ao longo da EN103 (Rebordelo - Chaves), até ao limite da curva das Olgas numa extensão de 500m, ao longo do Caminho da Canada até ao cruzamento com a EN103 (Rebordelo – Chaves) numa extensão de 200m, ao longo do caminho dos campos até ao campo de futebol numa extensão de 150m, ao longo da Estrada de Vale das Fontes até Trás-Souto numa extensão de 400m e ao longo do caminho da Travessa desde o cruzamento da EN215 (Rebordelo-Mirandela) até ao cruzamento da Travessa numa extensão de 200m e numa faixa de 50m a partir das bermas para todos os pedidos de alargamento.	Administração Local
22a*	Miguel Angelo Pereira	Rebordelo	REN	Urbano	O requerente pretende construir na sua parcela.	Exclusão de REN
23	Junta de Freguesia de Ervedosa	Ervedosa	Ampliar o espaço urbano		A Junta de Freguesia de Ervedosa pretende incluir em espaço urbano a rua do Souto, desde a casa da Senhora Pureza até à última construção; a rua 25 de Abril até ao alto dos Pinheiros, o caminho da Portela até ao Alto Seixo; a rua da Fonte das Nogueiras até ao vale Baixo; o bairro da capela até ao alto dos Val de Bancelos e a rua das Moreiras até à pipa do aglomerado de Ervedosa. Em Soutilha pretende incluir em perímetro a área entre o rio Tuela, ao longo da EM até à antiga casa da luz, o alto de Santa Barbara até ao Souto escuro e desde a rua do cemitério até ao cruzamento. E em Falgueiras pretende incluir em perímetro urbano o início e o fim da EN e o caminho que sai da capela em direcção à EN.	Administração Local
24	Almor Anibal Vermelho	Quinta da Barca, Ervedosa	Espaço Agrícola	Urbano	O requerente pretende poder construir no terreno com 3000m ² de que é proprietário.	Construção de edifícios/ inclusão em perímetro urbano
25	Almor Anibal Vermelho	Barco, Soutilha, Ervedosa	Espaço Agrícola	Urbano	O requerente pretende poder construir no terreno com 290m ² de que é proprietário.	Construção de edifícios/ inclusão em perímetro urbano
26	Conceição de Jesus	Conceição	REN	Pretende	A requerente pretende viabilizar a construção	Exclusão de REN

* Localização indeterminada

N.º	Requerente	Localização	Objectivos		Justificação	Tipo de Pretensão
			de:	para:		
	Major Antas Teixeira	Teixeira, Soutilha, Ervedosa		construir	de uma moradia unifamiliar que está integrada na REN.	
27	Licínio Costa Fontes	Veiga, Vale das Fontes	REN	Urbano	O requerente pretende que o terreno de que é proprietário seja integrado no espaço urbano da aldeia de Nuzedo de Baixo.	Exclusão de REN
28	Guilherme dos Santos Lopes	Nuzedo de Baixo, Vale das Fontes	Espaço Natural	Urbano	O requerente pretende incluir o seu terreno no perímetro urbano de Nuzedo de Baixo.	Construção de edifícios/ inclusão em perímetro urbano
29	Licínio Costa Fontes	Veiga, Vale das Fontes	REN	Urbano	O requerente pretende que o terreno de que é proprietário seja integrado no espaço urbano da aldeia de Nuzedo de Baixo.	Exclusão de REN
30	Pedro Jorge Fernandes Nunes	Nuzedo de Baixo, Vale das Fontes	REN	Urbano	O requerente pretende que o terreno seja excluído da REN para poder construir, uma vez que a aldeia não tem área de expansão.	Exclusão de REN
31	Humberto Guilherme Alves	Vale das Fontes	Rural	Urbano	O requerente pretende poder construir na sua propriedade com 1850m ² .	Construção de edifícios/ inclusão em perímetro urbano
32	Osvaldo Manuel Matias Xavier Costa	Vale das Fontes	Espaço Agrícola	Urbano	O requerente pretende poder construir na sua propriedade com 880m ² .	Construção de edifícios/ inclusão em perímetro urbano
33	Osvaldo Manuel Matias Xavier Costa	Vale das Fontes	Espaço Agrícola	Urbano	O requerente pretende poder construir na sua propriedade com 1300m ² .	Construção de edifícios/ inclusão em perímetro urbano
34	Bernardino Abrantes	Nuzedo de Baixo, Vale das Fontes	Espaço Natural	Urbano	O requerente pretende poder construir na sua propriedade com +/- 3000m ² .	Construção de edifícios/ inclusão em perímetro urbano
35	Madalena da Conceição Fontes	Nuzedo de Baixo, Vale das Fontes	Espaço Natural	Urbano	O requerente pretende poder construir na sua propriedade com 1050m ² .	Construção de edifícios/ inclusão em perímetro urbano
36	Ana da Conceição Santos Rosa	Irgos, Vinhais	REN	Urbano	A requerente pretende excluir da REN o seu terreno com 2100m ² por forma a poder construir.	Exclusão de REN
37	José Manuel Aboim de Sousa	Irgos, Vinhais	REN	Urbano	O requerente pretende excluir da REN o seu terreno com 1000m ² por forma a poder construir.	Exclusão de REN
38	José Emílio Garcia Rodrigues	Quinta da Fuvila, Vinhais	Espaço Natural	Urbano	O requerente pretende incluir em espaço urbano o seu terreno com 6840m ² .	Construção de edifícios/ inclusão em perímetro urbano
39	Álvaro Augusto Ferreira	Santo António, Vinhais	REN	Pretende construir	O requerente pretende construir uma cozinha junto a uma moradia que possui no mesmo local.	Exclusão de REN
40	Octávio Abílio Rodrigues	Ladeira, Vinhais	REN	Pretende construir	O requerente pretende poder construir no seu terreno.	Exclusão de REN
41	José Henriques Lopes	Ucha ou Portela da Vila, Vinhais	Integrar em perímetro urbano		O requerente pretende que o terreno de que é proprietário seja integrado em perímetro urbano.	Construção de edifícios/ inclusão em perímetro urbano
42	Adérito António Gonçalves	Felveda, Vinhais	Integrar em perímetro urbano		O requerente pretende incluir em perímetro urbano o seu terreno.	Construção de edifícios/ inclusão em perímetro urbano
43	Norberto António Rodrigues Barreira	Quinta da Abessada, Vinhais	Espaço Natural	Urbano	O requerente pretende vir a poder construir no seu terreno.	Construção de edifícios/ inclusão em perímetro urbano

N.º	Requerente	Localização	Objectivos		Justificação	Tipo de Pretensão
			de:	para:		
44	José António Pires	Colado, Vinhais	Integrar em perímetro urbano		O requerente pretende integrar o seu terreno no perímetro urbano da vila de Vinhais, por forma a poder nele construir.	Construção de edifícios/ inclusão em perímetro urbano
45	João Francisco Gomes	Ribeira, Vinhais	Integrar em perímetro urbano		O requerente pretende integrar o seu terreno de 15000m ² no perímetro urbano da vila de Vinhais, por forma a poder construir, uma vez que junto dele já existe uma moradia com todas as infraestruturas necessárias.	Construção de edifícios/ inclusão em perímetro urbano
46	José Henriques Lopes	Ucha ou Portela da Vila, Vinhais	Integrar em perímetro urbano		O requerente pretende que o terreno de que é proprietário seja integrado em perímetro urbano.	Construção de edifícios/ inclusão em perímetro urbano
47	Dalila Elvira da Silva Pereira	Rua de Baixo, Vinhais	Integrar em perímetro urbano		A requerente pretende que o terreno de que é proprietário seja integrado em perímetro urbano.	Construção de edifícios/ inclusão em perímetro urbano
48	Associação de Moradores (Noémia Pires, Maria Pinto, Olinda dos Santos, António dos Santos, Maria dos Santos e Maria Rodrigues)	Vinhais	Integrar em perímetro urbano		Os requerentes pretendem que os terrenos de que são proprietários sejam integrados em perímetro urbano.	Construção de edifícios/ inclusão em perímetro urbano
49	José Maria Pires	Vinhais	Espaço Natural	Urbano	O requerente pretende que o terreno de que é proprietário, com 43683m ² , seja integrado em perímetro urbano.	Construção de edifícios/ inclusão em perímetro urbano
50	Abel Domingos Rodrigues	Grilo, Vinhais	Integrar em perímetro urbano		O requerente pretende incluir em perímetro urbano o seu terreno com 40200m ² .	Construção de edifícios/ inclusão em perímetro urbano
51	Ramiro Augusto Morais	Souto Covo, Vinhais	Integrar em perímetro urbano		O requerente pretende incluir em perímetro urbano o seu terreno com 89060m ² .	Construção de edifícios/ inclusão em perímetro urbano
52	António Clemente Teixeira Ferreira	Espido, Vinhais	Espaço Florestal	Urbano	A requerente pretende que o terreno de que é proprietário, com 17090m ² seja integrado em perímetro urbano.	Construção de edifícios/ inclusão em perímetro urbano
53*	António Manuel Gil	Portela da Vila, Vinhais	Integrar em perímetro urbano		O requerente pretende incluir em perímetro urbano o seu terreno.	Construção de edifícios/ inclusão em perímetro urbano
54	António Clemente Teixeira Ferreira	Alto da Corujeira, Vinhais	REN	Urbano	O requerente pretende que o terreno de que é proprietário, com 13100m ² seja excluído da REN e integrado em perímetro urbano.	Exclusão de REN
55	António Manuel Gil	Irgos, Vinhais	REN	Urbano	O requerente pretende que o terreno de que é proprietário, com 3360m ² seja excluído da REN e integrado em perímetro urbano.	Exclusão de REN
56	António Manuel Gil	Acto da Corujeira, Vinhais	REN	Urbano	O requerente pretende que o terreno de que é proprietário, com 780m ² seja excluído da REN e integrado em perímetro urbano.	Exclusão de REN
57	José Augusto Murça	Espido, Vinhais	REN	Urbano	O requerente pretende que o terreno de que é proprietário, com 8200m ² seja excluído da REN e integrado em perímetro urbano.	Exclusão de REN
58	António Manuel Gil	Portela ou Ribeira de Cima, Vinhais	REN	Urbano	O requerente pretende que o terreno de que é proprietário, com 2460m ² seja excluído da REN e integrado em perímetro urbano.	Exclusão de REN

* localização indeterminada

N.º	Requerente	Localização	Objectivos		Justificação	Tipo de Pretensão
			de:	para:		
59	Vasco José da Silva	Souto Covo, Vinhais	Integrar em perímetro urbano		O requerente pretende incluir em perímetro urbano o seu terreno com 3140m ² .	Construção de edifícios/ inclusão em perímetro urbano
60	Vasco José da Silva	Souto Covo, Vinhais	Integrar em perímetro urbano		O requerente pretende incluir em perímetro urbano o seu terreno com 420m ² .	Construção de edifícios/ inclusão em perímetro urbano
61	Rui Manuel Pires Ramos	Rio de Fornos, Vinhais	RAN	Pretende construir	O requerente pretende que o terreno de que é proprietário, com 1900m ² seja excluído da RAN, por forma a poder construir.	Desafectação da RAN
62	Clemente da Ressurreição Morais Ferreira	Souto Covo, Vinhais	Integrar em perímetro urbano		O requerente pretende incluir em perímetro urbano o seu terreno com 14700m ² .	Construção de edifícios/ inclusão em perímetro urbano
63	Albano do Nascimento Gomes	Ressumil, Vinhais	REN	Pretende construir	O requerente pretende que o terreno de que é proprietário, com 70080m ² seja excluído da REN, por forma a poder construir.	Exclusão de REN
64	Maria José Lobo Fernandes	Pisão – Qta do Rio Fernandes, Vinhais	REN	Pretende construir	O requerente pretende que o terreno de que é proprietário, com 196400m ² seja excluído da REN, por forma a ser integrado em perímetro urbano como espaço urbanizável.	Exclusão de REN
64a	Maria José Lobo Fernandes	Pisão – Qta de Riassós, Vinhais	Espaço Agrícola	Pretende construir	O requerente pretende incluir a Quinta de Riassós em perímetro urbano.	Construção de edifícios/ inclusão em perímetro urbano
65	Susana Barroso Afonso	Pontão, Vinhais	REN	Urbano	A requerente pretende excluir o seu terreno, com 2100m ² , da REN por forma a poder integrá-lo em perímetro urbano.	Exclusão de REN
66	João Luís Garcia Afonso	Souto Covo, Vinhais	Espaço Florestal	Urbano	O requerente pretende incluir o seu terreno de 1200m ² em perímetro urbano.	Construção de edifícios/ inclusão em perímetro urbano